

ANUÁRIO DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

2016



Fundado em 1838

**Rio de Janeiro
2018**



**ANUÁRIO DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**



Dezembro/2016

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA – (2018-2019)

Presidente:	Arno Wehling
1º Vice-Presidente:	Victorino Coutinho Chermont de Miranda
2º Vice-Presidente:	Afonso Arinos de Melo Franco
3º Vice-Presidente:	João Maurício de Araújo Pinho
1º Secretária:	Lucia Maria Paschoal Guimarães
2º Secretária:	Maria de Lourdes Viana Lyra
Tesoureiro:	Fernando Tasso Fragoso Pires
Orador:	Alberto da Costa e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos:	Alberto Venâncio Filho, Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Marilda Correia Ciribelli
Membros suplentes:	Marcos Guimarães Sanches, Pedro Carlos da Silva Telles e Roberto Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO CONSULTIVO

Membros nomeados:	Antonio Izaías da Costa Abreu, Armando de Senna Bittencourt, Carlos Wehrs, Célio Borja, Cybelle Moreira de Ipanema, Esther Caldas Bertolotti, Maurício Vicente Ferreira Júnior e Miridan Britto Falci.
-------------------	--

DIRETORIAS ADJUNTAS

Arquivo:	Jaime Antunes da Silva
Biblioteca:	Claudio Aguiar
Cursos:	Antonio Celso Alves Pereira
Iconografia:	Pedro K. Vasquez
Informática e Dissem. da Informação:	Carlos Eduardo de Almeida Barata
Museu:	Vera Lucia Bottrel Tostes
Patrimônio:	Guilherme de Andrea Frota
Projetos Especiais:	Mary del Priore
Relações Externas:	Maria Beltrão
Relações Institucionais:	João Mauricio de A. Pinho
Coordenação da CEPHAS:	Maria de Lourdes Viana Lyra e Lucia Maria Paschoal Guimarães (subcoord.)
Editora da Revista do IHGB:	Lucia Maria Bastos Pereira das Neves
Editor do Noticiário:	Victorino Coutinho Chermont de Miranda
Editora do Anuário:	Lucia Maria Paschoal Guimarães

COMISSÕES PERMANENTES

ADMISSÃO DE SÓCIOS:	CIÊNCIAS SOCIAIS:	ESTATUTO:
Alberto da Costa e Silva	Antônio Celso Alves Pereira	Antonio Celso Alves Pereira
Alberto Venancio Filho	Cândido Mendes de Almeida	Alberto Venancio Filho
Carlos Wehrs	José Murilo de Carvalho	Célio Borja
Fernando Tasso Fragoso Pires	Maria Beltrão	João Maurício A. Pinho
Lucia Maria Paschoal Guimarães	Maria Cecília Londres	Victorino Coutinho Chermont de Miranda

GEOGRAFIA:	HISTÓRIA:	PATRIMÔNIO:
Armando de Senna Bittencourt	Eduardo Silva	Afonso Celso Villela de Carvalho
Cybelle Moreira de Ipanema	Guilherme de Andrea Frota	Antonio Izaías da Costa Abreu
José Almino de Alencar	Lucia Maria Paschoal Guimarães	Claudio Moreira Bento
Miridan Britto Falci	Marcos Guimarães Sanches	Fernando Tasso Fragoso Pires
Vera Lúcia Cabana de Andrade	Maria de Lourdes Vianna Lyra	Roberto Cavalcanti de Albuquerque

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

ANUÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO



Fundado em 1838

Rio de Janeiro
Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
2016

Anuário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 1, pp. 11-298, dezembro de 2016

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2016.

Correspondência:

Anuário do IHGB – Av. Augusto Severo, 8-10º andar – Glória – CEP: 20021-040

Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Fone/fax. (21) 2509-5107 / 2252-4430 / 2224-7338

e-mail: presidencia@ihgb.org.br home page: www.ihgb.org.br

© Copyright by IHGB

Revisora: Sandra Pássaro

Secretária do Anuário do IHGB: Tupiara Machareth

Anuário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. – V. 1, (2016) [recurso eletrônico]. –
Dados eletrônicos – Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 2016.
298 p.

ISSN 2675-875X

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

1. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Anuário.

Ficha catalográfica preparada pela bibliotecária Maura Macedo Corrêa e Castro – CRB7-1142

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Manuel Dias Farinha – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Arno Wehling – Universidade Veiga de Almeida – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Carlos Wehrs – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

José Murilo de Carvalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Manuela Mendonça – Universidade de Lisboa – Lisboa – Portugal

Maria Beatriz Nizza da Silva – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

CONSELHO CONSULTIVO

Antônio Manuel Botelho Hespanha – Universidade Nova Lisboa – Lisboa – Portugal

Fernando Camargo – Universidade Federal de Pelotas – Pelotas-RS – Brasil

Geraldo Mártires Coelho – Universidade Federal do Pará – Belém-PA – Brasil

Guilherme Pereira das Neves – Universidade Federal Fluminense – Niterói-RJ – Brasil

José Marques – Universidade do Porto – Porto – Portugal

Junia Ferreira Furtado – Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte-MG – Brasil

Leslie Bethell – Universidade de Oxford – Oxford – Inglaterra

Luis Cláudio Villafañe Gomes Santos – Ministério das Relações Exteriores – Brasília-DF – Brasília

Marcus Joaquim Maciel de Carvalho – Universidade Federal de Pernambuco – Recife-PE – Brasil

Maria de Fátima Sá e Mello Ferreira – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa – Lisboa – Portugal

Mariano Cuesta Domingo – Universidad Complutense de Madrid – Madrid – Espanha

Miridan Britto Falci – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro-RJ – Brasil

Nestor Goulart Reis Filho – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Renato Pinto Venâncio – Universidade Federal de Ouro Preto – Ouro Preto-MG – Brasil

Stuart Schwartz – Universidade de Yale-Connecticut – EUA

Ulpiano Bezerra de Meneses – Universidade de São Paulo – São Paulo-SP – Brasil

Victor Tau Anzoategui – Universidade de Buenos Aires – Buenos Aires – Argentina

SUMÁRIO

Apresentação	11
LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES	

I – CELEBRAÇÕES ACADÊMICAS

I. 1 – Sessões solenes ou comemorativas

Abertura do Ano Social	
Posse da Diretoria biênio 2016-2017	15
ARNO WEHLING	

Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio Herculano Gomes Mathias

Homenagem ao centenário de Herculano Gomes Mathias	21
CYBELLE DE IPANEMA	

Sessão em homenagem ao sesquicentenário de nascimento do sócio Euclides da Cunha

Os discursos de Euclides da Cunha	25
ALBERTO VENANCIO FILHO	
Euclides da Cunha: o intelectual <i>fin-de-siècle</i>	41
MIRIDAN BRITTO FALCI	

Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio Vicente Tapajós

Vicente Tapajós, o amigo que perdi	57
CARLOS WEHRS	
Vicente Tapajós, mestre e amigo	61
LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES	
O professor Vicente Tapajós	67
MARCOS GUIMARÃES SANCHES	
Saudação ao professor Vicente Tapajós: Meu mestre	73
MIRIDAN BRITTO FALCI	

Sessão em homenagem ao centenário de falecimento do sócio José Veríssimo

Centenário de morte de José Veríssimo (1916-2016)	77
CLÁUDIO AGUIAR	

**Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio
João Camillo de Oliveira Torres**

João Camillo: O Homem Interino e a Monarquia 91
MARIA LUIZA PENNA MOREIRA

**Sessão Conjunta com Pen Clube, Academia Brasileira
de Arte e IHGB em Homenagem ao Centenário de
Nascimento do sócio Marcos Almir Madeira**

Marcos Almir Madeira e o Pen Clube do Brasil 107
CLÁUDIO AGUIAR

Marcos Almir Madeira: um homem de marca 111
VICTORINO CHERMONT DE MIRANDA

I. 2 – Sessões de posse

Discurso de recepção ao sócio correspondente brasileiro 115
José Jobson de Andrade Arruda
ARNO WEHLING

O refazer historiográfico em tempos críticos: o diálogo 121
necessário entre Economia e Cultura
JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

Discurso de recepção à sócia honorária brasileira 135
Ismênia de Lima Martins
PAULO KNAUSS

História, vida e militância: desafios do ofício 141
ISMÊNIA DE LIMA MARTINS

I. 3 – Sessão Magna

Fala do Presidente 149
ARNO WEHLING

Relatório das atividades do ano social 155
CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA

Elogios aos sócios falecidos 159
ALBERTO DA COSTA E SILVA

II – ATAS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

II. 1 – Atas das assembleias gerais, ordinárias 163
e extraordinárias

II. 2 – Atas de reuniões de Diretoria	164
II. 3 – Atas de sessões ordinárias, extraordinárias e Magna	165
II. 4 – Atas da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas – CEPHAS	172
III – INFORMES ADMINISTRATIVOS	
III. 1 – Atos do Presidente	
Editais e Portarias	225
III. 2 – Relatórios Setoriais	
Arquivo	229
Biblioteca	234
Iconografia	236
Hemeroteca	237
Mapoteca	239
Museu	241
III. 3 – Publicações Recebidas	
Livros recebidos	245
Periódicos recebidos	255
III. 4 – Estatísticas	
Sala de Leitura	259
Visitas ao Museu	259
Acesso ao <i>Site</i>	259
IV – QUADRO SOCIAL	
IV. 1 – Cadastro Social	
a – por classes	261
b – por ordem alfabética	287
c – Relação dos presidentes e endereços dos Institutos Históricos Estaduais	294
IV. 2 – Movimentação do quadro social	
Falecimentos	297
IV. 3 – Vagas existentes no quadro social em 31/12/2016	298

Apresentação

No mundo anglo-saxão, os anuários surgiram por volta de 1560-1580 (*The Random House Dictionary*). Os *yearbooks* eram pequenas brochuras, com capa adornada, cujas folhas, curiosamente, vinham em branco e serviam para breves anotações e desenhos, mas onde também se guardavam pequenas lembranças como flores e até mesmo mechas de cabelo, recordações pessoais de acontecimentos e de entes queridos. Na França, os *annuaires* apareceram no final do século XVII e são considerados herdeiros dos almanaques medievais, a exemplo do *Almanach Royal*, depois denominado *Annuaire Impérial*, que apresentava o inventário da nobreza de sangue, dos membros do clero, dos funcionários reais etc. Com o passar do tempo, os conteúdos dessas publicações alcançaram novas dimensões sociais, atingindo diversos ramos de atividades, como ciências, artes, profissões, educação, economia, entre outras, sem contudo perder a sua função de “lugar de memória”. Basta lembrar, na cultura norte-americana, a popularidade que desfrutaram os *yearbooks* dos *colleges* e das universidades. De qualquer modo, hoje em dia, os anuários procuram oferecer informações atuais e listam eventos ou aspectos do ano transato, em um campo específico, com o resumo das ocorrências de uma entidade, assumindo, assim, a forma de memória periódica.

—

Até dezembro de 2015, o Instituto editou regularmente duas publicações. A primeira, a *R. IHGB*, que circula ininterruptamente desde 1839, está voltada para a disseminação do conhecimento histórico. Cabe acrescentar que o último número de cada ano da *R. IHGB* era dedicado à vida acadêmica e demais atividades institucionais do Instituto, no exercício que então se findava. Buscava-se, assim, harmonizar as características da *Revista*, como periódico especializado, com o cumprimento dos dispositivos regimentais do Instituto. A segunda publicação, o *Noticiário*, constitui uma espécie de boletim, com notas pontuais sobre sócios, acontecimentos científicos, livros doados à Biblioteca do IHGB e pesquisas em curso, que utilizam os acervos do Instituto.

Doravante o Instituto passa a contar com um terceiro veículo de divulgação: o *Anuário* – direcionado para o registro da sua memória institucional. Mas não só. Podemos desde já antecipar que o *Anuário* também traz expressiva contribuição ao estudo da nossa história da historiografia.

As matérias da nova publicação distribuem-se por quatro grandes segmentos – “celebrações acadêmicas”; “atas e deliberações”; “informes administrativos” e “quadro social”. No primeiro, encontram-se conferências e pronunciamentos emitidos em eventos que tiveram lugar no Instituto, principiando pela fala do presidente Arno Wehling na sessão de abertura do ano social, em 14 de março de 2016, quando tomou posse a diretoria do IHGB, para o biênio 2016-2017. Seguem-se as comemorações que prestaram tributo à memória dos sócios desta Casa. Festejaram-se os centenários de nascimento de Herculano Gomes Matias, saudado por Cybelle de Ipanema; de Vicente Tapajós, por Carlos Wehrs, Miridam, Falci, Marcos Sanches, Lucia Maria P. Guimarães e Arno Wehling; de João Camilo de Oliveira Torres por Maria Luiza Penna Moreira; de Marcos Almir Madeira, por Claudio Aguiar, Victorino Chermont de Miranda e Arno Wehling, em sessão conjunta do IHGB com o Pen Clube do Brasil e a Academia Brasileira de Arte. Celebrou-se, ainda, ao sesquicentenário de Euclides da Cunha, com exposições de Alberto Venancio Filho e Miridan Falci, e o centenário de falecimento de José Veríssimo, evocado por Claudio Aguiar.

O *Anuário* também registra a chegada de novos filiados à corporação, com a publicação dos discursos de posse dos sócios José Jobson de Andrade Arruda e Ismênia de Lima Martins, recepcionados, respectivamente, pelos confrades Arno Wehling e Paulo Knauss de Mendonça. Mais do que uma prova da vitalidade e da renovação dos quadros do IHGB, esses textos representam fontes para o estudo das tendências que hoje em dia orientam a nossa historiografia, como se poderá constatar.

Ainda no âmbito das “Celebrações Acadêmicas”, destacam-se as intervenções realizadas na sessão magna de aniversário do Instituto Histórico, cujos registros compreendem, além do discurso do Presidente, o

“Relatório” do último exercício, apresentado pela Primeira-Secretária e o “Elogio” dos sócios falecidos, pelo Orador do IHGB, homenagem da corporação aos seus membros que nos deixaram recentemente.

Sob a rubrica “Atas e deliberações sociais”, publicam-se as decisões tomadas em assembleias gerais, em reuniões ordinárias e extraordinárias. Nesse rol de documentos institucionais, cumpre destacar as atas das sessões da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas (CEPHAS), o fórum semanal de debates do IHGB, onde estudiosos brasileiros e estrangeiros expõem e debatem resultados de pesquisas e trabalhos mais recentes.

Na parte relativa aos “Informes Administrativos”, o leitor encontra o inventário dos atos e portarias baixados pela Presidência, seguido dos relatórios setoriais da Biblioteca, do Arquivo, da Iconografia, da Hemeroteca, da Mapoteca e do Museu, publicações recebidas, além das estatísticas de visitas ao Museu, de frequência à Sala de Leitura e dos acessos ao *site* do Instituto. Preparado pelos funcionários do IHGB, esse conjunto de informações permite avaliar o dinamismo da “Casa da Memória Nacional” e o papel relevante que vem cumprindo desde 1838, no campo da pesquisa, da produção e da difusão do conhecimento histórico.

A publicação se completa com um conjunto de informações sobre o “Quadro Social”, o cadastro de sócios por classe e por ordem alfabética, além da relação dos Institutos Históricos estaduais e respectivos presidentes. Apresenta-se, ainda, o movimento do corpo de associados, por eleição, transferência ou falecimento, assim como as vagas existentes em 31 de dezembro de 2016.

É com grande satisfação, portanto, que saudamos o lançamento do *Anuário* e formulamos votos de vida longa ao mais novo empreendimento editorial do IHGB.

Boa Leitura!

Lucia Maria Paschoal Guimarães
Primeira-Secretária do IHGB

I – CELEBRAÇÕES ACADÊMICAS

I. 1 – Sessões solenes ou comemorativas

Abertura do Ano Social

DISCURSO DE POSSE DA DIRETORIA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO PARA O PERÍODO 2016-2017

ARNO WEHLING ¹

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é uma *instituição*, temos dito aqui frequentemente. Desde que o Papa Inocêncio IV, no século XIII, definiu para sempre o conceito como *persona ficta et representata* a distinção entre indivíduos, coletividades e construções jurídicas criadas pelo espírito e representadas por homens incorporou-se na tradição cultural do Ocidente. No século XVIII, as instituições já eram entidades consolidadas na percepção geral e reconhecidas como entidades vivas, embora abstratas, a ponto de Montesquieu referir-se a elas como elementos dinâmicos da história – os homens criam as instituições e estas criam homens melhores do que os precedentes, dizia –; Diderot afirmava que as instituições velhas eram más e as novas, boas e Rousseau precisava que elas seriam boas somente quando o indivíduo delas participante se sentisse parte de um todo.

Quatro lições importantes: a primeira configura a instituição como o resultado de um ato de vontade; a segunda atribui-lhe a responsabilidade pelo progresso da história; a terceira afirma que as antigas sempre caducam e às novas cabe realizar o progresso; e a quarta que de certo modo representa o todo social, único lócus de realização do indivíduo. Cada lição tem naturalmente seus condicionantes conjunturais e sua parcela de verdade e, se absoluta, de equívoco.

O que significam essas lições para o IHGB, hoje? Elas podem balizar a prioridade principal do Instituto: que é atualizar-se, respondendo aos desafios do momento. Desafios que são globais e nacionais, materiais e simbólicos, culturais e científicos. Nada diferente do que temos constatado ao longo do período em que estivemos à frente da Casa da Memória Nacional, mas cuja persistência nos dá o quilate e a magnitude do repto.

A velocidade das mudanças em tantas áreas faz parecer a expressão “aceleração da história” pouco expressiva, se pensarmos que ela foi criada

1 – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

pelos historiadores da Revolução Industrial – da primeira! – para se referir ao torvelinho de acontecimentos que mudou a Europa Ocidental e notadamente a Inglaterra entre 1760 e a época napoleônica. Em cinquenta anos houve mudanças profundas em relação aos seis mil anos anteriores de predomínio da agricultura, mas se pensarmos em nosso mundo de há cinquenta anos percebemos que a aceleração... acelerou-se mais ainda. Na década de 1960 transitávamos da segunda revolução industrial, a da siderurgia e do petróleo, para a terceira, a eletroeletrônica e agora passamos para a quarta, a do conhecimento; não tinha ocorrido a revolução agrícola do aumento de produtividade e os profetas neomalthusianos pregavam uma catástrofe próxima no Clube de Roma; homens e mulheres distinguiam claramente seu trabalho em escritórios de sua vida doméstica; não havia computadores pessoais, nem telefonia celular, nem internet, GPS ou digitalização de documentos.

No universo político, os Estados eram as grandes personagens das relações de poder, suas políticas externas eram ditadas pela lógica leste – oeste da Guerra Fria e as ideologias em confronto pareciam irredutíveis, embora nascidas ambas do mesmo ambiente racionalista dos séculos XVIII e XIX. Menos de duas gerações depois, aos Estados tradicionais agregaram-se novas agências de poder, como as ONGs, os organismos internacionais de caráter institucional, os grupos terroristas e até o crime organizado. A guerra, tão simétrica desde a Revolução Francesa, tornou-se assimétrica, de modo que não se parece com outros conflitos recentes: nada mais parecido hoje com o conflito da Síria do que a Alemanha na Guerra dos Trinta Anos.

O universo da pesquisa científica, por sua vez, modificou-se e reestruturou-se, com novas unidades de investigação se acrescentando aos produtores tradicionais – as universidades –, com inusitada disponibilidade de dados para os pesquisadores, facilidades de publicação física e virtual e uma organização em rede na maioria dos campos de investigação que simplesmente não existia.

O universo da cultura também sofreu transformações, com produções em diferentes áreas e constituição de diferentes públicos que exige reconsiderações profundas, quer de criadores, quer de consumidores, quer de depositários de acervos.

Todas essas mudanças envolvem imenso elenco de desafios para cada um de nós individualmente e no âmbito de nosso universo de atuação e de referências. O que significam para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro?

A óbvia necessidade de permanentemente atualizar-se, é certo. Trata-se do *que fazer*. Quanto ao *como fazer*, podemos nos socorrer das balizas a que nos referimos.

Em primeiro lugar, optando por um ato de vontade. A instituição como *persona ficta* de Inocêncio IV é também *representata* e somos nós, sócios e dirigentes do IHGB, os seus representantes. Queremos levá-la adiante, enfrentando os desafios, como fizeram nossos antecessores ante outras conjunturas, ou renunciaremos ao exercício da nossa vontade?

Feita a opção – e ela só pode ser pelo enfrentamento dos desafios – ficam as lições iluministas, que podemos glosar desta maneira: sim, a instituição permanece viva na medida em que consegue produzir ou atrair novos homens que a sustentem e façam avançar; que se identifiquem com ela e lhe deem seu pertencimento; que a renovem, sem perder sua tradição.

Para isso precisamos todos, sócios e dirigentes, atender a dois requisitos: sermos homens de nosso tempo e fazer o que precisa ser feito.

Homens de nosso tempo... O que é exatamente isso?

Historiadores e cientistas sociais de modo geral sabem responder por que foram treinados em suas especialidades para isso, e o fazem dessa forma quase espontaneamente. Olhamos para nosso objeto, no caso dos historiadores o passado, com instrumentos intelectuais – teorias, métodos, hipóteses, dados – e também com empatia. Não com nostalgia: não queremos estar no passado ou que o passado seja presente; queremos entender do melhor modo possível o que aconteceu para compreender onde estamos e por que estamos aqui.

Nossos meios são os testemunhos, tornados documentos; mas eles são exatamente isto, meios para responder às nossas perguntas sobre o passado. A erudição – os meios – não se constitui um fim em si, é o instrumento do qual nos valem para tornar inteligíveis e logicamente coerentes as respostas.

Conta-se que Henri Pirenne, o grande medievalista, viajou certa vez à Suécia, interessado em conhecer um tema local. Em Estocolmo, seus anfitriões perguntaram-lhe o que gostaria de ver primeiro: a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, algum Museu, algum arquivo específico? “Não”, respondeu Pirenne, “gostaria de assistir a uma sessão do Parlamento, para perceber um pouco do comportamento dos suecos”.

Homem de seu tempo, precisava primeiro conhecer como se comportavam seus contemporâneos escandinavos para só então recuar no tempo e entender a sociedade que os precedera.

Se não compreender sua contemporaneidade, se for apenas coetâneo de seu próprio tempo – e há em todas as sociedades modernas coetâneos que vivem em diferentes tempos históricos, verdadeiros ou imaginados – dificilmente conseguirá ser um bom historiador e também dificilmente poderá entender as necessidades de uma instituição. E tanto mais acelerada a mudança em seu tempo, tanto mais atento para as transformações precisará estar.

Fazer o que precisa ser feito... Nem sempre é fácil; aliás nunca é fácil, porque não se trata de fazer ou não fazer, mas de escolher entre prioridades a serem feitas. Podemos ser tomados pela perplexidade, em alguma situação, constatando machadianamente que “a confusão é geral”; mas logo precisamos sair da inércia e escolher uma prioridade.

Em situações radicais, a opção se impõe por si mesma. Reza a lenda pombalina que quando o rei D. José I, apavorado com as consequências do terremoto, perguntou a seu ministro o que fazer, esse teria respondido: “Enterrar os mortos e cuidar dos vivos.” Era o óbvio e Carvalho e Melo não precisaria converter-se em Pombal para responder assim.

A maioria das situações de mudança é mais sutil e o leque que se abre, muito maior. Mas não são menos demandantes. Francis Bacon, num texto pouco conhecido mas muito sábio, como tudo nele, intitulado “Das Inovações”, dizia que “aquele que não quer aplicar novos remédios deve esperar novos males, pois o tempo é o grande inovador”. E não por acaso ele também vivia um tempo de intensas transformações.

No caso do Instituto, sabemos que precisamos permanecer fiéis a nossos valores, valores que desde 1838 embasam nossas finalidades definidas estatutariamente, perseguidas pela prática institucional refletida em nossas ações e estampada, como documento vivo, nas páginas de nossa Revista centenária. O espírito científico, o interesse pela pesquisa, a vontade de divulgar o conhecimento e o intercâmbio intelectual são finalidades que se fundamentam afinal num valor – síntese, o humanismo. Implícito ou explícito, ele percorre transversalmente a história do IHGB, dos fundadores ao século XXI.

Sabemos que devemos preservar documentos e produzir conhecimento, de modo que continuemos a ser um ponto de referência para a pesquisa no Brasil e sobre o Brasil. Nossos arquivo, biblioteca, hemeroteca, mapoteca e museu precisam ser bem trabalhados tecnicamente e bem equipados materialmente. Pode haver alguma dúvida que em época de aceleração tecnológi-

ca, a prioridade deve ser dotá-los de meios adequados para seu desempenho ótimo?

A produção de conhecimento está na atividade de todos nós e por isso aqui ingressamos. Temos de canalizar no Instituto esta atividade, para que a produção de cada um contribua para o fortalecimento da instituição e se explicita em eventos científicos e em publicações, inclusive na Revista.

A construção da memória sempre foi, no IHGB, a outra face da produção de conhecimento. Em 1838 tratava-se não apenas de construir uma história do Brasil, cientificamente organizada, mas uma identidade nacional que implicava uma série do que chamamos hoje de “estratégias da memória”.

É oportuno lembrar, a este propósito, que estamos no segundo centenário de nascimento de Francisco Adolfo de Varnhagen, barão e visconde de Porto Seguro, colaborador de primeira hora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e por toda a vida, além de, numa de suas fugazes estadas no Rio de Janeiro, secretário da Casa e fundador de nosso Museu.

Varnhagen foi certamente o historiador que melhor conjugou as duas vertentes do IHGB, a da investigação histórica e a do cultivo da memória nacional. Devemos-lhe a edição de Gabriel Soares de Sousa, o “Tratado descritivo do Brasil em 1587”, título aliás dado por ele, do “Diário da Navegação” de Pero Lopes de Sousa, da “Descrição do Maranhão” de Heriarte, entre tantos outros documentos divulgados a partir do Instituto. E devemos, claro, a “História geral do Brasil”, a “História das lutas contra os holandeses” e a “História da Independência”, além de outros trabalhos científicos. Mas também contribuiu no Instituto e fora dele para a construção da identidade nacional, pela valorização daqueles brasileiros que se distinguiram por três aspectos: as virtudes, com que atendia à religião, vista como indispensável para a coesão moral da nação; as letras, em que destacava a produção intelectual; e as armas, que asseguravam a integridade territorial. Este Pantheon que construiu nas páginas da Revista e que depois seria ampliado por outros autores correspondia à elaboração que se fazia no século XIX na Europa e por toda a América para acentuar a identidade e o nacionalismo – eis também Varnhagen “homem de seu tempo”.

Sabemos que precisamos difundir a cultura e disseminar a informação que possuímos. Para tanto não bastam a Revista e outras publicações e as exposições que fazemos e continuaremos fazendo. Precisamos alcançar mais longe, colocando *on line* o maior número possível de elementos para a pesquisa e informações culturais que contribuam para o desenvolvimento do país. Essa necessidade demanda investimentos na infraestrutura tecnológica, pelos quais optamos e continuaremos optando, de modo a fazer pelo Brasil

no século XXI o que fizeram por ele no século XIX os primeiros membros do Instituto.

Sabemos que precisamos continuar o estreitamento de nossos laços com os Instituto Históricos Estaduais e, por meio deles, com os municipais, de modo que tenhamos uma rede científica e cultural que nos permita atuar positivamente no conhecimento científico, no patrimônio cultural e nas atividades culturais e educacionais. Mais demandas e mais prioridades.

Sabemos que precisamos manter ativos os laços entre nós, membros do IHGB residentes no Rio de Janeiro e correspondentes espalhados pelo Brasil e pelo mundo. Contatos, colaborações, presenças mútuas precisam ser estreitados, para que todos se sintam partícipes de um belo projeto científico, cultural e patriótico comum. Ainda uma prioridade.

Sabemos, por último, que precisamos manter condignamente nossa sede e apoiar, embora com recursos espartanos, alternativas externas e alguma imaginação as atividades de nossos sócios. Novas prioridades, algumas cogentes, como obras inadiáveis, mas que vão sendo enfrentadas com ânimo renovado.

Inovar para atender à mudança, mantendo o espírito e a tradição. Esta a lição de hoje e de sempre, simples e sábia. A partir dela definiremos nossas prioridades e faremos nossas escolhas, certos de que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro será sempre uma boa e nova instituição, porque saberá ser contemporâneo de seu tempo, ao mesmo tempo afirmando a fidelidade a seus valores.

Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio Herculano Gomes Mathias

HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DE HERCULANO GOMES MATHIAS

CYBELLE DE IPANEMA¹

Louvável a iniciativa do presidente Arno Wehling de comemorarmos, ultimamente, os centenários dos associados que, quase todos, conviveram conosco. Caso de Herculano Gomes Mathias que, a par do trato amável, do relacionamento lhano com os confrades, na CEPHAS e em reuniões variadas do Instituto, deixou-nos vastíssima bibliografia, aporte utilíssimo a pesquisas, no e fora do Instituto.

Se falamos em vastíssima, não exageramos, de algum modo, pois número também conta. Em levantamento dele mesmo, em julho de 1991 (faleceu em 2002), relaciona: 28 obras publicadas, 93 colaborações na imprensa, 35 conferências, além de outras produções, como diafilmes, para o Instituto Nacional do Cinema (5), 6 roteiros e *scripts* para filmes de curta-metragem, além de numerosos verbetes para a Enciclopédia Luso-Brasileira, o que totaliza acima de 165 registros.

Não sendo de estranhar, cada um de nós reserva a si determinado (ou vários) campos da História – Geral ou do Brasil – onde se especializa, de que tem maior apreço, a que se apega como (infelizmente não dá...) território seu.

Assim como temos a José Bonifácio, o “Homem da Independência”, o reconhecido Patriarca, o articulador, cabe-nos – glória do Instituto – o Herculano, “nosso” Homem da Inconfidência: dos Autos da Devassa, da documentação dos inconfidentes, terra de Minas Gerais – inclusive importantíssimo recenseamento na capitania, em 1804 –, aspectos do Tiradentes etc. Recortamos de sua bibliografia, entre obras de fôlego e contribuição em periódicos e demais, 34 itens relacionados com o tema. De todos, ressalta a edição, em 10 volumes, patrocinada pela Câmara dos Deputados dos complexos trâmites, interrogatórios, acareações, julgados, processos do evento na Minas Gerais dos setecentos: *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira* – para cuja elaboração, se assumiu Herculano a *supervisão, planejamento, coordenação e redação da Introdução geral, bem como das explicações introdutórias de todos os tomos de que foi, igualmente, anotador*. A Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais responsabilizou-se pela monumental edição que se estendeu

1 – Sócia emérita e Primeira-Secretária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

– sem os volumes corridos, editados dentro das possibilidades e circunstâncias – de 1976 a 1983 – sete anos de muito empenho etc. etc. etc.

Tínhamos, e foi o grande apoio de pesquisas anteriores, a edição, em sete volumes, dos *Autos da Devassa*, da Biblioteca Nacional, com nota introdutória de Rodolfo Garcia, entre 1936 e 1938, sem descartar outros, em Minas, que também acolheram o assunto com paixão. O herói Tiradentes, “proto-martir da Independência”, sempre acendeu na imaginação popular a ligação da nação o patriotismo.

No contexto do movimento, de suas implicações, das figuras centrais, que nos ofereceu Herculano Gomes Mathias? Por exemplo, *Tiradentes através da imagem* (1969), *A Inconfidência Mineira* (1989), “Da Inconfidência à Independência” (AMHN, 1972), “Os mapas gerais dos quintos”, “Subsídios para a biografia do abridor de cunhos João Gomes Batista” (discurso de posse no IHGB, 1966), “Inconfidência e inconfidentes”, “O Instituto Histórico e a Inconfidência Mineira”. “Voltando às Cartas Chilenas” (AMHN, 1969), “Cronologia da Inconfidência Mineira” (1990). “Novas revelações sobre os Inconfidentes e os artistas coloniais mineiros” (1965), “Tiradentes, aspectos inéditos” (1968) e mais.

Porém o que trazemos desse carioca que mergulhou na História de Minas não fica aí. Nascido em 23 de dezembro (aniversário também de Pedro Calmon), com estudos iniciais no Colégio Salesiano de Santa Rosa (Niterói) e Curso Jurídico no Rio de Janeiro, enveredou por muitos ramos da bibliografia em pesquisas acuradas, em edições bipartidas com vultos eminentes das letras pátrias. Um exemplo, uma *História do Banco do Brasil*, em colaboração com Afonso Arinos de Melo Franco, 1ª edição com 2 milhões de exemplares (1978) e uma 2ª, dez anos depois, com outros 2 milhões, ambas sob o aval de Bloch Editores S.A.

Deu substancial colaboração a órgãos oficiais como a entidades particulares: foi chefe da Divisão de Documentação e Divulgação do Museu Histórico Nacional, por 17 anos; a Fundação Calouste Gulbenkian concedeu-lhe uma Bolsa, em 1968, em Portugal, para pesquisar no Arquivo Histórico Ultramarino; foi assessor bibliográfico de Bloch Editores S.A., no período de 1977 a 82; consultor e redator da *Revista Geográfica Universal*; diretor do Arquivo da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro, por nove anos, além de consultor do Almanaque Abril.

Carioca, escreveu sobre sua terra, entre outros, *História ilustrada da Cidade do Rio de Janeiro*, “O Palácio do Catete”, “O comércio do Rio de Janeiro na época da Independência”, “Uma questão histórica: Rio de Janeiro versus Estado da Guanbara”, “Incêndios no Rio de Janeiro Colonial”, “Ecos

da Inconfidência Mineira no Rio de Janeiro” e por aí vai. Grande contribuição “cariocal”. Permitimo-nos o neologismo, porque de carioquice, estamos fartos...

Deixou estudos sobre Debret e sua Viagem Pitoresca, *idem*, de Rugendas e a *Viagem Pitoresca através do Brasil, História do Brasil*, com prefácio de Pedro Calmon, textos sobre Getúlio Vargas, D. Pedro II, o algodão, o ferro, a Revolução Francesa, Nova Friburgo, D. Pedro I, Governadores e vice-reis, construção naval no Brasil, Cochrane, Frei Caneca, a invicta cidade do Porto, a Flórida, Veneza, o Cairo, casamentos bérberes nas montanhas de Marrocos, presidentes da República, primitivas técnicas de construção na África Ocidental, fontes de pesquisa histórica no Arquivo Nacional e para o Segundo Reinado...

Ah! Antes de que nos esqueçamos. Herculano foi um apaixonado enxadrista, tendo sido campeão universitário e presidente da Federação de Xadrez do Rio de Janeiro, em 1976.

E não escreveu sobre o jogo de concentração? Claro, “Machado de Assis e o jogo de xadrez”, nos *Anais do Museu Histórico*. Aliás, Machado foi também uma sua preocupação bibliográfica.

No seu centenário de nascimento, lembrado hoje, como o de outros – poucos – até em vida, como o almirante Helio Leoncio Martins, já com 101, perpassamos a trajetória de atuação nas letras de um incansável trabalhador da História, Herculano Gomes Mathias, mas também um sócio prestante que foi efetivo (hoje, chamado titular), em 1966, com o beneplácito de numerosos confrades, e benemérito (emérito atual), em 1985. Pertenceu a Comissões Permanentes, aliando encargos inerentes com a presidência da Comissão de História.

Que possamos sempre trazer à luz as carreiras trilhadas por consócios, de que sempre muito se abeberará nelas, que o Instituto porfia em guardá-las nas “Pastas de sócios” e nas páginas do Projeto “Memória dos Sócios”. Que assim seja!

Sessão em homenagem ao sesquicentenário de nascimento do sócio Euclides da Cunha

OS DISCURSOS DE EUCLIDES DA CUNHA

ALBERTO VENANCIO FILHO¹

No ano de 1966, centenário de nascimento de Euclides da Cunha, o Instituto realizou um curso de quatro conferências; falaram três especialistas: Elmano Cardim, tratando de alguns aspectos de *Os Sertões*, Olímpio de Souza Andrade, apreciando trabalhos esparsos do escritor e Francisco de Assis Barbosa, examinando a obra do escritor por meio de sua vida.

O quarto expositor, indicado pela amizade generosa de Francisco de Assis Barbosa, foi um jovem que recebera do lar paterno o interesse e a admiração por Euclides, e se habilitava apenas *par droit de naissance*. De fato, sua exposição “Euclides da Cunha e seus amigos” era síntese baseada na correspondência do escritor publicada em 1938 no livro *Euclides da Cunha a seus amigos*, de autoria de Francisco Venancio Filho, meu pai, a quem rende o preito de uma grande saudade.

Hoje, passados cinquenta anos, aquele jovem não é mais tão jovem, mas conserva, na expressão de Euclides nesta Casa, “alguns restos de mocidade” e vem renovar a expressão de entusiasmo e admiração pelo grande escritor.

Em conferência pronunciada em agosto de 1943, em São José do Rio Pardo, Afrânio Peixoto, o grande euclidianista e sucessor na cadeira número 7 da Academia Brasileira de Letras, falou sobre o “Outro Euclides, o que resta de *Os Sertões*”, dizendo: “Mais além de *Os Sertões* não há nada mais? Haverá de convir que sobra muitos, mas que, inexplicavelmente, somos omissos, como se não fosse Euclides e do melhor Euclides. E o outro Euclides, o que sobra de *Os Sertões*. E é igualmente maravilhoso.”

É um quinhão maravilhoso de Euclides da Cunha que vamos examinar nesta exposição de três discursos: a publicação de *Os Sertões* o conduziu à eleição para a Academia Brasileira de Letras e para este Instituto e em consequência o discurso de posse neste Instituto, e o de posse na Academia Brasileira de Letras, a que se junta uma conferência no Centro XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo.

Os discursos tiveram pouca repercussão.

1 – Sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O discurso da Academia foi incluído no livro *Contraste e Confronto*; a conferência *Castro Alves e seu tempo* foi publicada em plaquete pela Imprensa Nacional em 1907 e pelo Grêmio Euclides da Cunha, em 1919, daí em diante por muito tempo sem qualquer divulgação o discurso do Instituto, publicado na Revista do Instituto, e só nas obras completas foram divulgados.

E os estudiosos que examinaram a obra de Euclides que excede *Os Ser-tões* pouco se ocuparam desses discursos. Afrânio Peixoto, examinando a obra geográfica do autor no discurso de posse, não fez nenhuma menção aos três discursos. Também Olímpio de Souza Andrade nesta Casa só se refere ao discurso nesta Casa, omitindo referência aos dois outros.

Candidato à Academia obteve o apoio discreto de Machado de Assis e o apoio ostensivo do Barão do Rio Branco.

Agradecendo este último apoio:

É com a mais completa franqueza que por acaso desejasse qualquer recompensa pelos serviços prestados à nossa terra, não poderia ser maior, mais valiosa e mais digna do que aquela carta, que hei de sempre guardar como um verdadeiro prêmio.

Euclides, temperamento nervoso, se preocupa com a eleição, uma vez que morava fora do Rio.

E numa expressão de pessimismo: “Creio que a Academia não ganhará grande coisa com a minha presença.”

A Escobar: “Se não triunfar tenho em compensação a elite dos nossos homens de talento ao meu lado. Não tenho outra vitória.” Para Coelho Neto mostra o temor de que alguns acadêmicos não votem distraídos pelo acontecimento: “Estou longe a braço com esta profissão e a minha candidatura ainda pode sossobrar.”

Eleito em 20 de setembro, com 24 votos, tendo como concorrentes Xavier Marques, Silvino Gurgel do Amaral e Domingos Olímpio. E escreve a Machado de Assis, eleito: “Não sei de nenhum outro posto mais elevado neste país.” A praxe acadêmica impõe ao novo membro o compromisso de falar sobre o patrono da cadeira, no caso Castro Alves e o antecessor Valentim Magalhães.

De Valentim Magalhães certamente Euclides então teria pouco conhecimento, mas com a probidade habitual se dirige a Max Fleiuss, colaborador do homenageado na revista *A Semana*: “Renovo o pedido que lhe fiz para enviar-me os documentos que puder dispensar relativo ao nosso Valentim Magalhães.” E acrescenta: “Terei com ele os cuidados que se tem com os

verdadeiros relicários, pode confiar – mas certo da restituição, que fará pessoalmente, quando estiver em novembro para tomar posse no meu lugar no Instituto.”

O prestígio do livro não alterou a sua vida profissional. Residia em Lorena, engenheiro da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo com dificuldades pessoais e profissionais.

A missão do Purus o afasta do Rio e só tomara posse em 1906.

E nesse momento e com estas palavras Euclides da Cunha iniciou o seu discurso de posse na Academia Brasileira de Letras:

Há dois anos entrei pela primeira vez naquele estuário do Pará ‘que já é rio e ainda é oceano’, tão ineridos estes fáceis geográficos se mostram à entrada da Amazônia. Mas contra o que esperava não me surpreendi.

O desejo de conhecer a Amazônia estava presente em seu espírito. Em carta a Luis Cruis de 1903 diria:

Alimento há dias o sonho de um passeio ao Acre, mas não vejo como realizá-lo. Nestas terras para tudo faz-se mister o pedido e o empenho, duas coisas que me repugnam. Elimino, por isso, a aspiração em que talvez pudesse prestar algum serviço.

O sonho tornou-se realidade, graças à designação do Barão do Rio Branco. Saltando em Belém e visitando o Museu do Pará, encontrou dois sábios, Emílio Goeldi e Jacques Huber, com quem “atravessa duas horas maravilhosas”. Ao final levou “uma monografia que estuda a região que me parecera tão desnuda e monótona”.

Salteou-me, afinal, a comoção que eu não sentira. A própria superfície lisa e barrenta era mui outra. Porque o que se me abria às vistas desatadas naquele excesso de céus por cima de um excesso de águas.

E lembrava (ainda incompleta e escrevendo-se maravilhosamente) uma página inédita e contemporânea do Gênesis. Compreendi o ingênuo anelo de Cristóvão da Cunha: o grande rio deveria nascer no Paraíso.

E confessava:

O que eu, filho da terra e perdidamente namorado dela, não conseguira, demasiando-me no escolher vocábulos, fizera-o ele usando um idioma estranho gravado do áspero dos dizeres técnicos. Avaliei então quanto é difícil uma coisa trivialíssima nestes tempos, em que os livros estão atulhando a terra, escrever....

E caracterizando outro contraste:

E aquela preocupação, meus eminentes Confrades, é a mesma que me constrange no momento de ocupar a Cadeira que solicitei e a vossa bondade me emprestou. Não sendo esta investidura uma consagração, mas um tácito compromisso de alhear-me por outros trabalhos até a vossa nobilitadora simpatia, imaginei os meus desalentos diante de uma tal empresa.

E mais adiante: “Em outro contraste, falando com reserva.”

Avalia o meu embaraço ao ocupar a cadeira de Castro Alves. Estou, mais uma vez, ante uma grandeza que à primeira vista não admiro, porque não a compreendo, dobrando os joelhos diante de todas as virtudes e aformoseando todos os pecados. Recito-lhe os versos; e o breve trecho, sobretudo se insisto na maneira que tanto o extrema dos demais cantores, o meu espírito fatiga-se, sem essa intensa afinidade de estímulos que forma o parentesco virtual entre o pensador e os que o leem.

Com efeito, a nova impressão, verdadeiramente artística, que eu levava, não me tinham inspirado os períodos de um estilista. O poeta que a sugerira não tinha metro, nem rimas: a eloquência e o brilho dava-lhos o só mostrar algumas aparências novas que o rodeavam, escrevendo candidamente a verdade.

Euclides comenta que Castro Alves, assim como outros representantes naturais de nossa raça é ainda um incompreendido, pois não temos uma ciência completa de nossa própria base física de nossa nacionalidade, não temos ainda uma história. Não aventura um paradoxo, pois temos anais como os chilenos.

E nessa linha acudiu-lhe o pensamento de Macaulay no demarcar nesta esfera literária um comum de fantasia e da razão, destinado aos eleitos que sejam ao nosso tempo Filósofo e Poeta. E então recordava numa visão histórica “como a mais nobre de nossas lutas, a campanha abolicionista, que vindo do princípio do século XIX, da ditadura mansa de D. João VI aos últimos dias do Império de Hipólito da Costa de Joaquim Nabuco foi a “guerra dos cem anos”, da liberdade civil de nosso país. E considerando-a se não em sua mais decisiva “volta ao poeta” eu não me afadigaría em alinhar tantas linhas inexpressivas”.

Recitaria a Vozes D’África.

“Castro Alves foi dos nossos últimos românticos”. Depois dele, em todo o período que vem de 1875 até hoje, temos mudado muito e vamos mudando ainda, sem que se note uma situação de parada, das que se fazem ao menos para se avaliar quanto se andou.

E vem a abordagem histórica:

É natural. Realizamos duas empresas a que nos impeliam as nossas tradições e vamos agora arrebatados nas correntes novas que delas se derivaram. Mas,

infelizmente, a par destas energias próprias, tivemos-las estranhas. O quinquênio de 1875-1880 é o da nossa investidura um tanto temporã na filosofia contemporânea, com os seus vários matizes, do positivismo ortodoxo ao evolucionismo no sentido mais amplo, e com as várias modalidades artísticas, decorrentes, nascidas de ideias e sentimentos elaborados fora e muito longe de nós.

Do que se depreende desses dois discursos é que o empenho de Euclides da Cunha não é o de aprofundar na análise literária do autor, mas enquadrar esta obra em sua época, trazendo os subsídios históricos em sínteses expressivas para exata compreensão.

Poder-se-ia aplicar o que definiu a respeito de Azeredo Coutinho:

“O vosso espírito vezado às generalizações brilhantes em detrimento das especializações fecundas.”

Valentim Magalhães pertenceu à geração de jovens escritores que se juntando à geração mais velha, entre outros, de Machado de Assis, Joaquim Nabuco e Pereira da Silva, fundou em 1896 a Academia Brasileira de Letras.

Autor de obra extensa, praticou todos os gêneros literários. Jornalista, fundou *A Semana*, revista de grande repercussão na época, propugnando pela abolição e pela república, da qual foi colaborador em certa fase Max Fleiuss, figura de destaque desta Casa, romancista, poeta, contista, teatrólogo, se destacou também na polêmica, mas sua obra não perdurou.

Euclides da Cunha estuda a figura de Valentim Magalhães, enquadrando-o em sua época.

De 1860, ao levantar-se o preamar democrático, simbolizado em Teófilo Ottoni e rugindo na “Mentira de bronze” de Pedro Luis, a 1870 e 1875, quando a monarquia perdeu, uma após outra, as muletas da aristocracia territorial e da Igreja – foi tão intensiva a decomposição do antigo regime que o simples enfeixar as frases acerbas dos maiores chefes de seus partidos é uma missão de Tácito, e não se compreende que se perdesse tanto tempo pra realizar-se o passeio marcial de 15 de novembro de 1889.

A geração de que ele foi a figura mais representativa devia ser o que foi: fecunda, inquieta, brilhantemente anárquica, tonteando no desequilíbrio de um progresso mental precipitado a destoar de um estado emocional que não poderia mudar com a mesma rapidez; e a sua vida, a sua carreira literária vertiginosa, toda disposta a nobilíssimas tentativas reduzidas a belíssimos preâmbulos, a nossa própria vida literária, impaciente e doidejante, brilhando fugazmente à superfície das coisas, inapta às análises fecundas pelo muito ofuscar-se com as lantejoulas das generalizações precipitadas.

A miragem do Encilhamento atraiu Valentim Magalhães com descrição de Euclides:

De 1889 a 1895 houve aparente descanso. A República, feita numa madrugada, criara a ilusão de grandes coisas feitas da noite para o dia. Valentim, como todos, vacilou na vertigem geral. Ordinariamente se acredita que o empolgasse o anseio da fortuna fácil, naquela quadra que a ironia popular ferreteou com o nome de “encilhamento”. Com efeito, salvante alguns artigos esporádicos, o incansável homem de letras parecia mudado num infatigável homem de negócios. E fundou – como toda a gente – uma companhia.

E comentando os intelectuais da época, “figuras tão díspares” se refere a Valentim Magalhães:

Ora, Valentim Magalhães foi a figura representativa no meio de tão díspares tendências, por isso mesmo que lhe faltou sempre uma diretriz à atividade dispersiva. As condições do meio e a sua índole arrastaram-no demasiado a vida exterior e para sua infinita instabilidade.

Valentim Magalhães propugna por uma Ideia Nova, que se conjugava ao “bando de ideias novas” de Silvio Romero, que ele descrevia em versos.

Deus habita a consciência

O coração descerra aos ósculos do bem

O cálice purpurina

Vem perto a liberdade.

É esta a ideia, mas que para Euclides “era uma coisa muito velha, uma curiosa infantilidade de cabelos brancos, ou uma novidade de cem anos”.

E tratando da política externa, empolgado que estava com a política do Barão do Rio Branco:

Senhores. Temos mudado muito. Partiu-se nos últimos tempos o sequestro secular, que nos tornava apenas espectadores da civilização. A nossa política exterior conjugou-se com a internacional. O descortino dilatado de um estadista, depois de engrandecer-nos no espaço, engrandeceu-nos no tempo. Na última conferência de Haia, o Velho Mundo escutou, surpreendido, uma palavra de excepcional altitude. Pense que seremos em breve uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade.

E conclui:

Terminemos. Faltou sem dúvida a Valentim Magalhães essa concentração intelectual que é o segredo dos gênios e dos medíocres: um espírito a dobrar-se, a revirar-se, desesperadamente, em alguns pensamentos exclusivos e impassível aos reagentes da vida exterior.

Silvio Romero, ao receber Euclides da Cunha na Academia Brasileira de Letras, em longo discurso, teceu considerações sobre a situação social e política.

Declara que: “a Academia recebe em seu seio um poderoso escritor, mas que pode colocar ideias além de pronomes, porque estuda e realiza, porque sabe ver e inquirir.”

E afirma:

Vós, Sr. Euclides da Cunha, em vosso discurso, aludindo célere de raspão aos nossos desvarios e aos nossos desengonçados a tumultuar esforços e planos de reforma, dizer que sofremos da vesânia de reformar pelas cimalthas.

E mais adiante: “É o caso de concluir convosco, Sr. Euclides da Cunha; ou nos transformamos pela base ou sucumbiremos.”

Euclides da Cunha pronunciou uma única conferência em 2 de dezembro de 1907, a convite de estudantes do Centro Acadêmico XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo. Em carta a Vicente de Carvalho, Euclides declara ter respondido ao Presidente do Centro aceitando a incumbência, mas não há outras referências a respeito.

Nessa conferência pronunciada um ano após o discurso de posse, tratou de Castro Alves, mas sem repetição, fica nas ideias gerais, embora estude a obra do autor de *Espumas Flutuantes*.

Afirma:

À restrição de sua figura literária, correspondeu um alargamento na história. O fantasista imaginoso transmutou-se. Revendo-o, vi o aparecimento, quase inesperado, de uma fase nova na evolução da nossa sociedade.

Ora, o grande poeta, motivo essencial desta assembleia, apesar da diminuta distância que no-lo separa, mais do que nenhum outro retrata, na sua nomeada variável, o contraste dos dois critérios históricos rapidamente bosquejados.

E oportunamente:

É o que nos diz que, nesta vida, em qualquer dos rumos percorridos, quer nas pesquisas da ciência, quer na contemplação artística, quer nos inumeráveis aspectos da ordem prática, devemos submeter a nossa imaginação à nossa observação, porém de modo que esta não anule aquela: isto é, que os fatos, reunidos pela ciência, não se agreguem numa pesada e árida erudição, e só nos tenham a valia que se derive de suas leis.

A transcrição dos versos do poeta é reduzida, mas comenta que “folheando os velhos cadernos de cálculo transcendente, deletreando aquelas páginas, salteiam-me singularíssimas surpresas.

Aqui, num breve espaço em branco, na trama dos riscos de uma coisa que se chama equações binômias, e nunca mais vemos na vida prática, fulgura, iluminando a folha toda:

República! voo ousado

Do homem feito condor..

além, enleada de sigmas, de alfas e de gamas cabalísticos, divisa-se

A catapulta humana – a voz de Mirabeau!

mais longe, seguindo um ramo de parábola, no seu arremesso eterno para o infinito, estira-se

o trilho que Colombo abriu nas águas.

Como uma Iris no pélagos profundo.

Ao afirmar “defrontado o nosso poeta e a sociedade de seu tempo e vendo-a aparecer quando ela de feitos, se afigura despertar de um demorado sono, se demonstrara um breve lance de vistas sobre o passado”.

E prossegue:

“Com efeito, não sei de nenhuma raça que, como a nossa, despertou nestes tempos, depois do mais profundo, aparelhando-se à carreira para alcançar a marcha progressiva de outros povos.” E após uma das sínteses expressivas:

“Basta considerar-se que somos o único fato de uma nacionalidade feita por uma teoria política.”

E numa explicação, conclui:

O aparecimento de Castro Alves, certo oportuno, como o de todo grande homem, é, em grande parte, inexplicável. Ele não teve precursores na sua maneira predominante. Os grandes pensamentos, sociais ou políticos, que agitou não lhe advieram, como em geral sucede, de longas ou bem acentuadas correntes nos agrupamentos que o rodeavam. Pertenciam, plenamente generalizados, à sua época. Nasciam do patrimônio comum das conquistas morais da humanidade. A sua grandeza está nisto: ele os viu antes e melhor do que os seus contemporâneos.

Mas tem uma página de total otimismo:

Pense que seremos em breve uma componente nova entre as forças cansadas da humanidade. E, se isto suceder, se não for uma miragem esta visão do futuro; se chegarem, de fato, os novos tempos que se anunciam, em que nos tornaremos mais solidários com a evolução geral, dando-lhe o melhor da nossa afetividade originária e a fortaleza vivificante do nosso idealismo nativo – então a modestíssima “herma”, alevantada ao mais intrépido dos nossos pioneiros do ideal, germinará estátuas há de avultar, maior, no rejuvenescimento

da nossa terra, como avulta nas vossas almas de moços, a figura escultural do poeta, que deveis admirar sempre, como hoje o admirais, quaisquer que sejam os vossos desapontamentos futuros inevitáveis.

O discurso no Instituto é curto, em decorrência do tempo limitado entre a eleição e a posse, em tom mais coloquial e sobretudo revela a total descrença da República que vinha de longe.

Em carta a Reynaldo Porchat de 1892, falava de corrupção política:

“A verdade é que o estado atual do nosso país se define de um modo tão perigoso, em função da corrupção política. Não falemos, porém, em política, não enumeremos desastres – não arquivemos catástrofes.”

Em carta ao sogro, é a descrença nas pessoas:

Imagina o Sr., que o Benjamim Constant, meu antigo ídolo e homem pelo qual era capaz de sacrificar-me, sem titubear e sem raciocínio, perdeu a auréola, desceu à vulgaridade a um político qualquer, acessível ao filhotismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado.

Em fevereiro de 1894, uma bomba foi colocada no jornal *O Tempo*. O senador João Cordeiro sugere o fuzilamento dos desordeiros. Euclides envia carta de protesto publicada na *Gazeta de Notícias* e polemiza com o Senador de uma nova carta:

Há nos sentimentos que ambos tributamos à República uma diferença enorme: S. Ex. tem por ela um amor tempestuoso e cheio de delírios de amante, eu tenho por ela os cuidados e a afeição serena de um filho. O futuro dirá quem melhor cumpriu o seu dever.

Em carta de janeiro de 1895, ao general Solon:

Às vezes creio que a nossa República atravessa os piores dias. Esta reação monárquica tem afinal aliança das nossas desgraças políticas e tremo às vezes, imaginando um sucesso que por isso mesmo que é um absurdo pode-se realizar na nossa terra.

Também será o que falta para completar a nossa desmoralização perante o mundo.

A pior posição será a nossa, a dos republicanos de todos os tempos... os outros aderirão pela segunda vez e continuarão a mesma vida cômoda que hoje tem.

Para João Luis Alves, em julho de 1897:

Não quero referir-me a assuntos políticos: não te quero assombrar com a minha tristeza imensa e amarga ironia com que encaro aos *maitre-chanteurs* que nos governam. Felizmente a República é imortal! Resistirá *quand même*,

a despeito de tudo (Escaparam-me dois francesismos detestáveis, desculpa-me).

E para Reynaldo Porchat, em abril de 1893:

O que posso te dizer é isto – a nossa situação é deplorável e perigosa, vamos atravessar longos e sombrios dias de anarquia sem nome, até que o espírito nacional duramente provado faça com que a nossa Pátria volte para a comunhão dos povos como o filho pródigo – educada pelas desgraças....

Em carta a João Luis Alves em julho de 1897, Euclides indaga:

Será que a nossa República tenha quadros de tal ordem, que lembrem os últimos dias de Baixo Império? Descrente destas coisas, descrente desta terra – aonde lamenta ter nascido – eu creio, entretanto, na vitalidade de um princípio. A República é imortal e já que temos a felicidade de possuí-la, eu acredito que ela galvanizará este povo agonizante e deprimido.

No ano de 1903, estava em início a Presidência Rodrigues Alves, que seria caracterizado por grandes realizações, mas o regime republicano até então ainda não correspondera às expectativas do povo e da sociedade.

Nesse quadro negativo se inseria a vida de Euclides da Cunha sempre em dificuldades, no momento engenheiro da Superintendência de Obras Públicas, mas prestes em dezembro ir trabalhar na Comissão de Saneamento de Santos.

É nesse pano de fundo negativo que se apresenta o discurso de posse.

Eleito sócio correspondente em 4 de abril de 1903, toma posse em 20 de novembro.

O parecer de Max Fleiuss na Comissão de História é expressiva:

Os Sertões possui alto valor científico, alto valor histórico e alto valor moral, sem falar no inestimável valor literário. Provém o valor científico dos amplos dados geológicos, etnológicos, geográficos, psicológicos, que reúne acerca de vasta zona do nosso país.

O valor histórico está em que constitui minuciosa e interessantíssima crônica das trágicas campanhas de Canudos.

E acentua o valor moral:

Quanto ao valor moral, que sobrepuja os mais, deriva da imparcialidade, da independência, da elevação com que são aí julgados homens e fatos, verberando-se temidos potentados, exaltando-se as vítimas obscuras. Em não raros trechos, *Os Sertões* apresenta o fôlego de soberba epopeia.

Euclides inicia o discurso dizendo:

Acudi ao vosso chamado, venho ocupar o lugar que me designastes e agradecer-vos-lo, assegurando-vos ao mesmo tempo a ufania que me causa esta investidura, embora ela envolva grandes responsabilidades e me obrigue, de ora avante, a acomodar uma visão restrita e frágil as mais ilatadas perspectivas do nosso tirocinio histórico.

E diz Euclides que

posso vir, placidamente, para o vosso meio, trazendo-vos uma qualidade única e irredutível, mas que por si supre por outros, e que no momento atual, para ter algum valor, deve ser isolada, a qualidade de brasileiro.

Quero crer que não erraria em dizer que nesta expressão Euclides quisesse significar o republicano, considerando a sequência.

Semelhante título não no-lo pode dar, na sua estrutura complexa, o fortuito do nascimento numa quadra do chão ou os atributos artificiais de uma constituição parodiada – senão um intenso esforço consciente, diria – melhor uma espécie de aclimação histórica – aparelhando-nos a compreender nos destinos de um povo que, nascendo em condições especialíssimas, quando surgia a Renascença – em pleno transfigurar das sociedades já constituídas – deparou, na própria marcha crescentemente acelerada do progresso social, sérios estorvos, impossibilitando-lhe uma situação de parada indispensável ao perfeito caldeamento de suas raças constituintes – e chegou ainda incaracterístico à fase integradora do Império, que foi o órgão preeminente da sua unidade nacional.

Trata das notáveis vicissitudes da nossa existência coletiva, com os seus desvios, com os seus recuos, com os seus descompassados arrojados seguidos de subitâneos desfalecimentos, e com as suas grandes curvas quase fechadas, que fazem do Brasil exemplo único, a estelar a fantasia filosófica do Vico. Falando de

feudalismo retrogrado dos donatários, que os alvarás nomeavam com o feudalismo anárquico dos governadores, nos revelaria que aquele título não é uma coisa que se recebe, senão uma posição que se conquista, e acarreta deveres tão sérios que quem a merece não sabe distinguir os compatriotas de boa vontade pelas fórmulas inexpressivas e artificiosas dos partidos. Revelaria isto a mais ligeira análise da situação presente.

E com rara ironia “evito pormenorizar um assunto em que o funambulesco se conchava ao trágico, num dualismo abominável: o mesmo Tácito, neste lance, cederia muito a seu bom grado uma tal empresa a Bathyllus”.

E acrescentava:

Prefiro não deixar a atitude de curioso contemplativo, protegido pela obscuridade enobrecedora, mercê da qual passo por aí perfeitamente desconhecido, como um grego antigo transviado nas ruas de Byzancio....

Esta frase, numa síntese perfeita “um grego antigo transviado nas ruas de Byzancio”, revela o retrato do desajustamento de Euclides no seu meio e na sociedade a que se ajustou a cultura clássica, quando ele se intitulou “misto de celta, de tapuia e grego”.

Mas via que há neste recinto

um admirável e consolador exílio, um degredo que lhes permite ligar a vida objetiva transitória à grande vida imortal da Pátria.

Aqui se conjugam, sem o emperamento de irritantes atritos, sem o dispersivo das paixões, e sem que os apequene a lógica caturra destes tempos, os efeitos máximos dos quatrocentos anos da nossa vida.

E fazendo referência às atividades do Instituto, conclui:

E eu aqui virei, sempre que me permitirem as breves folgas da minha carreira fatigante, trazer-vos a minha boa vontade, que deve ser muito grande para nivelar-me, tão despercebido de outros requisitos, à incomparável superioridade dos vossos intuítos e dos vossos esforços.

Na saudação, o Conselheiro Manuel Corrêa, ao afirmar que “o novo traz para a Associação a dupla força do valor intelectual e da autenticidade do caráter”, acrescenta que “o livro *Os Sertões* é um documento incontrastável, de uma grande mentalidade e de uma alma nobre que na explanação e juízo sobre os nossos sucessores históricos, cumpre generosamente os ditames da razão. Comenta que o Instituto já lhe atribuíra escrever a história sobre a vida e a obra de Duque de Caxias. E este que o Sr. Euclides da Cunha está destinado a ser um dos mais robustos esteios desta Casa.

Euclides escreve a Francisco Escobar, comentando a pouca repercussão do discurso:

Já leste no “Jornal” de 26 o meu discurso no Instituto. Discurso, não: um desabafo. Leste a lista dos que lá estavam: era o Brasil, o Brasil velho e bom. – Que felicidade, meu amigo! Não te rias: tive os olhos empanados de lágrimas quando, finda a sessão, aquelas mãozinhas trêmulas e mirradas se agarraram, num agradecimento mudo, à minha mão nervosa... Tu não calculas como me senti bem, ali, no meio daquela gente, que não distribui empregos; e como avalei bem o vigor desta minha belíssima alma sonhadora, tão desprendida.

E para Coelho Neto –

cheguei hoje do Rio onde tomei revolucionariamente posse do meu lugar no Instituto Histórico. Os jornais limitaram-se a transcrever a resposta do Con-

selheiro Corrêa que pronunciou o seu 10.008º discurso. Não transcreveram o meu; não podiam arquivá-lo, tão a fundo, tão de frente, embora sob um aspecto geral, eu feri o presente abominável em que estamos. Sem vaidade – tive, por alguns momentos, em torno de mim, a simpatia tocante de alguns trêmulos velinhos, e aqueles minutos irão consolar a minha vida inteira....

Ao receber a comunicação da eleição, Euclides é convidado por Max Fleiuss a preparar um memorial sobre Duque de Caxias, no centenário de nascimento. Relutando, se vê forçado a aceitar o convite.

Vacilo em deferir ao seu delicado convite, já pelo diminuto do tempo – que as exigências da minha profissão agravam – já por me faltarem recursos para apreciar rigorosamente a figura notável do Duque de Caxias, uma vida que, como sói suceder com a de todos os grandes homens, foi um aspecto da nossa própria vida nacional.

Mas, aceitando-o, só posso contar com a boa vontade e com o amor que dedico ao passado da nossa terra; e como estes atributos não bastam à extensão da tese, temo iludir a expectativa tão favorável que a sua carta revela.

Por isto alvitro uma ligeira variante à minha missão; ao invés de uma “Memória” (porque para isto talvez seja escasso o prazo de que disponho), farei o discurso oficial em nome do Instituto”.

E quando recebe a sugestão de concorrer a um concurso sobre Dom João VI, se entusiasma:

A sua carta perturbou-me. Realmente, um estudo da época de D. João VI é tentador. Além disto, para mim seria o melhor prólogo à grande vida do nosso grande e tranquilo herói. É bem possível, portanto, que transfira para mais tarde o desempenhar-me do compromisso que tomei, para concorrer ao certamen que se abrirá. Mas que prazo tem para isto? Para mim o grande valor da tese a desenvolver, está menos na figura de D. João VI que na alta significação da sua época. Quem a explanar com segurança fará simplesmente uma coisa extraordinária: *As origens do Brasil contemporâneo*.

O Instituto reverenciou-lhe a memória por ocasião da sessão magna de 1910, na palavra do presidente Barão do Rio Branco.

Dentre os que a morte privou da nossa companhia, conta-se Euclides da Cunha que tanto prometia enriquecer ainda a nossa literatura, vitimado no vigor da idade numa terrível tragédia, como homem de delicado pundonor que sempre foi, e cuja pureza de sentimentos e alto valor intelectual pude conhecer de perto nos breves anos de convivência, em que me coube a fortuna de o ter como companheiro de estudos, de trabalho e de esperanças patrióticas.

A conferência de Francisco de Assis Barbosa “A Marca de um Drama”, pronunciada neste Instituto, me parece uma das lúcidas análises para a compreensão da vida e da obra de Euclides da Cunha.

Francisco de Assis Barbosa tem palavras contundentes para caracterizar sobre o discurso: “ouvintes atônitos, “monólogo atrevido”, “discurso explosivo e quase brutal”, “bomba de petroleiro”, “discurso brutal”, “discurso protesto”.

Das páginas sucintas do discurso, Assis Barbosa extrai o dilema da vida e da obra de Euclides da Cunha. Assim, define o discurso “como protesto de um republicano das primeiras horas que acompanhava desalentado o desmoronar da República, por cujo advento tentou quebrar o espaço de cadete da Escola Militar”.

Francisco de Assis Barbosa analisa esse descompasso:

Ao ingressar na Escola Militar, carreira que não era do seu temperamento, a profissão de engenheiro com a qual não se identifica e mesmo quando adido ao gabinete do Barão do Rio Branco.

E acrescenta: “Há de sentir-se, como expressou “um intrujo em todas as carreiras.”

Apenas em duas oportunidades pôde realizar o seu destino, quando indicado pelo *O Estado de S. Paulo* para acompanhar o confronto de Canudos e quando chefiou a Comissão do Purus.

Francisco de Assis Barbosa, acrescenta:

Estas circunstâncias traduzem a marca de um drama bem mais terrível que a tragédia passional que pôs fim a vida material do grande escritor. É o drama de quem assistia, impotente, à sua pátria transformar-se pouco a pouco num montão de ruínas. O drama de um escritor que via, com a lucidez dos iluminados, o quadro desanimador da nossa existência política, em meio a indiferença muçulmana quase que geral.

Esta sim, foi a marca do drama de Euclides da Cunha.

Marca que é, em última análise, a do drama nacional de cada um de nós. Daí a atualidade de Euclides da Cunha e da sua mensagem.

A obra de Euclides da Cunha não foi propriamente a de um historiador, no que este vocábulo possa significar *stricto sensu*. Sendo o vingador do nosso atraso e da nossa miséria, Euclides preparou, no entanto, a história do futuro país, pois em tudo ou quase que se lhe seguiu, na arte e na política, naquilo que perdura de mais positivamente generoso, reivindicador e pro-

gressista neste país, encontramos a garra poderosa do autor de *Os Sertões*. Ele foi, na verdade, um criador de histórias.

Creio ter comprovado que os três discursos de Euclides da Cunha – Discursos de posse no Instituto Histórico, na Academia Brasileira de Letras e no Centro XI de Agosto, não são inferiores às páginas de *Os Sertões*, *Contraste e Confronto* e *A Margem da História*. Ao contrário a elas se igualam no mister literário e na análise histórica.

EUCLIDES DA CUNHA: O INTELCTUAL *FIN-DE-SIÈCLE*¹

MIRIDAN BRITTO FALCI²

Épico, apaixonado, temperamental, racional, maravilhoso escritor.

Assim foi Euclides da Cunha.

Este ensaio tem como compromisso a busca explicativa e interpretativa do que teriam sido as bases sociais e a construção da História em Euclides da Cunha. E para esse mister urge que vislumbremos o homem intelectual e a sua formação e, que, além disso, o interpretemos dentro de um certo contexto histórico, brasileiro e do mundo. Homem de rara inteligência e cultura, teceu e construiu suas primeiras observações com um tipo específico e próprio de pensamento mas como todos os grandes espíritos, e de todas as épocas, mudou suas observações, suas análises e sua compreensão ao longo dos seus 43 anos de idade, fatos advindos não só do alargamento do conhecimento da época, das inúmeras viagens que fez pelo Brasil e em função das próprias mudanças históricas da época.

Euclides da Cunha como repórter, jornalista ou ensaísta eivava os seus escritos de um enorme conhecimento bibliográfico e de pesquisa sobre o assunto que iria discorrer. Lia, levantava documentos, documentava-se de fontes e autores e acrescentava, com sua inteligência brilhante, as reflexões e críticas que julgava pertinentes. Cedo reconhecido pela sociedade literária e logo convidado para a Academia Brasileira de Letras com apenas 37 anos de idade, se a vida lhe tivesse dado mais 30 anos, teria sido talvez o mais ilustre representante da literatura e intelectualidade brasileira da época.

Arthur Rios nosso confrade e lídimo representante da sociologia e pensamento brasileiros, em primoroso texto, mostrou que Euclides da Cunha não fizera, em seu tempo, o que hoje chamamos de sociologia mas suas observações sobre a história de uma região ou de um fato revestiam-se das características do pensador social do século XIX. Dominados pelo evolucionismo, pelas práticas positivistas, acrescentaram-se, aos pensadores brasileiros, o ufanismo bem como o indigenismo. E em todos observamos a tentativa de

1 – Em outro trabalho sobre Euclides da Cunha, abordamos as características de um escritor que foi extremamente influenciado pelo mundo fluminense onde viveu. Ver Conferência na Academia Carioca de Letras, 2010. Usamos a expressão defendida por Engen Weber em seu *França Fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988 porque o estudo de Weber caracteriza um momento ímpar com o qual queremos trabalhar.

2 – Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

compreensão dessa amálgama de “raças” que temos mantido em contato por todos esses séculos.

E para conhecermos melhor Euclides da Cunha se torna necessário penetrarmos também no conhecimento do contexto histórico da virada do século, no Brasil e no mundo, e encadeá-los à sua vida e obra.

O contexto mundial

A época em que nasceu e viveu Euclides é conhecida como *Fin-de-siècle* designando não somente o fim de um século mas de uma era, de um modo de vida. Era um mundo que chegava ao fim. Panos ou cortinas baixavam rapidamente sobre regimes, revoluções, classes dominantes e ideologias e depois erguiam-se novamente. E vários grupos desempenhavam os seus papéis: bonapartistas, jacobinos, liberais, burgueses, aristocratas, democratas e o povo das cidades.

É certo que somente com a Primeira Guerra Mundial as antigas estruturas se desmoronaram ou acabaram de cair, mas olhando-se para trás distinguimos dois períodos distintos ou épocas nas duas décadas que antecederam a Guerra.

A do *fin-de-siècle* e a da *Belle Époque*. A primeira marcada pela depressão econômica e moral entulhada de tristezas e medos e a segunda passa à História como a época produtiva, esperançosa, e cheia de otimismo.

O *fin-de-siècle* é marcado pela chamada era do imperialismo. Dá-se a partilha da África, onde cada país europeu abocanha pedaços de terra, gente e riquezas. A Alemanha, unificada em 1870, apossa-se dos Camarões e Togo, a França em 1878 alarga-se sobre a Mauritânia, Gabão, ilha de Madagascar, a Itália ocupa a Líbia e Eritreia. O Japão ocupa territórios na China e Coreia, a Rússia expande-se pelos Bálcãs e une-se a Europa para terminar com o “homem doente da Europa” – o império turco. No continente americano os Estados Unidos cumprem o seu “destino manifesto” de espalhar a igualdade, o direito a crescer e progredir e chegam ao Pacífico adquirindo o Alasca e o Haiti.

É uma era de contrastes, de ruínas, de dominações de uns povos sobre outros, de partilhas.

Fin-de-siècle foi também a era das novidades materiais, das notícias, de *faits divers*, de *nouvelles à sensation*, do culto à literatura e língua franceses;

“tempo em que a moda no vestuário, na política ou nas artes deviam durar pouco, a mudança pela mudança” nos diz Eugen Weber em seu França *fin-de-siècle*³.

E as justificativas e explicações para o domínio econômico e político de uns sobre outros eram acompanhadas de correntes teóricas que lembravam a necessidade de progresso dos povos para a concretização e felicidade geral da humanidade.

A “liberdade, fraternidade e igualdade” preconizadas no fim do século anterior só seriam possíveis, diziam, pela ação do homem branco e culto sobre “raças” que se acreditavam inferiores. E aí surgem e se dá o desenvolvimento de ideais racistas. E a “raça branca, superior e culta teria como alavanca de ação o desenvolvimento das ciências físicas e naturais. Assim desenvolvem-se os parâmetros de raça e civilização para evitar a “decadência” prevista pelo dr. Benedict Morel em 1857 no seu *Tratado da Degeneração Física, intelectual e moral da raça humana e das causas que a produzem*.

Fin-de-siècle foi também a era da neurose, da “decadência” esboçada pelos poetas românticos, reforçadas pela experiência social e afirmada pela descrição naturalista. O caráter nervoso da escrita de Edgar Alan Poe, a intensidade nervosa da música de Wagner, os trabalhos de Degas (que Goncourt chamava de neurótico) ou de um Gauguin tido como “uma pele embaixo da qual os nervos vibram⁴” são exemplos dessa ênfase dada aos nervos.

E a culpa dessa decadência e neurose era a “vida moderna”, especialmente a urbana, pela deterioração física e psíquica que causava no indivíduo.

“Se a sociedade era um organismo vivo, as desordens sociais eram expressões de doença, ligadas a uma patologia de corrupção material e moral: a infecção de corpos e mentes⁵.”

Muitos associaram a neurose a uma certa decadência com a França (que perdera a Guerra de 1870) e com uma Paris que crescia pela imigração dos camponeses e a falta de água canalizada, lixo e saneamentos básicos. Muitos olharam para a formação e crescimento territorial dos Estados Unidos e seguiram as palavras de seus primeiros presidentes acreditando-se superiores e destinados a dirigir os povos americanos.

Quem nasceu e cresceu nesse momento pode ter acompanhado as angústias de guerras imensas na África, as neuroses e conflitos íntimos da épo-

3 – WEBER, Eugen. *França fin-de-siècle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

4 – WEBER, Eugen, *idem*, p. 23.

5 – WEBER, Eugen, *ibidem*, p. 33.

ca de arranjos e desarranjos territoriais, pode ter acreditado na necessidade de comando dos Estados Unidos sobre todos os outros povos.

Esse foi o homem *Fin-de-siècle* europeu.

E como seria o nosso *fin-de-siècle*? Quais as suas peculiaridades?

O contexto histórico brasileiro

Terra distante, longínqua, de barões do café que moravam na França, estudavam em Coimbra ou Montpellier e pouco habitavam o Brasil, terra de escravos, de um império, de um rei sábio e de um povo analfabeto.

Desde o fim da Guerra do Paraguai o império se desintegrava e crescia o movimento em torno da mudança do regime. Enquanto o rei passeava, lia árabe, francês, russo, grego, hebraico e estudava fotografia, as elites políticas se distanciavam pensando na necessidade da mudança do sistema escravocrata em que estávamos afundados.

Vários pensadores notavam essa situação e assim dizia Euclides da Cunha fazendo alarde para um novo regime:

“A Ideia republicana segue a sua trajetória – fatal e indestrutível como a das estrelas.”⁶

Euclides pensava sobre o regime republicano como forma de organização social que apresentava dupla vantagem – eliminaria os privilégios de origem e deixaria aflorar os talentos dispersos pelas várias camadas sócias por meio de um minucioso processo de filtragem democrática. Seria então o regime das grandes capacidades e da mais elevada racionalidade.

Mas quem era Euclides da Cunha? Por que chamá-lo de a Geração dos 70?

No dizer de José Veríssimo, em Euclides da Cunha bem como em Tobias Barreto, Silvio Romero, Graça Aranha e Capistrano de Abreu já estão nítidas a mudança da percepção e sensibilidades sociais traduzidas no anseio de mudança no mundo da política. Pensavam e se batiam pela abolição da escravidão e a instauração da República fatos que propiciariam novos elementos com que o Brasil entraria na modernidade. Escorados na Faculdade de Direito de Recife, sob a liderança de Tobias Barreto, o movimento da “geração dos 70” passa a ter projeção nacional. Eles buscam definir a nacionalidade pela elaboração de uma crítica: o que é ser brasileiro e qual a

6 – SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 149 a 178.

sua especificidade, como, segundo Sevcenko, assinala Margarida de Sousa Neves. É certo que predominava a visão pessimista do atraso cultural e da inferioridade étnica, pois o Brasil era lido pela cartilha do darwinismo social.

Mas a ideia que está por trás de tudo é a de que o atraso e inferioridade poderiam ser extirpados desde que a nação acelerasse a sua marcha evolutiva integrando-se no contexto internacional.

A grande arma para se fazer o progresso e a construção da nacionalidade seria dada pela engenharia, medicina, geografia, climatologia, geologia, ciências naturais, conhecimento das leis e direito. Esse conjunto científico constituiria o instrumental científico para a chamada geração de “intelectuais mosqueteiros” assim denominada por Nicolau Sevcenko⁷.

Essa geração dos 70, embora constituísse uma reduzida elite ilustrada que acabava circulando por comuns centros de estudo e pesquisa, e estabeleciam relações de intercâmbio cultural (Lilia Schwarcz), não era um grupo uníssono e homogêneo⁸. Estavam divididos em função de seus interesses profissionais, suas formações (médico ou engenheiro ou advogado e bacharel), diferenças essas que se acentuarão com a queda da monarquia.

Dentro em breve uns serão “os profissionais da ciência” e outros “homens de letras” que se caracterizavam pelo seu alheamento das questões políticas e sociais mais imediatas. Os primeiros, definindo-se como intelectuais que lutavam pelo progresso científico da nação, criticavam os seus colegas que se afastavam dos problemas do país. (É conhecida a polêmica entre Machado de Assis e Silvio Romero em ensaio do primeiro sobre a nova geração, publicado em 1879, que critica sobretudo Silvio Romero sobre seu projeto de crítico literário.)

Foram considerados homens de ciência por Lilia Schwarcz: Oliveira Lima (1865-1928), Tobias Barreto (1839-1889), Silvio Romero (1851-1914), Nina Rodrigues (1862-1906), Euclides da Cunha (1866-1909), Oswaldo Cruz (1872-1917), enquanto Graça Aranha e Machado de Assis pontificavam-se entre os homens de letras.

Os acontecimentos políticos, as transformações por que passou o país nos primeiros anos do século XX, os ideais perseguidos de urbanismo, beleza e europeização da *Belle Époque* no Rio de Janeiro mostrarão a muitos inte-

7 – Para a compreensão desse período, ver ALONSO, Angela. *Ideias em movimento. A geração dos 70 na crise do Brasil - Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 130-240; ALONSO, Angela. *Joaquim Nabuco. Os salões e as ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.136-178

8 – SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 23-43.

lectuais científicos que pontificavam fora do eixo Rio São Paulo quão vazias eram as explicações do processo brasileiro. E é por isso que entre esses intelectuais não se pode estabelecer uma verdade única.

O homem e sua vida

Para entendermos melhor esse homem, acompanhemos sua vida.

Euclides da Cunha, nascido em 1866 em uma fazenda na província fluminense, com a morte da mãe tuberculosa e a prematura orfandade aos três anos de idade é levado para casa de tios em Teresópolis, residindo com os tios Rosinda e Urbano Gouveia. Novo encontro com a orfandade, pois morre a tia Rosinda, sua segunda mãe. Passa a morar com novos tios em São Fidelis, na fazenda São Joaquim, de certo bucolismo. Em 1874 ingressa no colégio Caldeira sob a direção do português Francisco José Caldeira, pedagogo de ideias revolucionárias que exerce boa influência em seu espírito, embora seja conhecido como de natureza introspectiva e triste. Com 11 e 12 anos o conhecemos vivendo com outros avós, na Bahia, onde deve ter apreendido o linguajar gongórico dos baianos no Colégio Carneiro Ribeiro.

Em 1879 regressa ao Rio para morar com outros tios numa chácara no Largo da Carioca e passa por vários colégios, Colégio Anglo Americano, Vitória da Costa e Menezes Vieira e no colégio Aquino onde conhece Benjamin Constant, grande republicano e seu professor. Neste colégio, com 18 anos, funda o jornal *O Democrata*, onde sai o seu primeiro artigo.

Nessa adolescência instável em crises íntimas de inspiração filosófica e metafísica faz versos reunidos em *As Ondas*, onde canta a tristeza do amor e a liberdade universal.

O que podemos perceber dessa infância e adolescência? Espaços variados, desde o interior bucólico até a vida urbana, lares compartilhados. Certamente nas plagas solitárias altas e frias de Teresópolis e São Fidelis percebeu e amou recorte variado e multifacetado das montanhas da Serra do Mar e é por isso que declara mais tarde sobre a Amazônia em *Terra sem História*:

A Amazonia é sem dúvida o maior quadro da Terra porém chatamente rebatido num plano horizontal [...] falta a linha vertical, preexcelente na movimentação da paisagem e [...] em poucas horas o observador cede às fadigas de uma monotonia inaturalável⁹.

Com 20 anos entra na Escola Militar sem no entanto concluí-la pelo episódio em que demonstra suas convicções republicanas diante de ministro

9 – CUNHA, Euclides da. *Obra Completa. Vol. 1. À Margem da História*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, pp. 175-178.

da Guerra, Tomás Coelho. É excluído do Exército. Com 22 anos parte para São Paulo e escreve *A Pátria e a Dinastia* com as iniciais E.C. no jornal *Provincia de São Paulo*. Inicia também a seção *Questões Sociais* com o pseudônimo de Proudon.

Em 1889 volta para o Rio e entra na Escola Politécnica. Quatro dias após a Proclamação da República é chamado para a sua reversão ao Exército. Promovido a segundo-tenente inicia o curso de artilharia na Escola Superior de Guerra. Escreve nesses anos na *Gazeta de notícias* do Rio, no *Estado de S. Paulo*. Casa-se em 1890, com 24 anos, com Ana, filha do general Sólon Ribeiro, destaque na Proclamação da República.

Mas cedo Euclides percebeu que a República tão sonhada e desejada nada estava fazendo. Em carta ao seu sogro, coronel Sólon Ribeiro, declara em 1890:

Imagine o senhor que o Benjamin [Constant], o meu antigo ídolo, homem pelo qual era capaz de sacrificar-me sem titubear e sem raciocinar, perdeu a auréola, desceu a vulgaridade de um político qualquer, acessível ao filhотismo, sem orientação, sem atitude, sem valor e desmoralizado – justamente desmoralizado¹⁰.

No mesmo ano mostra na imprensa que estava acometido das primeiras desilusões. Em 1892 já se acha recolhido à meia-luz da obscuridade, mas o rompimento definitivo surge em 1893 com a Revolta da Armada. Censura publicamente a violência da repressão florianista e as arbitrariedades e o desmando do governo que contava com o apoio da maioria do exército e dos cadetes da Escola Militar.

Designado para servir na cidade mineira de Campanha em 1894 ali faz construções, estradas e estudos de obras sociais mas em 1896 deixa o Exército e é nomeado engenheiro da Superintendência de Obras Públicas do Estado de São Paulo. Constrói pontes e edifícios. Abre estradas.

O ano de 1897 é um marco na vida de Euclides quando, a convite de Julio Mesquita, segue com repórter para a região dos sertões da Bahia-lugar e fatos que o iriam inspirar a escrever, cinco anos mais tarde, *Os Sertões*.

Em 1903 é eleito para a cadeira 7 da ABL e em 20 de novembro toma posse no IHGB. Demite-se da Superintendência de Obras Públicas, sempre inquieto e temperamental. Em 1904 já está em Santos mas também se exonerou e é nomeado chefe da Comissão do Alto Purus. Vive em Manaus em

10 – CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Vol. 1. Biografia, 1995, p. 153: SEVCENKO, *op. cit.*, p. 183.

1905 de abril até outubro, de onde volta com impudismo. Em 1906 escreve *Relatório do Alto Purus*. Chocado com a natureza e as questões sociais.

Em 1908 fixa residência em Copacabana e inicia a fase de intensos trabalhos no Itamaraty, onde ajuda como cartógrafo o barão do Rio Branco. Conclui *A margem da História*.

Em 1909 entra por concurso para o Colégio Pedro Segundo. Morre assassinado em 15 de agosto por Dilermando de Assis. De todo esse percurso de sua vida nos brotam essas considerações: andarilho, repórter, jornalista, Euclides sofre entre o cientificismo e a realidade encontrada nas suas andanças pelo Brasil.

Estabelece-se uma luta interna, e com isto a reclusão. Lutava entre duas posições: denunciar ou não sobre o que vira, e como apresentar a ignorância do sertão.

Euclides da Cunha sofreu com as transformações que viu na sua República sonhada.

A nação seria uma construção, feroz, batida, sofrida. Teria havido dificuldades ímpares no Brasil. E a essas dificuldades eram dadas explicações ou pela variedade de um clima equatorial e temperado alternados dentro de um mesmo país, ou pelos imensos espaços quase continentais, vegetações tão diversas como florestas, savanas e desertos, e a herança de um passado colonial/patrimonial persistindo em diferentes formas e graus.

A sua obra

A sua obra distribui-se entre historiografia, geografia, geologia, geomorfologia, crônica, conhecimentos estatísticos, astronomia, engenharia e poesia e muitas acompanhadas com o comentário científico. Os temas de sua obra incluem; a história do Brasil, da Rússia, da Argentina, da Bolívia, Peru, Estados Unidos. E principalmente o homem dentro da natureza, os conflitos com o meio ambiente.

Praticamente tudo o que de mais importante se apresentava em sua época.

Mas os temas são tratados com tanto arroubo e enrolados que nos lembram as descrições que faz dos múltiplos meandros dos rios amazônicos e da sua inconstância nos leitões.

Ele muitas vezes nos parece confuso, embaralhado sobre si mesmo e se torna difícil perceber e isolar temas e conclusões dentro de um texto.

Os assuntos que podemos filtrar em sua obra apresentam eventos e processos locais, nacionais e internacionais e são estudados nos seus níveis social, econômico, político e cultural e ainda acompanhados de reflexões sobre ciclos temporais e filosofia da história. Suas reflexões apresentam uma perspectiva materialista e historicista.

Como classificar sua obra?

Corresponderia a uma epopeia, a uma obra sociológica, a uma obra histórica? Seria romântica, realista ou simbólica?

Foi tudo isso.

Sociológica pela percepção e denúncia do ambiente social e das necessidades humanas, como demonstraram Arthur Rios e Nelson Melo e Souza.

Seria também revestida de um caráter de *epopeia*. Pois na epopeia brasileira, no enquadramento da descrição que Bugya Britto faz, teria:

as *nuances* ou aspectos que versam os temas sociais e os que podem ter feição científica. Permanece caracterizada mais: a descrição de assuntos heroicos ou matizados de aventuras, plenos de lendas ou mitos existentes ou imaginados. Em geral... há o maravilhoso, que nela anda, ora de permeio com o verdadeiro ou substitui este¹¹.

As bases sociais e a História

A maneira pela qual Euclides dispõe suas ideias percebe-se a sua visão de mundo. Euclides sorveu a formação positivista no convívio com seu professor por duas vezes – Benjamin Constant. Possuía um credo inabalável num humanitarismo cosmopolita.

E foi o humanitarismo cosmopolita uma “Herança distante do iluminismo reavivido pelo positivismo e pelo evolucionismo progressista liberal”¹².

Esse conceito complexo se traduzia na prática de elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais a um padrão de solidariedade ideal. (Sev, p.143). Todos os homens da terra poderiam alcançá-lo.

E por que e para quê?

O objetivo desse humanitarismo usando as próprias palavras de Euclides “é a construção da pátria humana. Na terra tornada espaço comum é que

11 – BUGYJA BRITTO. Itaíns. Rio de Janeiro: *Folha Carioca*, 1990, p. 84.

12 – SEVCENKO, Nicolau, *op. cit.*, p. 143.

nossa espécie poderia cumprir o ‘fim da civilização’ que é a harmonia entre os homens¹³.”

Era preciso lutar, estudar, acompanhar o desenvolvimento das ciências para fazer o Brasil atingir o grau de civilização e humanitarismo.

Ele passa a compartilhar da crença de que o conceito de evolução encerra a lei fundamental da História. Em lugar da progressão por patamares de Comte a marcha ascendente linear e contínua como pensava Spencer. Seria um avanço cujo ciclo de harmonia deveria abranger simétrica e simultaneamente as esferas do inorgânico, da sociedade e da ética. Somente com um alto grau de desenvolvimento cultural e de organização é que o Brasil poderia evitar o destino igual ao da China, do México e dos *boers*.

Euclides valoriza o industrialismo como porta para o liberalismo econômico e político. E acrescenta que somente juntando ciência e direito é que cresceria a civilização. Assim se expressa:

Civilização é o corolário mais próximo da atividade humana sobre o mundo – emanada diretamente de um fato que assume hoje na ciência social o caráter positivo de uma lei – a evolução – o seu curso, como está, é fatal, inexorável, não há tradição que lhe demore a marcha nem revoluções que a perturbem [...]¹⁴.

Euclides se ligava às fontes do liberalismo inglês e vai mais longe – ao socialismo quando diz: “O socialismo temo-lo como uma ideia vencedora¹⁵.”

E percorrendo toda a história da Idade Média denuncia as correntes superficiais ate fixar-se em Marx com que “o socialismo começou a usar uma linguagem firme, compreensível e positiva”.¹⁶

Segundo Sevcenko, “apropriação do pensamento marxista é sempre afastada do seu conteúdo dialético e revolucionário”: as observações na nova doutrina recaem sobre preceitos de raiz liberal, humanitária e trabalhista de Spencer, Gladstone e mesmo da tradição utilitarista inglesa ou positivista francesa.¹⁷

Assim Euclides interpreta a ideia socialista nos moldes do evolucionismo, e sob o princípio do positivismo: conservar melhorando.

13 – SEVCENKO, Nicolau, *ibidem*, pp. 143-144 e 150.

14 – CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Vol. 1. p. 145.

15 – CUNHA, Euclides da. *Obra completa*, p. 670.

16 – SEVCENKO, *op. cit.*, p. 183.

17 – SEVCENKO, *ibidem*, p. 184.

A influência da Geografia

Avulta na sua obra a influência da escola geográfica de Ratzel. Dominado pela noção de que o espaço imprime força determinante sobre o ser humano (tese do determinismo geográfico) ele declara: “A geografia prefigura a história¹⁸.”

Analisa em sua obra o primado do Pacífico, a expansão da Rússia e o futuro conflito entre Estados Unidos e Japão dizendo:

O conflito mercantil ou militar, ou o embate das duas raças defrontantes, terá, tudo o denuncia, a forma inicial de uma luta entre os Estados Unidos e o Japão.

Os Estados Unidos tendo no grande oceano uma linha de costas de 12.425 milhas, superior as de todas as nações ribeirinhas, Grã-bretanha, Rússia e outros – pelo rumo intorcível de seu desenvolvimento econômico, aliado a uma fatalidade geográfica – tem, hoje, – todo o seu destino submetido à condição da hegemonia plena naqueles mares¹⁹.

Reflete sobre vários assuntos da dominação entre os países no continente americano, da “decadência” de outros e como minorar ou solucionar os problemas de integração continental.

Sobre a abertura do canal do Panamá e a “decadência” da Argentina declara:

A Argentina sofrerá mais que todos os países os efeitos da vindoura rota marítima destinada a alterar profundamente o giro dos escambos internacionais. É uma causa universal.

Não há gênio de estadista que atenuie à avantajada nação os efeitos tão prejudiciais nascidos da própria fatalidade geográfica²⁰.

Também a explicação da formação histórica do Brasil é determinada “pelas opostas condições geográficas num desdobramento de 35 graus de latitude, pelo contraste entre litoral e sertão, além das raças e miscigenação²¹”.

Assim sua obra poderia ser sentida e explicada pelo peso dos espaços geográficos: O Norte que é como Euclides e sua época designa os Estados do Nordeste e Bahia, o Sul englobando Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo além de Goiás e Mato Grosso e finalmente a Amazônia.

Sobre o Norte construiu *Os Sertões*, O Sul está centralizado em *Outros Contrastes e confrontos*, *Crônica* e dos *relatórios sobre a Ilha de Búzios* e *Os*

18 – CUNHA, Euclides da. *À margem da história*, op. cit., p. 358.

19 – CUNHA, Euclides da. *À margem da História*, op. cit., p. 359.

20 – CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Vol. 1. Capítulo Ensaios, estudos e artigos, pp. 353-360.

21 – CUNHA, Euclides da, *Ibidem*.

fortes de Bertioga. A Amazônia está contida na primeira parte de À margem da História e O Rio Purus.

Outros trabalhos, *À margem da geografia, Fragmentos e relíquias, o Contrastes e confrontos* e as segunda e terceira partes do *À margem da história (Vários estudos e Da Independência à República)* alteiam observações sobre esses espaços. *Peru versus Bolívia* não trata do Brasil.

Depois que o sertão do Canudos revelou-lhe o Brasil do Norte, declara sobre a Amazônia:

Ao revés da admiração ou do entusiasmo, o que nos sobressalteia geralmente, diante do Amazonas, ao desembocar do Dédalo florido do Tajapuru, aberto em cheio para o grande rio, é antes um desapontamento.

[...] a flora ostenta a mesma imperfeita grandeza. Nos meios-dias silenciosos – porque as noites são fantasticamente ruidosas – quem segue pela mata vai com a vista embotada no verde-negro das folhas e as árvores de troncos retilíneos e paupérrimos de flores²².

Ele se amedronta com o quadro físico. Sofre as dicotomias entre o progresso montado no Rio de Janeiro e a calma das vilas pacatas do interior ou a exuberância indomável da Amazônia.

Ele continua: sucede um caso vulgar de psicologia ao defrontarmos o Amazonas real vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada²³.

E por quê?

Segundo ele o Amazonas não constrói, destrói. Destrói as margens, as ilhas que forma, os lagos “o que nele se destaca é a função destruidora, exclusiva”.

Euclides tem medo da destruição, da destruição dentro dele, da angústia em que se reveste. Não é alegre, não é feliz, é violento, apaixonado, nervoso.

Comparando o Mississipi que forma o grande delta e o Hoang-Ho na China chama a atenção que o Amazonas

com seus 3 milhões de metros cúbicos de sedimentos que carrega em vinte e quatro horas a sua corrente turbida, adensada nos últimos lances de seu itinerário de 6 mil milhas, dissipa-os com os desmontes dos litorais, que dia a dia se desbarrancam, fazendo recuar a costa que se decanta toda no Atlântico.

22 – CUNHA, Euclides da. *À Margem da História* (Terra sem história. Amazônia, p. 250.)

23 – CUNHA, Euclides da, *ibidem*, pp. 255-260.

Não teria visto na variedade do verde uma beleza ímpar? Não teria conhecido o mundo maravilhoso de orquídeas, a variedade de pássaros coloridos, de aves, não teria percebido a vida na natureza???

No IHGB

Euclides, como outros historiadores da época, como Varnhagem e Ca-pistrano de Abreu, repensaram os problemas sociais, relações raciais e envolvimentos políticos.

Certamente Euclides não construiu História como hoje a concebemos mas, guinado como sócio ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no mesmo ano em que era eleito para a Academia Brasileira de Letras e havendo no parecer de sua eleição a justificativa da construção da obra *Os Sertões*, Euclides assim declara:

Acudindo ao vosso chamado [...], venho ocupar o lugar que me designastes, assegurando ao mesmo tempo a ufania que me causa esta investidura, e me obrigue, de ora em diante, a acomodar uma visão restrita e frágil às mais dilatadas perspectivas de vosso tirocínio histórico [...]

Forrei-me ao domínio de alguns preconceitos sem sentido, [...] e rompendo as malhas de um ingênuo fetichismo político ao mesmo tempo que deixaram-me de atrair as aventuras de antigo caçador de miragens – posso vir, placidamente, para o vosso meio.

Ele então se propõe, por meio de intenso esforço, a

Compreender os destinos de um povo que, nascendo em condições especialíssimas [...] deparou na própria marcha crescentemente acelerada do progresso geral, sérios estorvos, impossibilitando-o uma situação deparada indispensável ao perfeito caldeamento das raças constituintes.

[...] Revelaria isto a mais ligeira análise da situação presente. Não a farei porém [...] evito pormenorizar um assunto em que o funambulesco (excêntrico, próprio do equilibrista que anda na corda, meus sentidos) se conchava ao trágico.

Ademais, para ser útil, basta cingir-me ao vosso Programa.

Entre 1903, quando toma posse no IHGB, e a sua morte em 1909 Euclides estará em Santos, ou em Manaus, feito chefe da Expedição de reconhecimento do Alto Purus, ou em volta ao Rio, quando publica *Contrastes e Confrontos* por uma editora de Lisboa e pela Francisco Alves *Peru versus Bolívia* e prenuncia sua célebre conferência de 11 de agosto *Castro Alves e seu Tempo*. Em 1908 conclui *À Margem da História*, publicado postumamente.

Não foram muitos os trabalhos publicados no IHGB. Na Revista do IHGB, que tive a honra de dirigir por 10 anos, existem os seguintes artigos: *Rio abandonado* de 1905, o *Discurso de posse* e *Da Independência à República*, texto de 15 páginas interpretativas da História do Brasil (1906), de grande conhecimento bibliográfico (Koster, Southey, Martius, Varnhagen, Saint-Hilaire) onde aparecem grandes explicações para os movimentos sociais da Regência.

Fosse geográfica, sociológica, jornalística ou histórica, ressalta em sua obra a preocupação com o Homem e a solução e interpretação dos problemas sociais.

Tanto no sertão da Bahia quanto na Amazônia sua preocupação maior é dar ao Homem a condição de vida como ser superior.

É ontológica a sua explicação sobre o sofrimento do seringueiro na organização de trabalho em que está envolvido. Ele diz:

O homem ao penetrar as portas que levam ao paraíso diabólico dos seringueiros abdica das melhores qualidades nativas e fulmina-se a si próprio a rir com aquela ironia formidável. É que realmente nas paragens exuberantes das hêveas e castilhoas o aguarda a mais criminosa organização do trabalho o seringueiro realiza uma tremenda anomalia; é o homem que trabalha para escravizar-se [...].

E relata:

No próprio dia em que parte do Ceará o seringueiro principia a dever: deve a passagem de proa até ao Pará (35 mil-réis) e o dinheiro que recebeu para preparar-se 150 mil-réis. /Depois vem a importância do transporte numa gaiola qualquer de Belém ao barracão longínquo na média de 150 mil-réis. Aditem-se cerca de 800 mil-réis para os seguintes utensílios invariáveis/: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Ainda é um “brabo, isto é ainda não aprendeu o corte da madeira e já deve 1:135\$000. Segue para o posto solitário (que o patrão designará) encaçado de um comboio levando-lhe a bagagem e víveres, rigorosamente marcados, que lhe bastem para três meses: 3 paneleiros de farinha – d água, 1 saco de feijão, outro pequeno de sal, 20 quilos de arroz, 30 de charque, 21 de café, 30 de açúcar, 6 latas de banha, 8 libras de fumo e 20 gramas de quinino. Tudo isto lhe custa cerca de 750 mil-réis. Ainda não deu um talo de machadinha [...] e já tem o compromisso sério de 2 contos e 90 mil-réis²⁴.

24 – CUNHA, Euclides da. *Revista do IHGB*. Tomo 66 (2): 292, jul./dez., 1903. www.ihgb.org.br/publicações/séculoXX.

Conclusões

1 – Euclides é o homem *Fin-de-siècle*. Possui dentro de si igualmente o século XIX literário, romântico e idealista e o século XX naturalista e materialista. Contrastes, antíteses, confrontos e desafios são uma constante em sua obra.

2 – A sua contribuição à História perpassa toda a sua obra na compreensão do Homem dominado, subjugado e a construção da pátria nacional.

3 – E é, também, como já assinalado, o intelectual dividido: racional x metafísico.

Suas observações estão eivadas de uma percepção psicologista, um analisar de sentimentos eivados de metáforas.

Ele não só descreve, ele pulsa, ele geme, ele rosna como o grande rio Amazonas.

É de uma extrema sensibilidade. Os embates de duas décadas brotam do âmago do seu ideário.

E para comprovar esses dois mundos, e como ainda não trazido ao seio dos diversos ensaios e análises de suas obras, transcrevemos um texto seu de inspiração metafísica.

Estrelas Indecifráveis.

Conta-nos [São] Mateus daqueles três reis magos, que abalaram de seus países em busca do Messias recém-nascido, conduzidos por uma estrela extraordinária que, improvisadamente, resplandeceu na altura.

Não critiquemos. Justifiquemo-la [...].

Para a vinda de Cristo aparelhara-se a antiguidade de esperanças religiosas tão vastas que o messianismo judaico se generalizara em aspiração universal.

E os três reis magos encontraram a criança,

Foi um encanto e um desafogo: os olhos encadeados no refulgir dos plainos incendiado, repousaram, suavemente, na auréola ideal de uma fronte loura de criança.

Então a estrela se apagou na altura.

Mas não se extinguiu para sempre. Por singular que se afigure, a ciência planejou ajustar ao misticismo incomparável de Mateus as suas fórmulas rigorosamente positivas

Mas essas estrelas, menos comuns que os cometas, por adstritas a um compasso mais vagaroso no ritmo das manifestações periódicas das aparências

cosmológicas, foram sempre mais surpreendentes. E até os nossos dias se apontam 22 aparições verificadas.

Euclides continua:

Essas estrelas variáveis e repentinas são ainda um verdadeiro mistério.

E não nos espanta que após estudarem, sob incontáveis aspectos, os astros extraordinários, e de assistirem ao despencar escandaloso de tantas explicações, guisadas a esclarecê-los com os nossos conhecimentos atuais, cheguem os cientistas desde agora à melancólica conclusão da falência da astronomia antes aquelas estrelas rebeldes.

E já não nos maravilha que a alma magnífica de Kepler passasse do rigorismo das linhas geométricas para os êxtases arrebatados dos crentes.

E pensamos maravilhados diante do crescer e do transfigurar-se da própria realidade que, mesmo na esfera aparentemente seca do mais estreito racionalismo, se nos faz mister um ideal, ou uma crença, ou os brilhos norteadores de uma ilusão alevantada²⁵.

25 – CUNHA, Euclides da. Cita a aparição da estrela Omieron em 1596, da Matuan-lin de 1578 e da Peregrina descoberta por Ticho Brahe em 1572, todas com explicações teóricas levantadas e decaídas pela ciência. *Obra Completa*, vol. I. p. 424.

Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio Vicente Tapajós

VICENTE TAPAJÓS, O AMIGO QUE PERDI

CARLOS WEHRS¹

Acredito que muitos dos aqui presentes estão ainda lembrados do necrológio da confeitaria Thalita Casadei, lido por mim no ano passado, nesta sala. Relatei, também, minha chegada a esta Casa, guiado pela sua mão amiga, ao trazer para leitura na CEPHAS a biografia do historiador Charles Dunlop. Naquela remota ocasião, antes de conseguir uma brecha na sempre superlotada agenda das quartas-feiras, ainda tive de aguardar duas semanas durante as quais pude apreciar o ambiente respeitoso e cordial aqui reinante. Podendo dispor das tardes desses dias continuei vindo, mesmo após minha apresentação, já que os assuntos ventilados interessavam.

Era o ano do centenário do golpe de Estado que varreu o regime monárquico do nosso país. Fiquei então sabendo que o Instituto abria inscrições para o “Prêmio IHGB de história da República”, destinado ao melhor trabalho que lhe fosse apresentado sobre tema de livre escolha. O prazo me convinha e decidi concorrer com uma redação intitulada “Meio século de vida musical no Rio de Janeiro (1889-1939)”. Além do meu, outro trabalho havia, extenso e muito bem elaborado, que mereceu o primeiro lugar. Autor: Prof. Francisco Luis Teixeira Vinhosa. O meu recebeu *Menção Honrosa*, e fiquei satisfeito. A Comissão Julgadora era presidida pelo Gen. Jonas Correia Filho (sócio benemerito) e integrada pelos sócios Herculano Gomes Mathias (benemerito), Arno Wehling e Nilo Garcia (efetivos) e Vasco Mariz e Evaristo de Moraes Filho (honorários).

Estou aqui a recordar nomes de alguns que já desapareceram e sinto o doce aroma da saudade.

Consoante o edital do concurso, devo acrescentar que meu trabalho foi logo impresso e antes mesmo do outro, o vencedor. Por que? O Primeiro-Secretário do Instituto, Prof. Vicente Costa Santos Tapajós, que eu não conhecia e soube só depois que apreciava muito a música, o que pode ter influenciado. Além disso, havia eu incluído na parte final da obra, a fim de ilustrá-la, fotos e caricaturas de músicos destacados daquela época, entre as quais uma de Paulo Tapajós, primo de Vicente.

1 – Sócio emérito do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Pouco mais tarde, fui eleito Sócio Honorário; D. Thalita providenciara as assinaturas necessárias. Isso em novembro daquele mesmo ano. Quando em fins de 1992 cheguei a Sócio Efetivo, hoje denominado Titular, Tapajós entregou-me, já em janeiro de 1993, a direção da *REVISTA*, com o que me senti muito honrado. O que só descobri depois, foi que esta publicação se encontrava bastante atrasada: em 4 suplementos e em 4 números normais. Cumpria-me colocá-la em dia, o que consegui num *tour de force* durante os sete anos em que a dirigi, embora ainda nos antigos moldes, como a recebera, lançando 34 números. Foi trabalho estafante, mas agradeço a Tapajós este benefício, pois tive a oportunidade (e também a obrigação) de ler tudo antes de entregar ao linotipista. Ainda usava-se a linotipia e as provas me chegavam com centenas de erros e precisavam ser revistas e corrigidas, por mim, naturalmente. Tapajós observava atentamente minha atuação, ao menos nos primeiros tempos.

Eu a ele recorria em casos de dúvida, que não eram poucas, de como agir, aconselhando-me sempre a ser um pouco tolerante, quando se tratava de artigos assinados pelos sócios, já que nada podia ser alterado. Tapajós era professor nato, que com a maior boa vontade corrigia e apontava soluções e acabávamos mudando a conversa para outros assuntos, sob forma de colóquio amistoso.

Cabia-me a escolha dos artigos e aceitar ou recusá-los, porquanto ainda não fora criada a comissão que os analisava, nem se exigia dos autores que entregassem as folhas acompanhadas de um disquete gravado. Não havia ainda esse progresso técnico. Apenas pedia-se que viesse datilografado em espaço 2. As recusas, embora raras, eram sempre um problema para mim, e meu amigo Pimentel Winz jocosamente dizia que eu era um Torquemada.

Antes mesmo de pegar o trabalho da Revista, em 1992 Tapajós encarregou-me de traduzir para o vernáculo os capítulos referentes ao Brasil do livro “Uma excursão ao Brasil e aos Estados do Prata”, de Emil Hänsel, que veio a ser o volume nº 2 da Coleção Varnhagen, do IHGB (98 ps).

Com o falecimento do presidente Américo Jacobina Lacombe, em abril de 1993, Tapajós após eleição veio a substituí-lo no cargo.

Por morte do embaixador Hélio Scarabôtolo, em janeiro de 1996, fui nomeado para seu lugar na Comissão de Admissão de Sócios. Também, no mesmo ano chamou-me Tapajós para auxiliá-lo na confecção dos verbetes do “Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos” que vinha organizando.

Sou grato a Vicente Tapajós por ter-me dado todas essas oportunidades, demonstrando a grande confiança que em mim depositava, o que muito me valeu como aprendizado, a mim que era verdadeiro *greenhorn* em vários desses setores.

Sim, Tapajós era meu amigo, ele e D. Léa, sua esposa. Eu ainda mal pertencia ao quadro do IHGB, quando fui surpreendido com belo convite para participar da festa das Bodas de Ouro do casal. Fui também muitas vezes convidado para recepções em sua residência, em Copacabana, por ocasião de festas da família. Por outro lado honraram-me, a mim e minha mulher, comparecendo a nossa casa.

Assim, quando ele sofreu um insulto cerebral no Instituto e eu cá me encontrava, fiquei siderado, vendo, como médico, que nada poderia fazer por ele.

Passado o tempo de internação hospitalar, fui vê-lo em sua casa algumas vezes. Conversamos, lembrando casos diversos. Estava bem lúcido, mas a visão deixava a desejar. Parecia irrecuperável, mas pouco se queixava.

Afinal, deixou-nos, exatos três dias antes de seu 82º aniversário. Ainda dele me despedi, aqui no Salão Nobre, por ocasião da encomendação do corpo, por Mons. Maurílio César de Lima. (18.02.1998)

VICENTE TAPAJÓS, MESTRE E AMIGO

LUCIA MARIA PASCHOAL GUIMARÃES¹

A escola é a marca registrada da minha vida.

As palavras são de Vicente da Costa Santos Tapajós e constam da entrevista por ele concedida a Marieta Moraes Ferreira, em 1994². De fato. Parecia predestinado ao magistério. A avó, a professora primária d. Adelaide da Costa Santos, abriu uma escola nas dependências da própria residência, na Rua Teresa, em Petrópolis. Seus pais – Luciano de Miranda Reis Tapajós e Noêmia Costa Santos Tapajós – que moravam no Rio de Janeiro, cultivavam o hábito de subir a serra para passar as férias de verão com a matriarca. Pois bem, nos primeiros dias de fevereiro de 1916, quando o casal chegou a Petrópolis, ela grávida de 7 meses, encontrou todos quartos da casa já ocupados por outros familiares. Sem outra alternativa, acomodaram-se na sala de aula de d. Adelaide, onde Vicente Tapajós viria a nascer, prematuramente, em 20 de fevereiro. Espirituoso, ele costumava brincar que preferia ter nascido em uma agência do Banco do Brasil.

Vicente fez os primeiros estudos em casa e depois na escola municipal, que funcionava no prédio onde hoje se situa o Colégio Amaro Cavalcanti, no Largo do Machado. Ingressou no externato do Colégio Pedro II, mas no meio do curso ginásial transferiu-se para Porto Alegre com a família. De volta do Rio, concluiu os estudos secundários no Colégio Rezende. Em 1935, prestou exame para a recém-criada Universidade do Distrito Federal, a UDF, bacharelando-se em História em 1937 – “a primeira e única turma da UDF”, fazia questão de salientar cheio de orgulho.

Ali fora aluno dos professores da chamada “missão francesa”: Eugène Albertini, Henri Hauser, Pierre Deffontaines, além de outros nomes conhecidos da intelectualidade nacional, como por exemplo, Afonso Arinos de Melo Franco, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Jaime Coelho, este último fora discípulo de Capistrano de Abreu. Para além do convívio acadêmico com um corpo docente tão renomado, seu curso de graduação recebeu forte influência do movimento da Escola Nova. Segundo Tapajós, a UDF era a própria Escola Nova. A Universidade fora criada para que os seus conceitos viessem a ser aplicados. Além disso, dispunha de uma biblioteca admirável

1 – Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Pesquisadora do CNPq e dos Programas Prociência (UERJ) e Cientista do Nosso Estado (FAPERJ). Sócia Titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2 – TAPAJÓS, Vicente, In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, pp.177-178.

para a época³. Explica-se, assim, a sua peculiar atuação no magistério, procurando combinar o ensino do conhecimento histórico, sempre ministrado com didática impecável, e a preocupação com o processo formativo dos futuros professores.

Recém-formado, exerceu a docência em colégios particulares e trabalhou como jornalista, em diversas folhas cariocas. Em 1948, prestou concurso público para a Secretaria de Educação do então Distrito Federal, sendo designado para dar aulas no Instituto de Educação, de onde mais tarde tornou-se professor catedrático de História do Brasil. Em 1952, também por concurso público, ingressou no Colégio Pedro II, tendo atuado nas seções Centro, Engenho Novo e Humaitá. No magistério superior, lecionou na Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e de pós-graduação de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais; nas Universidades Santa Úrsula e Gama Filho, bem como Instituto Rio Branco e na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG).

No campo da pesquisa, realizou estágios junto ao Instituto de Alta Cultura do Ministério de Educação Nacional em Portugal (1957) e viagens de estudos aos Estados Unidos (1967). Em 1984, foi admitido sócio desta Casa, e oito anos mais tarde, elegeu-se presidente. Cabe aqui ressaltar que Tapajós foi o primeiro presidente do IHGB formado em curso regular de História.

Vicente Tapajós dedicou-se, sobretudo, à carreira do magistério, que exerceu por mais de 50 anos. Não por acaso, no seu legado bibliográfico predominam as obras didáticas. Para se ter uma ideia, a sua *História do Brasil*, para o antigo curso ginásial, lançada em 1944, pela Companhia Editora Nacional, teve 18 edições. A última saiu em 1967, com 10 mil exemplares. Por sua vez, o livro *História da América*, para os cursos normal e colegial, alcançou 9 edições. Entre as demais obras de Tapajós há que se ressaltar o projeto editorial da *História Administrativa do Brasil*, cuja direção lhe foi confiada pelo DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público), elaborada em vinte volumes, que contemplam o histórico integral da administração pública brasileira⁴. Outra produção que cabe mencionar é a *História do desenvolvimento econômico do Brasil*, escrita em parceria com Mircea

3 – *Idem*, p. 182.

4 – Nesta coleção ele também foi responsável pela redação de 3 volumes, sendo um deles em parceria com Américo Jacobina Lacombe. Ver, TAPAJÓS, Vicente. A política administrativa de D. João III. In: TAPAJÓS, Vicente (org.). *História Administrativa do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956. _____. Organização política e administrativa do Império. In: TAPAJÓS, Vicente (org.). *História Administrativa do Brasil*. Vol. 9. Brasília: FUNCEP, 1984. _____. e LACOMBE, Américo Jacobina. “Organização e Administração do Ministério da Justiça no Império. In: TAPAJÓS, Vicente (org.). *História Administrativa do Brasil*. Vol. 12. Brasília: FUNCEP, 1986.

Buescu⁵. Nessas contribuições destaca-se como tema recorrente a problemática da unidade nacional, o que revela a influência da matriz interpretativa inaugurada por Varnhagen na historiografia brasileira.

No âmbito do Instituto Histórico, além de colaborador assíduo da *Revisita do IHGB*, coordenou a preparação do *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*, obra de referência sobre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

No meu percurso acadêmico, tive a oportunidade de conviver com o professor Tapajós em diferentes momentos. Conheci-o logo que ingressei no Instituto de Educação, em 1958. Fui sua aluna de História do Brasil, na primeira série do curso ginásial, e depois de História da América, no curso normal. Costumava chamar as alunas de “Margaridas”. Transmitia o gosto pelos estudos históricos, e sempre nos advertia: “Margaridas, história não é decoreba.” Bem-humorado, suas aulas eram interessantes e movimentadas, com mapas, esquemas e desenhos. Diga-se de passagem, ele era um exímio desenhista. Enquanto assistia à realização das nossas provas mensais, passava o tempo fazendo caricaturas das alunas e depois nos oferecia o mimo, no momento em que lhe entregávamos as provas. Muito estimado pelo corpo discente, paraninhou diversas turmas do Instituto de Educação, inclusive a minha turma, a das normalistas de 1964.

Reencontrei o Professor Tapajós no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, quando estava concluindo o curso de graduação. Sempre cordial, perguntava pelas minhas colegas normalistas. Às vezes a conversa se alongava e íamos até a cantina do sr. Tolentino, onde havia um cafezinho bem honesto. Anos mais tarde, ao prestar concurso para o mestrado de História do IFCS, ele fazia parte da comissão encarregada de entrevistar os candidatos, ao lado de Maria de Lourdes Viana Lyra e do saudoso José Luiz Werneck da Silva. Lembro-me das suas palavras, logo que me viu entrar na sala do exame de seleção: “Mas você de novo? Você me persegue desde menina! ”. Aí virou-se para os dois colegas de banca e contou que eu havia sido sua aluna no Instituto de Educação. A entrevista formal transformou-se em uma conversa prazerosa, pois Werneck também fora meu professor na graduação do IFCS. E Maria Lourdes, que eu ainda não conhecia, veio a ser a orientadora da minha dissertação.

No mestrado, fui sua aluna nas duas matérias obrigatórias: Estudos de Problemas Brasileiros I e II. Aliás, cabe aqui lembrar que o Professor conseguia realizar uma proeza, pois apesar do conhecido desprestígio daquelas

5 – TAPAJÓS, Vicente & BUESCU, Mircea. *História do desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro [s.d.].

disciplinas, os seus cursos estavam sempre repletos de pós-graduandos. Na verdade, ele não ministrava aulas sobre Problemas Brasileiros, mas, sim, exorcizava o fantasma da EPB, pedagogicamente, por meio de animados seminários de História do Brasil.

Ao final do curso, convidei-o para a banca examinadora da minha dissertação. Havia externado à minha orientadora que gostaria de ter naquela ocasião dois professores que desempenharam papéis importantes na minha formação: Célia Freire, muito querida, que me despertou o gosto pela pesquisa e pelos estudos de teoria da história e de historiografia; Vicente Tapajós, não menos querido, cujas qualidades pedagógicas até hoje me inspiram.

No dia da defesa, entretanto, notei o Professor muito circunspecto, diferente do proseador alegre que conhecia de longa data. A arguição se iniciou com Célia, que falou por mais de uma hora! E Tapajós quietinho, recluso. Pois bem, ao começar a sua intervenção, ele não se conteve: emocionado reviveu o nosso convívio desde os tempos do Instituto de Educação e externou sua satisfação de integrar aquela banca, que deveria ser a última da sua carreira, uma espécie de “canto de cisne”, já que estava prestes a se aposentar.

Depois disso, passei a revê-lo, vez por outra, aqui no Instituto Histórico, no Salão de Leitura. Ele, sócio do Instituto desde 1984, membro da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas. Eu, doutoranda na Universidade de São Paulo, a pesquisar as fontes para a tese, cujo tema era a fundação do Instituto Histórico e sua atuação no Segundo Reinado, sob o patrocínio de D. Pedro II. Em 1992, ele assumiu a presidência desta Casa, mas não deixou de visitar o Salão de Leitura. E ali trocávamos ideias e bibliografias. Recomendou-me que lesse os trabalhos de Arno Wehling sobre o IHGB, e não deixasse de mencionar as contribuições de Varnhagen, nos primeiros anos do Instituto. De quebra, apresentou-me à d. Lucia, então chefe do arquivo, e à D. Maura, ainda hoje chefe da biblioteca, duas especialistas cuja colaboração foi fundamental para o levantamento de manuscritos e o exame da coleção das revistas do IHGB.

Tentei convidá-lo para comissão examinadora da minha tese de doutorado. Mas, lamentavelmente, a burocracia acadêmica impediu-me de chamá-lo para compor a banca. De qualquer modo, passada a defesa, assim que regresssei de São Paulo fiz questão de oferecer-lhe um exemplar da tese. Alguns dias depois, fui surpreendida por um telefonema da presidência do Instituto, com a indicação de que deveria procurar o Dr. Carlos Wehrs, então diretor da *Revista do IHGB*, para tratar de detalhes da publicação da tese, que seria reproduzida integralmente no próximo número da *Revista*. De fato: o texto completo apareceu no nº 388, que corresponde aos meses de julho/setembro

de 1995, acompanhada de um lindo prefácio escrito por Tapajós. Aliás, a publicação da *Revista* conta com dois prefácios que muito me envaidecem, redigidos, respectivamente, por Vicente Tapajós e Arno Wehling, ambos meus ex-professores. No lançamento da *Revista*, soube do esforço que o Professor empreendera para se inteirar do conteúdo daquele trabalho que perfazia 398 páginas. Com a vista bastante enfraquecida, pedia a esposa, d. Lea, que lesse o texto em voz alta, para que ele aos poucos pudesse redigir a sua apresentação.

Vicente Tapajós faleceu em 18 de fevereiro de 1998, na antevéspera do seu octogésimo segundo aniversário. Em 2005, infelizmente, ele já não estava mais entre nós quando fui eleita sócia desta Casa. Por certo, teria ficado muito contente.

O literato português Teófilo Braga, em 1884, escreveu um ensaio que discute o significado de celebrar a passagem dos centenários dos grandes homens para a civilização ocidental. Na concepção de Teófilo, essas efemérides constituem uma espécie de síntese afetiva, uma vez que restituem o prazer da admiração nas sociedades modernas. Para reforçar seu argumento, ele lança uma indagação instigante: “[...] que objeto mais sublime do que a consagração social daqueles que exerceram a sua afetividade e a sua inteligência elevando a espécie e fortalecendo-a pela consciência da sua solidariedade?”⁶⁷

Creio que as palavras de Teófilo Braga parecem vir de encontro ao nosso propósito de solenizar o centésimo aniversário de nascimento do Professor Vicente Tapajós, aqui no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Mais do que lhe render o merecido tributo acadêmico, celebramos hoje o mestre e amigo, que exerceu o magistério com zelo, competência e generosidade.

6 – BRAGA, Teófilo. “Prolóquio” Os centenários como síntese afetiva nas sociedades modernas. Porto: Tipografia de A. J. da Silva Teixeira, 1884, p. X.

O PROFESSOR VICENTE TAPAJÓS

MARCOS GUIMARÃES SANCHES¹

Participar da homenagem ao centenário de natalício de Vicente Costa Santos Tapajós é mais do que uma satisfação, mas a oportunidade de manifestar gratidão ao Professor Tapajós, forma que me parece mais apropriada para expressar uma curta relação, porém fraterna e generosa.

A comemoração das “datas redondas” renovam a tradição latina do *saeculum*, incorporada à cultura ocidental, quando a comemoração, tanto na pesquisa científica quanto nos lugares da memória permitem mais do que a evocação, por meio da renovação permanente da lembrança², a produção de conhecimento, no nosso caso, sobre um homem e sua trajetória profissional, que, guardando suas especificidades, revelam a trajetória de um fazer – a produção historiográfica e o ensino da história – em um momento da história brasileira.

Uma preliminar é necessária: por mais que se busque uma avaliação do percurso de Vicente de Tapajós, no conjunto do campo da história, sua produção, trajetória profissional e contribuições mais perenes, o presente relato está indissociável de nossa experiência pessoal, do contato e aprendizado – que não foi só intelectual – com o mestre, incorporando o entendimento de Giovanni Levi sobre a micro-história, quando “o ponto de vista do pesquisador torna-se uma parte intrínseca do relato”³.

No início dos anos 1970, tomei contato com os três principais manuais didáticos do professor: *História do Brasil* (Companhia Editora Nacional, 1965); *História da América* (Forense, 1968) e *História Geral* (Lisa, 1971), utilizando-os como leituras complementares ao compêndio adotado no Curso Clássico, inclusive visando à preparação para o exame vestibular. Na distância do tempo, é possível afirmar que a riqueza do conteúdo e a leitura agradável reforçaram o que, à época, era ainda um difuso interesse pelos estudos históricos.

Na década de 1980, travei um contato mais estreito como o Professor Tapajós no Mestrado de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e cedo percebi que número expressivo de alunos faziam restrições teóricas e ideológicas ao mestre, mas nutriam obsequioso respeito ao seu trabalho,

1 – Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2 – HALBWACHS, Maurice, *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice, 1990, p. 81.

3 – LEVI, Giovanni. Sobre a micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Unesp, 1992, p. 153.

certamente resultado da combinação da erudição, seriedade profissional com o trato afável, respeitoso, das pessoas e das diferenças intelectuais.

Nas rodas de conversar era comum o sentimento de reconhecer em Tapajós a talvez mais conhecida “profissão de fé” de Lucien Febvre; “Amo a história. Se não a amasse não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar a outra `satisfação das necessidades profundas – algo abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a história – e é por isso que estou feliz por vos falar hoje daquilo que amo”⁴.

Lembrança amena são os cafezinhos na Confeitaria Manon ao final da aula, quando dentre outras históricas, aprendemos em detalhes as campanhas dos tricampeonatos do seu amado Flamengo, cuja história era um acalentado projeto historiográfico que não chegou a realizar.

Passaram-se os anos, várias disciplinas cursadas e tive a honra de tê-lo na minha Banca de Defesa da Dissertação, quando revelou-se um leitor arguto, que me lembrou que o Antonil citado no texto fora omitido na bibliografia.

Apesar de tudo, creio que gostou do trabalho, publicando-o com alguns cortes na *Revista do IHGB*, incentivando e apoiando minha candidatura a sócio, cuja eleição ocorreu na última Assembleia por ele presidida, quando já apresentava saúde abalada.

Mas, numa sessão de lembrança, um exercício da memória, é necessário indagar. Qual memória desejo eleger de Vicente Tapajós. O Professor Vicente Tapajós pertenceu à geração pioneira da profissionalização dos historiadores, Formou-se em História, na única turma de concluintes, na Faculdade de Filosofia, da efêmera Universidade do Distrito Federal, no Rio de Janeiro e certamente foi lastreada por sólida formação humanista, influência da “Escola Nova” presente no ideal de seu idealizador Anísio Teixeira, par quem a educação escolar não visa “à especialização de alguns indivíduos (...) mas à formação comum do homem e à sua posterior especialização para os diferentes quadros de ocupações, em uma sociedade moderna e democrática”⁵.

Oportuna a lembrança de Anísio Teixeira, já que em nossos dias, corremos atrás de um produtivismo exagerado, fomentando especializações precoces, venerando os “qualis” e os “lattes”. Embora tenha publicado vários livros, o nosso homenageado e sua geração não tiveram a disposição um rol

4 – FEBVRE, Lucien. *Combates pela História I*. Lisboa: Presença, 1977, p. 37.

5 – TEXEIRA, Anísio. *Educação não é privilégio*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 12.

cada vez maior de periódicos, nem a pesquisa como atividade institucionalizada nas instituições universitárias.

Tapajós incorporou na sua formação a difusão no Brasil das grandes sínteses históricas editadas na primeira metade do século XX como a *Peuple et Civilisations*, modelo por ele explicitamente adotado na obra sobre a história administrativa e a preocupação com a formação de professores, foco das Faculdades de Filosofia. Ser professor foi a autorreferência sempre presente nas suas obras, nas quais se apresentava orgulhosamente como professor secundário, com destaque para o Instituto de Educação, onde alcançaria a cátedra e, talvez, o lócus mais representativo da sua atuação no magistério.

Mas Tapajós foi um pesquisador, deixando-nos importantes trabalhos sobre o primeiro século da colonização e a história administrativa. No entanto, ousou reiterar que Vicente Tapajós foi por excelência professor, ofício exercido, e disso sou testemunha, com competência, prazer e graça. Na educação básica, passou por vários estabelecimentos particulares, mas consolidou carreira nos modelares Colégio Pedro II e no Instituto de Educação. No ensino superior, passou pelas Universidades Santa Úrsula, Gama Filho e Federal do Rio de Janeiro, tendo importante papel na consolidação do então jovem Mestrado em História, quando ainda eram magros os quadros docentes habilitados para tal nível de ensino.

No ensino, teve importante atuação, pouco lembrada, participando das ações pioneiras de aperfeiçoamento do ensino da História, campo de investigação só muito recente incorporado pela área de história. Atuou nos cursos e na produção de material didático no âmbito da CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário) do Ministério da Educação e Cultura, onde pioneiramente se buscava a aplicação de um arsenal pedagógico ao desenvolvimento mais efetivo dos conteúdos programáticos. De lá, um singelo conselho do mestre:

O professor não deve esquecer-se de vai ensinar, ou fazer os alunos aprenderem alguma coisa por algum motivo. Há sempre um objetivo a atingir quando se ensina alguma disciplina. SE esse objetivo não é alcançado, o ensino falhou, falhou o esforço.

Daí, a necessidade de serem completados os programas, porque também eles são feitos com um objetivo.

Só há realmente um meio de consegui-lo. Cabe ao mestre procurá-lo, traçar as diretrizes de sua busca, convergir todos os esforços nesse sentido⁶.

6 – TAPAJÓS, Vicente. O planejamento de ensino. In: *Didática da História. Símulas para os Cursos de Orientação*. Rio de Janeiro: CADES/MEC, 1961, pp. 69-70.

Na sua produção, desejo, em primeiro lugar, salientar a sua produção didática, tarefa que ainda hoje, muitos historiadores se escusam pela sua complexidade. Produziu completíssimos manuais didáticos, tidos como referência, no testemunho de docentes que vivenciaram sua adoção nas escolas. Frutos de uma época, conteudistas, mas dentro de tais parâmetros se mostravam muito bons, atendendo, com larga folga, os programas oficiais do ensino secundário, coligidos em preciosa síntese por Guy de Holanda⁷. A sua contribuição à educação básica não se esgotou aí, trabalhando na rádio difusão educativa nas emissoras Roquette Pinto e MEC e depois na TVE do Rio de Janeiro.

Na historiografia brasileira é incontornável falarmos da História Administrativa, projeto nascido em 1956 para o DASP que coordenou até a sua última fase nos anos 1980. Na apresentação da obra declara a inspiração, que certamente vinha da sua formação, nas grandes coleções de síntese editadas pela *Cambridge* e particularmente a *Peuple et Civilisations*. Num momento de esquecimento da história administrativa inovava ao buscar uma verdadeira síntese histórica, conceito caro às gerações como a dele, com forte influência da historiografia francesa, ou um “equilíbrio” nas suas próprias palavras, no qual a história administrativa deveria ultrapassar os “acontecimentos políticos” e sua compreensão considerar os elementos econômicos, sociais e culturais⁸.

Nesta coleção, escreveu os volumes sobre o século XVI – a política administrativa de D. João III, abordando as Capitânias Hereditárias e a implantação do Governo Geral, com extenso apêndice documental e, posteriormente, os volumes sobre a Organização Política e Administrativa do Império (1984), que preparava o leitor para a continuidade da coleção com estudos específicos sobre os Ministérios e os que estudaram o Ministério da Justiça no Império (1986), em parceria com Américo Jacobina Lacombe e sobre o Ministério da Guerra no Império no Império (1986), em parceria com Francisco de Paula e Azevedo Pondé.

Registre-se que se hoje tenho a coleção completa, credite-se a generosidade do mestre.

Em meio a empreitada da História Administrativa, deixou-nos, ainda, importante incursão na História Econômica, em parceria com Mircéa Buescu, a História do Desenvolvimento Econômico do Brasil (1969). Quando se de-

7 – HOLANDA, Guy. *Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro*. Rio de Janeiro: INEP/MEC. 1957.

8 – TAPAJÓS, Vicente. Apresentação. In: *História Administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: DASP, 1956, Vol 1, pp. 15-16.

lineava o chamado “milagre brasileiro”, debruçavam-se os autores sobre questões estruturais que moldavam ou caracterizavam os famosos “pontos de estrangulamento” do desenvolvimento. Repercutiam no Brasil o amplo debate da historiografia latino-americana sobre desenvolvimento/subdesenvolvimento, dependência, etc.

O espírito gregário o levou a participar de inúmeras instituições culturais, destacando-se o nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o qual foi eleito em 1984, exercendo as funções de Primeiro-Secretário e Presidente, sempre muito preocupado, dentre outras empreitadas, em garantir a periodicidade da Revista e nos legando a organização do *Dicionário Biobibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos Brasileiros*. Participou ainda da Academia Brasileira de Educação e de vários Institutos Históricos estaduais e municipais, com destaque para o de sua Petrópolis natal, além da Academia Portuguesa da História.

Até os seus últimos anos de docência, dois temas o ocuparam: a historiografia colonial e a administração sob D. João III, a qual voltou no “concurso de catedrático que não houve”, palavras dele, com o trabalho O Regime de Capitânicas Hereditárias, tema então pouco visitado na historiografia.

Pesquisador, escritor, professor preocupado com a valorização dos estudos históricos e, sobretudo um exemplo de amizade, seriedade profissional e generosidade. Repetindo Marc Bloch, “não imagino, para um escritor, elogio maior que o de saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares”⁹. Este foi Vicente Tapajós, na toska percepção de um seu aluno.

9 – BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 11.

SAUDAÇÃO AO PROFESSOR VICENTE TAPAJÓS: MEU MESTRE

MIRIDAN BRITTO FALCI¹

Nesse encontro em que o IHGB decidiu, em boa hora, repensar a figura do seu antigo presidente, Vicente Tapajós, no transcurso do centenário de seu nascimento, vem-me à mente páginas do contato que tive com tão significativo mestre, orientador e amigo.

Historiador, professor, escritor mas acima de tudo incansável idealizador e coordenador de trabalhos, Tapajós distinguiu-se nessas atribuições que nomeei e ainda como pessoa sóbria e humilde.

Conheci-o em 1963 quando membro da banca que me aprovou no concurso para professor efetivo do ensino médio de história do estado da Guanabara, quando me aprovou entre os primeiros lugares numa disputa na classificação. É que, segundo ele, fui a única a apreciar com isenção de olhares a participação dos jesuítas na obra missioneira que exerceram no Brasil. Anos mais tarde, em 1970, o encontrei como chefe da cadeira História da América, da qual eu participava, juntamente com Ondemar Ferreira Dias e Ana Maria Delgado de Carvalho, no novo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ, com a transformação da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Passara a ocupar o lugar da profa. Eulália Lobo, afastada por ato institucional. Ali orientou vários professores no recém-criado mestrado, reorganizou novos programas, criou, dirigiu e editou a *Revista Histórica*. A Faculdade, com seu quadro diminuído pela cassação de vários seus membros, passava por um momento difícil, delicado, de grande tensão. Tapajós nunca se identificou com problemas que não estivessem em ligação com as cadeiras que criou: *A Conquista do mundo americano pelos espanhóis, Culturas primitivas da América, As lutas coloniais americanas, o Caudilhismo e a formação das nações americanas, a Colonização Inglesa e a formação dos EUA e História da Cultura na América, Escravidão nas Américas, O indígena americano*, dentre outras. Sereno, objetivo, cobrou dos professores que coordenava o respeito às instituições então recém-criadas, respeito ao programa, bibliografia, pesquisa em novos temas. Dez anos mais tarde, entregou o cargo de coordenador à professora Eulália Lobo, que retornava, dispensando-se, por escrito, “da tarefa” que levava por 10 anos. Saiu da coordenação como entrara, com o reconhecimento dos colegas e administrados pelo seu trabalho, mas sem alarde, sem trombetas. E continuou como

1 – Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

professor orientando dezenas de dissertações. Além de enorme paciência no trato com os alunos, o respeito e a seriedade com que se impunha, o seu modo circunspeto, pontual e reservado, Tapajós sempre imprimiu em suas atividades a sua competência, assiduidade e espírito universitário.

Tapajós participou de inúmeras bancas inclusive a de livre-docência de Ondemar Ferreira Dias e de Célia Freire.

Em 1981 retomou o seu projeto *História Administrativa do Brasil*, planejamento de 40 volumes, iniciado em 1955. Deles completou-se 18, sendo de sua autoria três: *Política Administrativa de D. João III*, *Organização e Administração do Ministério da Justiça e Organização Política e Administrativa do Império*, que o próprio Tapajós considera a sua melhor obra. Analisando os poderes estabelecidos e toda a trama que se estabelece para manter a ordem centralizadora, o sistema eleitoral, a administração provincial e municipal é uma grande obra de pesquisa utilizando os Anais da Câmara, os Anais do Senado, jornais, cartas de Pedro I e bibliografia comparativa. Chamou-me para escrever o volume *História Política e Administrativa dos Transportes no Brasil*.

Tapajós deixou 33 livros publicados em língua portuguesa. Na Espanha, 1992, sua publicação intitula-se *Iberoamerica una comunidad*, onde aponta as rotas de povoamento e dispersão do indígena pré-colombiano.

Tapajós foi apaixonado pela formação dos Estados Unidos e pelos princípios liberais que moldaram aquela nação. Mas, como os espanhóis, envereda-se no meio dos épicos conquistadores e arranca de suas espadas os troféus da conquista. Na análise de todo o processo de colonização espanhola reserva-se o direito de enaltecer, tecendo a costura das desuniões que dominaram a colonização.

Mas de todos os 33 livros, o *História do Brasil*, 1944, Cia. Editora Nacional com mais de 20 edições e *História da América*, de 9 edições, se impuseram pelo carácter ao mesmo tempo didático de livro manual mas que conseguiram aliar, também, profundidade de julgamento, de pesquisa e de apreciações em pequenos trechos transplantados com grande sabedoria.

Além de meu chefe no IFCS, convidei Tapajós para orientador de minha dissertação de mestrado, *O Piauí na Primeira metade do século XIX*. Tapajós acreditou num projeto chamado de história regional, de uma província esquecida, de um local excêntrico, com uma organização oligárquica e patriarcal. Como objeto específico de análise e maneiras de compreender a província do Piauí alerta-me sobre a importância de se estudar o processo administrativo, o poder das câmaras locais, o poder dos gabinetes, e parecia

que sentia enorme prazer em esmiuçar detalhes, em compreender a hierarquia de órgãos e funções.

Em 1983 convidava-me para pertencer ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro onde, por 10 anos, compartilhei da presença sensível do general Francisco de Paula e Azevedo Pondé, de Antonio Pimentel Winz e de tantos cultores da história do Rio de Janeiro. E a seu convite e orientação planejamos e criamos a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, com edição anual, hoje no volume 22 (2015). Em 1993 propunha-me como membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em apresentação apoiada por Arthur Cezar Ferreira Reis, meu antigo chefe no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e em 1995 recebeu-me em posse nesse sodalício onde participo com grande satisfação.

Tapajós trabalhou arduamente e trouxe inúmeros outros professores para esta casa, como Lucia Guimarães, Maria de Lourdes Lyra procurando crescer a Revista que entregou a Carlos Wehrs e cuidando dos mais jovens que aqui chegavam como a acolhida, como vice-presidente, ao nosso atual presidente Arno Wheling.

Dele podemos dizer: soube viver, com serenidade e humildade, soube trabalhar, soube ajudar, soube fazer o seu semelhante crescer.

Sobre ele, repito o poema de autoria de Bugyja Britto (*Muralhas, 1966*) já a ele ofertado em 1996, nesta casa.

Tapajós, meu mestre, você foi:

Um homem que já anda carregado
Pela mão trêmula da escura idade
E cheio de fadiga e de saudade
Vive apenas feliz do seu passado!...

E livre de esperança e orgulho estremecido.
– É da vida e do amor – um vencedor
Na paciência que lhe deram os anos!

Sessão em homenagem ao centenário de falecimento do sócio José Veríssimo

CENTENÁRIO DE MORTE DE JOSÉ VERÍSSIMO (1916-2016)

CLÁUDIO AGUIAR¹

Criticar é compreender [...]

Um livro pode constituir uma obra, vinte podem não fazê-lo. São obras e não livros, escritores e não meros autores que fazem e ilustram uma literatura.

(José Veríssimo, 1916, *História da Literatura Brasileira*, p. 12)

A crítica não é um sistema, uma teoria, uma doutrina feita e completa, uma ciência.

(Sílvio Romero, *História da Literatura Brasileira*, vol. I, Da crítica e sua exata definição, p. 128)

Preâmbulo

Antes de iniciar minhas considerações sobre o Centenário de Morte de José Veríssimo, quero referir-me ao fato auspicioso de o presidente Arno Wehling ter tido o cuidado de lembrar e destacar no âmbito da CEPHAS e, por extensão, do IHGB, as principais efemérides ligadas a este Instituto. A de hoje, de José Veríssimo, leva em si aspectos significativos para a preservação da memória nacional, no que diz respeito à Literatura. Ao longo de um século, já, se discute a contribuição dada pela *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*², de Veríssimo, como algo relevante e capaz de ultrapassar aquele sentido imediato atribuído pela etimologia latina ao termo efeméride, ou seja, “memorial diário” ou “de cada dia” – ideia que originou o termo calendário, ou, como prevê a etimologia grega, aquilo “que dura um dia” – origem da palavra “efêmero”. Preferível ficar com o sentido amplo e coerente ao que hoje acontece aqui, quando lembramos um dos mais ilustres escritores brasileiros, tomando a lembrança do seu centenário de morte como marco relevante capaz de ultrapassar a mera sucessão cronológica de datas e de seus respectivos acontecimentos.

1 – Sócio honorário brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2 – VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

Como lembrar José Veríssimo?

Creio que a melhor maneira será destacar no seu perfil as qualidades de crítico literário e de historiador, ressaltando, assim, a Literatura e a História como as duas grandes paixões do escritor paraense. Talvez, justamente por isso, ele tenha se filiado, com acentuado senso de pertencimento e de responsabilidade intelectual, a duas instituições vinculadas a esses temas: a Academia Brasileira de Letras (ABL), na condição de fundador, e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), primeiro como Sócio Correspondente em Belém, e, depois, no Rio de Janeiro, como Titular.

Apesar da advertência feita pelo próprio José Veríssimo, estampada na epígrafe destes comentários, que acabei de ler, vale lembrar, de saída, que farei, sim, um rápido bosquejo biográfico do homenageado com a intenção de situá-lo no tempo e no espaço. Maior tempo de exposição, porém, dedicarei aos comentários ligados à sua obra fundamental – *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)* –, pois, segundo entendo, essa obra representa um bom caminho para o estudo de nossa história literária.

O perfil e a obra

José Veríssimo (José Veríssimo Dias de Matos) nasceu em Óbidos, PA, em 8 de abril de 1857, e faleceu, aqui, no Rio de Janeiro, em 2 de fevereiro de 1916. Exerceu no Pará, no Amazonas e no Rio de Janeiro inúmeras atividades, tais como, jornalista, professor, educador, crítico e historiador literário.

Depois de realizar os estudos primários em Manaus (AM) e Belém (PA), por volta de 1869, veio para o Rio de Janeiro, onde se matriculou na Escola Central, depois denominada Escola Politécnica. Por ter adoecido, em 1876, foi forçado a interromper os estudos e a voltar a Belém, onde, após recuperar-se, passou a atuar no magistério e no jornalismo, a princípio como colaborador do jornal *Liberal do Pará* e, mais tarde, como fundador e redator responsável da *Revista Amazônica* (1883-84). Por essa época atuou como professor do Colégio Americano.

Em duas ocasiões viajou à Europa. A primeira, em 1880, a Lisboa, quando participou de um Congresso Literário Internacional. Por aquela época os escritores brasileiros sofriam constantes censuras por parte dos portugueses, que não aceitavam de bom grado o crescimento e a difusão das obras brasileiras, quer no Brasil, quer em Portugal. Naquele congresso, Veríssimo defendeu, corajosa e equilibradamente, os escritores brasileiros.

Voltou à Europa em 1889, dessa vez a Paris, a fim de participar do X Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica. Ali, Veríssimo proferiu uma conferência sobre o homem de Marajó e a antiga história da civilização amazônica.

De volta ao Pará, foi nomeado diretor da Instrução Pública (1880-91). No final de sua gestão, já em 1892, transferiu-se aqui para o Rio de Janeiro, onde retornou ao magistério, tendo sido professor na Escola Normal (atual Instituto de Educação) e no Ginásio Nacional (atual Colégio Pedro II), dos quais, mais tarde, foi nomeado diretor.

Após a proclamação da República, muitas alterações ocorreram na gestão da coisa pública brasileira. Uma delas foi a criação da Secretaria de Educação, órgão que mais tarde passaria a chamar-se Ministério da Educação. O primeiro ocupante desse ministério, Benjamin Constant, comandou a reforma do sistema geral de ensino público, tema que interessou de perto a José Veríssimo. Por isso, ele chegou a discutir, no *Jornal do Brasil*, durante o primeiro semestre de 1892, os principais pontos das reformas introduzidas. Suas observações críticas à reforma da educação foram incluídas logo depois na Introdução da 2ª edição de seu livro *A educação nacional*, aparecida em 1906.

Vale acrescentar que Veríssimo não se deteve apenas nos pontos mais frágeis e insuficientes da educação escolar, assunto que ele conhecia bem por ter sido professor no Pará e continuar na mesma atividade no Rio de Janeiro. Suas observações aproveitavam com clareza os conhecimentos de sociólogo, inclusive da realidade de seu tempo, sem esquecer os vícios que a corrompiam, profundas marcas deixadas pelo secular regime da escravidão ainda profundamente arraigado nos costumes sociais de então.

A referência encontrada em vários autores de que José Veríssimo foi o fundador da *Revista Brasileira*, na verdade, merece correção. A revista não foi fundada por ele, mas dirigida por ele na sua terceira fase.

A primeira fase da Revista foi a de Cândido Batista de Oliveira, que a fundou em 1857 e circulou até 1860.

A segunda fase, restaurada por Nicolau Midosi, em 1879, que circulou até 1881, não foi dirigida por ele. A função de editor-responsável coube ao escritor Franklin Távora, que, de modo exemplar, em menos de três anos, conseguiu editar dez alentados volumes, todos com mais de 700 páginas, para o que contou com a colaboração de grandes nomes da literatura brasileira de então.

A terceira fase da *Revista Brasileira*, como já dito, coube a José Veríssimo, que a dirigiu a partir de 1895 até 1899, editando, no curso de cinco anos, cerca de vinte volumes.

Veríssimo conseguiu arregimentar em torno da Revista grande parte dos escritores brasileiros. Em sua redação, na Travessa do Ouvidor, nº 31, reuniam-se destacados escritores da época, a exemplo de Machado de Assis, Joaquim Nabuco, Visconde de Taunay, Lúcio de Mendonça, entre outros. Exatamente ali, em 20 de julho de 1897, foi criada a Academia Brasileira de Letras, sendo José Veríssimo um de seus fundadores, que passou a ocupar a Cadeira número 18.

Antes de mudar-se definitivamente para o Rio de Janeiro, Veríssimo manteve contato e firmou amizade com vários escritores aqui radicados. Já conhecia bem a cidade, pois, como vimos, chegara a estudar no Rio por volta de 1869, em plena adolescência.

Entre tantos amigos que ele teve, menciono, de passagem, a amizade com Franklin Távora. Falo dessa amizade porque ela proporcionou a Veríssimo a oportunidade de trocar ideias com o autor de *O Cabeleira* sobre os temas mais expressivos para sua crítica literária.

O fato de Távora ter participado, com vivo interesse, da polêmica mantida contra os seguidores de Dom Vital, no Recife, a chamada Questão Religiosa (tema que estudei em meu livro *Franklin Távora e o seu tempo*)³, deu a Távora relativa notoriedade nacional. Além disso, no final da polêmica, em dezembro de 1873, Távora mudou-se do Recife para Belém. Ali, atendendo ao convite do Presidente da Província, Dr. Francisco Maria de Sá e Benevides, foi nomeado Secretário de Governo do Estado. Desse modo, justifica-se mais ainda a aproximação de Távora com Veríssimo, mesmo que por meio de frequentes cartas, no início dos anos 80, época em que Távora abriu portas para seu amigo paraense, inclusive animando-o e apadrinhando-o no ingresso ao quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o que de fato aconteceu. José Veríssimo foi eleito sócio correspondente do IHGB em 1887 e a sócio titular em 1898. Ocupou a função de membro da comissão de revisão de manuscritos deste Instituto.

Veríssimo escreveu cerca de dez livros: *Cenas da vida amazônica*, 1886; *Questão de limites*, 1889; *Estudos brasileiros, 2 séries*, 1889-1904; *A Educação nacional*, 1890; *A Amazônia*, 1892; *A pesca na Amazônia*, 1895;

3 – AGUIAR, Cláudio. *Franklin Távora e o seu tempo*, 2ª edição. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005. Coleção Afrânio Peixoto, vl. 72.

A instrução pública e a imprensa, 1900; Estudos de literatura, 6 séries, 1901-1907; Homens e coisas estrangeiras, 3 séries, 1902-1908; Que é literatura e outros escritos, 1907; História da literatura brasileira, 1916.

A História da Literatura e a Crítica Literária

Com o livro *História da Literatura Brasileira*, de Veríssimo, o leitor, pela primeira vez, teve acesso a uma opinião diferente sobre as bases fundamentais da literatura brasileira. Quase todos historiadores, até então, afirmavam que nossa Literatura se nutria de elementos tradicionais, ou seja, do espírito e de fórmulas de outras literaturas, principalmente do que lhe vinha de Portugal e da França. Veríssimo, afirmou, logo na primeira frase da introdução à sua *História da Literatura Brasileira*, que a realidade era bem diferente: Disse:

A literatura que se escreve no Brasil é já a expressão de um pensamento e sentimento que se não confundem mais com o português, e em forma que, apesar da comunidade da língua, não é mais inteiramente portuguesa. É isto absolutamente certo desde o Romantismo, que foi a nossa emancipação literária, seguindo-se naturalmente à nossa independência política. Mas o sentimento que o promoveu e principalmente o distinguiu, o espírito nativista primeiro e o nacionalista depois, esse se veio formando desde as nossas primeiras manifestações literárias, sem que a vassalagem ao pensamento e ao espírito português lograsse jamais abafá-lo. É exatamente essa persistência no tempo e no espaço de tal sentimento, manifestado literariamente, que dá à nossa literatura a unidade e lhe justifica a autonomia⁴.

Com o objetivo de estabelecer um paralelo entre, por exemplo, três críticos literários daquela geração – Araripe Júnior, Sílvio Romero e José Veríssimo – importa dizer, em primeiro lugar, que Araripe Júnior, apesar de ter defendido princípios mais independentes, apresentando, inclusive, relativa sensibilidade artística e estilo pessoal na exposição de seus textos, aceitou de bom grado os pontos de vista de Taine como verdadeiros e indiscutíveis. Seus argumentos e exposições pendiam para a aceitação do fator *meio*, na verdade, quase em sentido oposto ao que defendeu Sílvio Romero, que, além do *meio*, colocava a *raça* como fator preponderante.

O pensamento de Sílvio Romero, por sua vez, consubstanciado principalmente na alentada *História da Literatura Brasileira* (atualmente editada em cinco volumes)⁵, apresentou métodos e critérios inovadores, vez que apli-

4 – VERÍSSIMO, José. *Ob. cit.*, p. 7.

5 – ROMERO, Sílvio. *História da Literatura Brasileira*, 5ª edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

cou suas doutrinas científicas a vários aspectos de nossa literatura, organizando-os sobre uma doutrina social de cunho praticamente determinista.

A crítica literária de José Veríssimo, ao contrário, insistia na busca incessante do espírito e da ordem, a que ele justapunha um pensamento filosófico e moral com o objetivo de fortalecer ou dar maior autoridade ao seu juízo, o que, na prática, poderia resultar numa espécie de reforço e equilíbrio do crítico que havia no educador que ele foi.

Com essa lógica, ele procurava afirmar o racionalismo lógico à sua principal força ou capacidade. Por isso, ele afirmava com insistência que “criticar é compreender”⁶, e não cair simplesmente na visão cientificista que tanto empolgou os demais críticos do seu tempo, entre os quais, naturalmente, Sílvio Romero despontava como o principal. Ao se ler seus textos, ainda hoje, tem-se a impressão de que a crítica literária deve ser vista como ocorre na história, onde o “fato” em si, não é tudo para o historiador e, portanto, no âmbito da crítica literária não basta realçar do fato apenas o mais visível dos seus meios de expressão. Veríssimo afirmou ser preciso alcançá-lo nas suas implicações menos aparentes e alcançá-lo também na ordem filosófica, no plano estético ou no viés social, para bem situá-lo como razão de ser da literatura.

Outro ponto destacável da crítica de Veríssimo é que ele viu a literatura brasileira como algo tocado pelo tom nacionalista. Em sua *História da Literatura Brasileira* nota-se o relevo que ele dá a esse sentimento de brasilidade presente desde os primeiros alvoreceres de nossa literatura, sobretudo nas obras dos poetas e dos ficcionistas⁷.

Ao se examinar o *corpus* crítico estruturado por Veríssimo ao longo da sua existência, tem-se a impressão de que todos seus trabalhos foram pensados e destinados a servir de base para escrever a *História da Literatura Brasileira*.

Como se obedecesse a um programa de trabalho, entre 1899 e 1908, Veríssimo escreveu artigos extensos para revistas e jornais. Mais tarde esses textos seriam reunidos nos volumes intitulados *Estudos de Literatura Brasileira*, dos quais apenas seis foram publicados em vida e o sétimo postumamente⁸.

6 – VERÍSSIMO, José. *Ob. cit.*, p. 12.

7 – VERÍSSIMO, José. *Ibidem*.

8 – VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1ª Série, 1976. Cf. as Séries de 2ª a 6ª dos *Estudos* publicadas pelas mesmas editoras no ano de 1977. A 7ª Série apareceu editada em 1979 nas mesmas editoras.

Como se ele desejasse ampliar o horizonte de seus conhecimentos sobre a literatura, leu e estudou, com afinco, obras de várias literaturas estrangeiras – grega, francesa, inglesa, italiana, alemã, espanhola, portuguesa, russa, etc., – destacando, naturalmente, alguns autores por ele considerados importantes. A resultante dessas leituras foi a reunião de diversos estudos no livro *Homens e Coisas Estrangeiras*⁹.

Ambos os títulos, a meu ver, apresentem algo de imprecisão, sobretudo em relação aos assuntos brasileiros abordados. No segundo caso, ao se referir a “coisas” e “homens”, junta entidades difíceis de serem associadas no mesmo cadinho.

Ainda a propósito dos *Estudos de Literatura Brasileira*, segundo lembra o crítico João Alexandre Barbosa ao prefaciá-lo este livro, “o jovem crítico e professor paraense que chegava ao Rio de Janeiro em 1891, não era nenhum despreparado nos embates culturais ou mesmo políticos: a sua obra era já extensa para a idade (34 anos) e a sua experiência jornalística como republicano situava-o bem no quadro daqueles que haviam lutado pela transformação do regime. E entre esta primeira fase provinciana de sua evolução como crítico e a segunda – aquela que se inicia com a publicação dos textos componentes desse livro – é que se deve situar os *Estudos Brasileiros*, segunda série, publicados em 1894.”¹⁰

João Alexandre Barbosa chama a atenção para dois perigos ou vícios de leituras, nos quais pode incidir o leitor ao entrar em contato com os textos de Veríssimo. O leitor dos dias atuais, talvez menos atento aos efeitos provocados pela passagem do tempo, quando se debruça sobre os *Estudos de Literatura Brasileira* precisa, de fato, prestar atenção aos dois focos sugeridos por Barbosa: o histórico e o arqueológico. Quem se prender demasiadamente ao histórico poderá cair com facilidade no anacronismo, ou seja, ler os textos do passado como se fossem meros exemplos ou ilustrações atinentes àqueles costumes passadistas. Já a visão arqueológica decorreria de uma leitura aderida exclusiva e radicalmente ao texto do passado.

Qualquer um desses procedimentos acarretaria engessamento de tal ordem que terminaria por provocar uma espécie de crítica literária expressa em “uma linguagem que extrai da linguagem das obras literárias em estudo os dados para sua codificação”, segundo palavras do ex-professor da USP.¹¹

9 – VERÍSSIMO, José. *Homens e Coisas Estrangeiras 1899-1908*. Rio de Janeiro: Topbooks / Academia Brasileira de Letras, 2003.

10 – *Idem*, p. 13.

11 – Conferir a apresentação de José Alexandre Barbosa, intitulada “A crítica em série”, para a 1ª Série dos *Estudos de Literatura Brasileira*, de José Veríssimo, *op. cit.*, p. 9.

Talvez essa lógica de João Alexandre Barbosa possa ser mais bem explicada com outras palavras. Vamos tentar: o entendimento das obras ficaria congelado em si mesmo, porque jamais serviria para romper casulos e oferecer aos novos leitores uma fruição agradável e satisfatória, pois, afinal de contas, esse é o aspecto que dá permanência à obra de arte literária e faz perdurar ao longo dos séculos o que chamamos de obras clássicas.

Assim, a relação da crítica com a história, que pode ou não contaminar a obra literária, não deve ser entendida, de saída, como um defeito insanável. O fato histórico que a justifica não pode operar uma espécie de tensão oriunda de sistemas em estado de ação e de reação, como se fosse uma operação de causa e de efeito. O viés artístico necessário e indispensável à obra de arte deve presidir ou fluir no âmbito da leitura como algo capaz de gerar um caminhar com relativa autonomia das obras, nascendo, daí, a relação vertical entre o texto e o contexto. Esse processo deve ser criado primeiro pelo escritor literário e só depois notado pela coerente visão do crítico literário.

A propósito dessa variante, José Veríssimo, quando estudou a obra do historiador Capistrano de Abreu, elevando-a ao real valor que ela representa no cenário brasileiro da bibliografia histórica, chamou a atenção para essa dicotomia. O texto aparece no sétimo volume da série *Estudos da Literatura Brasileira*, que ele antecedeu da palavra “últimos”:

Ele (Capistrano de Abreu) é, sobretudo, um crítico histórico ou um historiador crítico, mais crítico com capacidades construtoras, como provam vários trabalhos seus, desde os primeiros, e mormente este livro *Capítulos de História Colonial* ao que parece a primeira de uma coleção de monografias idênticas¹².

Essa afirmativa de Veríssimo a respeito de Capistrano poderia, sem exagero, no que diz respeito ao método de trabalho, aplicar-se ao próprio Veríssimo, confirmando, assim, o que tentamos aqui salientar, no sentido de que ele (José Veríssimo) também foi, sobretudo, um crítico literário ou um historiador crítico, mais crítico com capacidades construtoras, como provam vários trabalhos seus, desde os primeiros, e mormente o livro *História de Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*.

Com essa experiência e preocupação, Veríssimo, a partir de 1891, logo ao fixar residência no Rio de Janeiro, começou a publicar no *Jornal do Brasil* uma série de artigos que, mais tarde, ampliados ou modificados em alguns pontos, constituiriam o conjunto das sete séries, denominando-as *Estudos da Literatura Brasileira*, aparecidas a partir de 1895 na *Revista Brasileira*, dirigida por ele, então, em sua terceira fase.

12 – VERÍSSIMO, José. *Estudos da Literatura Brasileira*. Vol. 7. *Op. cit.*, p. 188.

Sílvio Romero *versus* José Veríssimo

Aquí, antes de considerar alguns aspectos relevantes da *História da Literatura Brasileira*, de José Veríssimo, gostaria de fazer um rápido comentário para dizer que, geralmente, entre nós, ainda persiste uma espécie de contenda subjetiva, às vezes, armada inconscientemente, para saber, entre os objetivos de uma obra, principalmente, os de natureza intelectual, quais, afinal de contas, aqueles que mais nos interessam. A partir daí, caímos na aplicação de juízos de valor e estabelecemos gradações, medições, até nos julgarmos capazes de atribuir a elas adjetivações ou qualificações, quase sempre, desnecessárias.

Foi isso justamente o que aconteceu entre os leitores das obras de história de nossa literatura escritas por Sílvio Romero e José Veríssimo. Ambas apareceram, a rigor, dentro do mesmo ciclo geracional desses escritores, já que eles se enquadram perfeitamente nesses períodos, seja por seus nascimentos, seja por suas obras, seja por suas mortes. Ambos os autores nasceram e morreram próximos um do outro no tempo e no espaço. Romero veio ao mundo em 1851 em Sergipe e morreu aqui no Rio em 1914; José Veríssimo nasceu em Óbidos, Pará, em 1857 e morreu aqui em 1916. O primeiro viveu 63 anos e o segundo apenas 59.

A principal divergência entre Romero e Veríssimo se dá na estruturação das suas obras históricas. Na de Romero, segundo historiadores da literatura brasileira, predominou o foco na visão positivista, na qual a sociologia presidiu, em grande medida, as conclusões do ensaísta historiador da literatura. Na visão de Veríssimo, segundo afirmou a professora Letícia Malard, que prefaciou o quarto volume da série *Estudos de Literatura Brasileira*,

Veríssimo colaborou para a inovação da análise e da crítica literária de seu tempo. Desviou a concepção da literatura de uma perspectiva sociológica determinista, onde as obras possuíam papel circunstancial, para reconduzi-la no caminho da Estética, em que o objeto literário adquire autonomia, relativa, é claro, e se coloca no primeiro plano de estudo¹³.

Em que consistiu, afinal, o foco dado por José Veríssimo em sua *História da Literatura Brasileira* que, de certa maneira, viria a romper com a crítica romântica ou com a exclusiva interpretação cientificista tão do gosto de Sílvio Romero?

Ou ainda: como Veríssimo adotou em sua exposição a visão do ecletismo teórico, que, em grande medida, o levou a desconfiar dos sistemas fechados e das classificações únicas?

13 – MALARD, Letícia. Prefácio. In: VERÍSSIMO, José. *Estudos de Literatura Brasileira*. Vol. 4. *Op. cit.*, p. 3.

E mais: como ele, partindo da valorização etnológica ao sentimento nacionalista ou do já gasto e batido cientificismo deu ênfase à defesa estética da construção do cânone literário, destacando, com insistência, a presença de elementos como a *emoção*, a *imaginação*, o *pensamento* e a *forma*?

As respostas a esses questionamentos foram expostos por Veríssimo na sua *História da Literatura Brasileira*. Elas parecem refutar ao que já escrevera Sílvio Romero, em sua alentada *História da Literatura Brasileira*, em 1888, quando o ensaísta sergipano incluiu toda e qualquer manifestação textual como obra de talhe literário.

A propósito, vejamos o que disse Romero sobre esse critério:

Tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional deve ser estudado, e a medida do mérito dos escritores é esse critério novo. Tanto mais um autor ou um político tenha trabalhado para a determinação de nosso caráter nacional, quanto maior é o seu merecimento. Quem tiver sido um mero imitador português, não teve ação, foi um tipo negativo¹⁴.

Na prática, em função do novo enfoque dado por Veríssimo, deveria conter a história literária uma espécie de redução da literatura a aspectos meramente restritos ao campo da estética literária e não a “tudo quanto há contribuído para a diferenciação nacional”, como aduziu Romero. Esse posicionamento de Veríssimo, em muitos sentidos, o levou a discordar da postura crítica de Sílvio Romero, o qual chegou a escrever um livro que visava desmerecer, de modo contundente, a obra do autor paraense, não só pelo conteúdo e os possíveis méritos que pudessem existir, mas, a partir do título, aliás, marcado por clara carga depreciativa: *Zeveríssimações Ineptas da Crítica (Repulsas e Desabafos)*.¹⁵

Ao abrir o livro, logo nas primeiras palavras, o leitor nota o tom da confessada parcialidade com que Romero discorrerá sobre seu oponente crítico.

Não costumo ler o Sr. José Veríssimo, principalmente depois de seu último concurso de história geral e do Brasil, em que se revelou d’uma ignorância abaixo de qualquer classificação.

Já d’antes raramente o lia, por causa da chateza de suas ideias, a confusão de seu espírito, o tom rebarbativo de seu estilo, a irritante pretensiosidade de seu dogmatismo, disfarçado entre conjunções e advérbios contraditórios¹⁶.

E, adiante, em diversas páginas, furiosamente prossegue Romero:

14 – ROMERO, Sílvio. *Op. cit.*, 1º vol., p. 56.

15 – ROMERO, Sílvio. *Zeveríssimações Ineptas da Crítica (Repulsas e Desabafos)*. Porto: Officinas do “Commercio do Porto”, 1909.

16 – ROMERO, Sílvio. *Ob. cit.*, p. 5.

[...] o Tucano Empalhado e Sainte-Beuve peixe-boi [...] ¹⁷

[...] o criticaastro paraense [...] ¹⁸

[...] o sedoso marajoara [...] ¹⁹

[...] o envenenado Capistrano de Abreu [...] ²⁰

[...] praticante de zeburricimações em cousas de letras e ciência [...] ²¹

[...] tabaréu inculto e trapalhão [...] (ibidem); [...] paspalhão [...] ²²

[...] feioso caboclo de 18 anos [...] ²³ etc., etc.

Incidentalmente Romero cita várias vezes, com absoluto desdém, a figura de Capistrano de Abreu, amigo de Veríssimo, como sendo “[...] o pérfido [...]”; “[...] o famigerado Bumba [...]”; “[...] o tortuoso [...]”; “[...] o terrível intrigante [...]”, etc., etc.

O mais espantoso e, a meu ver, desproporcional juízo já feito a alguém, sobretudo em se tratando de escritores, foi o perfil que Sílvio Romero traçou, em rápidas cutiladas, de José Veríssimo no já mencionado livro:

Revela-se em suas investidas um atrasadíssimo criticalho. Radicalmente vazio de senso etnográfico e histórico, é de uma incapacidade filosófica e ausência de intuição social, como não conheço outro exemplar entre os escritores de algum renome no Brasil ²⁴.

E prosseguiu Romero:

Não é só: se não compreende a etnografia, a história e a filosofia, nada sabe de mitologia, de crítica religiosa, de economia política, de direito, de moral, de ciência social, o que importa dizer, que é um incapaz e um incompetente para julgar a vida intrínseca d’um povo qualquer, porque desconhece as mais rudimentares ciências que se ocupam das criações fundamentais da humanidade. Não conseguiu passar nos primeiros anos da Politécnica; fez uns pequeníssimos estudos de parques preparatórios; abeberou-se em revistas de sovadas ideias gerais, de noções rápidas a respeito de todas as cousas, sem a mais leve especialização; percorreu como amador alguns livros de Taine, de Brunetiere, de Renan, principalmente deste último, encheu a cabeça de pedagogices suspeitas, de leituras de romancistas e poetas de segunda e terceira ordem, e

17 – *Idem.*, p. 9.

18 – *Idem.*, p. 10.

19 – *Idem.*, p. 12.

20 – *Idem.*, p. 15.

21 – *Idem.*, p. 25.

22 – *Idem.*, p. 29.

23 – *Idem.*, p. 72.

24 – *Idem.*, p. 16.

achou-se preparado para julgar quaisquer livros nacionais ou estrangeiros que lhe vão caindo nas mãos²⁵.

E escreveu mais:

Não passou, por isso, nunca, nem passará jamais, da pequena crítica retórica, pretensamente estética, com uns laivos de psicologia de pobre, porque Veríssimo não sabe estética, a moderna, não sabe psicologia como ciência e nem sequer a velha retórica estudou. Daí, as enormes lacunas da sua curta inteligência e de seu nulo saber.

Se querem a prova mandem-no escrever de improviso quatro linhas sobre a evolução da crítica na Europa ou sequer no Brasil e verão o que sai.

Só dirá banalidades, cousas triviais e sem préstimo²⁶.

Mesmo diante desse severo juízo de Sílvio Romero, José Veríssimo preferiu tomar outro caminho: reconhecer o valor de Romero. E não só reconheceu, mas até o exaltou na Introdução à sua *História da Literatura Brasileira*, em 1912, quando Romero ainda vivia, pois só morreria em 1914. Na Introdução, portanto, publicada antes do livro, vez que este só seria publicado em 1916, ano do falecimento de Veríssimo, lemos essa justificativa quase em tom de retratação às possíveis críticas, diretas ou não, feitas à obra de Sílvio Romero.

Não me anima, em toda a sinceridade o digo, a presunção de encher nenhuma lacuna nem de prevalecer contra o que do assunto há escrito, certamente com maior cabedal de saber e mais talento. Não há matéria que dispense novos estudos. Existe sempre, em qualquer uma, lugar para outros labores. Não desconheço o que devo aos meus beneméritos predecessores desde Varnhagen até o Sr. Sílvio Romero²⁷.

Com o mesmo rigor Veríssimo passa, então, a fazer um rápido juízo sobre historiadores antigos de nossa literatura, tais como: Cunha Barbosa, Norberto Silva, Gonçalves de Magalhães, Pereira da Silva, Bouterwek, Sismonde de Sismondi e Ferdinand Denis, para dizer que nenhum deles

fez investigações originais ou estudos acurados e alguns apenas se ocuparam da nossa literatura ocasional e episodicamente. E todos, repito, continua Veríssimo, até o advento de Varnhagen, a fizeram superficialmente, apenas repetindo parcas noções hauridas em noticiadores portugueses, divagando retoricamente a respeito, sem nenhum ou com escasso conhecimento pessoal da obra literária aqui feita. Decididamente o primeiro que o teve ca-

25 – *Idem*, p. 17.

26 – *Idem*, pp. 17 e 18.

27 – VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)*. Op. cit., p. 24.

bal foi Varnhagen. [...] Trouxe-a até os nossos dias o Sr. Dr. Sílvio Romero numa obra que quaisquer que sejam os seus defeitos não é menos um distinto testemunho da nossa cultura literária no último quartel do século passado. A História da Literatura Brasileira do Sr. Dr. Sílvio Romero é sobretudo valiosa por ser o primeiro quadro completo não só da nossa literatura mas de quase todo o nosso trabalho intelectual e cultura geral, pelas idéias gerais e vistas filosóficas que na história da nossa literatura introduziu, e também pela influência excitante e estimulante que exerceu em a nossa atividade literária de 1880 para cá²⁸.

A modo de conclusão

Em primeiro lugar, vale levar em conta que Veríssimo viveu, pensou e escreveu num momento importante da realidade brasileira: os anos de gestação do movimento republicano e a fase posterior à proclamação da República, quando quase todos os pensadores e/ou responsáveis pela definição de um novo modelo para a vida nacional levavam em conta a chegada de profundas transformações sociais, políticas e culturais. O próprio Veríssimo foi um republicano confesso.

Apesar das mudanças, a sociedade em que ele vivia era vista como a continuidade de um estado de coisas onde ainda preponderavam problemas seculares de uma economia estagnada, quer no meio rural, quer no urbano, grassando de quebra o analfabetismo e os pronunciados resquícios da herança deixada pelo regime da escravidão. Quem fosse pensar a nova realidade brasileira, anunciada com a chegada da República, teria que propor as bases de um programa de renovação do Brasil, as quais, mesmo articuladas por um autor de índole literária, como era o caso de Veríssimo, deveria levar em conta a incorporação do sentimento de nacionalidade inerente à cultura brasileira num sentido amplo e, também, a própria educação como fonte eficaz de desenvolvimento e meio adequado de integração nacional. Este era o pensamento de José Veríssimo.

Por sua vez, boa parte dos integrantes da chamada “geração de 70”, composta por figuras como Sílvio Romero, Araripe Júnior, Capistrano de Abreu, etc., sem dúvida, os mais expressivos, também terminou por propor ou a aderir à definição de um modelo literário. Entre eles, Sílvio Romero, aliás, foi o primeiro a compreender a necessidade desse novo caminho.

Na prática, o novo modelo rompia com o estabelecido, aquela visão que não refletia mais a realidade nacional e, por isso, não explicava na totalidade a cultura no Brasil.

28 – *Idem*, pp. 24 e 25.

Seguindo esse mesmo diapasão, José Veríssimo, na *História da Literatura Brasileira*, logo na Introdução, pugnava por certa ruptura com a crítica romântica. Ao mesmo tempo, sem aderir inteiramente às correntes científicas em voga, preferiu situar-se numa espécie de posição eclética, sobretudo no que respeita ao aspecto teórico, que o levou a se afastar ou a desconfiar dos sistemas fechados ou das classificações exclusivas, sobretudo aquelas impostas pelas ciências.

Sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio João Camillo de Oliveira Torres

JOÃO CAMILLO: O HOMEM INTERINO E A MONARQUIA

MARIA LUIZA PENNA MOREIRA¹

O homem interino e a monarquia

Boa tarde a todos. Em primeiro lugar quero agradecer ao Presidente do IHGB, Professor Arno Wehling, a oportunidade desta palestra pelo centenário do historiador João Camillo de Oliveira Torres, cujas homenagens se prolongam desde o ano passado. Cumprimento também os demais participantes desta mesa: Dom Gregório Paixão e a Professora Maria de Lourdes Viana Lyra, Coordenadora da CEPHAS (Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas). Renovo meus cumprimentos a todas as pessoas que me honram com sua presença.

As origens: Itabira

Gostaria de falar um pouco sobre o processo de formação de João Camillo de Oliveira Torres, sua família, a cidade onde nasceu e convidá-los a uma reflexão sobre o pensamento de João Camillo. O historiador ocupa lugar privilegiado na historiografia brasileira por haver se dedicado, ao longo da vida, ao estudo da Monarquia e de suas instituições, realizando análise importante da chamada Questão Imperial. João Camillo discutiu de maneira arguta os meandros do fazer político brasileiro, seus problemas e suas vicissitudes, traçando panorama compreensivo do Brasil do século XIX. Para Antônio Carlos Villaça, “teve papel discreto, mas profundo, na vida intelectual brasileira²”.

Não parece possível compreender a vida de um indivíduo sem situá-la em seu contexto histórico, seu entorno, do mesmo modo que seria impossível interpretar um fato histórico sem referenciá-lo a destinos individuais. É, portanto, um caminho de mão dupla. Por isso, para se tentar compreender e explicar o pensamento e a obra do homem João Camillo de Oliveira Torres, há que articulá-los à cidade de Itabira e à sua família que lá fincou raízes ainda no século XVIII, entrelaçando diversos ramos, e dando nome a algumas

1 – Sócia honorária brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

2 – Villaça, 2006, p. 268.

casas. Ponto de referência para a família, eixo centrípeta e centrífuga, essas casas ficaram conhecidas como o Girau dos Penna, a casa da Ponte do velho Luiz Camillo, a casa da Rua de Santana do Major, a casa da Rua Tiradentes e, em Sabará, o Solar dos Penna. O interesse por Minas e pela cultura mineira fê-lo escrever *O Homem e a montanha*³.

Em sua autobiografia inédita, *O homem interino* – e o nome é terrivelmente autoexplicativo e camiliano –, João Camillo conta que nas cidades do interior mineiro, com as dificuldades de comunicação, certas comunidades, ainda que estivessem em determinado tempo cósmico, cronológico e histórico, conservavam o mesmo estilo de vida, os mesmos costumes de outrora, numa imutabilidade aparentemente incontornável. A essa experiência de ordem existencial e sociológica, João Camillo denominou “cultura em conserva”, utilizando o conceito de tempo condensado. Na mesma linha de reflexão, Cornélio Penna escrevia que seu romance *Repouso* foi inspirado na constatação de que, tendo visitado seus parentes em Itabira com 20 anos de intervalo, encontrou a mesma sala, os mesmos móveis, tudo igual. Tudo tão devagar, as pessoas envelhecem, podem até morrer, mas permanecem, de fato não morrem. Com palavras diferentes, William Faulkner pensou o mesmo: “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado.” Para João Camillo, a pequena cidade calçada de ferro era “o núcleo moral de sua personalidade; Itabira com seus parentes mortos e vivos, sua paisagem circunscrita, sua tradição, seu estilo⁴”. Em Itabira, muitos anos antes de se especializar em história e aprofundar os estudos sobre a Questão Imperial, João Camillo já era monarquista por instinto, e porque talvez ele ainda vivesse em pleno Império, apesar da República ter sido há muito proclamada. As brigas entre grupos de meninos pró e contra o Império eram famosas. João Camillo, conhecido também como João Surrinha (escreveu um livro infantil com esse título), voltava às vezes para casa sujo, machucado e sangrando, depois de rolar morro abaixo com outros meninos, adversários do Império. Eles e seus companheiros haviam gritado “Viva a Monarquia!” e por isso a luta fora tremenda. Portanto, Itabira foi a origem de sua personalidade original, um homem de temperamento calmo, dotado de extraordinária capacidade de trabalho, com uma ironia chestertoniana, um toque sutil em uma personalidade

3 – Aires da Matta Machado, em sua Introdução ao livro *O Homem e a Montanha*, com ilustrações de Guignard (publicado por JC com o pseudônimo de Surra e que lhe deu o prêmio Diogo de Vasconcellos da Academia Mineira de Letras, em 1944), ressalta que os temas novos e os problemas trilhados que João Camillo ventila trazem a marca de métodos e processos que o autor é o primeiro em empregar nos estudos mineiros.

4 – Carlos Drummond de Andrade escreve a respeito de Luiz Camillo, mas me parece que a frase também se aplica a João Camillo.

normalmente plácida e de fácil convívio. Não seria o escritor mineiro e itabirano. Para Francisco Iglésias, João Camillo era um puro, mas não ingênuo.

João Camillo nasceu no dia 31 de julho de 1915, na cidade de Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro, encravada nos contrafortes da serra do Espinhaço, terra de Luiz Camillo, seu irmão, a quem qualifica de mestre e a quem dedica sua obra maior, *A Democracia Coroada* (1957) e também dos primos famosos Carlos Drummond e Cornélio Penna.

Ao recordar a fundação da cidade de Itabira, quando de seu centenário, em 1933, cita os nome de seus três fundadores: o major Lage, o bandeirante; o major Paulo José de Souza, o emboaba; e o capitão Tomé, egresso das senzalas, sem esquecer Monsenhor Felicíssimo, cujo espírito poético se revela nos arbustos denominados “esponja” que ele espalhou pela cidade: “flor bem escolhida, modesta, espinhenta, humilde e indecisa, flor muito bem itabirana.” João Camillo lembra a importância dos forjadores do Girau que teriam iniciado a siderurgia no Brasil e a atuação do major Paulo José de Souza, seu antepassado, primeiro presidente da Câmara de Itabira. A mais antiga das constituições brasileiras, votada em 1824, elaborada por uma comissão de conselheiros, foi aprovada por um plebiscito das Câmaras Municipais, entre elas a de Itabira, que funcionavam desde Tomé de Souza, sempre prestando relevantes serviços. O major impulsionou uma fábrica de ferro cujas origens são assinaladas pelo Barão von Eschwege em seu *Pluto Brasiliensis* e que foi, naqueles tempos, empreendimento audacioso. Saint-Hilaire também registra, em suas narrativas de viagens, aquele esforço surpreendente dessa manufatura de ferro, perdida em zona de recursos limitados. Há inclusive um manuscrito do engenheiro alemão Frederico Wagner, que esteve em Itabira em 1825, lá conheceu o major e que dá conta desse espírito pioneiro.

Chamava-se Rosa a mãe de João Camillo. Era uma Drummond, guardando da clã escocesa que emigrara para Portugal e de lá para o Brasil, os traços finos e um certo orgulho da estirpe, com braços, castelos e o indefectível tartan. A nota distintiva de sua personalidade era a fé católica, uma fé lúcida, carecendo daquele jansenismo tão próprio do meio mineiro e que a fazia praticar a religião como coisa séria, mostrando sua aceitação e respeito ao sagrado, por meio da caridade e do amor ao próximo. Sua mãe, avó de João Camillo, viera de Conceição do Mato Dentro, filha de um *luzia*, o comendador Felipe Gonçalves e fora educada com as freiras de Macaúbas. Os Drummond em Itabira eram em geral comerciantes, liberais, abolicionistas, alguns republicanos, maçons e anticlericais. O chefe Liberal de Itabira, tio de Rosa Drummond, era o tenente-coronel Manuel Monteiro Chassim Drummond.

Contrastando com essa ancestralidade liberal por parte da mãe, a família do pai de João Camillo era eminentemente conservadora. Seu bisavô foi o capitão João Camilo de Oliveira, mas deixemos o próprio João Camillo, que hoje homenageamos, falar: “conservador puro, da ala do Visconde de Itaboraí, não admitia “conciliação nem em política nem em religião”; detestava liberais e odiava cordialmente conservadores que pactuavam com os horribéis *luzias*, como, por exemplo, Honório Hermeto Carneiro Leão, o Marquês do Paraná. Não previa ele que seu filho caçula, Manoel Camillo de Oliveira Penna, se casaria com Francisca de Paula Marcondes Machado, irmã de Zeferina⁵ Marcondes Machado, futura baronesa do Paraná e nora, portanto, do marquês.

Sua mulher, D. Maria Rosa de Oliveira Penna, filha do fidalgo tramontano Domingos José Teixeira Penna, por si só valia um livro:

pequena, magra, com o forte nariz dos Pennas, autoritária, crua e franca de linguagem, com um repertório de provérbios, casada aos quinze anos com um homem que podia ser seu pai e a quem tratava cerimoniosamente de senhor e cujo nome acabou, por não sei que leis da fonética, se pronunciando ‘Su Rão Camillo’ (isto é, Seu João Camillo). Foi ela uma das clássicas viúvas do nosso patriarcado escravagista, que, muito desconfio eu, fosse antes um matriarcado. Ficou D. Maria Rosa, para sempre, como o símbolo e a força do velho povo do Girau, a velha que não seguia as modas, pois esperava que estas parassem para segui-las⁶.

Luiz Camillo de Oliveira Penna, avô de João Camillo, filho da vovó Rosa, possuía inteligência aguda e muita imaginação. Com menos de vinte anos, tentou levar adiante a siderurgia que recebera de seu bisavô, o Major Paulo José de Souza. Havendo dedicado 50 anos de sua existência a essas experiências industriais, que o meio não comportava, Luiz Camillo viu sua obra continuada pela Itabira Iron e outras extratoras chegando até hoje com a Companhia Vale do Rio Doce. O convívio, na juventude, com Bernardo Guimarães e o meio acadêmico de Ouro Preto constituía uma fonte de interesse para sua palestra, na qual juízos sobre os homens tinham cunho voltairiano, irreverente. Os netos, filhos e vizinhos se reuniam diariamente com ele para ouvi-lo ler e comentar com verve e inteligência o *Dom Quixote*, obra que preferia a todas as outras. Viveu larga existência.

5 – Ela foi a terceira Zeferina nascida na família do Comendador Francisco Marcondes Machado, pois suas duas outras irmãs, nascidas antes dela e também chamadas Zeferina, morreram ainda bebês. O quadro representando a primeira Zeferina morta foi inspiração para o romance de Cornélio Penna, *A Menina Morta*.

6 – João Camillo de Oliveira Torres, *O homem Interino*, inédito.

O pai de João Camillo, de quem leva o nome, era inspetor de linhas de telégrafo, desbravador do vale do Rio Doce, exercendo seu trabalho em constantes peregrinações por centenas de quilômetros do nordeste mineiro. Era um homem calmo, alto, que amava a natureza, conhecendo os nomes dos passarinhos e das árvores. Cavalgava em silêncio, durante dias seguidos. Foi numa dessas viagens que soube da Revolução de 30. A notícia o abalou de tal forma que foi acometido de um derrame do qual não se recuperaria, falecendo em 1931. Homem de sólidas convicções políticas, enfrentara a campanha civilista, sofrera perseguições e quando reencontra os antigos líderes civilistas – Washington Luiz, Carvalho Brito, os Mangabeiras – apoia, ele também, a candidatura de Júlio Prestes.

Com a morte do pai, João Camillo sente que sua vida se cortara em duas, como um tronco separado ao meio. Nos anos subsequentes, perde o avô Luiz Camillo, o irmão Moacyr, que o iniciara nos estudos do positivismo, sua mãe, fundamental para sua formação moral e religiosa, e sua irmã Águida, madrinha e grande amiga. Pouco depois, deixa Belo Horizonte, para onde se mudara, e vai para o Rio de Janeiro, levado pelo filósofo mineiro Euryalo Canabrava, onde inicia curso de Filosofia que seria estruturante para sua formação. Na Universidade Federal do Distrito Federal, então sob a direção de Alceu Amoroso Lima, João Camillo estuda numa escola – construída por Dom Pedro II, com recursos que seriam destinados a uma estátua em sua homenagem, no Largo do Machado –, e sente-se realizado com a oportunidade de ouvir excelentes professores: Maurílio T. L. Penido, discípulo de Bergson, ligado ao grupo de Maritain; Damião Berge, adepto da fenomenologia alemã, discípulo de Husserl e que o incentivou a escrever *O Positivismo no Brasil*; José Barreto Filho, pensamento claro, excelente ensaísta; e Vieira Pinto, futuro catedrático de História de Filosofia. Durante certo tempo, chegou a frequentar a Igreja Positivista do Brasil na Rua Benjamin Constant. Aos poucos toma conhecimento do movimento filosófico europeu entre as duas guerras. Com o fechamento da UDF em 1939, João Camillo volta para Belo Horizonte, onde inicia colaboração em diversos jornais e a carreira de professor, lecionando Ética na Universidade de Santa Maria, depois na Universidade Católica de Belo Horizonte, e na UFMG, onde lecionou no Departamento de História.

João Camillo acrescentava, portanto, à sua visão de historiador e político, um vértice novo: sua formação filosófica. A leitura das cartas que lhe escreve seu irmão Luiz Camillo, que muito o influenciou, aconselhando-o a estudar filosofia, explica essa preferência.

Há muitas coisas, observações e fatos que podem ser aprendidos em qualquer época e há outros que mudam a estrutura de todos os acontecimentos [...] É

preciso, portanto, que V. elimine esses defeitos de formação que em mim eram inevitáveis, pois como V. sabe, fui um tremendo autodidata, mal, aliás, de toda a minha geração⁷.

Como funcionário público foi superintendente regional do INSS e Secretário da Comissão que elaborou a Lei Orgânica da Previdência Social. Morreu em sua mesa de trabalho no INPS, no dia 31 de janeiro de 1973, em Belo Horizonte. Pouco antes de morrer, encontrou-se com um amigo a quem confidenciou que, depois de aposentado, escreveria um livro sobre sua experiência no INPS. O título? “*Memórias de um Dinossauro*”.

João Camillo desempenhou papel de primeira linha entre a intelectualidade⁸ católica mineira, escrevendo continuamente para a imprensa religiosa, como o *O Diário Católico* de Belo Horizonte (seu primeiro artigo no jornal data do Natal de 1936), na Ed. *Vozes* dos franciscanos de Petrópolis, e na famosa *A Ordem*, do Rio de Janeiro. Viveu numa época de transição e mudança de valores, chegando ao fim da vida com uma postura mais liberal e um catolicismo comprometido com reformas sociais. Há que notar que houve no mundo católico, e João Camillo não lhe foi insensível, um acontecimento abridor de caminhos e perspectivas: o Concílio Vaticano II (1962-1965), acontecimento considerado por muitos como transformador na História da Igreja Contemporânea, até hoje causando discussões e controvérsias pertinentes à missão da Igreja no mundo moderno. Afirmava ser, na política, conservador e, em religião, progressista.

A monarquia

Quando, em 1958, João Camilo de Oliveira Torres recebeu o prêmio Joaquim Nabuco da ABL, por sua obra *A Democracia Coroada*, Raquel de Queiroz ressaltou que o *scholar* João Camillo associava “a incorruptibilidade da sua paixão monárquica a uma compreensão clara e ampla do drama da democracia no Brasil.” Por suas palavras, Rachel de Queiroz captava a permanente preocupação de João Camillo pelo Brasil e pelos complicados me-

7 – Carta de seu irmão Luiz Camillo de Oliveira Netto. Rio, cerca de novembro de 1946.

8 – Foi em torno do jornal *O Diário*, e também da Universidade Católica, que surgiu um grupo de intelectuais influenciados pelos famosos “grandes convertidos” como Maritain, Bernanos, Bloy, Claudel, Chesterton e, no Brasil, obviamente, por Tristão de Ataíde [Alceu Amoroso Lima]”. Esses intelectuais eram citados pelos intelectuais católicos e exerciam forte influência. Bernanos, inclusive, viveu por algum tempo em Barbacena (MG), durante a Segunda Guerra Mundial. Eram eles, além de João Camillo: Francisco de Assis Magalhães Gomes (trabalhou ativamente no processo de reabilitação de Galileu, no Vaticano), Edgard de Godói da Mata Machado, Lúcio José dos Santos, Furtado de Menezes, Olinto Orsini, Artur Versiani Veloso, José Severino de Resende, Guilhermino Cesar, e os clérigos que participaram vivamente do movimento católico, como o Pe. Álvaro Negromonte e o Pe. Orlando Vilela.

andros de seu sistema político que não consegue dar conta de maneira tranquila de suas dificuldades e impasses de governança. Ao penetrar com tanto empenho no âmago do Brasil, e de suas instituições, o historiador consegue traçar entre os dois regimes, o monárquico e o republicano, comparações diversas, apontando-lhes semelhanças e dissemelhanças. Tentarei anotar algumas ideias fundamentais do tema tão caro a João Camillo, instrumentalizando as citações. Desde a Introdução à sua obra maior, percebe-se contínua conversação, estabelecida pelo escritor, entre a forma monárquica de governo e textos modernos sobre governança democrática. Como, por exemplo, os de Milton Campos – sobre democracia, e os de Vitor Nunes Leal – cujas análises sobre patrimonialismo e reforma agrária, objeto do seu já clássico livro *Coronelismo, enxada e voto*, são amiúde citadas. Já na epígrafe, de acordo com suas convicções democráticas e monarquistas, o historiador escolhe uma frase de Alain:

Um tirano pode ser eleito pelo sufrágio universal, mas nem por isso ser menos tirano. O que importa não é a origem dos governos, mas o controle contínuo e eficaz que os governados exercem sobre os governantes⁹.

Duas ideias parecem tê-lo norteado: realizar a análise de uma sociedade constitucionalista no século XIX – a imensa tarefa a que se propuseram esses homens dentro de um século que se caracterizou por instituir monarquias dotadas de uma constituição, e a estruturação de uma nação independente. João Camillo esclarece logo no início do livro os fundamentos e as diretrizes fundamentais da monarquia que “politicamente, com base na teoria suareziana do *Consensus*, advoga doutrina de democracia contratual (*pactum subjectionis*) que funda as nações, criando legitimidades objetivas que não podem ser rompidas. Quanto à Organização do Estado há uma distinção entre a chefia do Estado: o Poder Moderador; e a do governo: Poder Executivo; Poder Legislativo (elaboração legislativa: tomada de decisões sobre os objetivos atuais da política); o Poder Judiciário.” O historiador estuda com extremo rigor as raízes ideológicas e históricas da ideologia constitucional do século XIX na vida brasileira, isto é, a maneira pela qual o estado liberal se organizou no Brasil. Escreve ele:

A grande invenção, porém, de um século que se orgulhava de seu republicanismo seria a monarquia constitucional, o *cabinet government*. Esta a sua originalidade. A república, ao contrário, era cousa antiga; se dermos ao termo o significado corrente – um poder executivo forte, distinto realmente do legislativo, e com ele proveniente dos sufrágios populares – tal regime era co-

9 – *Un tyran peut être élu au suffrage universel, et n'être pas moins tyran pour cela. Ce qui importe, ce n'est pas l'origine des pouvoirs, c'est le contrôle continu et efficace que les gouvernés exercent sur les gouvernants*”. (Alain, *Politique*, Paris.1952, pág. 9).

nhecido dos antigos, com fiel descrição nas Escrituras (I Macabeus VIII, 14-16). A monarquia tradicional – um chefe de estado hereditário, com funções guerreiras e justiceiras, também faz parte do patrimônio das noções políticas universais e da experiência geral dos homens, pois a passagem da barbárie à civilização se faz, quase sempre, por seu intermédio. A ideia, porém, da monarquia constitucional, compreendia: um rei com funções de chefe de Estado; a orientação do governo, a administração pública, as finanças e outros assuntos, sob a fiscalização da representação nacional; um documento escrito, colocado em posição superior na hierarquia das leis, fixando os limites e atribuições do Estado e os direitos dos cidadãos. Eis a grande criação do século XIX.

A monarquia constitucional teve por inventores, principalmente, homens que amavam a liberdade e desconfiavam das utopias. Sabiam que a liberdade nasce da limitação do poder e que “todo poder corrompe e todo poder absoluto corrompe absolutamente”. É uma teoria da liberdade que se funda no reconhecimento de que a luta pelo poder está sujeita a terríveis tentações e que nem os povos, nem os reis, nem os políticos, podem ter poderes absolutos, que usarão mal¹⁰.

Continuando:

A doutrina constitucionalista reconhece que a hereditariedade da coroa é benéfica, pois possibilitará a existência de um árbitro neutro e relativamente imparcial e, o que importa mais, colocará o poder supremo fora do alcance das ambições dos estadistas e oferecerá ao povo um representante supremo da pátria que não pertence a partidos e simbolizará, encarnando-a numa pessoa viva e concreta, a sobrevivência da comunidade nacional, no tempo e no espaço. O rei, por seu lado, terá a vontade sujeita aos limites que a Constituição estabelece a todos os poderes, enquanto que o poder executivo se exercerá por intermédio de ministros responsáveis. Os ministros, isto é, os homens que lutam pelo poder, sujeitos a ambições e conduzindo partidários fanáticos, sedentos de mando e de outras cousas, terão igualmente limites e peias: não são os donos da situação. O povo elegerá seus representantes e por meio deles controlará o governo; imporá sua vontade ao executivo e dominará soberanamente o legislativo. Mas o sistema bicameral traçará limites à ação dos representantes do povo e assegurará direitos às elites¹¹.

João Camillo enfatiza, desde o início da obra, “o cuidado dos fundadores de se evitar os perigos provenientes da corrupção das três formas clássicas de governo. Eles, decerto, tinham Aristóteles no subconsciente e *sabiam* que a monarquia pode se transformar em despotismo, a aristocracia em oli-

10 – *A democracia coroada*, p. 22.

11 – *Idem*, p. 23.

garquia, e a democracia em demagogia. E limitavam umas pelas outras.”¹² E cita Milton Campos:

A supressão de privilégios em favor de pessoas, de grupos ou de classes é a grande tarefa da democracia moderna, cujo conteúdo é a igualdade, ao lado da liberdade, que é a base e seu clima. [...] Não só a opressão política e a econômica, como a dos mitos e a do número, são fatores inibitórios da liberdade, que impedem a expansão legítima e espontânea da personalidade¹³.

João Camillo desenha com clareza a figura de Dom Pedro I, a influência das ideias de Benjamin Constant na estruturação da Constituição e da monarquia, a admiração pela figura de Dom Pedro II. Mostra as lutas no parlamento, o nível dos oradores: Bernardo de Vasconcellos, Honório Hermeto Carneiro Leão, Visconde, depois Marquês do Paraná. Este último logrou passar no Parlamento a Lei dos Círculos, com grande habilidade e um discurso histórico, tendo como adversários ao projeto figuras do nível do Marquês de Olinda, do senador Eusébio, Zacarias, Figueira de Melo e Diogo de Vasconcelos. Essa equivaleria ao que hoje denominamos Voto Distrital. Por essa façanha, escreve João Camillo, admirador sincero do Marquês do Paraná, ele tem lugar marcado entre os fundadores da democracia brasileira, por haver ali introduzido o princípio das incompatibilidades.

Dom Pedro I possuía os defeitos de suas qualidades: temperamento arrebatado e sensual, não amainado pela péssima educação que lhe deram, cheia de falhas, educado, segundo João Camillo, praticamente ao deus-dará, em um ambiente deletério de uma corte absolutista em decadência, transportada para o Brasil tropical, no Rio de Janeiro anárquico de Dom João VI, mistura de Versailles e de senzala. Apesar dessa *Bildung* desastrosa, tornou-se autêntico “homem do destino”, com duas qualidades essenciais: “intuição dos valores políticos e sentimento heroico da vida¹⁴.” Em 1822, ele soube compreender o seu papel na história: “A cooperação de D. Pedro para a Independência foi decisiva por duas razões. Em primeiro lugar em função do cargo: o Regente do Reino-Unido, ao trazer a sua adesão ao movimento simplificou um número infinito de questões teóricas e práticas, além de possibilitar a solução legitimista tão do agrado de muitos patriotas, como, por exemplo, o Visconde de Caeté – a Independência interpretada como ato de restabelecimento da ordem em face da rebeldia das Côrtes de Lisboa. Em segundo lugar, em função do homem. Não se inclui D. Pedro I na galeria dos reis que, por bem ou por mal, aceitam constituições que lhe oferecem os povos. Mas um chefe revolucionário, um líder popular, que encabeça o movimento de rebel-

12 – *Idem, ibidem.*

13 – *Idem, p. 24.*

14 – *Idem, p. 479.*

dia, como seu antepassado D. João I o fora antes. Ou, mais proximamente, Napoleão¹⁵.” Com a dissolução da primeira Assembleia Constituinte, em 23 de fevereiro de 1823 (chamada por João Camillo de Brumário Nacional), o projeto da Nova Constituição foi distribuído às Câmaras municipais para que votassem. Assinala Otávio Tarquínio de Souza que Dom Pedro I “foi uma prodigiosa natureza humana, um ser de escândalo e contradição, cuja vida, tão breve, se marcou de rasgos generosos que lhe redimem erros e pecados. Não foi um homem de ordinária medida¹⁶.” De extraordinária medida foi também a Imperatriz Leopoldina¹⁷, sua mulher, que teve atuação decisiva na política brasileira, assinando a declaração de independência em setembro de 1822, redigida por José Bonifácio e enviada a Dom Pedro, que estava em viagem a São Paulo.

Houve então protestos importantes e históricos. Num deles, Frei Caneca¹⁸ inicia a Confederação do Equador, apresentando seu voto de protesto, examinados, item por item de maneira brilhante. Foi condenado à forca, mas os verdugos se negaram a enforcá-lo, sendo então fuzilado. Logo depois Dom Pedro I fez o juramento da Primeira Constituição do Brasil.

João Camillo aponta para o fato evidente de que

para a consecução de seus objetivos – a liberdade e a igualdade dentro da legalidade democrática, o Estado liberal, portanto – os que organizaram o Brasil em 1822, acharam-se em face de um fato consumado: eram liberais, mas havia uma monarquia, que já estava aí e que se tornara no instrumento útil e valioso para a concretização dos ideais da Independência. Esta monarquia teria seu lugar dentro da nova organização, em suas funções tradicionais e com as atribuições que se justificassem. A ablação desta instituição não se impunha: fora benéfica e poderia continuar a servir. [...] Sabiam, igualmente, que o Brasil se incluía entre as nações “naturalmente monárquicas”, isto é, cuja organização estatal antecedeu a formação da consciência nacional e foi-lhe a causa¹⁹.

João Camillo critica o tipo de educação que Dom Pedro II recebeu. Por entre as mangueiras da Quinta da Boa Vista, os educadores do “Senhor Menino”, verdadeiros personagens de Charles Dickens, atormentaram sua infância. Possuíam um objetivo: fazer do filho de Dom Pedro I e de Dona

15 – *Idem*, p. 480. Dom Pedro I era conchudo de Napoleão.

16 – *Idem*, p. 482.

17 – No livro *Olhares Cruzados, Áustria -Brasil*, há diversos artigos esclarecedores sobre essa atuação: “A política de D. Leopoldina”, por Gloria Kaiser e “Leopoldina e a Independência do Brasil”, por Laurentino Gomes, entre outros. Kapa Editorial, 2016.

18 – O poeta João Cabral de Melo Neto escreveu e publicou o *Auto do Frade*, já encenado nas ruas de Recife, na festa de Nossa Senhora do Carmo, em 16 de julho.

19 – *A Democracia Coroada*, p. 558.

Leopoldina, o Poder Moderador, um homem que coubesse exatamente no arcabouço elaborado pelos redatores da Constituição. Competia ao Imperador ser o fiel da balança, o primeiro motor imóvel da vida política. Para João Camillo, se ele não era um homem de qualidades excepcionais, foi, porém, um grande Imperador.

A Constituição seria liberal: regime representativo e garantia dos “direitos do homem e do cidadão” – o que poderia limitar a ação do monarca se a compararmos com as instituições dos séculos absolutistas. Era bem uma exigência do tempo – o mundo da Revolução Francesa – e do lugar – a América sem classes juridicamente instituídas. Finalmente: a função do Estado não seria “promover” o progresso e o desenvolvimento econômico: o governo para os homens daquele tempo era de índole exclusivamente moral e jurídica. Poucos soberanos no século XIX souberam “ser” o rei constitucional tão bem como Dom Pedro II e poucos cumpriram seu dever com tamanha consciência e com igual estilo. O imperador considerava sua principal atribuição como Chefe de Estado a defesa da Constituição e orgulhava-se de sua fidelidade à lei.

Completando seu pensamento, João Camillo crê que “não se pode deixar de incluir Dom Pedro II entre os “heróis” de plenitude. “São as figuras das épocas de plenitude aquelas que conseguem encarnar plenamente uma ideia em sua fase de realização máxima, naquela fase em que todos os seus elementos se atualizam. E, se não foi o século XIX o momento da plenitude da civilização europeia, foi, sem dúvida, o ápice de uma instituição: o Estado liberal. Ora, desta ‘série histórica’, Dom Pedro II realizou a plenitude.” Por isso, o historiador lembra:

Não nos esqueçamos de um fato importante: durante os quarenta anos de seu reinado efetivo, ninguém foi deportado, ninguém foi processado por motivos políticos, nenhuma restrição se impôs à liberdade de pensamento [...] Aliás, em seu belo depoimento sobre João Camillo, Patrus Ananias²⁰ lembra que o historiador foi sempre fiel aos princípios de sua mineiridade dialogante e democrática pois abrigou em sua casa, entre outros, a historiadora Maria Adalgisa Vieira do Rosário, a Baiana, perseguida nos anos da ditadura militar. De modo geral, D. Pedro II foi fiel a uns tantos princípios: senso de moralidade, respeito à opinião pública, amor às cousas do espírito, fidelidade ao princípio constitucional e respeito à lei. Se errou, o que seria natural, foi, durante seu longo reinado, o primeiro a madruguar no cumprimento do dever e no respeito à lei.

20 – Discurso proferido por Patrus Ananias na Academia Mineira de Letras no dia 19 de novembro de 2015, quando da comemoração do centenário de João Camillo de Oliveira Torres. *Revista da Academia Mineira de Letras*. Ano 95º, Volume LXXIII, 2015, p.11.

E João Camillo de Oliveira Torres acrescenta:

O Império não suspendeu a vigência do Pecado Original e Dom Pedro II pagou seu tributo como filho de Adão, mas soube realizar, como nenhum outro, os ideais do chefe de Estado conforme as intenções do século XIX²¹.

Em relação ao “poder pessoal”, e a suposta ingerência despótica do Imperador na vida política do país, há primeiramente uma questão de ordem psicológica.

Salvador Madariaga observa que, nas monarquias, os homens públicos são virtualmente republicanos, pois fechando-se-lhes o lugar mais elevado na hierarquia administrativa, olham naturalmente o poder como coisa alheia. Além disso, a possibilidade de enveredar o monarca pelos caminhos ínvios do absolutismo faz nascer uma espécie de tensão entre o trono e o povo, mantendo os líderes em estado de desconfiança latente. É por isso que, segundo o escritor espanhol, as monarquias, em geral, são mais propícias à democracia do que as repúblicas.

Continuando:

Bem mais do que a “eterna vigilância” do *slogan* célebre, o preço da liberdade é a “eterna desconfiança”, que, aliás, gera a outra. A eleição dos presidentes em regime republicano adormece essa desconfiança, porque passamos a confiar neles, magistrados que saíram de nossa vontade, nossos mandatários que são. Quanto ao rei, está no trono por si, não veio de nossa escolha, somente pode sair por meio de revolução [...] Muito naturalmente o encaramos com desconfiança. Por isso, procuramos limitar seus poderes, restringir suas atividades. Ora, tal controle do poder pelos cidadãos é que define, para Alain, a democracia²².

Aliás, no mundo atual, as monarquias ocidentais são, regra geral, democracias sociais bem sedimentadas.

Uma das críticas mais famosas ao poder pessoal de Dom Pedro II estaria exposta nas famosas sorites²³ do Senador Nabuco de Araújo:

O poder moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios: esta pessoa faz a eleição, por que há de fazê-la; esta eleição faz a maioria.” Em última análise, o “poder pessoal” é o veto, oposto pelo Imperador, no exercício das estritas funções constitucionais do Poder Moderador, à vocação de perpetuidade dos gabinetes e situações políticas, que do contrário se eter-

21 – *A Democracia Coroada*, pp. 525- 527.

22 – *Idem*, p.528.

23 – Sorite: argumento lógico, polissilogismo no qual o atributo da primeira proposição se torna sujeito da segunda, o atributo da segunda, sujeito da terceira, e assim sucessivamente, e no qual a conclusão une o sujeito da primeira e o atributo da última.

nizariam no poder. E se competia ao Imperador esse veto e, não, às decisões do eleitorado, a razão estava na precariedade de tais decisões, oriundas, em parte, das deficientes condições econômicas e espirituais de nosso povo e, principalmente, da utilização política das presidências de província e autoridades subalternas, sobre as quais o Imperador não podia exercer senão as limitadas e indiretas atribuições fiscalizadoras da chefia do Poder Executivo. Os presidentes de Província representavam a coloração política e os interesses partidários dos gabinetes e, não, a isenção superior e imparcial do Poder Moderador, pois, como diziam todos os autores, eram agentes dos gabinetes nas províncias²⁴.

Mas, de qualquer maneira, a partir de 1847, Dom Pedro transferiu para o presidente do Conselho o direito de nomear e demitir seus ministros.

Vítor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto*²⁵ sustenta que o sistema assinalado nas sorites de Nabuco prosseguiu impávido na República, por intermédio da “política dos governadores”.

A base dessa política era o domínio dos governadores sobre o voto; por isso procurou o Presidente Campos Sales, por exemplo, compor-se com eles para evitar o caminho das intervenções. Esse domínio baseava-se no compromisso com os chefes locais, porque, abolida a escravidão e incorporados os trabalhadores rurais ao corpo de eleitores, aumentara a importância eleitoral dos donos de terras. Por outro lado, sendo eletivos os governadores, melhorara sua posição em face do governo central.

Por isso,

um conflito entre um governo estadual e o federal só poderia ser removido pelo acordo, pela intervenção ou pela revolução” [...] O fenômeno sobreviveria a todas as mudanças de regime e reformas ocorridas na vigência do regime republicano.²⁶ E ainda, como tão bem demonstra Vítor Nunes Leal, “a Abolição, o sufrágio universal, a eleição dos governos locais, a permanência da mesma situação política na capital, provocaram o “coronelismo”, por aumentarem o número de eleitores dependentes economicamente dos chefes políticos do interior. O grande fenômeno de fundo econômico de 1889 seria o aparecimento da classe média urbana e o começo da industrialização e que teria como porta-vozes os advogados e jornalistas do Rio, bem como os oficiais positivistas da Escola Militar. O que cabia ao Império fazer na emergência, seria mudar o centro de gravidade de sua política, do campo para a cidade.

Será oportuno acrescentar aqui algumas observações de Dom Pedro II sobre política.

24 – *A Democracia Coroada*, p. 532.

25 – *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio, 1949, pp. 178-9.

26 – *Idem*, pp. 534-535.

Quanto às eleições: “As eleições, como elas se fazem no Brasil, são a origem de todos os nossos males.”²⁷ Sobre liberdade de imprensa, nos “Conselhos a Regente” escreve:

Reprovo a despesa que se faça, por conta do Ministério, com a imprensa, mesmo que não seja para corrompê-la, exceto a do *Diário Oficial*, que deve ser o publicador do que é oficial, e defender o governo como tal, e não como representante de um partido, que, para este fim devem os partidos ter periódicos seus, sustentados à sua custa²⁸.

Atribuía todas as falhas da vida nacional às práticas inadequadas da prática eleitoral vigente:

A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta e a da imprensa, não há sistema constitucional na realidade, e o ministério que transige ou consente na transgressão deste princípio é o maior inimigo do Estado e da Monarquia. Acreditava que, se representassem as câmaras a verdadeira vontade nacional, as cousas teriam outro rumo, findando a instabilidade dos gabinetes e, inclusive, a ingerência da Coroa na vida administrativa, da qual era ele, exatamente, o crítico mais constante. E, com absoluta acuidade, atribuía a situação ao critério político e, não, administrativo, que se adotava na escolha dos presidentes de província, incluindo aqui, em geral, a falta de educação do povo.

Quanto às relações entre o monarca e o ministério, considerava-se, à luz dos melhores tratadistas, um fiscal dos gabinetes: não lhe competia dirigir a política e impor decisões, mas, exercer uma “suprema inspeção” sobre os atos do ministério, recusando apoio aos que lhe parecessem desaconselhados, por motivos de ordem moral e legal, ou por manifesta inconveniência.

Concordava com os liberais quando reconhecia a necessidade de reformas de leis e costumes para que o povo se manifestasse livremente; e com os conservadores quando se recusava a reformar a Constituição e abolir a severa fiscalização da Coroa sobre a vida política nacional. Hoje a História pode fazer seu julgamento, porém sempre que desejarmos conhecer a natureza e as funções do monarca num regime democrático será suficiente a análise do comportamento de Sua Majestade o Sr. Imperador Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.

Cito, outra vez, *A Democracia Coroada*:

Passamos a confiar no Estado a ponto de fazê-lo nosso patrão, e com isso acreditamos conseguir superar todas as contradições e todas as oposições dialéticas, pois, além de identificarmos a sociedade com o Estado, identificamo-nos

27 – *Um Estadista do Império*, vol. IV, p. 184.

28 – *A Democracia Coroada*, p. 535.

com nosso patrão, conseguindo, por esse meio, a mais completa submissão do indivíduo ao novo Leviatã. Leviatã político, econômico e ideológico, embora, por um artifício retórico, tenhamos mascarado esta submissão sob a capa e o nome da liberdade total [...] Ora, a liberdade só existe, só pode existir, em consequência do estado de tensão, de hostilidade mesmo, que ocorre entre o povo e a organização política. Quanto mais hostil aparecer a nossos olhos a “autoridade”, tanto mais garantidos estaremos contra a opressão. A monarquia, se oferece um poder neutro, que tem interesse pessoal em não participar das lutas e querelas, apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma possibilidade cheia de promessas desagradáveis. Daí ser mais comum a desconfiança contra o Estado nos regimes monárquicos do que nos republicanos. *Sabemos* que o rei *não é* o povo. Mas *pensamos* que o governo republicano é o povo²⁹.

Permitam-me terminar com uma nota pessoal: devo a João Camillo a minha primeira oferta de emprego. Aos 17 anos, um texto meu havia sido publicado em jornal do Rio de Janeiro (era sobre a liberdade de imprensa e os estudantes) e ele, imediatamente, me enviou uma carta oferecendo espaço para eu escrever em jornal mineiro. Quatro anos mais tarde, no dia do meu casamento, ele, que eu convidara para padrinho, me oferece o livro *Dom Quixote*, de Cervantes, uma espécie de bíblia dos Penna, numa bela edição que eu guardo até hoje com muito carinho.

Referências bibliográficas

Algumas obras de João Camillo de Oliveira Torres:

O positivismo no Brasil. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1943.

O homem e a montanha. 1ª ed. Belo Horizonte: Livraria Cultura Brasileira, 1944. Prêmio Diogo Vasconcellos da Academia Mineira de Letras; 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

João Surrinha nas Montanhas (contos para crianças). Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

A Crise da Previdência no Brasil. Belo Horizonte: Edições Diálogo, 1954.

A democracia coroada (Teoria Política do Império do Brasil). Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957. Coleção Documentos Brasileiros. Prêmio Cidade de Belo Horizonte. Prêmio “Joaquim Nabuco” da Academia Brasileira de Letras. Petrópolis: Vozes, 1964.

Introdução e notas aos Conselhos a Regente de Pedro II. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

29 – *A Democracia Coroada*, pp. 25-26.

A formação do federalismo no Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1961. Coleção Brasileira.

A Extraordinária Aventura do Homem Comum. Petrópolis: Vozes, 1961.

Cartilha do Parlamentarismo. Belo Horizonte: Livraria Editora Itatiaia, 1961.

História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Difusão Pan-Americana do Livro, 1961. 5 v.

Prêmio do Governo de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Lemi, 1967.

Teoria Geral da História. Petrópolis: Vozes, 1963.

O Conselho de Estado. Rio de Janeiro: Edições G.R.D., 1965.

Os Construtores do Império. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

A Igreja de Deus em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Éden, 1972.

Obras citadas:

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Catolicismo Militante em Minas Gerais: Aspectos do Pensamento Histórico-Teológico de João Camillo de Oliveira Torres. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Ano IV, n. 10, Maio 2011 - ISSN 1983-2850. <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/index.html>. Publicou o livro *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: CRV, 2011.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1949.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GOMES, Laurentino. Leopoldina e a Independência do Brasil e KAISER, Gloria. A política de D. Leopoldina, entre outros artigos. In: *Olhares Cruzados, Áustria-Brasil*. Kapa Editorial, 2016.

Sessão Conjunta com Pen Clube, Academia Brasileira de Arte e IHGB em Homenagem ao Centenário de Nascimento do Sócio Marcos Almir Madeira

MARCOS ALMIR MADEIRA E O PEN CLUBE DO BRASIL¹

CLÁUDIO AGUIAR ²

É com satisfação que participo desta homenagem a Marcos Almir Madeira, principalmente porque nela falarei sobre seu vínculo com o PEN Clube do Brasil. Sua longa permanência no quadro social do PEN Clube – como membro titular e seu presidente por cerca de 36 anos – reflete e amplia mais ainda o incondicional modo de pertencimento àquele Clube Literário que o homenageado escolheu para seguir, vale acrescentar, apoiado pelos seus pares.

Como estamos no umbral da Casa da Memória Nacional, o IHGB, importa dizer que a comemoração do centenário de nascimento de Marcos Almir Madeira, de certo modo, mais do que fazer justiça a um escritor que trabalhou pelo PEN Clube do Brasil, significa, também, destacar aspectos positivos da atuação de intelectuais que trabalharam, sem descanso, pela Cultura e pelas Letras brasileiras. Eles, em verdade, fazem História.

E por falar em História, permitam-me a digressão para lembrar a sua definição feita não por um historiador adicto à precisão da terminologia acadêmica, porém, a de um prosador extraordinário chamado Miguel de Cervantes, que o mundo agora celebra os 400 anos de sua morte. Disse o genial escritor espanhol, no corpo de seu romance *O Engenhoso Fidalgo Dom Quixote de la Mancha*, que a História é êmula do tempo, depósito de ações, testemunho do passado, exemplo de aviso do presente, advertência do porvir. (*D. Quixote*, I Parte, Cap. IX).

Marcos Almir Madeira, portanto, fez história nesta Casa, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), na Academia Brasileira de Letras (ABL), no PEN Clube do Brasil, na Academia Brasileira de Arte (ABA), na Academia Carioca de Letras (ACL) e em várias outras entidades culturais e literárias onde atuou.

Ao iniciar minhas palavras falei em pertencimento. Importa dizer, desde logo, como já o fiz em diversas ocasiões, que esse estado de espírito vivido

1 – Lido no dia 28 de setembro de 2016 na CEPHAS / IHGB.

2 – Sócio honorário brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

por quem adere a uma entidade significa assumir atitude que se apoia no sentimento de filiação. Aliás, por falar em filiação, ocorre-me pensar também na ideia referida por Aristóteles – *állos philos ego (o amigo é outro eu)* – quando este filósofo grego mencionou os atributos capazes de edificar pontes nos caminhos da perpetuação das Artes e das demais atividades práticas da vida. Sentimento que, a exemplo da maternidade ou da parternidade, induza o homem a sentir-se filho, agregado às raízes originais e, portanto, predisposto a cumprir suas responsabilidades sempre tendo em vista tarefas dignas e lembráveis no convívio social. No caso de artistas ou de escritores, mais do que em outras categorias, essa filiação ou consciência associativa, alimentada pelo respeito ao outro, pelo manifesto espírito de colaboração desinteressada, construtiva e moralmente dignificante, a meu ver, configura o norte a ser perseguido.

A trajetória de Marcos Almir Madeira nos revela um homem dedicado às Letras e às Artes. Ele assumiu claras responsabilidades perante seus contemporâneos, as quais se projetaram para o futuro precisamente sob o olhar atento das novas gerações. Fez mais. Foi também um homem voltado para a amizade, sobretudo aquela que provoca resultados práticos e sentidos pelos outros no curso da própria convivência. Ele parecia conhecer bem aqueles antigos ensinamentos da Bíblia Sagrada, principalmente do Eclesiastes, onde se pode ler que “a amizade é a melhor medicina para a vida”. Ou como a definiu Byron: “A amizade é amor, porém, sem asas.”

Marcos Almir Madeira, portanto, foi homem de muitos amigos e fez bem, porque o culto da amizade ainda é o melhor que se pode fazer. Em primeiro lugar, para si mesmo e, depois, para os demais, sempre, naturalmente, que a amizade seja vivida ou experimentada livre da cega busca dos interesses imediatos.

Ainda que o ato de conviver possa ser entendido como um dos pilares da missão dos Centros PEN do mundo, quiçá a principal, também coloco junto a ela a irrestrita defesa da liberdade de expressão, quer no Brasil, quer no resto do mundo. As ações em defesa da liberdade cresceram de maneira substancial quando, após o final da Segunda Guerra Mundial, foi instaurado um novo clima que congelou o relacionamento entre os governos e as pessoas: a chamada “guerra fria”. A seguir, a par disso, a proliferação de ditaduras em vários continentes, afetando de maneira lamentável as Américas Central e do Sul, levou o PEN Internacional, então, a concitar os demais Centros no sentido de cuidarem, prioritariamente, das atividades ligadas a quatro comitês básicos: Paz, Mulheres, Tradução e Direitos Linguísticos e Prisão, ou seja, Liberdade de Expressão.

Por volta de 1986, em solenidade de comemoração dos 50 anos de fundação do PEN Clube do Brasil, Marcos Almir Madeira referiu-se de maneira clara sobre a finalidade precípua seguida pelo Centro brasileiro, então sob sua direção. Disse:

O PEN Clube, aqui e no mundo, porque é força de paz, há de ser força de equilíbrio. O ponto é não perder a liberdade, para não nos perdermos dentro de nós mesmos. Escritor livre é antes de mais nada o que não se deixou confinar no radicalismo de partido ou escola. Aquele que não se fez prisioneiro de slogan ou robô de vulgaridade. O eu não se deixou sitiar em esquemas; o que não alienou a personalidade, o que ficou consigo mesmo. Não é isso en-simesmar-se; ao contrário; é dar de si para o grupo, a comunidade, o país. Literatura, por definição própria e por lógica social, é sempre transmissão. Por isso mesmo, não faz sentido conceber o escritor que se isola, mesmo quando se insula em quarto forrado de cortiça, como foi o caso de Proust [...] Escritor, o genuíno, será sempre a força de uma relação pessoal – o sinal do ego para os outros, a criação, a criatura, o homem na sua página. Buffon tinha razão.

Enfim, vale salientar que a existência do PEN Clube do Brasil deve muito ao dramaturgo Cláudio de Souza, seu criador, que deu ao Clube, segundo as palavras de Marcos Almir Madeira, “a fundação, o conceito e a casa”.

Nesse sentido, o Clube dependeu e dependerá de esforços semelhantes, capazes de consolidar ações construtivas que assegurem a sua continuidade.

Assim, o trabalho realizado por Marcos Almir Madeira, no curso de sua longa gestão, conseguiu dar a todos que buscavam a entidade a certeza de que ali se cultuava o sadio convívio. Por isso, afirmo que o presidente Marcos Almir Madeira trouxe ao Centro brasileiro, fundamentalmente, o germe da convivência que anima e aproxima os que fazem o PEN Clube do Brasil.

MARCOS ALMIR MADEIRA: UM HOMEM DE MARCA

VICTORINO CHERMONT DE MIRANDA¹

Em boa hora, o IHGB resolveu celebrar o centenário de nascimento de Marcos Almir Madeira, unindo sua voz à voz do PEN Clube do Brasil e da Academia Brasileira de Arte, onde ele, de modo especial, marcou presença.

E fez bem em fazê-lo, pois Marcos Almir Madeira era um homem multifacético. Alguém capaz de se destacar onde quer que estivesse pela fulguração da inteligência, pelo brilho da palavra, pela solidez da cultura.

Do PEN Clube – sua casa por excelência – foi, nos anos em que esteve a sua frente, a verdadeira alma. Democrata, tomou como seu o compromisso libertário que Bernard Shaw imprimira à matriz inglesa, reunindo à volta de si todas as correntes de pensamento, fraternizando-as na diversidade enriquecedora. E encarnou, como ninguém, no seu espírito fidalgo e acolhedor, o melhor da alma brasileira.

Neste Instituto, foi orador oficial no período de 1998 a 2002, paraninfou diversos confrades e homenageou Pedro Calmon em sua data centenária. Sua missão precípua era, todavia, fazer, anualmente, o elogio dos que se foram. Mas ele tinha horror à morte e, assim, quando deles falava, era como se os tivesse presentes!

Orador formidável, quem não se deslumbrava em ouvi-lo? Não era, nunca foi, bem sabemos, um orador de esgrimir argumentos ou perder-se em erudição. Ao contrário, era todo sutileza, intuição, sensibilidade, como que a buscar a cumplicidade dos que o ouviam para o que lhes tinha a dizer. A autoridade dos doutos preferiu sempre os lampejos da criatividade. [...] Garimpava as palavras, lapidava-as, transformando-as, como alhures me permiti dizê-lo, em verdadeiro cristal.

Que o digam as palestras que fez na Academia Brasileira de Arte sobre Israel Pedrosa, a quem definiu como o filósofo da Cor, e sobre a brasilidade na pintura de Antônio Parreiras. Nelas, ele – o orador de escol – deixou-se suplantar pelo esteta, ante “os matizes, nuanças, tons e meios-tons” que, na obra do primeiro, lhe desvendavam o mistério da cor, como igualmente deixou-se tomar pelo “traço de beleza febril das agrestias”, que Parreiras fora buscar no coração da Amazônia.

Na Academia Brasileira de Arte, em nome de quem, nesta tarde, me cabe especialmente falar, não foi apenas o ícone por excelência, mas verda-

1 – Sócio titular e 1º vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

deiro farol na noite que sobre ela se abateu. Queria-a grande, digna, decorosa, como nos tempos em que tivera em seus quadros Tristão de Athayde, Gustavo Capanema, Villa Lobos, Leão Velloso, Abelardo Zaluar, Orlando Teruz e tantos mais.

Nela chegara, em 1970, pela mão de seu conterrâneo, o poeta e magistrado Cumplido de Santana, para integrar a seção de Literatura, na cadeira 35, patronímica de João Ribeiro, o crítico literário e polemista, e em sucessão a Roquette-Pinto e Múcio Leão. Elogiou-os, em contido entusiasmo, sublinhando-lhes os traços característicos: em João Ribeiro, o “homem de muitos saberes”, como lembrara Bilac; em Roquette-Pinto, a percuciência do antropólogo, que fora também poeta, barítono e compositor; e em Múcio Leão, o escritor-jornalista, que “não escrevia apenas para o seu leitor, mas para todos os leitores”.

Marcos Almir Madeira era um espírito refinado, polido e de notável sociabilidade. Um homem talhado para os grandes salões. Apreciava a convivialidade, que outra coisa não é senão o substrato da vida acadêmica. Sabia, como Pedro Calmon, outro dos nossos, que a razão da longevidade das academias reside na arte de seus membros

envelhecerem juntos congraçando as suas opiniões – na divergência geral dos debates – sem partidos, que dividem, sem intransigências, que confundem, sem superioridades, que constroem, sem intolerâncias, que repelem, nem a mágoa e a angustia de ser só.

Por isto, na noite sua *inceptio* na Casa, pela qual me cabe hoje falar, Madeira apressou-se em dizer:

Uma Academia é sempre amável. Bem poderão confirmá-lo os não raros, no Brasil ou não, que um dia a maldisseram ou desdenharam e uma bela noite foram vistos de casaca dourado e espada à cinta, a proferir o elogio do antecessor. Se dedicada então à Arte, o núcleo se enriquece: é duas vezes academia. Esta, a que me trouxestes, [...] ostenta a virtude de sua própria posição. É a Arte no que tem de mais abrangente e de mais acolhedora a sua filosofia.

Era o tempo em que a confraria de Ataulfo de Paiva vestia fardão e empunhava espada e Madeira o fazia garbosamente, a prelibar, quem sabe, as galas da Casa de Machado de Assis, que depois viria obter.

Trouxe para a Academia de Arte grandes nomes e, até hoje, foi, nela, quem mais posses paraninfou: nada menos de 14 vezes. Dentre seus afilhados, incluem-se Celso Kelly, Antonio Carlos Villaça, José Paulo Moreira da Fonseca, Heloisa Lustosa, o próprio Calmon, Dom Marcos Barbosa, Maria Beltrão, Vasco Mariz e Geraldo França de Lima e os correspondentes David Hunt, da Inglaterra, e Marcel Landowsky e André Cira, da França.

Depois, quedou-se, incomodado, com a paralisia que nela se instalou, não tendo tido a alegria de vê-la reconduzida, nos dias de hoje, pela mão de Heloisa Lustosa, aos rumos que lhe imprimira o arquiteto Nestor Egydio de Figueiredo.

A formação humanística de nosso homenageado desta tarde mantinha-o, por outro lado, ao largo de preconceitos. Apreciava o belo, mas não o que chamava de “os rigores do esteticismo imobilista e hermético, a arte trabalhada em excesso”. E, defendendo a liberdade do artista para criar, exclamava: “A bem pensar toda arte é compromisso interior. Seja assim ou não, o essencial de nossa vida precária é perseguir e achar a beleza.”

Nascera para o diálogo e, por isto, prezava a instituição acadêmica. E soube ver-nos, no seu discurso de posse, tal como idealizada pelos que, há quase 75 anos, a fundaram:

Sois a fraternidade que se fez estatuto. No vosso espaço intelectual cruzam-se a pintura e a escultura, a arquitetura e a música, o teatro e outras artes literárias. Sois a singularidade do plural [...].

Voltaria ao tema, na saudação a Villaça:

Não somos uma Academia de Belas Artes, mas consagramos com o nosso voto a realização da beleza nos diferentes campos da arte. Somos [...] a vocação no plural. [...] A unidade na variedade. A soma essencial, a aritmética do espírito. O que importa, tanto quanto o ânimo, é o sentimento da cultura, o zelo pelas suas criações.

Com que alegria não veria, hoje, a singularidade desse plural alargada à Dança, ao Cinema, ao Design, à Moda, ao Colecionamento de Arte e ao Empreendedorismo Cultural, com que a Academia se abriu a tais manifestações, indo buscar para seus quadros grandes nomes do país.

Não chegamos a ter, aqui, de certa forma, aquele “desencontro das sucessões”, que, no dizer de Múcio Leão, faz o encanto de outras academias, pois a composição de nosso quadro baseia-se no modelo inverso: o do encontro das diversas expressões artísticas, que, este sim, forma para nós a riqueza da Academia.

E nada lhe falava mais de perto do que isto, pois, onde estivesse queria ter a seu lado o melhor da inteligência, o *glamour* das trocas intelectuais, o prazer da convivência. Gostava de pensar grande e, conseqüentemente, tinha horror à mediania e às platitudes com que às vezes se deparava. E, sobretudo, abominava a vulgaridade, não apenas dos hábitos, mas também a das palavras. No seu discurso de posse, disse-o sem reboços:

As palavras estão sofrendo, vitimadas paradoxalmente pelo neoverbalismo que vem da técnica. Já não quero aludir à invasão da sigla, a brotoeja verbal da nossa época; limito-me a observar que uma onda de fealdade agressiva ameaça varrer as últimas construções do gosto e da graça.

E se isto já era verdadeiro, há 46 anos quando aqui chegou, o que diria em nossos dias?

Mas havia nele dois outros traços que, encerrando, me apraz recordar: a capacidade de ver o outro e a alegria de viver – ela também uma forma de arte. Ou, quem sabe, não será uma como que o reverso da outra? E, talvez porque estivesse sempre de bem consigo mesmo, a vida era para ele literalmente uma festa, um canto novo que se comprazia entoar a cada dia. E se o fardão lhe caía bem, aqui como na Academia de Letras, das celebrações, então, nem se fale! Mas – é preciso que se diga – ele tinha um *savoir faire* que dava a elas um toque especial, um quê de litúrgico, que tanta falta faz, nos dias de hoje, ante o mau gosto do cerimonialismo em voga.

Em suma, era a encarnação perfeita do “ser” acadêmico!

Lembrá-lo, nesta tarde, é, pois, um dever de justiça. E quero fazê-lo referindo-o, como o fiz há 13 anos, a partir de um de seus livros – *Homens de marca* –, pois estou certo de que não há melhor título para defini-lo senão como [...] um homem de marca! Ou como diriam os franceses, bem a seu gosto, *um homme remarquable*. Pela inteligência. Pela cultura. Pela fidalguia. Pela inconfundível presença que teve na vida cultural desta cidade. E é assim que, hoje, e sempre, a Academia Brasileira de Arte há de lembrá-lo.

I. 2 – Sessões de posse

DISCURSO DE RECEPÇÃO AO SÓCIO CORRESPONDENTE BRASILEIRO JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

ARNO WEHLING ¹

José Jobson de Andrade Arruda ingressa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por grande mérito e sua presença entre nós reitera o compromisso da Casa em selecionar aqueles que contribuíram para o desenvolvimento da historiografia brasileira e, de modo mais amplo, para a consolidação da cultura histórica em nosso País.

Andrade Arruda, ou o Professor Jobson, como seria mais adequado chamá-lo em consideração à sua brilhante trajetória profissional, tem sua presença no Instituto justificada a partir de três vertentes, a *paulista*, a da *produção universitária* e a da *historiografia econômica*. Em todas teve predecessores ilustres, com significativa contribuição à ciência e à cultura nacionais.

Na vertente paulista, encontramos nomes como Washington Luís (embora “paulista de Macaé”), Afonso Taunay, Aureliano Leite e José Carlos de Macedo Soares, este com acentuada folha de serviços ao IHGB, na condição de seu presidente por 29 anos, além de trabalhos importantes sobre os temas das fronteiras (ver) e da história da Igreja no Brasil.

Na vertente da produção universitária, foi Jobson Arruda precedido por Sérgio Buarque de Hollanda, Eduardo d’Oliveira França, Antonio Cândido, Sonia Siqueira, Maria Luiza Marcílio, Nestor Goulart Reis Filho, Laura de Mello e Souza e Ulpiano Bezerra de Menezes, para só lembrar os paulistas e uspianos.

Na vertente da historiografia econômica, lembramos de imediato os nomes de Roberto Simonsen, Oliver Ónody, esquecido pioneiro dos estudos sobre a história da inflação no Brasil, Mircea Buescu, Manuel Pinto de Aguiar, Wanderley Pinho e Frédéric Mauro.

Do ponto de vista institucional, portanto, a entrada de Jobson Arruda no Instituto é corolário lógico do encontro dessas três vertentes, definidor de um perfil ao qual ele facilmente atende.

1 – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Ao longo de sua vida profissional foi ele sempre dublé de historiador e professor de História, desde seus primeiros trabalhos publicados na *Revista de História da USP*, superiormente dirigida por Eurípedes Simões de Paula, nos anos 1960, passando pelo doutoramento em 1973 e pelos trabalhos subsequentes exigidos pelo *cursus honorum* universitário. Teve assim intensa atividade no magistério superior na Universidade de São Paulo, sendo atualmente professor sênior do Programa de Pós-Graduação em História Econômica. Na Universidade, orientou perto de cem dissertações de mestrado e teses de doutoramento, cumprindo uma das tarefas mais relevantes do ensino superior, a formação de quadros para a pesquisa e a produção de conhecimento. Também ocupou a diretoria de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do CNPq, a vice-presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo e a editoria da Edusc, onde realizou obra meritória de edição de numerosos livros fundamentais para a historiografia contemporânea. Não deve ser igualmente esquecida sua contribuição ao aperfeiçoamento do ensino da História no nível médio, autor que foi de obras que contribuíram para a renovação da disciplina, trabalho árduo de ponte entre dois segmentos da educação brasileira que tendem – e não apenas no âmbito da História – a se distanciarem, gerando uma defasagem entre a ponta do conhecimento na Universidade, em particular na Pós-Graduação, e aquilo que chega aos estudantes do antigo ensino secundário.

Os temas de eleição de José Jobson Arruda na pesquisa histórica são vários, girando preferencialmente em torno da Revolução Industrial e da inserção do Brasil nesse contexto, de meados do século XVIII ao início do XIX. Sua primeira obra nesse sentido foi a tese de doutoramento defendida em 1973, que tive o prazer de examinar em minha primeira banca, recém-doutorado que estava na mesma Universidade de São Paulo e com o mesmo orientador, o professor Eduardo d'Oliveira, nosso consócio. Tratava a tese do Brasil no comércio colonial de 1796 a 1808. Seu subtítulo definia a orientação da pesquisa: “contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial”. Estávamos no apogeu do prestígio não apenas da história econômica mas da chamada “história quantitativa”, distinta de outra opção metodologicamente próxima, a “história serial”. Assim, circulavam as obras de Ernest Labrousse, Jean Marczewski, Gaston Imbert, Posthumus e a mais antiga de Earl Hamilton. O que distinguia basicamente um método do outro era a presença ou a ausência da contabilidade pública, pois listas de preços de produtos e serviços existiam em séries desde a Idade Média, mas os grandes números macroeconômicos dependiam de uma estrutura que só apareceu no século XVIII ou XIX, conforme o país. Para a América colonial, continuavam na ordem do dia as obras de Pierre e Huguete Chaunu sobre as relações comerciais entre Sevilha e a América, de Vitorino Magalhães Godinho sobre preços

e moedas em Portugal e a de Frédéric Mauro sobre a economia portuguesa no século XVII. No mesmo clima Fernand Braudel se indagava desde os anos 1950 sobre o papel das “matemáticas sociais” na análise histórica e em outubro de 1971 realizou-se no então Instituto de Altos Estudos da América Latina, em Paris, o Colóquio Internacional de História Quantitativa do Brasil, 1800-1930, do qual participaram entre outros nossos confrades Maria Luiza Marcílio, Eulália Lobo, Cecília Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Mircea Buescu.

Nesse clima intelectual ambientado na USP, Jobson Arruda definiu a perspectiva metodológica a seguir e trabalhou um filão documental, as balanças de comércio de Portugal entre os anos de 1796 e 1808. Procedeu à análise da conjuntura assim delimitada, considerando o papel das regiões brasileiras no comércio colonial e contextualizando-as no comércio português – enfoque rico de consequências para muito além do âmbito econômico, como se veria nos anos de 1808 a 1822, culminando no fracasso de uma fórmula compensatória à abertura dos portos e aos tratados de 1810 com a Inglaterra. Complementou a análise com o estudo da alta de preços no Brasil da virada do século XVIII para o seguinte e deu contribuição significativa neste aspecto, esboçando a lucratividade comercial a partir dos dados pesquisados. Fechou sua investigação com a passagem da conjuntura estudada à estrutura, chamando a atenção para a diversificação da produção e a questão do monopólio, no que inovou em relação às conclusões anteriores sobre o tema. Concluiu pela constatação de que a conjuntura estudada representou.

[...] uma espécie de reajustamento da economia colonial à economia mundial. Isto já se tornara um mecanismo normal do sistema capitalista, pois desde a expansão comercial do século XVI... a interdependência se definiu. A exploração do mundo colonial acelera o processo de acumulação, dinamiza a economia europeia, que caminha célere rumo ao capitalismo industrial.

A conclusão semelhante chegaria também em tese defendida no mesmo ano seu colega de departamento universitário Fernando Novais, em trabalho sobre a dinâmica do sistema colonial, ambos rapidamente influenciando diferentes estudos sobre a época por todo o país, no bojo do *boom* da pós-graduação que ocorreria nos anos 1970 e 80.

Outros temas atraíram nosso novo confrade em pesquisas posteriores, mas jamais o afastando demasiado do enfoque e do período.

Assim publicou trabalhos sobre o algodão brasileiro como matéria-prima estratégica da manufatura têxtil global na Revolução Industrial; “Exploração colonial e capital mercantil”; “Mercado nacional e mundial entre o

Estado e a Nação: o Brasil, da Colônia ao Império”; “Decadência ou crise no Império luso-brasileiro: um novo modelo de colonização no século XVIII”; e o livro *Uma colônia entre dois Impérios: a abertura dos portos brasileiros – 1800-1808*”, no qual entre outros aspectos destaca a precocidade e a frequência do comércio inglês no Brasil antes de 1808 e o papel do Brasil no comércio luso-britânico no período posterior a 1808. Num recorte mais amplo, outro livro seu, *A Grande Revolução Inglesa – 1640-1780*, trata do processo de modernização social e econômica da Grã-Bretanha entre a revolução de 1640-1649 e a Revolução Industrial em meados do século XVIII. Esta obra de certo modo é complementada por sua acurada análise historiográfica da evolução profissional do historiador marxista inglês Christopher Hill, cuja interpretação da “Revolução Burguesa” da Inglaterra no sentido de firmar o capitalismo transitou da ortodoxia marxista da revolução feita por uma determinada classe para perspectiva mais matizada, a de uma revolução transversal à sociedade “provocada, em última instância, pelo desenvolvimento econômico que não podia ser absorvido nos quadros do antigo regime”.

No mesmo âmbito, podemos lembrar seu estudo sobre o Visconde de Cairu, exercício de revisionismo em que avalia diferentes interpretações do pensamento e da ação de Silva Lisboa, para concluir pela articulação entre a base doutrinária, a formulação de políticas econômicas e as “atividades econômicas efetivas”, contra aqueles que o veem quase como – a expressão é minha, não de Arruda – um áulico nefelibata com as tradicionais “ideias fora do lugar”.

Saindo um pouco deste eixo, mas ligados à problemática colonial, são seus trabalhos sobre os impérios: “modalidades imperiais: tipologia crítica dos impérios coloniais ibéricos” e “O Império tripolar: história e historiografia”. Naquele, após repassar diferentes veios historiográficos, concluiria que “a noção de Império é tão complacente que lhe falta um estatuto de sustentação analítica, restando-lhe a condição de vocábulo descritivo, cujo efeito nefasto é o de remeter para os desvãos da história tudo o que se havia construído pouco repondo em seu lugar, a exemplo do conceito de capitalismo, razão pela qual Immanuel Wallerstein concebeu o conceito de economia-mundo em oposição ao de *império*”.

Arruda ainda trabalharia outras searas, estudando temas como o dos escravos oriundos de Angola no Brasil, num corte longo, do século XVI ao XIX, e São Paulo nos séculos XVI e XVII, tendo em 2014 publicado o livro *Historiografia: teoria e prática*, reunião de textos sobre obras de historiadores como o mencionado de Hill, Alice Canabrava, Fernando Novais e Stuart Schwartz, textos temáticos sobre os impérios e textos conceituais sobre a própria historiografia e seu território.

A obra historiográfica de Jobson Arruda possui alguns traços que merecem ser sublinhados, neste momento de seu ingresso no IHGB.

Possui foco na história econômica, sem exclusivismos metodológicos, utilizando tanto a seriação como a quantificação como meios para elucidação de problemas.

É atenta às relações entre processos produtivos e ideias orientadoras, cuja interação dinamiza a história econômica.

Percebe o conhecimento histórico como permanente revisão, o que se evidencia na preocupação com o “estado atual” das questões historiográficas, para utilizar o velho refrão da antiga coleção Clio.

Delineia seu problema central como o da transição econômica entre agrária e indústria, mercantilismo e capitalismo, considerando processos e percepções dos contemporâneos sobre eles, cuja dinâmica gera situações de transtemporalidade no sentido de Koselleck. Na sua palavra, “uma presunção do futuro que se tinha no passado”.

Respeitável produção e fecunda perspectiva, que honra a tradição historiográfica do Brasil e da universidade brasileira.

José Jobson de Andrade Arruda, seja bem-vindo à Casa da História e da Memória Nacional!

Conferência do empossado

O REFAZER HISTORIOGRÁFICO EM TEMPOS CRÍTICOS: O DIÁLOGO NECESSÁRIO ENTRE ECONOMIA E CULTURA

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA¹

Proposições

Poder-se-ia afirmar que todos os tempos são críticos, porque expressam, no fundo, a própria dinâmica da história. Mas há momentos mais intensos que outros, nos quais se instala um descompasso no curso regular das coisas no curso do tempo, exigindo uma mudança súbita nos procedimentos assentados ou na forma de interpretá-los. A produção da história pelos historiadores não escapa a esta regra. As quinadas críticas do movimento da história produziram torções memoráveis, marcos simbólicos, que produziram cortes abruptos no modo de fazer e conceber a ciência da história. A crise dos anos 1920, associada à Primeira Guerra Mundial e ao colapso econômico de 1929, tem uma relação direta com a emergência da Escola dos Anales e instalou a economia como módulo explicativo dos fenômenos históricos em todas as suas dimensões. Os anos 1970, emblematizados pelas crises do petróleo, pelo acelerar da descolonização, pela emergência das singularidades identitárias étnicas, raciais, religiosas, culturais, corporificaram um novo paradigma interpretativo centrado na dimensão cultural, cuja resultante foi renascimento da Nova História, largamente impulsionada pelo *cultural turn* nos Estados Unidos, que reposicionou o lugar da antropologia no âmago das ciências humanas, conferindo-se uma posição de destaque.

Quatro décadas se passaram. Encontra-mo-nos em meio à segunda quadra do século XXI, momento no qual as linhagens interpretativas lastreadas no cânon erigido por Fernand Braudel, que confere um lugar preeminente ao econômico na história, têm continuidade. Seguem apartados do segmento que, fundamentado nos ensinamentos da renovada antropologia, defende a primazia absoluta da história cultural em relação à história econômica, configurando-se linhagens interpretativas excludentes, avessas ao diálogo, um diálogo que, em nossa perspectiva, torna-se, neste momento crítico, crucialmente necessário.

1 – Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor Sênior da Universidade de São Paulo. Sócio Correspondente Brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Nesse sentido, o móvel principal desta conferência é focalizar um problema central do conhecimento histórico, ou seja, a tendência à segmentação ou à generalização da abordagem analítica no prisma da história econômica. Propõe a privilegiar a abordagem aberta, integradora, e recusar a compartimentação das esferas do conhecimento histórico que resulta da excessiva ênfase no papel desempenhado pelo econômico na interpretação histórica. Vislumbra contemplar, portanto, a possibilidade de que em variados momentos do processo histórico as esferas do político ou da cultura poderão assumir a primazia no comando dos eventos históricos. A necessidade de atentar, na contemporaneidade, para a inextricável interdependência entre o modo de produção material e o modo de consumo simbólico, a ser exemplificado no diálogo Marx *versus* Sahlins. Em suma, propõe-se uma história econômica aberta, travejada na política e imbricada na cultura.

Enquadramento axiomático

As narrativas historiográficas comumente tendem a naturalizar certas linhagens analíticas que segmentam o conhecimento em esferas produzidas por específicas relações sociais, identificadas por suas lógicas internas e aparente autonomia funcional. No caso da história econômica, tal tendência manifestou-se em abordagens que tornaram a esfera da economia autoexplicativa, ou seja, foi assumida como se a sua compreensão fosse suficiente para dar conta da complexidade dos fenômenos históricos em sua totalidade. A ciência econômica, por seu turno, caminhou em direção a abordagens cada vez mais especializadas, tendo abandonado, no limite, o entendimento de que o seu objeto de reflexão são de fato os fenômenos sociais. Razão pela qual houve uma tendência ao declínio das análises oriundas da Economia Política, substituída por modelos econométricos, baseados na pura *mathematics*.

Este procedimento fez da história quantitativa a expressão mais acabada de tal inclinação no campo da produção histórica – a excessiva sobrevalorização da esfera econômica que reproduzia, no fundo, o modo de estruturação do capitalismo no século XX. A forma pela qual os fenômenos econômicos foram assumidos como sendo os construtores do sentido fundamental das relações sociais circundantes, a expressão última do conteúdo e da forma assumida pelas sociedades na quase totalidade da centúria. De fato, como reconhece François Dosse, ao longo do século XIX e parte do século XX, o econômico tornara-se uma instância poderosa por “englobar todos os aspectos da vida social”; por “estruturar a sociedade no seu conjunto”; por “ser a perspectiva estratégica para a análise histórica”.

2 – DOSSE, François. *A história em migalhas*. Campinas: Editora Ensaio/Unicamp, 1992, pp. 192, 254.

Concepção esta, sensivelmente alterada nas últimas décadas por conta da fragmentação do discurso histórico, por força da elevação dos fenômenos culturais à condição de forma dominante, pela transferência, para a dimensão simbólica do papel que fora outrora outorgado à economia. Exatamente o tipo de transformação que nos leva a pensar positivamente sobre as vantagens de uma história econômica ao mesmo tempo aberta e inclusiva, que possa nutrir-se de todas as esferas da vida social e, especialmente, da dimensão simbólica. Opção que não recusará uma história econômica fechada, mais circunscrita a objetos econômicos precisos e determinados, espacial e temporalmente. Conscientes de que esta forma de micro análise não se esgota em si mesma, por suas limitações, mas que terá sua utilidade legitimada por colocar-se a serviço de uma reflexão mais abrangente.

Este procedimento metodológico que nos conduzirá a uma abordagem propriamente histórica da dimensão econômica, que, por esta via, se revelará uma efetiva economia histórica e não apenas uma economia retrospectiva, aberta, sobretudo porque voltada à interação com os demais níveis de uma determinada especialidade do fazer histórico. Realmente aberta por abdicar da necessária determinação das relações econômicas e imaginar que, em circunstâncias específicas, a esfera da economia submete-se a injunções que lhe são exteriores – o que não significa atribuir-lhe qualquer inferioridade explicativa ao econômico. Significa, pelo contrário, assumir a complexidade da sua vocação integradora. Equivale dizer, a assunção plena de sua historicidade expressa na interação entre as variadas esferas da vida social. Postura metodológica que requer a sábia ação mediadora do historiador na interface economia e cultura, procedimento indescartável tanto à problematização da subjetividade do historiador quanto ao voo rumo a uma universalidade histórica dialeticamente constituída.

Por que fazemos esta proposição? Seria porque as explicações excessivamente calcadas na materialidade econômica têm se revelado insatisfatórias na explicação de fenômenos históricos de alta complexidade postos pelo movimento da história, sobretudo, no mundo da globalização?

Economia e cultura

O Capital no Século XXI de Thomas Piketty é um sólido exemplo do esperado diálogo entre a economia e a literatura oitocentista em busca do alargamento do conceito de riqueza, por ele identificada ao patrimônio hereditário e não apenas ao capital *stricto sensu*, que lhe permite a avaliação mais acurada da dinâmica da distribuição da riqueza produzida, a mola mestra das crises, clivagens e tensões nas sociedades modernas. Crises recorrentes, ma-

nifestações inatas do capitalismo, fruto da tendência estrutural a concentrar riqueza pela disparidade entre os rendimentos do capital e os ganhos salariais. Não satisfeito com o vasto manancial estatístico reunido por sua equipe para a realização dos cálculos matemáticos extraídos das fontes que remontam ao século XVIII, Piketty mobilizou documentos inusuais neste tipo de análise econômica, literários ou filmicos, que poderiam consubstanciá-las, no afã de aquecer a frieza dos números e dar calor à sua narrativa aparentemente estéril. A literatura torna seu texto uma fonte privilegiada na composição de perfis sociais típicos de empresários, investidores, consumidores, retratados com maestria nas obras clássicas de Honoré de Balzac ou Jane Austen, capazes de facultar o acesso a um tipo especial de mentalidade econômica, burguesa, gestada no bojo da Revolução Industrial. Realiza-se, por este meio, o adensamento precioso da análise pela integração das fontes quantitativas e qualitativas, constatando-se que preços, cálculos transcritos nos romances eram surpreendentemente válidos e, mais do que isto, confirmados pelas fontes numéricas³.

Procedimento metodológico assemelhado ao adotado por Franco Moretti, crítico literário, para compor a figura do burguês, ícone social em processo de afirmação nos séculos XVIII e XIX, para o que se vale da literatura e das artes plásticas, nas quais se evidencia o potencial da terra como reserva de valor e produtora de renda, em escala, senão mais elevada, certamente mais segura do que outros tipos de investimentos, o que faz das heranças propiciadoras de acesso à terra, por via das uniões matrimoniais, um tipo desejado de investimento social⁴. De modo semelhante, os grandes escritores brasileiros, retratistas natos da experiência social, poderiam servir aos estudos econômicos e à história econômica, a exemplo dos clássicos da nossa literatura, José de Alencar ou Machado de Assis, especialmente este último, atilado observador da vida social, cujos escritos trazem informações e análises preciosas sobre herança e patrimônio, fundamentais na hierarquização social dos indivíduos, que nos propiciaria um olhar oblíquo sobre a formação e transmissão da riqueza no Brasil oitocentista⁵.

Sinal dos tempos. Da contemporaneidade vivenciada pela dinâmica do capital que, a passos rápidos, entrelaça-se cada vez mais intensamente ao mundo da cultura. Um momento privilegiado para oscultar esta relação, exatamente quando o capital se transfigura, assume formas abstratas, mais

3 – PIKETTY, Thomas. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

4 – MORETTI, Franco. *O Burguês*. Entre a História e a Literatura. São Paulo: Intrínseca, 2014.

5 – FRANCO, Gustavo. *A economia de Machado de Assis*. O Olhar Oblíquo do Acionista. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

permeáveis aos influxos culturais, no qual, reversamente, a cultura absorve princípios que antes eram característicos da esfera econômica, transformando-se numa cultura-mercantilizada, do qual o fenômeno da indústria cultural é expressão paradigmática. Cultura integradora de experiências diversas, a um só tempo múltipla e sintética, uniformizadora dos padrões culturais e dos comportamentos, na qual gostos e valores são estendidos aos confins do planeta pela magia das comunicações que contrai o espaço pelo aceleração do tempo, como previra Marx, promovendo a homogeneização e a unificação dos mercados de modo que nem mesmo ele imaginara.

Foi exatamente na última quadra da contemporaneidade que o capitalismo passou a vivenciar sua quintessência, a extrema abstractibilidade. Isto porque sua marca distintiva é a integração financeira sofisticada dos mercados mundiais, nos quais o capital financeiro descola-se do capital industrial. Autonomiza-se, assume a suprema abstração, transmitindo-nos a sensação de que paira sobre todas as formas concretas de suas próprias manifestações, sublimadas, eterizadas.

Magia que Marx detectou no capital produtor de juros, a perfeita representação fetichista do capital, por sua capacidade de produzir automaticamente mais-valia em progressão geométrica. Por uma “virtude inata e oculta, a de simbolizar um capital imaginário que se capitaliza”, capital que se valoriza a si mesmo; capital-futuro, “capital sem lastro, volátil, pura fantasmagoria”, verdadeiro “mistérios religiosos do fetichismo da mercadoria”⁶. Fetiche do capital análogo ao fetiche da forma mercadoria, riqueza desmaterializada, “carente de lastros reais”, na qual o paraíso do capital são os mercados futuros, onde, via câmbio ou mercado interbancário realiza-se a orgia do capital especulativo por operar fora dos controles tradicionais sobre capital e divisas⁷.

Neste contexto, quanto mais a mercadoria se descola do trabalho regulamentado, quanto mais se multiplicam os seres envolvidos em sua criação, produção e reprodução, mais o seu caráter abstrato se expressa, mais fetiche ela é. E, quanto mais o simbolismo econômico for estruturalmente preponderante, mais cultura ele se torna, transmitindo-nos a impressão de que “sua corporificação humana parece ser sumido”⁸. Mecanismo estimulador da expansão do consumo simbólico na fase do capitalismo abstrato, largamente impulsionado pelos poderosos sistemas midiáticos de produção e reconstrução.

6 – JAMESON, Frederic. *Marxismo Tardio. Adorno y la persistência de la dialéctica*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010, p. 229.

7 – ARRUDA, José Jobson do Nascimento. *A florescência tardia. Bolsa de valores de São Paulo e mercado global de capitais (1989-2000)*. Bauru: EDUSP/FAPESP, 2010, p. 131.

8 – HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2003, pp. 122-126.

ção de imagens por sua enorme capacidade para criar e recriar imaginários completamente desenraizados das tradições culturais precedentes, imaginários introjetados na retina e na memória dos consumidores assim tornados cativos pela força do poder imagético⁹.

Consumidores tragados pelo multiculturalismo que valoriza as especificidades, amalgamando-as, ampliando destarte o leque dos produtos culturais apropriáveis para produção e comercialização em escala mundial. Ícones culturais materializados numa vasta amplidão de objetos singulares lançados ao mercado global onde, na síntese lírica de Remo Bodei, num festim escatológico fartam-se de símbolos culturais. Convertendo-se o mercado, por esta via, num poderoso sistema simbólico, cujo impacto se faz sentir sobre o próprio significado do tempo, influenciando em sua intensidade e direção. Nestes termos, a temporalidade futura assume papel relevante na reprodução do sistema social, no qual os consumidores, sobretudo os mais jovens, antecipam o futuro realizando-o no presente, compungidos pela urgência do imediato: a pulsão pelo usufruto do *future now*. Uma realidade mais do que objetiva neste sistema capitalista financeirista por dar concretude ao mercado de derivativos, um universo essencialmente abstrato, articulado no presente, realizado no futuro, mas com enorme capacidade para impactar sobre este mesmo tempo presente, caracterizando-se assim uma efetiva intromissão do futuro no presente, por transformá-lo, num instante, em passado, prova insofismável de transtemporalidade, de complexificação da temporalidade na era da globalização.

Qual o significado destas reflexões? Significa que a cultura prevalece sobre a economia? Que o modo de consumo simbólico assumiu a primazia em relação ao modo de produção material no governo do mercado?

Modo de produção *versus* modo de consumo

Marx disse que não, que não se pode separar produção de consumo, na medida em que a produção se realiza no consumo e o consumo somente se viabiliza na produção. Por conseguinte, como produção é consumo e consumo é produção, o ato de produção em todos os seus momentos torna-se, ao mesmo tempo, um ato de consumo. Em decorrência, a produção torna-se imediatamente consumo e o consumo imediatamente produção, pois “ambos surgem como intermediários um do outro” [...] “embora se conservem exteriores um ao outro”, dado que, cada um “ao realizar-se cria o outro; cria-se sob a forma do outro” [MARX], significando que “é o consumo que realiza

9 – BODEI, Remo. *A história tem um sentido?*. Bauru: EDUSC, 2001, *passim*.

plenamente o ato da produção” [...] “o ato último pelo qual o consumidor se torna também verdadeiramente produtor”¹⁰.

Nestes termos, a produção se apresenta como ponto de partida e o consumo como ponto de chegada do processo de produção capitalista, condição *sine qua non* da continuidade da reprodução. Processos que não são excluídos em relação à dimensão simbólica entranhada no tecido social por não haver possibilidade de produção sustentada sem a sensibilidade para as dimensões culturais que permeiam o mercado e se manifestam em seus símbolos mais expressivos. São totens, expressões culturais gestadas nas entranhas das relações sociais. Esfera do simbólico capturada e transformada pela indústria cultural, segmento do sistema produtivo indispensável à criação de um mercado de consumo de massa.

Por essa razão, “a indústria cultural, numa sociedade dominada pelo valor de troca, juntamente com a publicidade, que é a sua seiva, transformam-se em importantes mecanismos reprodutores”¹¹. Isto porque a publicidade “atua como potente método de transferência de significado, fundindo um bem de consumo a uma representação do mundo culturalmente constituído, dentro dos moldes de um anúncio específico”. Por esta via “princípios da cultura são substanciados pelos bens de consumo e esses bens, assim carregados, ajudam a forjar o mundo culturalmente constituído”. Portanto, mais do que nos ajudar a saber quem somos, ajuda-nos a antecipar o sonho de “quem gostaríamos de ser”. Isto porque os princípios culturais são pontes “capazes de alimentar a posse de ideais que as circunstâncias presentes nos negam no momento”¹².

Indústria cultural que, nos termos em que foi concebida por Adorno e Horkheimer, ao mesmo tempo em que sacia o desejo de consumo dos indivíduos, os conduz à apatia. Satisfaz porque promete, mas não cumpre suas promessas, cedendo espaço para que a publicidade ocupe esse vazio. Isto porque, ela compensa a não fruibilidade completa pelo oferecimento de um desfrute imagético, o que leva Maria Arminda Arruda a afirmar que “enquanto a indústria cultural no seu sobrevoo serve principalmente à ideologia dominante, a publicidade atua, sobretudo, como a face visível do grande capital que se impõe e submete os consumidores aos seus produtos”¹³. Por esta via de raciocínio, o sistema simbólico entranha-se na produção das merca-

10 – MARX, Karl. *O capital. A crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, pp. 207-211.

11 – ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *A embalagem do sistema. A publicidade no capitalismo brasileiro*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 33.

12 – McKRAKEN, Grant. *Cultura & Consumo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 106.

13 – ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento, *op. cit.*, p. 33.

dorias tornando todo ato de produção num ato cultural, cabendo aos valores simbólicos apropriados pelos *mass media*, via publicidade, transmutarem-nos do estado bruto em que se encontram na cultura num sistema simbólico para o consumo, pois precisam ser trabalhados pela indústria cultural que os submete ao princípio organizador da lógica do capital. Nestes termos não se pode falar em primazia da cultura, posto que a lógica simbólica do consumo solidariza-se à lógica propriamente econômica da produção: criação e serventia do sistema produtivo.

Se Marx reconheceu a força do simbólico, mas subordinou-o à produção, antropólogos de nomeada diriam que sim, que o modo de consumo simbólico comanda a produção no capitalismo contemporâneo, cabendo a Marshall Sahlins quem levar a análise dos significados ao seu limite na reflexão sobre o modo de consumo na era do capitalismo abstrato. Para ele “as forças materiais se instauram sob a égide da cultura”, convertendo-se numa especificidade cultural “e não uma mera atividade natural e material”. Por ser o meio para um modo de vida total, ela é necessariamente “produção de significação simbólica”. Ou seja, nos termos *sahlinianos*, é a “lógica simbólica que organiza a demanda nas sociedades contemporâneas”, razão pela qual, nas sociedades complexas do Ocidente, a cultura surge como a “primeira área de produção simbólica”. Por esta via de raciocínio, a singularidade da “sociedade burguesa não está no fato de o sistema econômico escapar à determinação simbólica”, mas no fato de o simbolismo econômico ser “estruturalmente determinante” no capitalismo, entendido como “uma forma definida de ordem cultural”¹⁴.

Nestes termos, para Sahlins, é a força do simbólico que cria a sociedade de consumo, a energia vital que move o sistema capitalista maduro e que comanda o sistema produtivo em sua fase de alta abstratibilidade. Convicções teóricas que Sahlins buscou demonstrar na análise da economia americana, uma experiência antropológica por ele vivenciada, que pode ser constatada em sua afirmação segundo a qual o que os americanos produzem para satisfazer suas necessidades básicas de alimentação e vestuário “não são coisas úteis, mas símbolos”. Isto porque, nos Estados Unidos, impera a cultura do consumo, na qual, reitera Sahlins, as “relações aparecem vestidas de objetos manufaturados”. São totens sociais que não representam simplesmente posições na sociedade, pois as mercadorias, operando como símbolos, “produzem as relações sociais”, cabendo aos capitalistas a tarefa de “fabricar imagens de identidade que ainda serão criadas”. O que levou Sahlins a reiterar que o “valor de uso não é menos simbólico ou menos arbitrário que

14 – SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, pp. 204, 207, 176 e 211.

o valor-mercadoria”, porque “a *utilidade* não é uma qualidade do objeto, mas uma *significação* das qualidades objetivas”, sendo por esta razão que na “sociedade burguesa a produção material é o lugar dominante da produção simbólica”¹⁵.

Delinea-se, nestes parâmetros, um modo de produção simbólico que é assegurado, entretanto, nas palavras do próprio Sahlins, “pelo mecanismo de mercado, pois qualquer pessoa necessita comprar e vender para viver, mas só pode agir desse modo na medida em que suas relações com a produção assim o permitam”. Ou seja, Sahlins acaba por debitar o simbólico nos imperativos do mercado, culminando com a utilização de uma formulação extraída do próprio Marx, segundo o qual o sistema produtivo constitui-se como um “meio para um *modo de vida total*”. Razão pela qual, não entendo as postulações de Sahlins como uma construção absolutamente original, ou como uma recusa peremptória de Marx, mas sim como refração de sua teoria. Pois, apesar de sua enfática aposta no poder da significação, acaba por suavizá-la, por reconhecer que tanto o marxismo quanto os estruturalismos antropológicos são “teorias apropriadas respectivamente para épocas históricas ou universos culturais específicos”¹⁶, repondo o lugar da historicidade e, por desdobramento, da materialidade.

Apropriações teórico-metodológicas

Posto nestes termos é visível que estamos diante de dois conjuntos interpretativos aparentemente antagônicos, porque assentados em paradigmas ontológicos contrapostos que se querem irreconciliáveis, nos quais a razão prática se propõe a explicar a razão simbólica; a economia a cultura; a oferta o consumo e vice-versa. De fato, o que surge como um jogo de oposições, de epistemologias antinômicas, são, em última instância, manifestações diferenciadas da própria complexidade histórica, pares contrastados que aos historiadores cabe decifrar por meio da mediação. Ou seja, a necessidade de pensar a relação dialética entre simbolização e materialidade; linguagem e meio social; esquemas e recursos, ou mais explicitamente, entre economia e cultura, pela qual se assume que toda prática humana, em todos os contextos sociais ou esferas institucionais, é estruturada simultaneamente, tanto pelos significados quanto pela materialidade, outros no meio social em que venham a ocorrer, sejam eles o campo de relações de poder [dimensão política] ou da distribuição espacial de recursos [dimensão econômica].

15 – *Idem, ibidem*, pp. 170, 169, 211.

16 – *Idem, ibidem*, pp. 211, 218, 8.

Daí inferir-se que a cultura, nos termos propostos por William Sewell Jr.¹⁷, não é uma espécie particular de prática que tem lugar exclusivamente numa específica situação social. Ela é muito mais a dimensão dos significados construídos na prática social em sua generalidade. São esferas da ação humana que se moldam e se constroem umas às outras, ao mesmo tempo em que guardam relativa autonomia entre si. Afirmar, contudo, a autonomia de certas dimensões da vida social não implica sentenciar que estas autonomias sejam prévias, precedentes, ou inteiramente independentes em relação à cultura. A ação social, de fato, é culturalmente constituída, mas isto não quer dizer que uma narrativa cultural seja uma explicação cabal da vida social. O fato de a totalidade da vida social ser significada não nos autoriza inferir que, necessariamente, a ação social seja moldada por nada mais além do que o campo dos significados. Isto porque outros tipos de coerções, tais como abundância ou escassez de recursos, localização espacial e mobilidade física de atores e recursos, disparidades entre as forças políticas, jogam um papel relevante na dinâmica histórica. Influenciam regularmente as ações sociais, de modos que escapam à percepção dos atores, não podendo ser, tranquilamente, debitadas na conta da análise e do domínio do simbólico. Primeiro, porque a cultura tem um princípio semiótico estruturante que é diferente dos princípios estruturantes equivalentes na política ou na economia que, por seu turno, também informam, compõem e agem na prática social. Significando que, se uma ação social for quase que inteiramente determinada pela esmagadora disparidade de recursos econômicos, estas disparidades ainda darão significado à sua ação de acordo com uma lógica semiótica, ou seja, expressar-se-ão semioticamente. Segundo, porque a dimensão cultural também tem seu grau de autonomia, no sentido de que os significados que a constituem são moldados e remoldados por uma multidão de outros contextos. Assim sendo porque o símbolo é transportado junto com seu uso para uma multidão de instâncias ou práticas sociais outras que transcendem ao seu contexto de germinação, redefinindo-se e ressignificando-se. Ou seja, os símbolos não são cativos de uma exclusiva experiência histórica. Os símbolos viajam. Aderem a contextos sociais diversos e, por decorrência, a diferentes espacialidades em diferentes momentos de sua trajetória histórica.

É para esta interpenetração dialogal e dialética entre os esquemas simbólicos e os recursos materiais que o historiador econômico deverá atentar, pois, à medida que a lógica da razão prática transforma o meio ambiente, ela tende a subverter a estrutura sincrônica da linguagem, conformando uma unidade contraditória. Nesse sentido, os conceitos de estrutura e evento estão

17 – SEWELL JR., William. *Logics of history. Social Theory and Social Transformation*. Chicago: The University of Chicago Press, pp. 205, 164, 165.

entranhados no núcleo das duas formulações, mas com funções diferenciadas. Na razão prática, *marxiana*, a dinâmica estrutural cria os eventos e são entendidos como manifestações externas às estruturas e, ao mesmo tempo, indícios preciosos para que nelas [nas estruturas] se possa penetrar. Pelo contrário, na razão simbólica, *sahaliniana*, os eventos convertem-se em categorias quase teóricas por sua capacidade em promover mudanças sociais, à medida que transformam as categorias culturais.

Neste sentido, os eventos criam a estrutura e as transformam na dependência de sua intensidade, de se manifestarem sob a forma de eventos-marco ou eventos corriqueiros. Por eventos corriqueiros entende-se eventos banais que agem no sentido de preservar a estrutura, mas que na longa duração também podem alterá-la. Talvez seja esta a chave do enlace compreensivo entre as duas lógicas, a da materialidade e a do simbólico; o foco no jogo dialético entre evento e estrutura, que aponta para a essencialidade da mediação, do travejamento entre evento e estrutura.

A mediação é, neste enclave, a chave para penetrar nos significados e naquilo que eles significam, pois as manifestações dos eventos não se revelam de imediato. Exigem o entrelace com as totalidades circundantes porque a apreensão do individual só se faz por via da percepção de sua inscrição na ordem universal das coisas. Sendo exatamente aí, nestas coisas integradas na totalidade, os eventos, que a própria totalidade integralmente se materializa e vira história. É por esta razão que “eventos e estruturas requerem-se mutuamente”¹⁸, como afirmou Shalins [SHALINS], pois os eventos são transformações da estrutura e a estrutura acumulação de eventos. Razão pela qual a chave para uma adequada teoria do evento é uma robusta teoria da estrutura, pois ao se reproduzir a história se transforma, uma vez que a reprodução é a condição de sua transformação [SEWELL].

Noutros termos, presenciamos uma dialetização do evento, pois em sua latência estruturaliza-se, passa a constituir a própria estrutura, vira estrutura. É a estrutura, produtora de eventos que, portanto, colhe os frutos de sua própria sementeira, transformando-se. Por esta via, o evento torna-se a face visível da estrutura, a própria materialização da mudança estrutural, na qual o evento é para a estrutura o que o social é para o individual. Uma dinâmica intraestrutural cujo mecanismo central indutor das mudanças é sua tensão relacional, responsável pelas diferenciadas práticas humanas em suas diferentes temporalidades, tensão esta que se manifesta via evento que, por sua vez, reflete a ação social no interior da estrutura. É a própria mediação estrutural,

18 – SAHLINS, Marshall. “The return of the event”. In: BIRSACK, Alleta (ed.) *Oceania toward a historical anthropology*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991, p. 42.

porque realiza a interação entre práticas racionais e os esquemas simbólicos, porque é responsável pela mudança por ser a própria dinâmica entranhada na estrutura. Em suma, é a pura ação social historicamente circunstanciada e traduzida em eventos que transformam as estruturas, delineadora da tonalidade histórica do momento. Lógicas aparentemente flexíveis, mas que são de fato historicamente determinadas, cuja percepção exige dos historiadores sensibilidade para que seja possível surpreender a estrutura do evento, no evento em processo de construção da vivência humana.

Desdobramentos

O andamento desta exposição poderá ter dado aos leitores a impressão de certa adesão à vertente culturalista da história. Ledo engano. Não me aprez ver a história como um mero sistema simbólico que opera via figuras de linguagem, procedimento metodológico sem dúvida capaz de criar narrativas primorosas, que produzem no leitor a estesia lúdica própria da obra de arte, mas que, ao mesmo tempo, transmite-lhe a sensação de estarem suspensas no ar; por recenderem a um quê de idealismo; por transpirem excesso de simbolização; por sustentarem-se, muitas vezes, sobre materiais randômicos que conduzem a uma reprodução estética e literária do passado, e que, talvez, estejam excessivamente descompromissadas em relação às exigências explicativas. Explicação que é a propriedade inegociável da história, desde que assumida como ciência da compreensividade que se traduz num esforço contínuo de autoconhecimento de nós mesmos e da própria história.

Não recusamos a história artefato. Recusamos a inópia teórica. Nos termos de Remo Bodei, a produção histórica deve ser um esforço de superação da anomia do tempo presente vincado pelo desencantamento da razão e de morte das utopias, tarefa que exige o acesso à cadeia relacional entre eventos e estruturas; entre descrição e conceitualização; materialidade e simbolização; uma interação dialógica entre parte e todo. Esta é a única forma capaz de conferir à história um telos unificador, capaz de fazer do plural um singular, e vice-versa. Capaz de promover o desejável retorno do bom sentido, que a análise atenta pode extrair das conexões mais íntimas dos fenômenos sociais, distante das execradas teleologias. O necessário acesso à dimensão prospectiva dos problemas pela contínua atualização da cartografia conceitual¹⁹.

Proposições que nos conduzem à inevitável recusa de uma concepção naturalizada da economia aprisionada à mecânica das limitações naturais em favor das representações coletivas, postura que conduzirá a uma inversão singular das relações entre o econômico e o cultural, pois evidenciará que

19 – BODEI, Remo, *op. cit.*, p. 71 e segs, especialmente p. 80.

“as determinações dos valores econômicos repousam sobre uma escolha social, sobre a adesão a uma certa convenção”²⁰. Porque, como a economia e o capitalismo tornam-se parte de uma totalidade maior de produção de bens simbólicos num dado sistema cultural, a abordagem da história em termos puramente econômicos não esgota mais seu objeto. É preciso ter em mente este referencial porque ele interfere na totalidade do objeto considerado que pressupõe, evidentemente, a esfera da economia.

Ou seja, evidencia-se que os sistemas teóricos interpretativos são historicamente condicionados, frutos de suas temporalidades. Se o marxismo foi erigido sobre uma base histórica na qual a economia era sem dúvida a instância privilegiada, o *cultural turn* foi uma tentativa de apurar as estruturas do sistema simbólico e demonstrar sua profunda influência no comportamento humano. Teorias que não surgiram do vazio, pois, germinaram majoritariamente entre os antropólogos que vivenciavam as profundas transformações havidas no capitalismo americano em sua fase de alta abstratibilidade e lhes propiciaram a alavancagem do prestígio da razão simbólica em detrimento da razão prática.

Equivale dizer, as teorias não são eternas, são contextualizadas. Movem-se ao sabor das vagas do tempo. Constatação que nos obriga, na condição de historiadores alojados no campo da economia, a pensar com Baudrillard que “a análise da produção de símbolos e cultura não se mostra externa, ulterior, ou superestrutural em relação à produção material; ela se mostra como uma revolução da própria economia política, generalizada pela intervenção teórica e prática do valor de troca simbólico”²¹.

Em síntese, visualiza-se uma escrita histórica que não seja autocomplacente de si mesma, de sua criação científica ou estética, conscientes de que as circunstâncias produzem a história, do mesmo modo que a história produz as circunstâncias. Que vivenciamos o momento ideal para produzir uma escrita da história econômica inquieta, atenta às inovações do conhecimento, travejada na política e imbricada na cultura e que seja capaz de entender como os símbolos, verdadeiros hieróglifos sociais, simbolizam; como agem na sociedade; de que forma traduzem as representações coletivas; por que meios se expressam “para mediar os significados” e integrar a explicação histórica em qualquer uma de suas variedades; ou seja, mediar entre a parte explícita e a parte inconsciente das representações, o que não significa, porém, render-se ao império do símbolo, nem tampouco à imposição do sentido.

20 – DOSSE, François. *O império do sentido*. Bauru: EDUSC, 2003, p. 313.

21 – BAUDRILLARD, Jean. *Pour une critique de l'économie du signe*. Paris: Gallimar, 1972, p. 130.

Assim, pensar significa pensar que remoldamos continuamente o passado que nos molda e a produção histórica que nos construiu, constrói e construirá. Um exercício de contorcionismo intelectual que preserva a sina dos historiadores, perenes almas torturadas, entre a experiência do passado e a expectativa do futuro que buscam decifrar nas fímbrias do presente. A história econômica que até aqui fizemos e ainda fazemos não se exauriu. Cabe-nos aprimorá-la, renová-la, a partir do notável acervo de conhecimentos já produzidos. O adjetivo novo nesta proposição nada tem de pretensioso. É entendido como um topos do pensamento e da imaginação na cultura ocidental, indicativo da perene renovação conceitual ditada pelo movimento da própria história que se traduz na perpétua renovação das linhagens historiográficas. Neste sentido que o utilizamos, sem a pretensão de construir o novo absoluto sobre os escombros do passado; menos ainda de pensá-lo definitivo, eterno. Buscar o novo nada mais é do que uma dentre as inúmeras batalhas que deveremos travar em prol do conhecimento histórico, pois, ledô engano é pensar que a guerra acabou: *La guerre n'est pas finie!*

DISCURSO DE RECEPÇÃO À SÓCIA HONORÁRIA BRASILEIRA ISMÊNIA DE LIMA MARTINS¹

PAULO KNAUSS²

Prezado Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Prof. Arno Wehling,

Prezados membros da Mesa,

Prezados confrades e congreiras,

Prezados Senhoras e Senhores,

O IHGB recebe hoje em seus quadros a historiadora Professora Doutora Ismênia de Lima Martins.

Nesta ocasião, por certo, o nosso Instituto confirma seu compromisso com a pesquisa histórica e a inovação no campo da construção do conhecimento sobre a sociedade. Estes compromissos fundamentais se afirmaram em torno da construção de um espaço institucional próprio, longo a essa altura, que demonstra na atualidade a capacidade de reunir por meio do diálogo multidisciplinar e pluricorporativo a comunidade de pesquisadores dedicados ao conhecimento da história e da interpretação do Brasil. Por meio de instituições abertas é que se confirma o sentido da sociedade democrática contemporânea que tem o estado de direito, a livre expressão, a justiça social e o respeito à diversidade como seus pilares fundamentais.

Nesse sentido, receber como congreira Ismênia de Lima Martins é uma forma de dar sentido a esse momento da vida do nosso IHGB. Por meio de sua trajetória profissional sempre combinou dedicação à docência e pesquisa histórica com o compromisso de favorecer o fortalecimento de espaços institucionais, valorizando a produção e a inovação de conhecimento, considerando que a liberdade de criação intelectual contribui decisivamente para a construção democrática da sociedade. A esse traço geral, é preciso ainda acrescentar uma nota especial sobre seu estilo pessoal que combina firmeza com o talento de dar atenção a todos, ser generosa, respeitosa e alegre, questionadora e respeitosa, fazendo da interlocução um modo de manifestação própria, mas igualmente capaz de escutar os outros. Sua presença no IHGB seguramente distingue o ambiente de convívio amigável e debate construtivo

1 – Proferido em 1º de julho de 2016.

2 – Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense. Sócio honorário brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

de ideias que caracteriza o nosso instituto como legítimo herdeiro dos salões literários de outrora.

Estou a essa altura beirando o depoimento pessoal, pois há muitos anos tenho a alegria de conviver com nossa confreira. Recordo-me bem que como jovem estudante, no início da década de 1980, quando a universidade brasileira se abria à gestão participativa, ao me tornar representante estudantil na plenária do departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF), eu vi pela primeira vez como chefe de departamento a nossa estimada professora. Com seu espírito de liderança, conduzia o debate eventualmente caloroso e cuidava dos despachos administrativos. Pouco tempo depois a revi, ainda de longe, na primeira banca de mestrado que assisti. Nesse momento, já era coordenadora do Programa de Pós-Graduação e especialmente envolvida com a afirmação do Curso de Doutorado que se iniciava naquela época na UFF. Mas pouco depois a vi num palanque, candidata na primeira eleição para reitoria da universidade ocorrida na época – e nesse momento reconheci plenamente o seu vigor e força mobilizadora. Mesmo não tendo sido eleita, resultou ter sido a candidata com mais votos entre alunos e professores, evidenciando o sentido acadêmico de sua plataforma. A distância, minha admiração se estabeleceu.

Importa salientar que sua trajetória intelectual nunca se desvencilhou do compromisso de debater os rumos da afirmação institucional da universidade pública no Brasil atuando como gestora acadêmica, tendo sido Pró-reitora de Extensão da UFF e membro do Conselho Universitário, atuante na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e na Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, experiência que a conduziu a presidente regional e presidente nacional da Associação Nacional de História – Anpuh.

Já na condição de pesquisadora do CNPq, dedicou-se também firmemente a confirmar pontes com o mundo da historiografia francesa, passando dois anos em Paris na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales. Deu assim sua contribuição decisiva para afirmar um contexto dinâmico de intercâmbios dos espaços universitários de pesquisa histórica no Brasil com instituições universitárias francesas. Recordo-me sempre das histórias que conta de seus encontros com Jacques Le Goff, André Burguière e com Philippe Joutard, nomes destacados de uma geração de historiadores franceses fundamentais na inovação historiográfica. Ainda no terreno das memórias, no âmbito de um convênio ativo entre a UFF e a Universidade de Toulouse, lembro-me da palestra em Niterói de Bartolomé Benassar, autor decisivo para o estudo da história da Inquisição e cuja presença seguramente incenti-

vou os estudos sobre a história da Inquisição que se desenvolveram na época no Brasil. Para mim, foi a primeira palestra de um historiador estrangeiro que assisti. A professora Ismênia estava sempre por perto nesse momento, incentivando jovens pesquisadores e a abertura de novos canteiros de pesquisa histórica e especialmente a inovação de conhecimento por meio de novas abordagens e novas fontes.

Mas sua participação brilhava mesmo em dois terrenos da pesquisa: a história da escravidão e a história da industrialização. Na Universidade de São Paulo, sob a orientação da Dra. Nícia Villela Luz, obteve, em 1973, o título de doutora em História, com a tese intitulada “Problemas da extinção do tráfico africano na Província do Rio de Janeiro: uma tentativa de análise das dificuldades de reposição de mão de obra na Grande Lavoura fluminense”. A pesquisa era inovadora no campo da história da escravidão e foi um dos títulos que marcou época, tornando-se uma referência necessária para os especialistas mesmo nunca tendo sido publicada. São incontáveis os trabalhos que de alguma forma retomaram seus resultados – e isso antes da era da internet em que tudo circula com muito mais facilidade. Estou certo que depois dessa experiência fundamental de pesquisa especializada explorando fontes inéditas, comprometeu-se com a necessidade de valorizar o tratamento e o acesso a acervos documentais. Sob a inspiração da saudosa professora Thalita Casadei, empenhou-se em coordenar o primeiro projeto de tratamento sistemático do arquivo da Presidência de Província do Rio de Janeiro e depois da Presidência de Estado, trabalho técnico de referência até os dias de hoje. O resultado foi a abertura de um acervo histórico essencial à pesquisa da história fluminense.

Acredito que essa experiência pontual foi decisiva para estender sua atuação para o campo da gestão cultural, como presidente da Fundação de Atividades Culturais da Prefeitura Municipal de Niterói, como diretora do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, diretora de Associação de Amigos do Museu do Ingá, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e do Arquivo Nacional, além de membro atuante por muitos anos do Conselho Nacional de Arquivos.

Posso acreditar também que essa experiência foi importante para contribuir para a renovação das práticas de estudo e pesquisa na universidade, conduzindo-a à criação, em 1982, do Laboratório de História Oral e Iconografia (cujo I da sigla se transformou em Imagem) como espaço de promoção de pesquisa histórica no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, juntamente com a saudosa professora Eulália Maria Lahmeyer Lobo. A própria ideia de laboratório no âmbito de historiadores era uma inovação provocativa para a época. É um laboratório dedicado à renovação das fontes históricas,

focado na promoção das fontes visuais e sonoras, seguramente representava um compromisso inaudito de institucionalização da inovação científica. Posso dizer que mais tarde me integrei nesse laboratório de pesquisa histórica, representando sua segunda geração de professores e pesquisadores, e que nessa altura já caminha para sua terceira geração de colaboradores – o que pode ser uma confirmação de que se trata do grupo de pesquisa histórica institucionalizada mais antigo do Brasil.

De todo modo, foi nesse ambiente universitário que depois de sua contribuição decisiva para a história da escravidão, na década de 1980, a Professora Ismênia publicou “Subsídios para a história da industrialização em Petrópolis”, obra decisiva para o estudo da história da indústria no Estado do Rio de Janeiro e cujo espírito inovador deve ser pensado no diálogo com o livro *Rio de Janeiro operário* de Eulália Lobo, pois são produtos de iniciativas complementares do mesmo contexto institucional que se tornou o LABHOI-UFF. Novamente aqui recorro às minhas memórias de jovem estudante para compartilhar com todos a recordação de um dia nos corredores da universidade ver uma exposição de fotografias. Eram reproduções de imagens antigas ampliadas e organizadas para apresentar o mundo do trabalho nas fábricas têxteis de Petrópolis no fim do século XIX. Vejo ainda diante de mim a anotação sobre as operárias diante de imensas máquinas trajando longos e pudicos vestidos estampados de estrutura larga e rodada que fazia com que ao procurar trabalhar junto às máquinas tivessem que operar ao mesmo tempo os próprios trajés. Encantei-me com as imagens e confirmei que naquele lugar também era possível fazer história com imagens e se aproximar do modo de ser da gente comum de um modo que eu nunca havia pensado nem imaginado ser possível. Coisas de jovem não iniciado no ofício, mas posso atestar que era algo inovador para aqueles tempos. E a história oral? – hoje tão estabelecida em torno da Associação Brasileira de História Oral, da qual Ismênia foi fundadora.

Atualmente, com o mesmo entusiasmo, Ismênia de Lima Martins tem liderado grandes esforços para renovar a história da imigração no Brasil, não apenas com várias obras coletivas publicadas, mas especialmente com sua dedicação ao projeto de tratamento das listagens de vapores do Arquivo Nacional, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Social, que vai resultar numa rica e vasta base de dados sobre imigrantes no Brasil acessível na internet e que está destinada a revolucionar a pesquisa sobre a Grande Imigração no Brasil, especialmente na região fluminense. Mas novamente sublinho o fato de que é o princípio do respeito e valorização às fontes como base da construção do conhecimento histórico que se revela fundamental na atuação de nossa confreira.

Sem alongar essa apresentação que tem como o sentido dar às boas-vindas à nossa confrade ao IHGB, gostaria de frisar apenas que ao receber a professora Ismênia de Lima Martins o nosso Instituto reconhece que a inovação na construção do conhecimento histórico é também tarefa docente. A professora tem inúmeros trabalhos publicados em inúmeros meios, entre artigos e livros. São textos de perfil essencialmente acadêmico e de circulação universitária. Destaca-se, porém, vários em coautoria com seus alunos e orientandos, entre os quais me incluo. Trata-se essencialmente de obra de professora que sabe ensinar aprendendo com seus discípulos e que provavelmente recebeu o título de Professora Emérita.

Acho que isso justifica por que me coube essa apresentação, situação inusitada, em que o aluno recebe a professora, o orientando recebe a orientadora. Destaco que isso combina com sua personalidade, mas essencialmente, deixa o registro de que a inovação na construção de conhecimento não pode passar por hierarquias estabelecidas, mas pelo potencial de compartilhar o melhor que temos na interlocução e na elaboração de pesquisas eticamente conduzidas.

Saudar o ingresso de Ismênia de Lima Martins no nosso Instituto é ter a certeza de que a inovação no campo do conhecimento histórico nos congrega.

Retomando as palavras com que fui saudado anos atrás pelo nosso estimado Embaixador Vasco Mariz, manifesto em nome de todos os confrades e confradeiras:

Professora, seja bem-vinda a esta Casa! O IHGB precisa de sua valiosa colaboração, sobretudo como pesquisadora da história do Brasil e experiente profissional do patrimônio. Venha integrar a bancada nova de nossa entidade e se empenhe em renová-la, fortalecê-la e honrá-la.

HISTÓRIA, VIDA E MILITÂNCIA: DESAFIOS DO OFÍCIO¹

ISMÊNIA DE LIMA MARTINS²

O maior desafio nesta minha primeira apresentação como sócia desta honrável instituição foi a escolha do tema sobre o qual deveria discorrer.

A brilhante alocução do presidente Arno Wehling na posse da atual diretoria, biênio 2016-2017, no último dia 9 de março, partindo da discussão do conceito de instituição balizou *qual seria hoje a prioridade principal* da nossa entidade, o IHGB. Concluiu que se tratava de *atualizar-se respondendo aos desafios do momento... que são globais e nacionais, materiais e simbólicos, culturais e científicos*.

Tal pronunciamento encheu-me de entusiasmo, pois reconheci em sua exposição, ainda que por caminhos teóricos diversos, o que sempre considere de maior importância na reflexão histórica, e que absorvi nas lições de Lucien Febvre, March Bloch, Henri Irinée Marrou, entre outros: que os historiadores são homens e mulheres do seu tempo! Enfim, havia encontrado o mote inicial de meu discurso.

Valho-me de Manuel Bandeira, um dos meus poetas mais íntimos desde minha adolescência, para reproduzir os dilemas intelectuais e emocionais no exercício da seleção. Sobre as obras que deveriam integrar uma de suas famosas antologias sobre a poesia brasileira, dizia que viu-se a solta em um jardim deslumbrante para formar seu ramallete; colheu rosas perfumadas, miosótis, flores exóticas de cores e formatos diversos, avencas caprichosas, mas seu arranjo parecia sempre incompleto. Lembrou-se, então, daquelas florinhas que nascem à beira do caminho e que o povo costuma chamar de *maria sem vergonha*. Acrescentou-as e achou que sua obra estava completa!

Ao enfrentar os desafios do meu ofício, como mulher do meu tempo, tentei conciliar minha vida pessoal e familiar com a pesquisa acadêmica, a docência, a atuação institucional, e a militância política, derrubando, muitas vezes, as grades que cercavam os jardins para percorrer caminhos íngremes, ásperos e tortuosos.

Criou-me desde menina, minha família, na mais rígida observância do modelo ideal das moças casadoiras da 1ª metade do século passado. O colé-

1 – Proferido em 1º de julho de 2016.

2 – Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora emérita da Universidade Federal Fluminense. Sócia honorária brasileira do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

gio interno francês trouxe o verniz e as luzes à virtuosa educação da família imigrante portuguesa bem-sucedida.

Apesar da vinculação religiosa, a ambiência intelectual do colégio, onde estudei filosofia e literatura desde os 13 anos, forneceu-me todas as ferramentas para desconstruir aquele modelo. Afinal, quando li Descartes pela 1ª vez, nunca mais me saíram da cabeça aquelas cinco palavras: *Je pense donc je suis*. Eu penso logo eu existo!

E as lições de história? Fascinavam-me! É verdade que eram envoltas na antiquaria, no deslumbramento da divulgação permanente das pesquisas arqueológicas, das decifrações das escritas antigas que geravam um clima de encantamento e aventura.

Como muitos outros jovens da minha geração, no entanto, mesmo antes de ingressar na universidade e de ter lido Marx, já me preocupava com as contradições que emergiam do presente e que não podiam ser explicadas por aquela história.

Enfrentei muitas dificuldades para realizar meu curso superior. Casei-me com 19 anos e fui mãe duas vezes em 20 meses, o que me obrigou a abandonar o curso de Sociologia e Política da PUC, pois residia em Niterói e então não havia ponte, e para fazer o percurso casa – universidade, eram necessárias quatro conduções.

Além disso, as pressões familiares consideravam imprópria para uma jovem senhora casada e mãe e 2 filhos frequentar a faculdade, sobretudo à noite, único turno, à época, em que existia o curso de História em que ingressara, na recém-criada Universidade Federal Fluminense. Isto sem falar da desconfiança política que cursos como o de História entre outros das ciências sociais provocavam no período da ditadura militar, o que era fortemente absorvido pelas famílias de classe média. Lembro, ainda hoje, dos questionamentos de minha mãe sobre minhas opções políticas e profissionais dizendo-me *Ó filha, se eles ganhassem nossa família seria fuzilada no Caio Martins!...*

No curso de História, onde tive professores de grande erudição, as novas abordagens, os debates teóricos e a atualização bibliográfica, sobrevinham como repetição dos cursos franceses, mas a pesquisa era ausente da universidade. Meu professor de História do Brasil, por exemplo, tentou dissuadir-me de estudar os problemas da extinção do tráfico negroiro na província do Rio de Janeiro. Afirmava que não havia fontes, aludindo ao decreto de Rui Barbosa, sobre a queima de documentos relativos à escravidão, tese

que anos mais tarde viria a ser desconstruída pelo nosso colega e sócio desta casa, Prof. Eduardo Silva.

Assim, movida pelas inquietações que me perseguiram desde os bancos escolares, fui aos arquivos, e na Sala Matoso Maia de Documentação Fluminense, da Biblioteca Pública do Estado do Rio de Janeiro, travei conhecimento com a Prof^a Thalita Casadei, que colocou em minhas mãos, pela primeira vez, um documento do século XIX. Com ela discuti as fontes para minha pesquisa com vistas à pós-graduação. Inspirada por Celso Furtado e Caio Prado Jr. e sob a forte influência da história econômica no período, elaborei meu projeto para submetê-lo à Universidade de São Paulo, única instituição no país à época que possuía um programa de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado.

Logrei ser aprovada na seleção, mas tive que enfrentar a reprovação da família. A essa altura da vida, parece-me impossível fazer uma conferência sem fazer uma confidência, como diria Lucien Febvre e, mais uma vez, relembro as palavras da minha mãe: *Ó filha, vais ficar uma mulher falada indo para São Paulo, toda a semana, sozinha.*

Tais lembrança cabem nesse texto porque são exemplares das motivações existenciais que tive para me debruçar, mais de uma vez, sobre o estudo das mulheres no espaço público, sobretudo nas profissões socialmente designadas, até a minha geração, como masculinas. Fui uma feminista militante. Presidi o Centro da Mulher Brasileira em Niterói. Participei de congressos nacionais e internacionais, escrevi artigos e livros sempre tendo claro que o machismo não é um problema dos homens, mas um fenômeno social reproduzido geracionalmente por homens e mulheres.

Recém-doutora, na década de 1970, momento de grande efervescência cultural e política, abracei com grande entusiasmo muitas causas. Transformei-me numa verdadeira paladina da defesa dos arquivos fluminenses, ao lado da Prof^a Thalita e de José Pedro Pinto Esposel, meu ex-professor e fundador da Associação Brasileira de Arquivistas. Organizei a documentação fluminense e consegui sua transferência para o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Visitei pessoalmente 59 dos 65 municípios fluminenses, dirigindo um fusca com meus alunos, dos quais hoje alguns são professores titulares, ou mesmo aposentados em suas universidades.

A pesquisa tornou-se referência para a campanha de denúncia do descalo e da ameaça de destruição do patrimônio documental do Estado do Rio de Janeiro, e a intimidade com os arquivos fluminenses propiciou o desenvolvimento de uma série de reflexões e estudos sobre a história regional que compartilhei com alunos de diferentes gerações.

Há mais de 30 anos já discutia em sala de aula, a monografia de Von Martius, “Como se deve escrever a história do Brasil”, premiada por este instituto, no longínquo ano de 1840, concorrendo ao tema sobre qual seria a melhor forma de se escrever uma história nacional brasileira. Recuperei com meus alunos a historicidade do conceito de região, de Vidal de la Blache a Yves la Coste, e tentei inculcar-lhes sua operacionalidade no plano historiográfico que ultrapassa os limites da região natural, ou político-administrativa.

A militância em defesa da documentação me manteve por muitas décadas em instituições como o Conselho Nacional de Arquivos, o Comitê Internacional da Memória do Mundo, o Comitê Nacional do Projeto Memórias Reveladas da Presidência da República e atualmente permaneço na coordenação de projetos de arranjo documental e em associações de apoio institucional como, por exemplo, o Arquivo Nacional e o Museu do Ingá.

A lição introjetada do mestre Febvre sempre deu norte a esta paixão: *organizar documentos, elaborar fatos, e depois tratá-los, não significava nada, se não houvesse uma pergunta, senão houvesse uma questão.*

Este axioma foi o objetivo maior da minha atuação como docente em qualquer nível de ensino. Sempre insisti com meus alunos que a qualificação profissional não derivava da posição que ocupavam. Assim, na universidade ou no ensino fundamental, em uma consultoria para TV, cinema ou teatro, ou em uma instituição de pesquisa sempre responderiam aos desafios do ofício se fossem capazes de exercer a crítica e produzir um novo conhecimento.

A Universidade pública, particularmente a Universidade Federal Fluminense, foi o lócus privilegiado de minha dedicação profissional. Sempre considerei esta instituição um equipamento indispensável para o desenvolvimento econômico e para a promoção da igualdade social. Atendi a todos os chamamentos em sua defesa, muitas vezes sacrificando meus interesses pessoais e acadêmicos. Fui fundadora do movimento docente e nos anos do governo militar presidi a Associação de Docentes da UFF e ocupei inúmeros postos na administração universitária, inclusive a pró-reitoria e os Conselhos Superiores. Atualmente, aposentada e professora emérita, ainda vivo esta paixão dando aulas, orientando alunos, coordenando pesquisas e participando do Conselho Universitário como representante da Associação dos Aposentados.

Meu envolvimento com a UFF levou-me, inclusive, a estudar a sua história. Por ocasião do seu jubileu de prata, convidada pela minha Prof^a. Dra. Aidyl de Carvalho Preis, que dirigia as comemorações, coordenei a pesquisa sobre a instituição e quando do cinquentenário, já aposentada, fui nomeada pelo reitor Roberto Sales para coordenar as celebrações. Nesta oportunidade

de com minha ex-orientanda e colaboradora permanente, Prof^ª. Dra. Andréa Telo da Corte, escrevi um livro sobre a história da universidade.

Essa experiência intelectual foi uma viagem existencial, pois, proporcionou-me, nas páginas de um texto de minha autoria, o reencontro comigo mesma, como ex-aluna, professora e gestora pública. Na verdade, pude ver do presente, uma mesma Ismênia, em muitos tempos do passado, quase uma longa duração braudeliana! Emocionou-me, particularmente, recuperar a implantação da pós-graduação na universidade. Destaco a importância alcançada pelo curso de História, num período em que as ciências humanas não eram contempladas pelo Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e que viria a se tornar uma referência nacional e internacional. Este é um caso de amor incondicional. Além dos cursos e orientações, participo, também, de reuniões, comissões e ainda exerço funções fora da sede, como a recente participação no doutorado interinstitucional com a Universidade do Crato no Ceará.

Ressalto que já falei de amor e paixão mais de uma vez neste pronunciamento. Tentei represar o tom apaixonado com que sempre exerci o meu ofício. Impossível! Ao longo da minha vida, o amor e a paixão sempre me impulsionaram. Constrangiam-me as ultrapassadas questões sobre a neutralidade do historiador. Estou certa, tal como Henri Irinée Marrou, que é do mais profundo do próprio ser do historiador que brotam as questões que vão orientar e predeterminar suas investigações.

Existe um vínculo essencial entre a história e o historiador. Tenho claro que minhas opções de pesquisa estão relacionadas a minha condição de mulher, descendente de imigrante, mãe de uma negra, e até filha secundogênita, pois só isso pode explicar, no meu entender, o fato de uma historiadora que só se interessou por temas amplos, estudar desde os tempos do ginásio, D. João VI!

Além disso, sempre apaziguei minhas inquietações intelectuais com relação ao envolvimento emocional amparada, ao longo desses anos, por filósofos, historiadores, matemáticos e até santos!

A estratégia era antiga! Quando oradora da minha turma no antigo curso do colégio Sacre-Coeur de Jesus, propus como epígrafe AMA ET FAC QUOD VIS (ama e faz o que quiseres). Tal escolha gerou perplexidade nas religiosas responsáveis, que tentaram me dissuadir da escolha, pois o lema lhes parecia muito laico. E por mais que eu arrogasse a autoria de Santo Agostinho, elas não cediam. Recorri ao capelão Mosenhor Shubert, sócio deste instituto, que se posicionou, diplomaticamente, não em minha defesa mas, sim, do lema agostiniano.

No final dos anos 1960, ainda na universidade, em torno da campanha internacional contra a guerra do Vietnã descobri Bertrand Russell, no seu livro sobre os crimes daquele conflito. No mesmo ano foi lançada a sua autobiografia, cujo prólogo é uma declaração fervorosa sobre a paixão:

Três paixões, simples, mas irresistivelmente fortes, governaram-me a vida: o anseio de amor, a busca do conhecimento e a dolorosa piedade pelo sofrimento da humanidade. Em pouco mais de uma página, o autor, filósofo e matemático, discorria sobre suas paixões para concluir: *Eis o que tem sido a minha vida. Tenho-a considerado digna de ser vivida e, de bom grado, tornaria a vivê-la, se me fosse dada tal oportunidade.*

Para mim não se tratava apenas de um belo texto, mas, sobretudo, um sinal de que era possível conciliar com satisfação amor, conhecimento e militância.

Neste momento sob o peso de muitas presenças invisíveis – fortes e inspiradoras – como Talitha de Oliveira Casadei, Monsenhor Schubert, Eulália Lobo, Nícia Vilela Luz e Sérgio Buarque de Holanda inscrevo meu nome nos anais desta honrável instituição. E tal qual Lucien Febvre ao ser eleito para o College de France, repito seus questionamentos, indagando-me o que meus novos pares esperam de mim. Como o historiador francês, acredito que seja um esforço e a minha energia. E, pergunto-me, a serviço de que causa?

Retorno às minhas palavras iniciais, quando mencionei o discurso do presidente Arno Wehling. A complexidade da sociedade contemporânea desafia o historiador a enfrentar os dilemas do tempo presente como o multiculturalismo, a internet e as mídias digitais, a globalização e a crise da democracia, que não é uma exclusividade do Brasil, mas que se refere às novas transformações do capitalismo.

Em tempos tão complexos, tal qual a geração dos Anais do pós-guerra, o historiador do tempo presente precisa iluminar a busca do fio de Ariadne que permita a saída do labirinto.

Nesta conjuntura, de intensos conflitos sociais, dedico-me há quase duas décadas a investigar o fenômeno da imigração no mundo contemporâneo, e particularmente no Brasil, coordeno projetos para organizar base de dados, disponibilizá-los e, sobretudo, refletir sobre as inserções dos imigrantes no espaço urbano, as relações de sociabilidade que tecem, as marcas identitárias e as origens do preconceito na sociedade brasileira.

É flagrante a atualidade desse tema no Brasil, que recebeu na última década, centenas de milhares de imigrantes latino-americanos, africanos e orientais, além dos refugiados da Síria, e no presente testemunha a ampliação

dos conflitos no mundo social do trabalho decorrentes da crise econômica e da conseqüente incapacidade de absorver mais mão de obra. Como historiadora, cidadã do meu tempo, não posso me ater, somente, a estudar o problema, e assim coloco meus conhecimentos a serviço das autoridades públicas, dos movimentos sociais, para promoção de uma legislação justa sobre a imigração no país, o que inexistia no momento.

Tal como Januário da Cunha Barbosa, fundador do IHGB, que em seu tempo refletiu a questão do tráfico africano e da civilização do gentio quando a jovem nação brasileira se defrontava com a falta de braços, meu comprometimento com a pesquisa e o engajamento social é energia que coloco a serviço desta instituição, a que agora pertença. Mas a minha causa não será apenas esta. Coloco-me a serviço desse instituto para defesa das suas melhores tradições e de seu patrimônio. *Amo a História e é por isso que estou feliz para vos falar, hoje, daquilo que amo.*

I. 3 - Sessão Magna

Fala do Presidente

DISCURSO NA SESSÃO MAGNA DO IHGB EM 21 DE OUTUBRO DE 2016

ARNO WEHLING ¹

O desempenho do cargo [de presidente do Instituto Histórico] é relativamente fácil porque a cada um [dos sócios] há de continuar a pertencer quase todo o esforço na execução do nosso programa primitivo, que consiste principalmente em coligir e publicar a documentação e os estudos parciais que devem servir um dia para grandes e seguros trabalhos de conjunto sobre a história e a geografia do Brasil. [...] E esse programa, como atestam os já numerosos volumes da sua revista, o Instituto tem sabido realizar sem desfalecimentos desde a sua fundação.

[...]

A crescente simpatia que o Instituto inspira [...] explica-se naturalmente pela importância, pela nobreza e pelo desinteresse da missão, que ele se impôs, de ir registrando, neste calmo recinto em que jamais penetraram paixões partidárias, os feitos honrosos dos contemporâneos, e pesquisando e divulgando tanto as ações gloriosas dos nossos maiores quanto os desvios e erros que a nós e às gerações futuras possam servir de estímulo e ensinamento.

[...]

Celebrando hoje o [...] aniversário da fundação do nosso Instituto Histórico e Geográfico, podemos, nós os seus atuais membros, volver olhos satisfeitos para o caminho por ele [percorrido] e, sem imodéstia, ter certa ufania dos resultados até hoje obtidos, porque o foram principalmente pela iniciativa e pelo perseverante labor dos nossos ilustres predecessores, que apenas procuramos imitar.

[...]

O estudo da história nacional é ocupação das mais gratas e tão absorvente para os que por ele se apaixonam, que às vezes, uma vida inteira se passa – e disso há mais de um exemplo nesta Casa – em reunir elementos para trabalhos de conjunto, que nem sempre nos julgamos bastante preparados para emprender resolutamente ou cuja execução adiamos, seduzidos pelo desejo de novas, mais amplas e contínuas pesquisas. Mas durante essa longa, prolixa e paciente preparação, em que as descobertas pessoais se multiplicam, enchendo de encanto o investigador, durante o minucioso inquérito a que procede-

1 – Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

mos sobre os nossos antecedentes sociais e políticos, vai-se formando em nós, primeiro obscuramente e, depois, com evidência e autoridade irrecusáveis, a convicção da grandeza dos nossos destinos no hemisfério americano [...].

[...]

Diante do pessimismo irreduzível dos que vêm o mundo através das próprias irritações e tristezas, e mesmo nas horas escuras das nossas fadigas e desalentos pessoais, a confiança nos destinos do Brasil se apresenta como o melhor dos tônicos. Foi ela certamente que nos amparou nos momentos difíceis com a energia que sempre pôde vencer vaticínios sinistros e infundados, nascidos somente de fatos de passageira realidade.

Senhoras e senhores, até aqui falou-nos o Barão do Rio Branco em dois de seus discursos pronunciados neste Instituto, o primeiro a 30 de janeiro de 1908, ao empossar-se na presidência e o segundo a 21 de outubro do mesmo ano, na primeira Sessão Magna aniversária de sua gestão.

Relembrar suas palavras na Sessão de nosso centésimo septuagésimo oitavo aniversário, 108 depois de aqui ecoarem, significa a reafirmação de nossos compromissos.

Compromisso de participação. Constituir-se parte do quadro social do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro significa honrar a promessa que cada um de nós fez ao tomar posse, a de contribuir, na medida de nossas possibilidades, para o “engrandecimento do Instituto”.

O requisito para o cumprimento dessa promessa é a participação ou, como já disse em outro momento, a *vontade de pertencimento* que nos identifica com a Casa, suas finalidades e seu destino.

Essa vontade traduz-se, como diz o Barão, na contribuição que cada um de nós traz para o conhecimento, publicando documentos, sugerindo novas hipóteses explicativas, revisitando e reestruturando temas com diferentes perspectivas.

Ao balanço que o Barão fez em 1908, quando o Instituto completava 70 anos, podemos acrescentar outro, nestes 178, que não desmerece aquele. As gerações que se sucederam à do Barão souberam continuar cumprindo o programa original, refazendo-o em maior ou menor grau à medida da passagem do tempo, sempre fiéis às premissas que inspiraram a Casa em sua fundação.

Mudaram os paradigmas científicos das ciências sociais entre 1838 e o início do século XXI e com eles a produção do Instituto, mas não se alterou a fidelidade básica à construção do conhecimento científico. O *como* produzir ciência, particularmente ciência histórica, tem variado desde que o visconde de São Leopoldo, o Cônego Januário da Cunha Barbosa e o então jovem e

promissor diplomata Francisco Adolfo de Varnhagen aplicaram à compreensão da história do Brasil o padrão historicista de interpretação histórica. Mas o *que* produzir, isto é, ciência e não filosofia, arte ou retórica pura, não obstante a dignidade intrínseca destas estratégias do saber, isso permaneceu inalterável e permanecerá enquanto o conhecimento científico for maneira válida de compreender a realidade.

Evidenciamos assim resultados na interpretação do Brasil – o Instituto é uma Casa de estudos brasileiros – que se incorporaram ao modo de vermos a formação do país, não como um conhecimento estático, pétreo, mas em permanentes reinterpretações que se sustentam por sua própria funcionalidade explanatória e cuja existência depende de não surgirem explicações lógicas e empiricamente mais completas – o que afinal é a característica essencial da construção dos campos científicos.

E podemos dizer mais: a produção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro fez-se ao longo de seus 178 anos num clima de respeito e liberdade intelectual, sem dogmatismos e sem exclusivismos de método, no mais fecundo pluralismo. Reitero o que em momento anterior disse desta mesa: “aqui coexistiram e conviveram racionalistas ilustrados, historicistas, positivistas, evolucionistas, marxistas e weberianos [...] Tal pluralismo é um patrimônio de capital simbólico. Longe de corresponder a um frouxo ecletismo que tudo abrange, corresponde ao efetivo exercício do diálogo transideológico e interdisciplinar, no qual apenas se exige dos interlocutores competência intelectual e boa-fé como atitude moral.” Essa constatação já havia sido feita com outras palavras por Pandiá Calógeras, aliás íntimo amigo e colaborador de Rio Branco, há quase cem anos, ao dizer que “a missão do Instituto... não visa sistematizar e criar um Canon ou uma escola: estimula investigações, soma esforços, mas deixa inteira às inspirações individuais a escolha de métodos e modos de apreciar. Provoca a atividade das pesquisas: não as norteia.”

Mas o Barão do Rio Branco não circunscreveu suas palavras à produção científica. Também trabalhou o que hoje denominamos o território simbólico da memória social. Suas palavras em ambos os discursos que agora glosamos destacaram a convicção da grandeza do país e a confiança no seu destino.

A conjuntura em que falou ajuda-nos a entender sua mensagem. A convicção da grandeza do país ele a projetava naquele momento em sua política pan-americana, explicitada na referência ao hemisfério. Para o Barão a grandeza do Brasil não era apenas intrínseca, mas passava a ser reconhecida no mundo e o espaço mais favorável para sua afirmação era o continente onde se situava. Tal discurso contextualizado na política exterior que então conduzia

significava dizer que a despeito do *funding loan* então vigente e da estreita vinculação econômica ao capital inglês, havia outras oportunidades a explorar, como a abertura para os Estados Unidos e a Argentina.

A confiança no destino do país a despeito dos “momentos difíceis” e dos “vaticínios sinistros e infundados” que criticava refletia a visão do historiador que considerava a conturbada história dos anos iniciais da República, ou do período regencial, não como exemplos de fracassos, mas de dolorosa experiência superada pelos anos de fastígio dos governos Rodrigues Alves e Afonso Pena ou de meados do Segundo Reinado.

Ao Instituto atribuía o Barão a principal responsabilidade nessa chamada à responsabilidade para a afirmação de uma consciência histórica que embasasse a identidade nacional. Proposta de todo semelhante a outras que, em plena era do nacionalismo e do historicismo, atribuíam à construção de uma narrativa histórica o papel axial na definição da identidade de um país. Mazzini, Guizot, Bismarck, Mitre, foram homens de estado que acreditaram no papel pedagógico da escola e do professor para a consecução desta política – e nela é evidente que as disciplinas escolhidas não foram a matemática ou a biologia, mas a história e a língua. Rio Branco, que em 1908 acumulava as funções de homem de estado com a de historiador e presidente do Instituto, estava imbuído do papel de pedagogia social atribuído a nossa instituição. Era o sentido dado pelos fundadores 70 anos antes, como seria o discurso de Pedro Calmon 70 anos depois, ao denominar o IHGB “Casa da Memória Nacional”.

É a tradição que continuamos reafirmando, deixando claro que a investigação científica e a identidade com os valores superiores da sociedade e da nação não são incompatíveis, que a história e a memória podem conviver desde que mutuamente respeitem seus territórios e compromissos.

Essa compatibilização encontra-se com frequência nos grandes historiadores e cientistas sociais, sempre que a ciência não se veja como a única palavra sobre o real nem a memória seja usada como mera manipulação ideológica. Dois bons exemplos relativamente recentes em termos históricos podem ser lembrados: a obra de Lucien Febvre, *Honra e Pátria*, um curso dado na Sorbonne nos anos sombrios da ocupação e a de Friedrich Meinecke, *A catástrofe alemã*, publicado no imediato pós-guerra, 1946. Ambas representam análises e sobretudo meditações de grandes historiadores, com os instrumentos do ofício, sobre situações-limite em que os valores superiores da ciência e do humanismo se entrelaçam para procurar compreender – e enfrentar – o que ocorria.

Retornando ao Barão: de certa forma os discursos de 1908 reconciliam o Instituto com o novo regime, associado que estava tão estreitamente à figura do Imperador deposto. Não iniciam esta reconciliação que se desenhava desde o final do governo Prudente de Moraes e teve continuidade nas presidências dos conselheiros, mas dão-lhe um fecho definitivo que só a Rio Branco poderia caber. A figura do Império que se tornava o principal ministro da República, definidor das fronteiras e planejador de uma política de afirmação internacional do país, torna-se presidente da instituição que tivera sobre si a responsabilidade quase exclusiva de construir uma identidade nacional pela história e que agora precisava repensar seu papel em uma nova realidade.

Essa necessidade sempre presente em uma instituição, o de pensar-se e repensar-se, para estar à altura do seu tempo, constitui tarefa claramente assumida pelo Instituto. Este segue sendo o compromisso essencial de nossa Diretoria: nunca *feitos*, sempre *fazendo-nos*.

Relatório da Primeira-Secretária

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO ANO SOCIAL 2015-2016

CYBELLE MOREIRA DE IPANEMA¹

Relatório de entre duas Sessões Magnas: 21 de outubro de um ano e igual data do ano seguinte, com projeção até o final do ano.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro distingue-se por sua atividade contínua nos campos social e cultural. Desde 1838 – quase 180 anos – por seu Quadro de associados têm passado nomes de escol em todas as atuações humanas. Eclesiásticos, militares, servidores públicos, professores, sociólogos, antropólogos, arqueólogos, médicos, advogados, paleógrafos, astrônomos... O Corpo Social é um dos esteios do Instituto em sua caminhada reconhecida de *servir*. Servir à comunidade acadêmica, servir aos estudiosos de todos os matizes que aqui buscam o conhecimento para embasar suas teses e reflexões que, transformadas em obras palpáveis – livros ou artigos de periódicos – vão alimentar a corrente dos que procuram. Há um entrelaçamento entre o dar e o receber do Instituto, por meio de suas publicações e seu saber armazenado nessa rica coleção de acervos. Aconteceram:

– Sessão Itinerante a Petrópolis ao Museu Imperial, pelo aniversário de D. Pedro II, dia 2 de dezembro. Fala de Lucia Guimarães.

– Congresso Internacional, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – 200 anos depois.

– Seminário pelo Sesquicentenário da Batalha Naval do Riachuelo, em parceria com a Marinha.

– Seminário “A língua portuguesa no mundo”.

Este ano, incorporamos à confraria o bispo de Petrópolis, d. Gregório Paixão, Ismênia de Lima Martins, João Paulo dos Reis Velloso e Maria Luiza Penna Moreira, nas várias categorias em que as vagas se ofereciam. Pedro Corrêa do Lago subiu a titular e Antonio Gomes da Costa a emérito. É um permanente trocar de posições: uns se agregam em substituição aos que se vão. E o quê, para agir? Acumulados acervos, sob a guarda de funcionários e direção de sócios. Biblioteca e Hemeroteca, na condução diretora de Claudio Aguiar, sócio, e Maura Corrêa e Castro, na primeira e Célia da Costa, na segunda. Arquivo, sob direção de Jaime Antunes da Silva, e funcional de Sonia Nascimento de Lima. A Iconografia, com Pedro Karp Vasquez e d. João de

1 – Sócia emérita do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Orleans e Bragança, na direção, como sócios e a mesma funcionária do Arquivo. A Mapoteca, ainda provisoriamente, com Célia da Costa no arranjo e organização. Para o Museu, Vera Tostes voltou à direção, com a museóloga Magda Beatriz Vilela.

Para acompanhar o movimento destes chamados Setores Técnicos, a Revista espelha-os todos. A *Abertura das Atividades Sociais* deu-se em 9 de março de 2016, com anúncio do que pretendia no ano, o Instituto. Em maio, *Congresso Internacional Cem Anos do Código Civil (1916-2016)* com o apoio de diversas entidades, como, entre outras, a CAPES, a UERJ e a Fundação Casa de Rui Barbosa. Coordenação de Arno Wehling e Maria Arair Pinto Paiva. Grande participação de nacionais e estrangeiros e parcerias, em cinco dias de programação. Exposição alusiva montada pelo setor de Museu que sempre busca, com olhar atento, a riqueza material da instituição. *Seminários* – Da maior expressão, o Seminário “Belém 400 anos”, em dois dias de julho, com grande frequência e aceitação. Participação de Arno Wehling, Fabiano Villaça, Miranda Neto e Ana Maria Daou, na Mesa 1, “Estado e Sociedade”, e Carlos Barata e Claudia Heynemann, sobre “Fontes históricas e acervos” e “Manifestações Estéticas”, com Jussara Derenji, Dora Alcântara e Myriam Ribeiro, nas de nºs 2 e 3, comandadas respectivamente, por Arno Wehling, Cybelle de Ipanema e José Arthur Rios. *Cursos* – De Paleografia com o sócio João Eurípedes Franklin Leal. Já está no terceiro (23 de agosto a 11 de outubro) e a gente se pergunta como passara tanto tempo sem eles! Ferramenta indispensável para o manuseio de documentação, falha felizmente corrigida.

Organizado pela sócia Maria da Conceição Beltrão, com convite e assessoramento ao sócio de Portugal, pela segunda vez, considerações trazidas por Miguel Corrêa Monteiro, Acadêmico de Número da Academia Portuguesa da História, com o sugestivo título “Ao encontro da memória: Reflexões em torno de uma História comum” dessa vez com os temas: o Padre Antonio Vieira – “Para nascer, pouca terra, para morrer toda a terra (...) – a alma brasileira de Vieira” e “Um império chamado Brasil”, desenvolvido em agosto de 2016.

Publicações

Revista, publicada desde 1839, portanto com 177 anos de funcionamento. Editada, agora, por convênio, pela Gráfica do Senado Federal. Seguindo vicissitudes nacionais, não tem sido publicada, havendo três números parados em Brasília. Providencia-se a ultimação por meio de outros canais. O vol. 467, por iniciativa do IHGB, estando os 468 e 469 já no site, embora ainda não publicados fisicamente. Diretora da Revista, Lúcia Maria Paschoal

Guimarães, assessorada por Conselho Editorial e Comissão da Revista. Trimestral, está no volume (contínuo) 469.

Noticiário, Editor, Victorino Chermont de Miranda, Revisora Cybelle de Ipanema, e Colaborador, Arno Wehling, trazendo em cada número, mensal, reflexões sobre o conhecimento da História. Está no nº 315, correspondente a setembro de 2016. O Editor ainda prepara um informativo global – *Retrospectiva* – sobre a atividade anual do Instituto.

O *Noticiário* permite também ver trajetórias do Corpo Social, como exemplo, este ano, a participação em Congresso Internacional de História do Direito, em Berlim, e em Lisboa, sobre “O poder municipal em Portugal e no Brasil.” Ainda o Colóquio Internacional, em Lisboa, organizado pela APH: “Poderes e Circunscrições Religiosas e Civis – A propósito de 750 anos da Freguesia de Lumiar”, decorrência do Núcleo de Pesquisa de História do Direito e das Instituições, com participação de Arno Wehling e Maria de Lourdes Viana Lyra. *CEPHAS* – o grande fórum do IHGB. Reúne-se às 4^{as} feiras, das 15 às 17 horas. Temas variadíssimos, por especialistas também variados. Exemplos: Criatividade com Lêda Boechat Rodrigues; História oral e memória: um debate acerca do acervo da Casa de Oswaldo Cruz; Santa Teresa de Ávila no Brasil; História e historiadores no Brasil; Vendo o Rio, elementos de um discurso iconográfico; Homenagem ao sesquicentenário de Euclides da Cunha, e ao Centenário de Vicente Tapajós; lançamento de livros da FUNAG; Religiões no Brasil; O Rio Colonial e Republicano, e muitos outros, capazes de atrair ouvintes e debatedores interessados. Destaque para o centenário de Marcos Almir Madeira, em 28 de setembro. Coordenadoras-secretárias, Maria de Lourdes Viana Lyra, primeira e Lucia Maria Paschoal Guimarães, como segunda. Em 2016, teremos em outubro, dias 25 e 26, sob a coordenação de Arno Wehling, “Varnhagen – 200 anos”. Colaboração da Fundação Alexandre de Gusmão. Em novembro, um Curso “Missão Artística Francesa: significados”, tendo a coordenação de Júlio Bandeira. Dias 3, 10, 17 e 24. E mais, um evento em parceria com a Marinha. *Novidade* – Uma mulher como primeira decana do Instituto. A escolha recaiu em Isa Adonias, por ordem de eleição para o IHGB: 1968.

Tesouraria do Instituto – Bem guardada, com Fernando Tasso Fragoso Pires, assessorado pelo Gerente Administrativo, Jeferson dos Santos Teixeira, o que tem possibilitado enfrentar o orçamento da instituição com equilíbrio.

Suporte do Instituto – Os setores de Secretaria, com Tupiara Machareth e a citada Gerência Administrativa. Com poucos funcionários, desempenham-se a contento, como se tivessem mil braços e outros tantos olhos, mercê das competentes administrações setoriais.

Senhor Presidente,

Senhores e senhores,

Em último lugar, cada ano repassamos a atividade da Primeira Secretaria do Instituto em consonância com os elementos diretivos e funcionais do IHGB. Perpassam o dito Órgão o Quadro Social, o Corpo Diretor, as diversas atividades culturais e materiais da organização, sem que se o considere, se não, como elemento de ligação entre as partes que não podem ser dissociadas.

Discurso do Orador

ELOGIOS AOS SÓCIOS FALECIDOS

ALBERTO DA COSTA E SILVA¹

Podia ter-se quase como lugar comum entre os poetas barrocos alemães a afirmação de que o nosso grande inimigo é o tempo. Algum dentre eles poderia ter dito que o tempo dá permanente combate à vida, ainda quando os ataques nos cheguem partidos em pedaços pequeninos – segundos, minutos, horas, dias, semanas, meses, anos. Contraditoriamente, é disto que nos vamos fazendo – de tempo – e disto – de tempo – nos vamos gastando até morrer.

O sentimento da fragilidade e transitoriedade de tudo torna, por contraste, mais preciso o desenho daquele que dura muito e alonga a existência para além do que esperavam os seus contemporâneos. Dos companheiros que se foram nestes últimos doze meses, de três, Evaristo de Moraes Filho, Hélio Leôncio Martins e Jarbas Passarinho, podemos dizer que acompanharam, desde quase o seu início, o pulsar do século XX e foram testemunhas e participantes de suas conquistas luminosas e de suas terríveis e trágicas dissonâncias.

Evaristo de Moraes Filho, que faleceu com 102 anos, dá o belo exemplo de quem, autor de obras fundamentais sobre sociologia e filosofia do Direito, foi personagem central da história das relações de trabalho entre nós. Devemos ser-lhe gratos por isso. E, mais ainda, por ter exercido por quase todo um século o incansável magistério do saber e do pensar. Os que tiveram a felicidade de seu convívio recordarão o extraordinário leitor que ele era, e o quanto havia de novo nos desenhos que nos fazia de Karl Mannheim, Marcel Proust, Dostoievsky ou André Malraux.

Hélio Leôncio Martins viveu apenas meio ano menos do que Evaristo de Moraes Filho. Vice-almirante reformado, Hélio Leôncio deixou uma importante contribuição à história da Marinha brasileira, destacando-se em sua obra os livros *A Revolta da Armada*, *A Revolta dos Marinheiros* e os cinco volumes da *História Naval Brasileira*, que coordenou e da qual foi autor de vários capítulos. Era um homem firme no seu saber, discreto, fino e amável.

Também militar, mas do Exército, foi a figura discutida de Jarbas Passarinho, várias vezes ministro e de diferentes pastas, durante os governos autoritários. Foi protagonista da história, em vez de escrevê-la, durante seus 96 anos de vida. Como não lidei com o homem do poder, dele não tenho

1 – Sócio titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

lembranças, mas guardo algumas do conversador sobre coisas da Amazônia. Conheci-o em 1968 ou 69, em Washington, e nos acamaradamos graças à reação bem humorada que teve, quando minha mulher se apresentou como sua desafeta, pois era sobrinha-neta do coronel José Júlio de Andrade, o terrível vilão do romance de Passarinho, *Terra Encharcada*.

Dos 91 anos e meio que tinha ao falecer, Luiz de Castro Souza passou mais da metade como membro do nosso Instituto. Era quem dele fazia parte há mais tempo, o nosso decano, estimadíssimo por todos. Nele se cumpria mais uma vez a tradição, sobretudo no mundo ibérico, do médico que se dobrava em poeta, romancista, antropólogo ou historiador. Como historiador, Castro Souza dedicou-se à reconstituição do passado da medicina militar, com ênfase no período da Guerra do Paraguai. Tem-se por sua obra mais louvada *O Poeta Maciel Monteiro: de médico a embaixador*.

Nonagenários eram também, quando nos deixaram, Jonas de Moraes Correia Neto, Walter Fernando Piazza e João Hermes Pereira de Araújo.

Era já antigo o meu diálogo com Jonas de Moraes Correia Neto. Começou em 1959, quando, como representante do Itamaraty, me somei a ele, que falava pelo Exército, e a Max Justo Guedes, da Marinha, para formar, sob o comando de Pedro Calmon, a comissão encarregada de preparar a participação brasileira nas comemorações do quinto centenário da morte do Infante D. Henrique. Com o passar dos anos, só se fortaleceu a admiração pelo homem e pelo historiador militar, cujos escritos reclamam a volta à vida em forma de livros.

Eram também antigos os meus contactos com meu colega de ofício João Hermes Pereira de Araújo. Nunca trabalhamos juntos, mas fui seu leitor atento e acompanhei o percurso de muitos dos documentos que produziu. Era senhor das grandes virtudes da precisão e da clareza, e de uma elegância que não era só de estilo, mas de alma. Sabia muito, mas não ostentava o saber. Poucos conheciam a arte brasileira dos séculos XVIII e XIX como o colecionador meticuloso que era. E poucos conheciam como ele a história das questões do Prata, sobretudo na vertente diplomática. Em tudo o que fazia deixava a marca do mestre.

Jamais cruzei com Walter Fernando Piazza, e creio que não muitos dentre nós o fizeram. No entanto, sabemos dele, com admiração, pelo pioneirismo e importância de seus trabalhos sobre a história de Santa Catarina, seu patrimônio e suas tradições. Do primeiro de seus 13 livros, *Folclore de Brusque, estudo de uma comunidade*, ao último que publicou, *A escravidão numa província periférica*, todos estão marcados pela seriedade e o devotamento à sua terra .

Mais do que historiador, foi folclorista Ático Vilas-Boas da Mota, autor de uma ampla obra na qual se destaca *Queimação de Judas, Catarismo, Inquisição e Judeus no Folclore Brasileiro*.

Dos que partiram nestes últimos doze meses, Luiz Felipe Lampreia era o que tinha menos anos. Conheci-o nos seus começos, já de óculos, mas ainda com um ar risonho de adolescente. Acompanhei-lhe a carreira merecidamente brilhante e torci por ela. Escreveu dois livros sobre história contemporânea e um terceiro, *O Brasil nos ventos do mundo*, sobre ele próprio, Lampreia, no horizonte que lhe coube. Cumpriu o seu fado e foi um excelente ministro do exterior, mas não nos deixou as memórias que o seu talento de conversador nos prometia. Lembro-me das histórias que contava de seu avô, que fora ministro de Portugal no Brasil. Costumava o Lampreia português visitar Machado de Assis todos os fins de tarde, no Cosme Velho, para o que se chamava de conversa-fiada, e continuou a fazê-lo depois que a doença não permitiu mais que Machado se levantasse do leito.

Perdemos, nestes últimos doze meses, três sócios correspondentes estrangeiros: o paraguaio Washington Ashwell, o norte-americano Thomas E. Skidmore e o português Fernando Guedes.

Ashwell exerceu importantes cargos políticos e diplomáticos no Paraguai, de cuja Academia de História foi presidente, e autor entre outras obras de uma história econômica de seu país.

Skidmore foi um dos mais influentes brasilianistas norte-americanos e escreveu livros sobre o Brasil contemporâneo que tiveram impacto não só entre os leitores de língua inglesa, mas também entre os brasileiros, pois foram prontamente traduzidos em português. Obras como *Brasil de Getúlio a Castelo* e *O preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* fizeram escola entre nós e continuam a ser lidos e a ser objeto de debate.

Fernando Guedes começou como poeta e crítico de artes plásticas, mas não demorou em tornar-se editor, fundando a Editorial Verbo, em 1958. Embora sem abandonar a poesia e a crítica de arte, pôs os seus melhores esforços em estudar a história do livro e dos editores em Portugal. Suas obras sobre a matéria são numerosas e grande qualidade e interesse, entre elas se destacando *O livro e a leitura em Portugal*, *Os livreiros em Portugal* e *Os livreiros franceses do Delfinado em Portugal no século XVIII*.

Não foi esse poeta, mas um outro, quem nos anunciou que morremos primeiro na carne e, depois, no nome. De nome estão e continuarão entre nós – digamos baixinho – Jonas Correia Neto, Washington Ashwell, Luiz Felipe Lampreia, Walter Fernando Piazza, Ático Frota Vilas-Boas da Mota, Luiz de

Castro Souza, João Hermes Pereira de Araújo, Thomas E. Skidmore, Jarbas Passarinho, Hélio Leôncio Martins, Evaristo de Moraes Filho e Fernando Guedes.

II – ATAS E DELIBERAÇÕES SOCIAIS

II. 1 – Atas das assembleias gerais, ordinárias e extraordinárias

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 24 DE FEVEREIRO DE 2016

Adaptação do Estatuto e do Regimento
do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao Código Civil

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, reuniu-se a Assembleia Geral Extraordinária convocada pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para rerratificação da Assembleia Geral Extraordinária de três de julho de dois mil e treze a fim de atender à exigência do Registro Geral das Pessoas Jurídicas no tocante à mudança onde couber no Estatuto e Regimento da designação dos membros do Instituto de sócio para associado nos termos do Art. do Código Civil. Assembleia prevista para primeira convocação às treze horas e segunda, às quinze. Às quinze horas e dez minutos o senhor presidente Arno Wehling abriu a Assembleia e explicou aos presentes a exigência em questão. O entendimento é de que, “sócios” aplica-se a instituições de fins lucrativos, com a conotação de vinculação de responsabilidade patrimonial. Quando instituições sem fins lucrativos, caso do IHGB, onde inexistente essa vinculação patrimonial, seus integrantes devem-se intitular “associados”. Intervieram os associados Victorino Chermont de Miranda, Arno Wehling, Luiz Felipe de Seixas Corrêa e a correspondente Maria Efigênia Lage de Rezende. Posta em votação, foi aprovada, devendo as alterações incidirem no Estatuto e Regimento para o fim de substituir, onde couber a designação de sócio por associado. Em seguida aprovou-se a consolidação dos referidos Estatuto e Regimento.

Compareceram os associados Arno Wehling, Victorino Chermont de Miranda, Fernando Tasso Fragoso Pires, Antonio Celso Alves Pereira, Armando de Senna Bittencourt, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, João Mauricio de Araújo Pinho, José Arthur Rios, Maria Efigênia Lage de Rezende, Carlos Wehrs, Alberto da Costa e Silva, Vasco Mariz, Melquíades Pinto Paiva, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Cândido Antônio Mendes de Almeida, Luiz de Castro Souza, Maria de Lourdes Viana Lyra, Dora Alcântara, Hélio Leoncio Martins e Cybelle Moreira de Ipanema.

II. 2 – Atas de reuniões de Diretoria

REUNIÃO DE DIRETORIA DE 19 DE JULHO DE 2016

Convocada pelo sr. presidente Arno Wehling, realizou-se, na Sala Teresa Cristina, às quinze horas do dia dezoito de julho de dois mil e dezesesseis, a Reunião de Diretoria (*stricto sensu*) à qual compareceram dois vice-presidentes, o primeiro, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, e o terceiro, José Arthur Rios, a primeira-secretária, Cybelle Moreira de Ipanema, e o tesoureiro, Fernando Tasso Fragoso Pires. O objetivo da Reunião era o Estudo de Viabilidade do Sistema AtoM – Access to Memory –, a ser ou não adotado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em relação à documentação de Arquivo aqui armazenada. A Reunião contou, ainda, com o gerente administrativo, Jeferson dos Santos Teixeira, por envolver assunto que tocava à área econômico-financeira do IHGB. Os participantes receberam cópia xerográfica de resumo do Sistema em suas características de Acesso à Informação, Definições Estruturais, Ferramentas de Automação, Custos de Estrutura física + Servidor, além de outros dados relevantes para conhecimento de suas finalidades e possibilidades de adequação à estrutura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A cópia já continha itens destacados pelo sr. presidente, a fim de dar condições de avaliação. O documento-base para análise, em 12 (doze) páginas, fora elaborado por Raphael Nunes, da Agência DCD, que assessora o Instituto na implementação de sua política de Informática, inclusive mais recentemente, na atualização do respectivo *site*. Algum investimento já foi realizado para compatibilizar com melhorias as ações do Instituto, como a aquisição de um Servidor que está sendo montado. O presidente leu os itens mais significativos e foi colhendo as ponderações dos assistentes. O Sistema vem sendo acolhido pelo Arquivo Nacional, desde a gestão do ex-diretor Jaime Antunes da Silva que, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desempenha no IHGB, a função de diretor de seu Arquivo. Além de algumas observações de caráter mais genérico, tal a constatação de que o responsável pelo desenvolvimento do Projeto é uma firma canadense, a Artefactual Systems Inc. A discussão centrou-se no fato de a aceitação do AtoM implicar custos que demandariam, além da cota mensal de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), outras despesas e contratação (com controle, acompanhamento, fiscalização) de pessoal especializado. A decisão da diretoria foi, por unanimidade, pela inviabilidade econômica de sua implantação.

II. 3 – Atas de sessões ordinárias, extraordinárias e Magna

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 9 DE MARÇO DE 2016

Posse da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para o biênio 2016-2017

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos do dia nove de março de dois e dezesseis, Salão Nobre, foi aberta a Sessão destinada à posse dos novos dirigentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para o biênio dois mil e dezesseis-dois mil e dezessete, eleitos em Assembleia Geral Ordinária de 16 de dezembro de dois mil e quinze. O senhor presidente Arno Wehling anunciou o objetivo da Sessão e completou a Mesa com o presidente da Academia Brasileira de Letras, Domício Proença Filho, o diretor do Arquivo Nacional, José Ricardo Marques, e os presidentes dos Institutos Históricos e Geográficos Estaduais, do Espírito Santo, Getúlio das Neves, de Santa Catarina, Augusto Cesar Zeferino, e do Paraná, Paulo Roberto Hapner. Fez menção, em seguida a personalidades presentes, como o senador Bernardo Cabral, e associados do Instituto com encargos em órgãos públicos ou particulares, tais o diretor do Pen-Club do Brasil, Claudio Aguiar, e o diretor do Museu Imperial, Maurício Vicente Ferreira Junior. Como de praxe, a senhora primeira-secretaria, Cybelle Moreira de Ipanema, leu as Efemérides brasileiras, do Barão do Rio Branco que, no dia, mencionavam a partida de Lisboa da frota de quatorze embarcações, sob o comando de Pedro Álvares Cabral que, ao fim e ao cabo, encontraram o Brasil. A seguir foi lido o Termo de Posse dos novos dirigentes e em sequência, o presidente leu o Compromisso formal de juramento aos documentos básicos do Instituto e às responsabilidades que contêm. Chamou os membros eleitos, um a um, que se achegaram a uma mesa próxima à dos trabalhos e à Pedra de Cananeia, onde assinaram o Livro de Posse. Foram também empossados os membros do Conselho Fiscal, das Comissões Permanentes e dos cargos de direção por nomeação do presidente. A seguir o senhor presidente leu sua alocução referente a um novo mandato à frente dos destinos do IHGB. Caracterizou o Instituto como uma *instituição*, tal as definiu no século XIII, o papa Inocêncio IV. Destacou quatro lições importantes a serem retiradas, que a “instituição é um ato de vontade” (primeira); que se lhe atribui a “responsabilidade pelo progresso da história” (segunda); “que as antigas sempre caducam, cabendo às novas realizar o progresso” (terceira) e que “de certo modo representam o todo social” (quarta). Mostrou o que significam elas para a prioridade principal do Instituto, destacando o primado das prioridades, no desenvolver as atividades da instituição. “Inovar para atender à mudança, mantendo o espírito e a tradição”, lição que definirá

as prioridades e as escolhas. Referiu-se a algumas atividades do ano, como o bicentenário de nascimento de Varnhagen, figura de proa da História Nacional e de seu próprio trajeto no Instituto, no século XIX. Citou outros eventos a merecerem comemoração: os quatrocentos anos de Belém, o centenário do Código Civil e o bicentenário da Missão Artística Francesa. Terminado este, a secretária, por indicação do presidente, fez referência a outras presenças no plenário, como às manifestações recebidas que incluem a do vice-presidente da República, Michel Temer, e vários Institutos Estaduais. No fechamento da Sessão, o presidente mencionou oferta, por Portugal, de reproduções do que fizera no IV Centenário do Rio, cópias ofertadas agora pelos 450 anos da Cidade. Agradeceu a participação da Mesa, a correspondência de todos aos eventos do Instituto, a presença sempre cordial e manifesta, e convidou para as felicitações à Diretoria, na Sala Imperial e, a seguir, ao coquetel de confraternização no terraço.

Compareceram os seguintes sócios: Arno Wehling, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Ismênia de Lima Martins, Affonso Celso Vilella de Carvalho, Fernando Tasso Fragoso Pires, Maria de Moraes Coutinho Beltrão, Melquíades Pinto Paiva, Arair Pinto Paiva, Regina Maria Martins Wanderley, Claudio Aguiar, Jaime Antunes da Silva, João Eurípedes Franklin Leal, Antonio Izaías da Costa Abreu, Augusto Cezar Zeferino, Maurício Vicente Ferreira Junior, Carlos Wehrs, Carlos Eduardo de Almeida Barata, Guilherme Pereira das Neves, Maria de Lourdes Viana Lyra, Guilherme de Andrea Frota, Almino Alencar, Guilherme de Andrea Frota, Alberto da Costa e Silva, José Murilo de Carvalho, Paulo Knauss de Mendonça, Carlos Francisco Moura, Getúlio das Neves, Vera Cabana de Andrade, Antonio Celso Alves Pereira, Luiz Carlos Gomes, Tânia Maria Bessone Tavares, Lucia Maria Bastos Neves, Nuno Carlos Alvarez Pereira, Vera Lúcia Maria Bottrel Tostes, Dora Alcântara, Myriam Ribeiro de Andrade, José Arthur Rios, Júlio Bandeira e Cybelle Moreira de Ipanema.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 6 DE ABRIL DE 2016

Posse do associado correspondente brasileiro José Jobson de Andrade Arruda

Às dezessete horas e vinte minutos no dia seis de abril de dois mil de dezesseis, realizou-se na Sala Pedro Calmon, a sessão de posse do associado correspondente brasileiro, José Jobson de Andrade Arruda. O presidente Arno Wehling abriu a sessão, compondo a Mesa com o primeiro vice-presidente, Victorino Chermont de Miranda, a primeira secretária Cybelle Moreira de Ipanema e o tesoureiro do IHGB, Fernando Tasso Fragoso Pires,

reservando um lugar para o empossando que preferiu não falar da tribuna. Pelo rito habitual, leitura das Efemérides brasileiras, do barão do Rio Branco, relativas à data. A seguir, o presidente pediu um minuto de silêncio pelo desaparecimento, na véspera, do sócio benemérito e decano do Instituto, Luiz de Castro Souza, após o que, designou a Comissão de Introdução do nosso associado, composta de Marcos Guimarães Sanches, Alberto Venancio Filho e Ismênia de Lima Martins, recebido de pé sob aplausos. Pediu à secretária que lesse o Termo de Posse e ao empossando, o Termo de Compromisso. Passa-lhe o Diploma de membro do Corpo Social e que apusesse sua assinatura no Livro de Posse onde já constava a do presidente. Convocou a sra. Maria Arminda do Nascimento Arruda, esposa, para lhe fazer a imposição do colar acadêmico, bem como o novo associado, para tomar seu lugar à Mesa. O prof. Arno assumiu a palavra para o Discurso de Recepção a José Jobson, começando por enfatizar que o Instituto faz questão de agregar a seus quadros personalidades que tenham contribuição, em qualquer tempo, ao progresso dos estudos históricos no país. Traça o perfil do novo associado, de alentado currículo, como professor e historiador, com numerosas obras publicadas e de relevante referência para os estudiosos. Passa, em seguida, a palavra ao orador que começa agradecendo o voto dos confrades, a presença de familiares e amigos e de ex-orientandos em Universidades, nos cursos de Mestrado e Doutorado, presentes no plenário. Traçou grande elogio à esposa Maria Arminda, presença permanente em todas as fases de sua vida pessoal e profissional. Em sua fala, como acontecera no Discurso de Arno Wehling, fizeram-se referências elogiosas ao antigo professor da USP, ex-confrade do Instituto Histórico, prof. Eduardo d' Oliveira França que participara das bancas de ambos, presidente do IHGB e novo associado. O tema do prof. Arruda foi "O refazer historiográfico em tempos críticos: o diálogo necessário entre economia e cultura". Ao final de sua fala de cerca de cinquenta minutos, o prof. Arno traz algumas considerações e comentários, ao agradecer a lição propiciada. Agradece a presença de todos e convida para coquetel no terraço.

Compareceram os seguintes associados: Arno Wehling, João Eurípedes Franklin Leal, Fernando Tasso Fragoso Pires, José Jobson de Andrade Arruda, Victorino Chermont de Miranda, Manoel José de Miranda Neto, Carlos Francisco Moura, Antonio Izaías da Costa Abreu, Ismênia de Lima Martins, Claudio Aguiar, Alberto Venancio Filho, Marcos Guimarães Sanches, Aniello Angelo Avela, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Maria Arair Pinto Paiva, Regina Maria Martins Pereira Wanderley e Cybelle Moreira de Ipanema.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 1º DE JUNHO DE 2016

Sessão de posse da Sócia Honorária Brasileira Ismênia de Lima Martins

A um de junho de dois mil e dezesseis, realizou-se, no Salão Nobre, a posse da associada honorária brasileira, Ismênia de Lima Martins. Sessão presidida pelo senhor presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, prof. Arno Wehling, e secretariada por Cybelle Moreira de Ipanema. A sessão foi aberta às dezessete horas e trinta minutos e obedeceu a todos os rituais de sessões semelhantes do IHGB, a primeira, a formação da Mesa Administrativa dos trabalhos, composta de presidente, secretária, primeiro vice-presidente, do IHGB, Victorino Coutinho Chermont de Miranda, desembargador Júlio Meira e Armando de Senna Bittencourt, sócio diretor da Divisão de Patrimônio Histórico da Marinha. O Reitor da UFF, prof. Sydney Melo, presente, não constou da Mesa por ter anunciado, previamente, compromisso e sair antes do término da sessão. Lidas, em seguida, as Efemérides Brasileiras, do Barão do Rio Branco, alusivas à data. A Comissão de Associados para a introdução da nova sócia foi o próximo passo, integrada por Maria Beltrão, José Arthur Rios e Carlos Wehrs. Com o auditório lotado de sócios, amigos e familiares de Ismênia de Lima Martins, entrou a associada saudada de pé e por aplausos. Acercou-se da Mesa onde lhe foi lido, pela secretaria, o Termo de Posse; pela empossanda, o Termo de Compromisso e entrega do Diploma de Associada do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pelo presidente, com assinatura no livro próprio, onde já constava a deste. O último ato regimental é a imposição do colar acadêmico da agremiação, realizado, a convite de Ismênia de Lima Martins, por Cybelle de Ipanema, que desceu da Mesa a cujo acesso achegou-se a nova associada. Aquela declama a grande honra que para ela representava colocar a insígnia na grande estudiosa que se empossava. Em seguida, o presidente concedeu a palavra a Paulo Knauss de Mendonça que traçou da tribuna, o perfil acadêmico, profissional e pessoal da nova associada, seu ex-aluno e, posteriormente, colega da Universidade Federal Fluminense onde tem militado sob sua coordenação e orientação científica. Traçou os passos trilhados pela nova sócia, desde os primeiros contatos com a História, sua grande paixão por toda a vida. Enumerou diversos trabalhos da sócia, consagrados, sobre a Abolição da Escravatura na Província Fluminense e outros, enfocando mão de obra, mulheres, mercado de trabalho, imigração, este, com levantamento e criação de Banco de Dados, fundamental ao estudo do tema. A criação, também, do Laboratório de História Oral, inovação que vem-se mantendo ativa na UFF. Findo o discurso de Recepção, o presidente agradeceu a Paulo Knauss e passou a palavra a Ismênia de Lima Martins que, também da tribuna pronunciou o Discur-

so de Posse, intitulado “História, vida e militância. Os desafios do ofício.” Como destacou, sincero, com agradecimentos iniciais aos parentes, marido, filhos, netos, amigos de Niterói e de outras partes do Brasil, presentes para assistirem a sua investidura no grande centro nacional de estudos de Brasil. Lembrou toda a sua trajetória acadêmica com as inovações destacadas pelo recebedor, suas lembranças de palavras do presidente desta Casa, prof. Arno Wehling sobre o ofício do historiador. Relembra, com emoção, figuras marcantes de sua formação, como a prof^a Thalita de Oliveira Casadei, ex-sócia emérita do IHGB, primeira pessoa a lhe colocar nas mãos um documento, o “prof. Sergio” (Sergio Buarque de Holanda), a professora Nícia Vilela Luz, também ex-membro do IHGB, o sócio mons. Guilherme Schubert, Eulalia Lamayer Lobo, parceira de projetos, e professores estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento de sua carreira no Brasil e exterior, tais os nomes de Lucien Febvre, Marc Bloc e Fernand Braudel. Citou a “Ecole des Annales” em sua formação. Demonstrou verdadeira fixação à carreira de docente e criadora de projetos e incentivo a gerações de estudantes. Finda sua exposição, muito aplaudida, Ismênia desceu da tribuna e ocupou seu lugar no plenário, pedindo o presidente que a secretária mencionasse as mensagens recebidas que foram do Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, d. Orani João Tempesta, e do associado correspondente da Bahia, Edivaldo Machado Boaventura, das quais, posteriormente, a secretária lhe fez entrega. Encerrando a sessão, o prof. Arno agradeceu o Discurso de Posse ressaltando as figuras que passaram pelo Instituto e que colaboraram na formação de Ismênia de Lima Martins. Afirmou que muito vai cobrar, e sua colaboração aos trabalhos do Instituto. Agradeceu a presença de todos e convidou para o coquetel no terraço, oferecido pela nova sócia.

Compareceram os seguintes sócios: Arno Wehling, João Eurípedes Franklin Leal, Vasco Mariz, Ismênia de Lima Martins, Armando de Senna Bittencourt, Myriam Ribeiro de Andrade, Carlos Wehrs, José Murilo de Carvalho, Paulo Knauss de Mendonça, Vera Bottrel Tostes, Marcos Guimarães Sanches, Carlos Francisco Moura, Maria da Conceição de M. C. Beltrão, Victorino Chermont de Miranda, Luiz Felipe de Seixas Correa, Manoel José Miranda Neto, José Arthur Rios, Regina Maria Martins Pereira Wanderley, Maria Luiza Penna Moreira, Guilherme de Andrea Frota, Jaime Antunes da Silva, Marcílio Marques Moreira, Aniello Angelo Avella, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Guilherme Paulo Pereira das Neves, Tânia Maria Tavares Bessone, Vera Cabana de Andrade, Lucia Maria Paschoal Guimarães e Cybelle Moreira de Ipanema.

SESSÃO DO DIA 3 DE AGOSTO DE 2016

Posse do sócio honorário brasileiro d. Gregório Paixão

Às quatorze horas e trinta minutos, do dia três de agosto de dois mil e dezesseis, no Gabinete do presidente Arno Wehling, com a presença de convidados, entre eles, a nova presidente do Instituto Histórico de Petrópolis, Fátima Argon, e sócios do IHGB, procedeu-se à posse do novo sócio honorário brasileiro, d. Gregório Paixão, bispo de Petrópolis. As sessões de posse no Gabinete da presidência mantêm a tradição de alguns rituais. O presidente abriu a sessão, esclarecendo seu objetivo que empossou, como sócio honorário brasileiro, um historiador e paleógrafo. Demonstrou a satisfação do Instituto na nova incorporação e na expectativa de continuação de colaboração que é o que faz a permanência do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no quadro de instituições produtoras de conhecimento. Lidos os Termos de Posse, pela secretária, e o de Compromisso, pelo empossando, o presidente lhe passou o Diploma de Sócio, recebido por aplausos, e lhe entregou o Livro de Posse para assinatura. D. Gregório Paixão, que é sergipano, com grande atuação na Bahia, agradeceu ao prof. Arno a lembrança e ao corpo social que referendou sua eleição. Mostrou o desejo de colaborar com o Instituto e relatou uma história de que é necessário não desistir cada um de seus objetivos. A seguir, todos se encaminharam à Sala da CEPHAS, onde d. Gregório fez uma apresentação, com *power point*, sobre a construção e continuidade da Catedral de Petrópolis.

À posse, compareceram os seguintes sócios: Arno Wehling, Melquíades Pinto Paiva, Maria Arair Pinto Paiva, Maria de Lourdes Viana Lyra, Fernando Tasso Fragoso Pires, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Antonio Izaías da Costa Abreu, Dora Alcântara, d. Gregório Paixão e Cybelle de Ipanema.

SESSÃO MAGNA DO 178º ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Sessão solene do 178º aniversário do IHGB

Para compor a Mesa, o presidente Arno Wehling chamou o presidente da Academia Brasileira de Letras, Domício Proença Filho, os presidentes do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Santa Catarina e Rio de Janeiro, respectivamente Getúlio Marcos Pereira Neves, Augusto Cesar Zeferino e Neuza Fernandes, o presidente do Liceu Literário Português e do Real Gabinete Português de Leitura, Francisco Gomes da Costa e a primeira secretária Cybelle Moreira de Ipanema. A sessão foi aberta pelo canto pelos presentes, do Hino Nacional Brasileiro executado pela Banda do 1º Batalhão de Guardas, Batalhão do Imperador, do Comando Militar do Leste. Em

seguida o presidente deu a palavra à primeira-secretária para a leitura das Efemérides Brasileiras, do barão do Rio Branco, alusivas à data em que se destaca a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838. O presidente fez menção a personalidades no plenário que declarou se considerassem à Mesa. No discurso a seguir, o presidente abordou dois discursos do Barão do Rio Branco, no tempo de presidente do Instituto: um de 30 de janeiro de 1908, ao se empossar na presidência, e de 21 de outubro daquele ano, na Sessão Magna primeira de sua gestão. Quis enfatizar não ser difícil o encargo de presidente, pois os associados participam, como até hoje, do desempenho, ao lado do dirigente do IHGB. Mencionou o presidente Arno, também alocação do presidente Pedro Calmon. Após, foi lido o Relatório das Atividades do Ano Social 2015-2016, pela primeira-secretária, seguindo-se o necrológio dos sócios falecidos, pelo orador, embaixador Alberto da Costa e Silva, ao fim do qual, o presidente passou a palavra à secretária para os registros de personalidades no plenário, ainda não mencionadas, e as manifestações recebidas pelo aniversário, a começar pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República Michel Temer e o Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, d. Orani João Tempesta. Ao final, o prof. Arno anunciou as premiações do Programa Memória do Mundo da UNESCO (MoW Brasil) que agraciou o “Pensar o Brasil: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-2011” dentre os 8 (oito) programas selecionados para este ano. Felicitações à *Revista* e ao Instituto. A premiação será em Brasília, em 6 de dezembro. Encerrou a sessão agradecendo a presença de todos, sócios e convidados e convidando para o coquetel no terraço.

Compareceram os seguintes sócios: Arno Wehling, Reinaldo José Carneiro Leão, Miridan Britto Falci, Maria de Lourdes Viana Lyra, Augusto Cesar Zeferino, Sergio Paulo Muniz Costa, Guilherme de Andrea Frota, Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, Dora Monteiro e Silva de Alcântara, Carlos Wehrs, Maria Arair Pinto Paiva, Melquíades Pinto Paiva, Victorino Chermont de Miranda, Marcílio Marques Moreira, Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira, Manoel José de Miranda Neto, Carlos Francisco Moura, José Murilo de Carvalho, Alberto Venancio Filho, José Arthur Rios, Claudio Aguiar, Antonio Celso Alves Pereira, Ismênia de Lima Martins, Marcos Castriotto de Azambuja, Marcos Guimarães Sanches, Vera Lucia Bottrel Tostes, Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade, Pe. Jesus Hortal Sánchez, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Tânia Maria Bessone, Lucia M. Bastos Pereira das Neves, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Isabel Lustosa, Maria Cecilia Londres Fonseca, João Paulo dos Reis Velloso, Maria Luiza Penna Moreira, José Almino Alencar e Cybelle Moreira de Ipanema.

II. 4 – Atas da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas – CEPHAS

1ª SESSÃO DA CEPHAS DE 16 DE MARÇO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes, expressou a satisfação sentida por todos no IHGB pelo início das atividades da CEPHAS no ano em curso e, em seguida, convidou à Mesa o sócio Laurent Vidal, para apresentar o tema *Os arquitetos de um novo mundo: história atlântica dos fundadores do falanstério de Saí (1830's -1850's)*.

Após cumprimentar os presentes, o expositor passou a falar sobre o tema elaborado e publicado na França, que trata da história do falanstério de Saí, fundado em 1841 na província de Santa Catarina, por um grupo de utopistas vindos da França. Esclarecendo que, tradicionalmente narrado a partir de um campo de estudo em história política (história das ideias e de suas realizações), o falanstério de Saí passa a ser abordado a partir da história das migrações atlânticas, e das definições atuais das migrações internacionais, por entender que tanto a difusão das ideias quanto o conhecimento e a genealogia dos motivos migratórios (aonde se articulam estratégias individuais e projetos coletivos) são o que importa. O que o levou a considerar o deslocamento até o lugar de realização da comunidade como simples anedota, prestando atenção às condições de travessia do Atlântico, reavaliando o papel dos ritmos, entre deslocamento e espera (capazes de mudar as disposições psicológicas dos migrantes e incitar alguns a reformular o projeto migratório). E, em vez de parar sua narração no momento da dispersão da comunidade utópica, buscou seguir cada um dos personagens na reformulação do seu projeto migratório no vasto espaço atlântico. No final, presenteou ao IHGB um exemplar do livro: *Ils ont revé d'un autre monde. 1840. Cinq cent français partent pour le Brésil fonder un nouvel Eden. Iront-ils au beau de leur utopie?*. Flamarion, 2014.

Comentários: O presidente Arno Wehling agradeceu, parabenizou o consócio pela interessante reflexão apresentada e teceu comentários sobre as questões levantadas, cujas apreciações foram endossadas pelos sócios Mirando Neto, Antonio Isaias da Costa Abreu, Lourdes Lyra, e pela visitante Claudia Braga Gaspar.

Na sequência, foram chamados à Mesa, o sócio Carlos Eduardo Barata e a convidada Claudia Braga Gaspar, para apresentarem o livro *A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigues de Freitas*. Inicialmente, Carlos Barata se de- teve nas explicações sobre como nasceu o projeto de pesquisa; a origem da fazenda e a trajetória do proprietário, Rodrigo de Freitas; como foi sendo construída a história sobre a formação dos bairros de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade, a partir das revelações e correções nas informações obtidas nas fontes da pesquisa iconográfica e documental. Em seguida, Claudia Gaspar descreveu os passos da pesquisa cartográfica, de grande validade para definir a ocupação das terras, por cha- careiros, arrendatários e fábricas de tecido – após a transferência, para uma área na Raiz da Serra, da fábrica de pólvoras ali existente desde a chegada e instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Demonstrando como foi possível, por meio da rica documentação existente nos arquivos da cidade, identificar a ocupação dos locais, desde a origem rural até a fase de urbani- zação da área em torno da Lagoa Rodrigo de Freitas. No final, os autores presentearam ao IHGB um exemplar do livro *A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas na formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade*. Cassará Editora, 2015.

Comentários: O presidente Arno Wehling parabenizou os autores pela excelência do trabalho de pesquisa realizado; sendo seguido pelos sócios Fernando Tasso, Antonio Isaías da Costa Abreu, Laurent Vidal e Lourdes Lyra, nas apreciações sobre as questões levantadas.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 11

– Número de visitantes presentes: 2

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Laurent Olivier Vidal, Miranda Neto, Cláudio Aguiar, Fernando Tasso Fragoso Pires, Cybelle Mo- reira de Ipanema, João Franklin Leal, Antonio Izaias da Costa Abreu, Maria Beltrão, Carlos Eduardo Barata e Maria de Lourdes Viana Lyra.

2ª SESSÃO DA CEPHAS DE 23 DE MARÇO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Vera Lucia Cabana Andrade

A sessão foi aberta pelo presidente que saudou os presentes e solicitou à coordenadora substituta a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem reparos. Em seguida compôs a Mesa da Sessão Temática “*Os marfins luso-africanos com cenas de caça: reconstituindo a perspectiva dos escultores africanos, África Ocidental, século XVI*” e passou a coordenação da Mesa para a professora Mariza de Carvalho Soares, professora doutora em História pela UFF, que, como aposentada, é professora colaboradora junto ao PPGHIS/UFF.

Após cumprimentar os presentes, a convidada Mariza Soares agradeceu ao IHGB (parceria com a professora Regina Wanderley) a oportunidade de divulgar o projeto de pesquisa em andamento, desde 2011, sobre a coleção de objetos africanos do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro (parceria com o professor Paulo Knauss), onde atua como pesquisadora colaboradora e curadora da coleção etnográfica africana. A seguir, passou a palavra ao palestrante historiador José da Silva Horta, da Universidade de Lisboa, que está no Brasil a convite do PADAB – Projeto Acervo Digital Angola-Brasil (IHGB, UFRRJ, UERJ, UFF).

O professor Horta, subdiretor do Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigador associado do Centro de História de Além-Mar, expressou sua satisfação em participar da CEPHAS e agradeceu ao IHGB a oportunidade de apresentar um recorte de seu trabalho como coordenador do projeto “*Martins Africanos no Mundo Atlântico: uma reavaliação dos marfins luso-africanos*”, em parceria com o professor Peter Mark, tendo como consultora do projeto no Brasil a professora Mariza. O expositor iniciou sua explanação destacando a importância do marfim africano como objeto cultural no espaço histórico-cartográfico definido como “Senegambia”. Na sequência, discorreu sobre a expansão portuguesa no século XVI e a emergência de um tipo de comércio, acompanhado da circulação de bens e pessoas, que levou ao desenvolvimento de uma nova arte intercontinental. Entre essas primeiras obras figuravam os marfins luso-africanos exportados da África Ocidental para Portugal e Brasil, sempre presentes no Mundo Atlântico e frequentemente ligados ao tráfico de escravos. Enfatizou que a pesquisa combina o estudo do significado dos objetos com a análise do

contexto de produção das peças. Nestes termos definiu os “olifantes” – objetos originais africanos (trombetas, buzinas, etc.) – de uso em exéquias e celebrações religiosas, sendo a caça vivida como experiência mística, tais como os rituais de guerra. O “olifante sapi-portugues” representou peça-chave do comércio luso-africano, capitaneado pelos judeus. Exemplificados como “língua do comércio e da religião”, a maestria dos contornos dos desenhos de cenas de caça, das armas e da indumentária dos caçadores e das guerras dos “olifantes de inspiração cristã”, caracterizam os contatos dos africanos com a cultura europeia, a “lógica do profano e do sagrado”.

A coordenadora da Mesa passou a palavra ao embaixador Alberto da Costa e Silva, agradecendo sua participação como debatedor na sessão temática, e destacando sua obra de importância nacional e estrangeira e sua figura e “maior africanólogo do Brasil”

O sócio Alberto da Costa e Silva externou sua satisfação em rever amigos e o prazer de acompanhar trabalho tão bem-sucedido, e parabenizou o conferencista pela pesquisa enriquecedora. Em sua intervenção destacou que as “encomendas europeias” no comércio dos olifantes representam “retalhos de ideias trocadas e transformadas em novas concepções artísticas: uma arte híbrida de inter-relação de elementos das “religiões fechadas/ dogmáticas cristãs com elementos das religiões abertas/crenças africanas”. Ponderou, ainda, a necessidade de contextualização e datação dos relatos dos primeiros cronistas sobre a questão das apropriações do sagrado em outras fontes do poder espiritual.

O professor Horta agradeceu as contribuições do debatedor e enfatizou o caráter cosmológico da utilização das presas dos elefantes e do marfim dos olifantes esculpidos pelos artesãos africanos como “objetos de poder espiritual no caldo da cultura cristã”.

Comentários: A sócia Cybelle de Ipanema e os convidados Roberto Guedes (UFRRJ) e Nilson Rosa Bezerra (UERJ) parabenizaram todos os participantes da Mesa pela pesquisa realizada e contribuíram com suas observações acerca do tema.

A professora Mariza encerrou os trabalhos da mesa-redonda agradecendo a presença de todos e, mais uma vez, agradeceu ao IGHB a parceria e a abertura do espaço para a divulgação do trabalho.

Retomando a coordenação da sessão, o presidente Arno Wehling agradeceu aos componentes da Mesa a oportunidade de conhecer o trabalho e a riqueza das interseções/choques culturais luso-africanos, e destacou a leitura das imagens, em perspectiva histórica e estética, como fontes iconográficas/

históricas. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 11

– Número de visitantes presentes: 21

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Carlos Francisco Moura, Lucia Bastos, Alberto da Costa e Silva, Maria Beltrão, Cybelle de Ipanema, João Franklin Leal, Tasso Fragoso Pires, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Antonio Izaías da Costa Abreu e Vera Cabana.

3ª SESSÃO DA CEPHAS DE 30 DE MARÇO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes e solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada pelos presentes. Em seguida, convidou à Mesa o sócio José Octávio de Arruda Mello para apresentar o tema *No Sesquicentenário de Epiácio Pessoa*.

Após saudar os membros da Mesa e cumprimentar os presentes, o historiador paraibano passou à exposição do tema, expressando sua satisfação pela oportunidade de celebrar a passagem do sesquicentenário de nascimento do ilustre conterrâneo, Epiácio Pessoa, lembrando a trajetória exitosa do homem público, nascido em 1865, no município de Umbuzeiro-PB e falecido em 1942, em Petrópolis-RJ. Passando a destacar sua atuação, como eminente político, jurista e presidente da República, entre 1919 e 1922; além de ter sido eleito deputado federal e senador; ocupado o cargo de ministro da Justiça (gov. Campos Sales); chefe da delegação brasileira junto à Confederação de Versalhes e juiz da Corte Internacional de Haia, após a Primeira Guerra Mundial.

Comentários: Os sócios Melquíades e Arair Pinto Paiva, Fernando Tasso Fragoso, Miridan Brito Falci e o visitante Paulo de Albuquerque Maranhão cumprimentaram o confrade pelo conhecimento aprofundado e clareza do tema apresentado. Apreciações endossadas pelo presidente Arno Wehling, que realçou a atuação do homenageado como sócio da instituição, remarcando a doação feita do seu arquivo pessoal ao IHGB.

Na sequência foi chamado à Mesa, o convidado Jean Patrício da Silva – professor e historiador, com mestrado na Universidade Federal da Paraíba, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano –, para expor o tema: *O historiador que era Horácio de Almeida*. Após agradecer o honroso convite para se apresentar no IHGB e cumprimentar os presentes, o expositor passou a falar sobre o tema elaborado. Explicitando que seu objetivo era apresentar a vida e a obra do historiador paraibano Horácio de Almeida, autor de diversas obras no campo da história da Paraíba e sócio do IHGB desde 1976. Detendo-se, especificamente, na discussão sobre o conceito de Cultura Histórica e comentar sobre a participação do historiador em questão, no âmbito das instituições culturais, a exemplo do IHGB e do IHGP, e das Academias Carioca e Paraibana de Letras. Passando a tecer comentários sobre a “História da Paraíba”, obra por ele escrita e publicada em dois tomos, destacando-a pela profunda reflexão na historiografia paraibana.

Comentários: Os sócios Arno Wehling, Fernando Tasso Fragoso, Maria de Lourdes Lyra, Vera Cabana e os visitantes Pedro Geiger, Paulo Carneiro, Paulo Albuquerque Maranhão, cumprimentaram o expositor e levantaram questões sobre o conceito de Cultura Histórica utilizado para explicar a obra do historiador Horácio de Almeida.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 11

– Número de visitantes presentes: 10

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Tasso Fragoso Pires, Miridan Falci, Melquíades Pinto paiva, Maria Arair Pinto Paiva, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Antonio Izaías da Costa Abreu, Vera Cabana, Miranda Neto, José Octávio de Arruda Mello e Maria de Lourdes Viana Lyra

4ª SESSÃO DA CEPHAS DE 13 DE ABRIL DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Victorino Coutinho Chermont de Miranda

Coordenação: Vera Lucia Cabana Andrade

A sessão foi aberta pelo presidente que saudou os presentes e apresentou um “voto de pesar” pelo falecimento do sócio benemérito Luiz de Castro

Souza, decano do IHGB. A seguir, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada pelos presentes. Na sequência, chamou à Mesa a convidada Begoña Sáez – professora doutora em Literatura Hispânica da *Universitat de Valencia, Premio Conde de Cartagena da Real Academia de Lingua de Espanha* – para apresentar o livro “Santa Teresa de Ávila no Brasil”.

A Assessora de Educação da Embaixada da Espanha foi porta-voz da saudação do Cônsul de Espanha a todos os presentes e agradeceu a oportunidade de divulgar, como coordenadora, o livro bilíngue (em espanhol e português) que aborda desde a influência da religiosa espanhola na literatura, na pintura e na religião no Brasil, até a presença física das carmelitas no país. Explicou que o livro inclui textos de especialistas em literatura, história, artes, religião e até de freiras do Convento de Santa Teresa do Rio de Janeiro, assim como uma participação especial da escritora Nélida Piñon. Enfatizou que o epistolário da “doutora mística da Igreja” é muito vasto e pode ser encontrado tanto na Europa como na América, através das “crônicas dos historiadores das Índias”, literatura clássica de fontes cristãs espanholas/americanas. Explicou que, como escritora mística, Santa Teresa fundou o gênero da autobiografia, com *O Livro da Vida*, de sua autoria, onde descreve seu “êxtase”, visão de Jesus, e sua “transverberação”: quando um dardo de ouro envenenado transpassa seu coração, imagem imortalizada por diversos artistas. O perfil de Teresa de Ávila retrata uma mulher de vontade, “viril, inquieta, andarilha, performática”, diferente da imagem da mulher reclusa, calada, inculta e incapaz, características da espanhola cristã da época. Por meio de seus escritos, mesmo depois de sua passagem da vida ativa para a contemplativa, pode-se perceber que a religiosa se vê como uma “mulher forte”, com determinação e vontade em seu confinamento. Essa atitude de reivindicação da vivência religiosa plena das freiras ela procurou passar em todos os conventos carmelitas fundados sobre sua influência. Para Lope de Vega, a escrita de Santa Teresa “era inspirada por Deus”, e, para a expositora, sua escrita conquistou um espaço literário para as mulheres na fase de ocultação física e intelectual. A palestrante encerrou sua participação destacando que seu grande interesse na personagem não é religioso e sim literário, é o “estudo do sistema de comunicação da “doutora da Igreja” reformadora e diplomática, da escritora mística e humanística, da mestra autodidata, na procura de encontrar Deus em todos os homens e em todas as coisas, tanto na vida contemplativa/interior como na vida ativa/exterior”.

Comentários: O presidente Victorino Chermont e as sócias Maria Arair Pinto Paiva, Dora Alcântara e Cybelle de Ipanema parabenizaram a convidada pela obra e dialogaram, respectivamente, acerca do misticismo que en-

volve a personagem; a tradução do *Livro da Vida* feita pela escritora Rachel de Queiroz; as múltiplas fundações da Ordem de Santa Teresa e a “reforma das carmelitas descalças” no Brasil; e a escolha do dia 15 de outubro, Dia de Santa Teresa de Ávila para a comemoração do Dia da Mestreira.

Na sequência foi chamado à Mesa o convidado Marcello Loureiro – Doutor em História e Civilização pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris, e Doutor em História Social, (PPGHIS) pela UFRJ – para expor o tema “Para o “crédito e reputação do governo”: circuitos de deliberação e a governança por conselhos superiores na monarquia pluricontinental portuguesa no contexto do pós-Restauração (1640-1668)”.

Vinculado institucionalmente à Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, o convidado agradeceu a oportunidade de, mais uma vez, poder se apresentar na CEPHAS para apresentar algumas conclusões de sua tese “*Justitiam Dare: A Gestão da Monarquia Pluricontinental Portuguesa (1640-1668)*.” – aproveitando a oportunidade para agradecer, também, as contribuições/sugestões que recebeu no IHGB durante sua pesquisa. Passando a discorrer sobre o tema elaborado, o expositor destacou que, o propósito desta comunicação é, não apenas, evidenciar a importância do governo por Conselhos na Monarquia Portuguesa, mas também, vincular esse modo de deliberação política à ideia de “monarquia pactuada” – conceito teórico chave de sua interpretação do objeto de institucionalização do pacto entre rei e vassalos. Explicou que, no governo da monarquia portuguesa, o lugar por excelência para a formulação de conselhos deveria ser os tribunais palacianos, recorrendo à citação de Raphael Bluteau, de que “*os tribunais se instituíram para alívio dos príncipes, utilidade dos povos e governo mais fácil da república*”. Enfatizou que, principalmente na conjuntura crítica dos anos seguintes à Restauração de 1640, os tribunais palacianos da monarquia ganharam expressiva importância na estrutura da governação. Nesse sentido, ratificou a relevância dos Conselhos Superiores como instância que referendava acordos locais, realizados nas Câmaras, propiciando segurança jurídica à formulação daqueles acordos, à medida que figuravam como instrumentos que permitiam a tessitura de arranjos entre o centro e as periferias dessa monarquia: circuitos decisórios que costumavam os pactos ultramarinos com a Corte. O autor sustentou a dimensão processual/negocial estudada por meio de três exemplos: 1ª) a questão mais importante e mais controversa da permanência ou não dos holandeses em Pernambuco; 2ª) a questão indígena no Maranhão e o “Novo Império a ser construído de extrema necessidade”; e 3ª) a questão da autotributação da cidade do Rio de Janeiro, proposta de arrecadação de subsídios para o Rei em troca de privilégios para o porto do Rio de Janeiro equivalentes aos da cidade do Porto portuguesa.

Comentários: O visitante Paulo de Albuquerque Maranhão e os sócios Senna Bittencourt, Marcos Sanches e Vera Cabana cumprimentaram o expositor pelo profundo trabalho de pesquisa e levantaram questões sobre o direito de resistência como parte do direito natural; sobre a atuação de Salvador Correia de Sá e Benevides no Conselho Ultramarino; e, sobre a interpretação conceitual do vocabulário de época.

No encerramento da sessão o presidente recebeu vários exemplares do livro *Santa Teresa de Ávila no Brasil*, que foram gentilmente ofertados pela convidada Begoña Sáez para a Biblioteca do Instituto e vários presentes. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 15

– Número de visitantes presentes: 11

– Relação de sócios presentes: Victorino Chermont de Miranda, Carlos Francisco Moura, Myriam Ribeiro de Oliveira, Tasso Fragoso Pires, Melquíades Pinto Paiva, Maria Arair Pinto Paiva, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Cybelle de Ipanema, Guilherme Frota, Marcos Sanches Guimarães, Dora Alcântara, João Eurípedes Franklin Leal, Antonio Izaías da Costa Abreu, Armando de Senna Bittencourt e Vera Lucia Cabana de Andrade.

5ª SESSÃO DA CEPHAS DE 27 DE ABRIL DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyrá

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes e solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior, aprovada sem reparos. Em seguida, foram convidadas à Mesa as professoras Maria da Glória de Oliveira e Rebeca Gontijo Teixeira – ambas graduadas, mestras e doutoras em História, com atuação docente no Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro –, para apresentarem o tema: *História e historiadores no Brasil – a história da historiografia e um projeto editorial*.

Após agradecerem o honroso convite para apresentarem o trabalho de pesquisa e de reflexão por elas elaborados em sessão da CEPHAS/IHGB; e de remarcarem, sensibilizadas, a coincidência do dia que marca o aniversário

de seis anos de morte do prof. Manuel Salgado, de quem foram alunas. Inicialmente falou Maria da Glória, seguida por Rebeca Gontijo, dividindo entre elas a apresentação do tema. Fazendo um breve histórico das publicações recentes relacionadas à história da historiografia, como campo de pesquisas em nosso país, com destaque para o mais recente produto obtido, os dois volumes intitulados “*História e historiadores no Brasil*”, esclarecendo que ambos fazem parte da série *Monumenta* da editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E, explicitando que o primeiro volume, por elas organizado, tem como subtítulo “da América portuguesa ao Império do Brasil – c. 1730-1860”; o segundo volume, organizado por Fernando Nicolazzi, tem como subtítulo “do fim do Império ao alvorecer da República – c. 1870-1940”. Ambos reunindo um conjunto de textos considerados relevantes para a história da historiografia brasileira e serem acompanhados por estudos introdutórios produzidos por especialistas de todo o país.

Comentários:

Os sócios Lúcia Guimarães e Arno Wehling felicitaram as professoras pela validade da pesquisa realizada e pela pertinência da publicação, além de chamarem a atenção sobre a importância do documento historiográfico e realçarem qualidade dos textos selecionados, de grande valia aos cursos de graduação. No final, as autoras doaram à biblioteca do IHGB um exemplar de cada volume da obra apresentada.

Em seguida, o presidente anunciou a retomada da antiga prática do “Pinga Fogo”, nas reuniões da CEPHAS, ou seja, o uso de comunicações curtas, com duração de 5 a 10 minutos, pelos sócios interessados em divulgar suas atividades, como pesquisas em andamento, ou eventos e viagens culturais. Passando a palavra para a sócia Cybelle de Ipanema: que falou sobre a exposição no Museu Nacional “Teresa Cristina – a imperatriz arqueóloga”, entre abril e julho de 2016, chamando a atenção sobre a importância das peças que formam a coleção de tesouros reunidos pela da monarca. Além de relacionar o fato com a atuação da primeira imperatriz, Leopoldina, que passou à História como a “princesa cientista”, cujo aniversário de 200 anos de nascimento foi celebrado pelo IHGB, junto com o consulado da Áustria, em 1997, resultando na publicação em livro, de significativos textos de especialistas sobre a trajetória de vida e o papel político, por ela desenvolvida na cena pública brasileira, nas primeiras décadas do século XIX. Depois, o presidente Arno Wehling discorreu sobre a programação dos eventos previstos para ocorrerem no ano em curso, como: em maio, entre os dias 16 e 20, o Congresso Internacional Comemorativo dos 100 anos do Código Civil, 1916-2016; em junho, nos dias 6 e 7, o Seminário comemorativo pelos 400 anos de fundação da cidade de Belém; em setembro, comemoração pelos 120 anos de funda-

ção do IHG de Santa Catarina; em outubro, Seminário comemorativo pelos 200 anos de nascimento do historiador, F.A.Varnhagen; também, os seminários pelos 200 anos da Missão Francesa, e sobre a Presença germânica no Brasil. Além dos cursos programados para ocorrerem no segundo semestre: o já consagrado curso de Paleografia, ministrado pelo prof. João Eurípedes Franklin Leal e, um outro sobre o Brasil Colonial (sec. XVIII), ministrado pelo prof. Português Miguel Monteiro.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 10

– Número de visitantes presentes: 6

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Carlos Francisco Moura, Miridan Britto Falci, Maria Cecília Londres Fonseca, Maria Luiza Pena Moreira, Tasso Fragoso Pires, Miranda Neto, Cybelle de Ipanema, Lucia Guimarães e Maria de Lourdes Viana Lyra.

6ª SESSÃO DA CEPHAS DE 04 DE MAIO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes e solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior, aprovada sem reparos. Em seguida, o presidente chamou à Mesa o convidado Christian Lynch – doutor em ciência política, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ e pesquisador da Fundação Casa de Rui Barbosa –, para apresentar o tema *Visconde do Uruguai: realismo periférico, construção do Estado e geopolítica na América Ibérica oitocentista*.

Após agradecer o convite e expressar sua satisfação pela oportunidade de mais uma vez participar de uma sessão da CEPHAS/IHGB, o professor passou à abordagem do tema. Inicialmente, esclarecendo que a exposição do pensamento político do primeiro grande artífice da política externa brasileira, o Visconde de Uruguai – quando ministro dos Negócios Estrangeiros do Império e atuou no campo das relações internacionais em geral e da política externa brasileira em particular –, destina-se a celebrar o sesquicentenário da

morte do ilustre estadista. Em seguida, argumentando que embora haja quem creia não haver diferença na política externa de liberais e conservadores no período imperial, a apresentação parte do princípio de que a mesma orientação ideológica que norteava os saquaremas em matéria de política interna – a construção de um Estado nacional unitário acima das facções regionais e seus caudilhos –, os norteava em matéria de política externa, sendo dois lados da mesma moeda.

Comentários: Os sócios Arno Wehling, Alberto Venâncio, Maria de Lourdes Lyra, Vera Cabana; e o visitante Paulo de Albuquerque Maranhão, cumprimentaram o expositor pelo trabalho de reflexão apresentado e levantaram questões complementares ao tema apresentado.

Na sequência, a sócia Cybelle de Ipanema foi convidada à Mesa para prestar a *Homenagem ao centenário de nascimento do sócio Herculano Gomes Mathias*. Após cumprimentar os presentes, a consócia louvou a iniciativa do presidente Arno Wehling, de comemorar os centenários de nascimento dos associados e externou a satisfação pela oportunidade de falar sobre a trajetória do homenageado, inicialmente ressaltando o trato amável no convívio com os confrades e a presença constante nas reuniões da CEPHAS, além de pontuar sobre o legado da vasta bibliografia que produziu junto ao IHGB e a outras instituições de cultura. Passando a realçar o levantamento feito em 1991 pelo próprio autor (falecido em 2002) da vastíssima obra, relacionando 28 obras publicadas; 93 textos na imprensa; 35 conferências; além de produções para o cinema, como 5 dialfilmes; 6 roteiros e scripts para curta metragem; e, ainda, numerosos verbetes de enciclopédias, resultando num total acima de 168 registros. Por fim, comentou sobre as obras mais importantes do homenageado, destacando o importante estudo sobre a Inconfidência Mineira, apontando sua característica de apaixonado enxadrista, e almejando: “que possamos trazer à luz as carreiras trilhadas por consócios, de que sempre muito se saberá nelas”.

Comentários: O sócio Arno Wehling e o visitante Paulo de Albuquerque Maranhão cumprimentaram a expositora pela excelência do texto apresentado, na justa homenagem prestada ao saudoso consócio

Na parte final da sessão – chamada *Pinga Fogo* –, o sócio João Eurípedes Franklin Leal fez uma breve exposição sobre os festejos comemorativos realizados no Espírito Santo, entre os dias 1º e 20 de abril último, pelos duzentos anos da abertura da Estrada Real – partindo da cidade de Vitória até Ouro Preto, num total de 575 km –, mandada construir por D. João VI, em 1814 e concluída em 1816, como barreira ao descaminho do ouro. E também noticiou sobre a comemoração do centenário do IHG do ES, em junho próxi-

mo. Em seguida, a sócia Maria de Lourdes Lyra comentou sobre a pertinência do artigo escrito pelo acadêmico Marco Lucchesi e publicado no jornal *O Globo* do mesmo dia, sob o título *A Coroa de Macbeth*, no qual analisa o momento político que o país atravessa chamando a atenção sobre o registro da História: “*que não se escreve para idiotas. Não é surda, nem cega. A História tem olhos de lince*”. Por fim, o presidente Arno Wehling informou sobre a publicação de um número especial da Revista *Martius Staden*, com textos de especialistas sobre o historiador F. A. Varnhagen. Também dando a feliz notícia sobre a publicação pela FUNAG, do texto integral e inédito do mesmo historiador: *Memorial Orgânico*.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 16

– Número de visitantes presentes: 4

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Carlos Wehrs, Antonio Izaias da Costa Abreu, Carlos Francisco Moura, Miridan Britto Falci, Tasso Fragoso Pires, Miranda Neto, Vera Lucia Cabana de Andrade, Alberto Venancio Filho, Cybelle de Ipanema, João Eurípedes Franklin Leal, José Arthur Rios, Maria Beltrão, Vasco Mariz, Antonio Celso Alves Pereira e Maria de Lourdes Viana Lyra.

7ª SESSÃO DA CEPHAS DE 11 DE MAIO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada sem reparos. Foi chamada à Mesa a convidada Rogéria de Ipanema – professora do Departamento de História e Teoria da Arte e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da UFRJ –, para apresentar o tema *Le Grand Théâtre de l’ Univers: o quase tudo que já foi gravado na Coleção Araujense da Biblioteca Nacional*.

Após agradecer o convite e expressar sua satisfação pela oportunidade de mais uma vez participar de uma sessão da CEPHAS/IHGB, a expositora

esclareceu que o tema era parte do projeto de pesquisa intitulado O Corte e A Corte: fina estampa – Quinhentos, Seiscentos e Setecentos. E que, neste estudo, traz uma pauta de histórias e conexões em que deseja problematizar as narrativas, representações e circularidade dos itinerários políticos de uma coleção de estampas formada na Holanda, passando por Portugal e, provocada pela França desembarcou no Rio de Janeiro, quando da transferência do estado português para os trópicos. Explicando que, em 1818, a coleção denominada *Le grand théâtre de l'univers* foi transferida da esfera privada para a esfera pública, quando da morte de seu proprietário, o conde da Barca, ao ser patrimonializada pelo rei à futura Biblioteca Nacional brasileira, tornando-se parte importantíssima da Coleção Araujense, antes de retornar ao velho continente, provocado desta vez por um movimento em seu próprio reino, a Revolução do Porto.

Comentários: Os sócios José Arthur Rios, Vera Cabana, Laurent Vidal, e o visitante Pedro Geiger cumprimentaram a professora, tecendo comentários sobre a qualidade da análise apresentada.

Em seguida, foi chamado à Mesa o convidado Paulo Cesar da Costa Gomes – professor do Departamento de Geografia da UFRJ, doutor pela Sorbonne e pós-doutorado no Canadá –, para apresentar o tema *Vendo o Rio, elementos de um discurso iconográfico*. Após agradecer o honroso convite para se apresentar na CEPHAS/IHGB, o expositor passou a abordar o tema, comentando sobre mirantes, belvederes, miradouros, pontos de vista, entre outras denominações, que designam uma situação do olhar situado sobre um espaço. O que, de certa maneira, estabilizam as imagens que oferecem, tornando-se criadores ou, pelo menos, reveladores de paisagens. Argumentando que, não há, entre todas as metrópoles no mundo, nenhuma que apresente tantos mirantes como o Rio de Janeiro, revelando a particularidade do sítio sobre o qual a cidade se desenvolveu e é a grande responsável por isso. E, analisando que essa multiplicidade de pontos de vista panorâmicos origina uma infinidade de possibilidades de composições paisagísticas; a maneira como são combinados determinados elementos presentes na cidade, suas proporções, enquadramentos e planos de apresentação, gerando um mundo de significados que a interpretação criteriosa das imagens pode nos revelar.

Comentários: Os sócios José Arthur Rios, Cybelle de Ipanema, Maria de Lourdes Lyra, Miranda Neto, e visitante Pedro Geiger e a convidada Rogéria de Ipanema cumprimentaram o professor pela interessante e sugestiva análise, levantando questões complementares ao que fora apresentado.

Por fim, o presidente informou sobre o *Congresso Internacional – Cem Anos do Código Civil*, promovido pelo IHGB, a realizar-se na próxima sema-

na, entre os dias 16 e 20 de maio, com a participação de estudiosos especialistas do Brasil e do exterior. E, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 10

– Número de visitantes presentes: 19

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Antonio Izaías da Costa Abreu, Carlos Francisco Moura, Tasso Fragoso Pires, Miranda Neto, Vera Lucia Cabana de Andrade, Cybelle de Ipanema, João Eurípedes Franklin Leal, José Arthur Rios e Maria de Lourdes Viana Lyra.

8ª SESSÃO DA CEPHAS DE 08 DE JUNHO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada sem reparos. Em seguida, foram chamados à Mesa os sócios Alberto Venâncio Filho e Miridan Britto Falci para prestarem a homenagem, em nome do IHGB, ao Sesquicentenário de Nascimento do eminente sócio Euclides da Cunha.

Inicialmente, falou a professora Miridan Britto Falci, dividindo a exposição em duas partes: na primeira, buscando caracterizar o pensador fluminense como um pensador “fin de siècle”. Ou seja, um intelectual mais conhecido sem dúvida pela sua produção sociológica, *Os Sertões*. Mas que pode ser entendido ao mesmo tempo como um racionalista, um matemático, um engenheiro, um positivista, enfim, um épico apaixonado pela natureza e pelas questões metafísicas. Na segunda parte, traçando um esboço de vida e obra do homenageado, procurando destacar as suas observações sobre a História dos Estados Unidos, da Rússia, da Argentina e as suas observações sobre as *Estrelas Indecifráveis* que lembram nossos sonhos e aspirações, além de lhe atribuir a faceta de romântico.

Na sequência falou o professor Alberto Venâncio Filho, apresentando como tema “*Os Discursos de Euclides da Cunha*”. Detendo-se na análise dos três discursos pronunciados pelo homenageado, ou seja: o discurso de posse neste Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; o discurso de posse

na Academia Brasileira de Letras e o discurso pronunciado no Centro XI de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo, intitulado “*Castro Alves e seu tempo*”. E, ressaltando que: enquanto nos dois últimos discursos, Euclides da Cunha abordou, sob o ângulo da análise literária e do contexto histórico, as figuras de Valentim Magalhães e de Castro Alves; no discurso de posse no IHGB, seu posicionamento foi de completa descrença com a República recém-instalada.

Comentários: Os sócios Vera Cabana e José Murilo de Carvalho, e os visitantes Paulo de Albuquerque Maranhão, Christian Lynch e Luís Severiano, cumprimentaram os oradores pela qualidade das análises apresentadas. O presidente Arno Wehling cumprimentou e agradeceu aos consócios, fazendo observações complementares sobre o conceito de gerações que fora colocado em pauta.

Em seguida, facultou a palavra para a Sessão Pinga-Fogo, na qual falaram o sócio Eurípedes Franklin, transmitindo a notícia sobre a celebração pela passagem do centenário de fundação do IHGES, no final do mês em curso; e o sócio Claudio Aguiar, presenteou à Biblioteca do IHGB o livro recém-organizado por ele e editado em comemoração pelos oitenta anos de fundação do Pen Clube, do qual é o atual diretor, intitulado: *PEN Clube do Brasil – 80 anos: Literatura e Liberdade de Expressão. 1936-2016*. Esclarecendo tratar-se de uma biografia do Pen Clube na dimensão da Literatura, sua real missão, acompanhada de parte documental (relativa aos encontros e congressos internacionais) e discursos de personalidades. Por fim, comentou sobre a nova programação das atividades ali realizadas.

Por fim, nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 20

– Número de visitantes presentes: 7

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Antonio Izaias da Costa Abreu, Alberto Venacio Filho, Miridan Britto Falci, Lucia Guimarães, José Murilo de Carvalho, Claudio Aguiar, Maria Luiza Penna Moreira, Antonio Celso Alves Pereira, Dora Alcântara, Carlos Francisco Moura, Tasso Frago-so Pires, Miranda Neto, Vera Lucia Cabana de Andrade, Maria Arair Pinto Paiva, Melquiades Pinto Paiva Cybelle de Ipanema, João Eurípedes Franklin Leal, José Arthur Rios e Maria de Lourdes Viana Lyra.

9ª SESSÃO DA CEPHAS DE 15 DE JUNHO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente Arno Wehling, que saudou os presentes, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada sem reparos. Em seguida, o presidente convocou à Mesa os consócios Carlos Wehrs, Miridan Britto Falci, Marcos Guimarães Sanches e Lúcia Guimarães para juntos prestarem a *homenagem do IHGB ao Professor Vicente Tapajós, pelo centenário de seu nascimento*.

O sócio Carlos Wehrs iniciou a homenagem, intitulado sua fala “*Vicente Tapajós, o amigo que perdi*” e relembrou os primeiros contatos com o IHGB, quando participou e recebeu o Prêmio Menção Honrosa, pelo texto apresentado no concurso ali realizado sobre a História da República e publicado na *R.IHGB*; o encontro com o homenageado, então primeiro-secretário da instituição, e a aproximação logo estabelecida, pelo gosto musical; além da sua eleição como sócio e a criação dos laços de forte amizade pessoal e familiar entre eles; da colaboração institucional estabelecida, tanto na direção da *R.IHGB*, como na tradução de textos e elaboração de verbetes para o “*Dicionário Bibliográfico de Historiadores, Geógrafos e Antropólogos*”, que perdurou até o final do exercício do amigo na presidência do IHGB. Por fim, registrou com emoção o dia em que presenciou o “*insulto cerebral*” que o mesmo sofreu no IHGB, deixando-o “*siderado*”, por saber que “*mesmo sendo médico, nada poderia fazer*”; e ainda, a sentida despedida na cerimônia de encomendação do corpo, realizada na Sala Barão do Rio Branco do IHGB.

Na sequência, falou a professora Miridan Britto Falci, ressaltando a importância da atividade desempenhada pelo sócio homenageado como professor no Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e, por dez anos, coordenador da Cadeira de História da América; e destacando a competência do conhecimento histórico na sala de aula dos cursos de graduação e pós-graduação e também o ofício de orientador dos trabalhos de pesquisa dos alunos para a elaboração de Monografias e de Dissertações de Mestrado, ali apresentadas. Por fim, além de citar os trabalhos mais expressivos por ele orientado, anotou ter sido sua orientanda na elaboração da Dissertação de Mestrado e por ele indicada para sócia do IHGB, o que muito a envaidece.

Depois, falou o professor Marcos Guimarães Sanches, historiando a trajetória do Prof. Tapajós, ressaltando sua extrema dedicação ao magistério – desde o ensino médio, na Escola Normal e no Colégio Pedro II, ao nível universitário, na UFRJ –, além do trato gentil e da relação de amizade estabelecida com alunos, orientandos e colegas de profissão.

Em seguida, a professora Lúcia Guimarães iniciou sua fala lembrando a significativa afirmação do mestre ora homenageado feita numa entrevista sobre o ofício de professor – “*A escola é a marca registrada da minha vida*” –, como uma bela forma de prestar homenagem ao caro consócio Vicente Costa Santos Tapajós, pelo centenário do seu nascimento (1916-2016). Ao mesmo tempo em que enfatizando sua atuação no exercício do magistério, remarcou a experiência de ter sido sua aluna em diversos níveis de ensino – do nível médio ao universitário –, e ter tido a grata satisfação de tê-lo como examinador na Banca de Defesa de sua Dissertação de Mestrado, na UFRJ.

Por fim, o presidente Arno Wehling prestou sua homenagem, pontuando a atuação do consócio amigo sob três aspectos: o profissional, destacando sua dedicação e completa entrega ao magistério secundário e universitário; o intelectual, realçando a relevante produção de livros didáticos sobre História do Brasil e História da América; o institucional, salientando sua estreita ligação e o devotamento dedicado no início da trajetória, ao Instituto de Educação e, no final da vida, ao IHGB. Além de apontar a generosidade no trato com o semelhante, como característica marcante no perfil do saudoso professor, sócio emérito e ilustre ex-presidente do IHGB.

Comentários: As sócias Maria de Lourdes Lyra, Miridan Falci e Vera Cabana felicitaram os expositores pela qualidade dos textos apresentados sobre os feitos do homenageado, remarcando a maneira acolhedora sempre dispensada ao próximo, característica tocante e lembrada com ternura.

Na sessão Pinga-Fogo, o sócio Antônio Isaías entregou aos expositores da sessão passada, Alberto Venâncio e Miridan Falci, exemplares do CD com a transcrição do processo de Euclides da Cunha; e o visitante Paulo de Albuquerque Maranhão, remarcou a data, 18/06, que marcou a passagem dos 201 anos da Batalha de Waterloo.

No final, Ana Paula Tapajós solicitou a palavra para, em nome da família, agradecer a homenagem prestada ao querido e saudoso avô, remarcando que desde criança foi frequentadora assídua do IHGB na sua companhia, cuja influência por ele exercida no seio da família, a levou a se formar em História. Na sequência, nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 17

– Número de visitantes presentes: 5

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Carlos Wehrs, Marcos Sanches Antonio Izaías da Costa Abreu, Alberto Venacio Filho, Miridan Britto Falci, Lucia Guimarães, Claudio Aguiar, Maria Luiza Penna Moreira, Dora Alcântara, Carlos Francisco Moura, Tasso Fragoso Pires, Miranda Neto, Vera Lucia Cabana de Andrade, Cybelle de Ipanema, José Arthur Rios e Maria de Lourdes Viana Lyra.

10ª SESSÃO DA CEPHAS DE 22 DE JUNHO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Lucia Maria Paschoal Guimarães

Os trabalhos foram abertos pelo presidente do IHGB, Arno Wehling, que cumprimentou os presentes e dispensou a leitura da ata da sessão anterior, uma vez que hoje teremos uma sessão temática, em colaboração com a Fundação Alexandre de Gusmão, seguida do lançamento dos três últimos livros, publicados pela FUNAG, a saber: *La independencia del Paraguay y el Império del Brasil* (R. Antonio Ramos); *Quarenta anos das relações Brasil-Angola: documentos e depoimentos* (organizadores: Sérgio Eduardo Moreira Lima e Luis Cláudio Villafañe G. Santos); e *Pedro Teixeira, a Amazonia e o Tratado de Madri* (organizadores: Sérgio Eduardo Moreira Lima e Maria do Carmo Strozzi Coutinho). O presidente assinalou que as três obras em questão apresentam um denominador comum, pois contemplam temáticas que representam momentos de ruptura na história das relações internacionais.

Após este esclarecimento, Arno Wehling chamou à Mesa os três expositores da tarde, os embaixadores Sérgio Eduardo Moreira Lima (presidente da Fundação Alexandre de Gusmão) e Synésio Sampaio Góes Filho, e o ministro Luis Claudio Villafañe Gomes Santos, passando a palavra ao primeiro.

Sérgio Eduardo Moreira Lima manifestou sua satisfação de participar desta sessão temática da CEPHAS, atividade que no seu entender fortalece o tradicional intercâmbio acadêmico da Fundação Alexandre de Gusmão com o Instituto Histórico. Depois de tecer breves comentários sobre o programa de publicações da FUNAG, fez uma apreciação do livro *La independencia del Paraguay y el Império del Brasil*, de Antonio Ramos, historiador que de-

dicou maiores esforços ao estudo das relações diplomáticas que mantiveram a República do Paraguai e o Império do Brasil na primeira metade do século XIX. Segundo Moreira Lima, trata-se de obra clássica e que constitui uma contribuição valiosa à historiografia das relações paraguaio-brasileiras.

Na sequência, o embaixador Synésio Sampaio Góes Filho apresentou o livro *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. O expositor destacou a colaboração da dra. Maria do Carmo Strozzi Coutinho no preparo deste livro que é um tributo a Pedro Teixeira, desbravador e explorador luso-brasileiro, e constitui o reconhecimento da visão político-estratégica, cuja dimensão diplomática foi atingida, em sua plenitude, com o Tratado de Madri, em 1750. Assinalou, também, que apesar do alcance da histórica missão de Pedro Teixeira, que, em 1637, liderou expedição com duas mil pessoas em canoas a montante do Amazonas, seu significado ainda não conta com narrativa abrangente que consolide os estudos e documentos esparsos existentes, alguns dos quais em bibliotecas de Portugal, de outros países europeus e sul-americanos.

O último palestrante, Luis Claudio Villafañe, fez uma exposição sobre a atuação da diplomacia brasileira e o processo de descolonização dos antigos territórios portugueses em África. Pontuou que para celebrar os quarenta anos de amizade e relacionamento diplomático entre Brasil e Angola, o Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Fundação Alexandre de Gusmão, organizou a publicação do livro já mencionado, que busca lançar novas luzes sobre a decisão brasileira de reconhecer a República de Angola no momento mesmo de sua independência, em 1975. A obra, que reúne documentação dos arquivos do Itamaraty e testemunhos dos principais protagonistas, ilustra a rápida e decisiva evolução da política externa brasileira para o continente africano.

Comentários: O sócio Luiz Felipe de Seixas Corrêa felicitou o embaixador Moreira Lima pelo lançamento dos três novos títulos e levantou questão pertinente, em relação à chamada “doutrina Gibson Barbosa”. Moreira Lima respondeu às indagações, seguindo-se animado debate com a participação dos embaixadores Geraldo de Holanda Cavalcanti e Alexandre Addor, bem como do convidado Paulo de Albuquerque Maranhão. O presidente Arno Wehling cumprimentou os expositores e fez uma síntese dos temas tratados, sob a ótica da ruptura.

Nada mais havendo a tratar, Arno Wehling encerrou a sessão e convidou os presentes para o lançamento dos livros da FUNAG, acompanhado do tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência: assistentes

– Número de sócios presentes: 20

– Número de convidados: 17

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Antonio Izaias da Costa Abreu, Claudio Aguiar, Antonio Celso Alves Pereira, Dora Alcântara, Carlos Francisco Moura, Tasso Fragoso Pires, Synesio Sampaio, Miranda Neto, Vera Lucia Cabana de Andrade, Maria Arair Pinto Paiva, Melquíades Pinto Paiva Cybelle de Ipanema, João Eurípedes Franklin Leal, José Arthur Rios, Regina Wanderley, Jaime Antunes, Luis Cláudio Villafañe e Lucia Maria Guimarães.

11ª SESSÃO DA CEPHAS DE 29 DE JUNHO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Lucia Maria Paschoal Guimarães

Os trabalhos foram abertos pelo presidente do IHGB, Arno Wehling, que cumprimentou os presentes e solicitou à subcoordenadora da CEPHAS a leitura das atas das duas sessões anteriores, sendo as mesmas aprovadas sem correção. Em seguida, o Presidente esclareceu que nos últimos anos o Instituto tem aberto espaço para acolher investigações de reconhecido valor acadêmico, sob a forma de estágios de pós-doutorado, supervisionadas por sócios cuja titulação é compatível com este nível de estudos. Lembrou, ainda, que ele mesmo supervisionou a pesquisa de pós-doutorado do professor Guilherme Pereira das Neves, nosso confrade. Atualmente, assinalou Arno, encontra-se em andamento uma investigação que contempla a obra de Clóvis Bevilácqua e o Direito Internacional Público, desenvolvida pelo professor Paulo Emílio Borges de Macedo, sob a supervisão do sócio Antonio Celso Alves Pereira, a quem Arno passou a palavra para apresentar o projeto e o respectivo autor, primeiro convidado da tarde de hoje. Antonio Celso salientou a originalidade do trabalho em curso e o esforço empreendido por Paulo Emilio, uma vez que seu estudo aborda aspectos da obra de Bevilacqua poucos explorados pelos especialistas.

Após esta rápida intervenção, Arno Wehling chamou à Mesa o convidado Paulo Emílio Borges de Macedo para expor a comunicação “Clovis Bevilácqua e a Justiça Internacional entre o sim e o não a Rui Barbosa”. Paulo Emílio é doutor em Direito pela UERJ, professor adjunto da UFRJ e da UERJ, e bolsista de produtividade do CNPq. Publicou diversos livros, entre os quais se destacam: “O nascimento do direito internacional”; “Guerra

e Cooperação Internacional” e “Hugo Grocio e o Direito: o jurista da guerra e da Paz”.

Paulo Emílio Borges de Macedo agradeceu o convite e manifestou sua satisfação de participar da sessão da CEPHAS. Pontuou que a investigação analisa o projeto de estatuto da Corte Permanente Internacional de Justiça elaborado por Clóvis Beviláqua. O trabalho busca compreender a sua concepção de justiça internacional e se ela guarda coerência com os princípios de Direito Internacional defendidos por Rui Barbosa na II Conferência da Haia de 1907. Para tanto, foram empregadas três técnicas de análise. Inicialmente, procurou contextualizar-se o pensamento jusinternacionalista de Beviláqua em meio às demais propostas de corte internacional vigentes no início do século XX. Em segundo lugar, salientou que projeto também foi interpretado à luz dos demais escritos do autor sobre justiça internacional, o que inclui os dois tomos do livro *Direito Público Internacional*, dois pareceres e uma conferência proferida no Instituto dos Advogados do Brasil. Em terceiro lugar, empregou-se a doutrina irenista como ferramenta compreensiva do projeto de Beviláqua. Isto se justifica metodologicamente, pois as mais variadas propostas do início do século XX sobre a organização da sociedade internacional compartilham ou um acolhimento pleno ou um repúdio absoluto à concepção irenista de justiça internacional. Por fim, esclareceu que pesquisa utilizou o método indutivo de abordagem, e enumerou as principais fontes primárias compulsadas.

Comentários: os sócios Antonio Celso Alves Pereira e Arno Wehling cumprimentaram o expositor e levantaram questões pertinentes que foram por ele devidamente respondidas.

Na sequência, o Presidente fez uma reflexão sobre a importância de se comemorar a passagem dos centenários e sesquicentenários de antigos filiados do IHGB. Considerou que tais efemérides constituem oportunidades para se revisitar a produção intelectual desses associados, cujas obras andam um tanto esquecidas. Neste sentido, convocou à mesa o sócio honorário Cláudio Aguiar, que prestará homenagem ao centenário de falecimento de José Veríssimo (1857- 1916).

Claudio Aguiar externou sua satisfação de voltar a se apresentar na CEPHAS, para tratar de tema que lhe fora confiado pelo presidente do IHGB. Apresentou um bosquejo biográfico de José Veríssimo, escritor, educador, jornalista e estudioso da literatura brasileira, e principal idealizador da Academia Brasileira de Letras. Comentou a sua produção intelectual e a sua contribuição à crítica literária, que se caracterizava pelo racionalismo lógico, pois parte do pressuposto que “criticar é compreender”, e não se enredar no

cientificismo que tanto empolgou os outros críticos do seu tempo. Claudio conferiu especial ênfase à conhecida querela entre Veríssimo e Silvio Romero.

Comentários: Melquíades Pinto Paiva pediu a palavra para salientar que José Veríssimo deixara um livro imortal *A pesca na Amazônia*. Os sócios Vera Cabana, José Arthur Rios, Maria Arair Paiva e Arno Wehling cumprimentaram o expositor pela estimulante conferência e levantaram pertinentes, seguindo-se animado debate.

Sessão pinga-fogo: a sócia Vera Cabana comunicou o lançamento da coletânea “Educação na História: intelectuais, saberes e ações institucionais”, organizada por Arlette Medeiros Gasparello (in memoriam) e Heloisa de Oliveira Santos Villela, no próximo dia 7 de julho, às 19 horas na Blooks Livraria. Vera fez uma rápida apreciação da mencionada obra, da qual é uma das autoras. Por sua vez, o sócio João Eurípedes Flanklin Leal assinalou a passagem do centésimo aniversário do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo, cuja comemoração solene será realizada no dia 6 de julho próximo. Finalmente, o presidente Arno Wehling aproveitou o ensejo para lembrar que o IHGB promoverá na próxima semana o Seminário Belém 400 anos, nos dias 5 e 6 de julho.

Nada mais havendo a tratar, Arno Wehling encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café no terraço do IHGB.

Frequência: assistentes

– Número de sócios presentes: 13

– Número de convidados: 12

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Antonio Izaias da Costa Abreu, Claudio Aguiar, Antonio Celso Alves Pereira, Dora Alcântara, Carlos Francisco Moura, Tasso Fragoso Pires, Vera Lucia Cabana de Andrade, Maria Arair Pinto Paiva, Melquíades Pinto Paiva Cybelle de Ipanema, João Eurípedes Franklin Leal, José Arthur Rios, e Lucia Maria Guimarães.

12ª SESSÃO DA CEPHAS DE 13 DE JULHO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Lucia Maria Paschoal Guimarães

Os trabalhos foram abertos pelo presidente do IHGB, Arno Wehling, que cumprimentou os presentes e solicitou à subcoordenadora da CEPHAS a leitura da ata da sessão anterior, sendo a mesma aprovada sem correção. Cumpridas as formalidades de praxe, o Presidente lembrou que a exposição comemorativa dos 400 anos da cidade de Belém, inaugurada durante o Seminário “Belém 400 anos”, realizado no IHGB, ficará aberta até o próximo dia 14 de julho. Em seguida, Arno chamou à Mesa o convidado Edgard Ferreira Neto, para apresentar a comunicação “Religiões no Brasil: uma perspectiva histórica”. Edgard Ferreira Neto é doutor em História pela UFF, professor associado da UERJ e professor adjunto IV da UNIRIO, membro titular da Academia Brasileira de Filosofia, Diretor Executivo do Centro de História e Cultura Judaica, Coordenador do Programa de Estudos Indianos da UERJ e do Grupo de Trabalho Regional de História das Religiões e das Religiosidades da Associação Nacional de História (ANPUH).

Edgard Ferreira Neto agradeceu o convite e manifestou sua satisfação de participar da sessão da CEPHAS. Pontuou que a construção do Estado secular no Brasil possui uma dinâmica própria. A partir da Proclamação da República o país enfrentou desafios similares aos de outras nações do Ocidente, mas segundo paradigmas particulares. Acompanhado de sínteses e quadros estatísticos exibidos em powerpoint, procurou estabelecer diferenças entre secularismo e secularização. Discutiu o desenvolvimento do imaginário religioso brasileiro, diante de um Estado que não apenas busca a secularização, mas também, recentemente, a instauração de uma política de pluralismo moral.

Comentários: o convidado Paulo Albuquerque Maranhão, os sócios padre Jesus Hortal, Seixas Corrêa e José Arthur Rios cumprimentaram o expositor e teceram reflexões sobre a complexidade do tema tratado, além de apontar questões pertinentes que foram devidamente respondidas pelo palestrante.

Na sequência, o Presidente convocou à Mesa o segundo convidado da tarde, Renato Beneduzi, para apresentar a comunicação “A recepção do direito alemão no Brasil nos séculos XIX e XX”. Renato Beneduzi é doutor em Direito pela Ruprecht-Karls Universität Heidelberg, professor de Direito Processual nos cursos de graduação e de pós-graduação da PUC/RJ. Em 2014, cumpriu estágio como Visiting Fellow na Universidade de Oxford (academic visitor no Institute of European and Comparative Law).

Renato Beneduzi agradeceu o convite e externou sua satisfação de se apresentar na CEPHAS. Introduzindo o tema, o expositor procurou caracterizar em largos traços o processo evolutivo do chamado direito alemão,

acentuando que nos últimos dois séculos suas doutrinas têm exercido grande influência sobre os juristas brasileiros, das mais diversas áreas. Civilistas, constitucionalistas, processualistas, criminalistas, todos, em maior ou menor medida, inspiram-se na doutrina alemã. Neste sentido, Renato examinou a história da recepção do direito alemão no Brasil nos séculos XIX e XX, cujos preceitos nos chegaram pelas traduções/e ou obras de estudiosos portugueses, italianos e espanhóis. Além disso, identificou quais os autores brasileiros mais receptivos àqueles preceitos, a começar por Tobias Barreto, Silvio Romero, Clóvis Beviláqua e Pontes de Miranda, entre outros expoentes da Faculdade de Direito do Recife. Assinalou, ainda, as áreas do direito em que esta ascendência é mais visível, inclusive nos dias de hoje, como por exemplo em decisões monocráticas do Superior Tribunal de Justiça, apontando de que maneira a influência alemã convive com a de outros direitos que serviram também de matriz para o nosso, sobretudo o francês.

Comentários: Os convidados Paulo Albuquerque Maranhão, Lucas Gesta Palmares Munhoz de Paiva, bem como os sócios padre Jesus Hortal, Ismênia Lima Martins, Seixas Corrêa e Arno Wehling cumprimentaram o expositor pela estimulante apresentação e levantaram questões pertinentes, seguindo-se animado debate.

Sessão pinga-fogo: a sócia correspondente Marianne Wiesenbron, docente da Universidade de Leiden (Holanda), fez um breve relato das atividades de pesquisa que vem desenvolvendo atualmente e da missão oficial que cumpriu no Brasil em março último, acompanhando o reitor daquela Universidade, com objetivo de incrementar o intercâmbio científico e cultural com instituições brasileiras. Lembrou, ainda, que na Universidade de Leiden funciona o único núcleo de estudos e investigações sobre o Brasil na Holanda – a Cátedra Rui Barbosa, que completou recentemente 20 anos de atividades. Segundo Marianne, desde o ano passado, a Universidade de Leiden estabeleceu três regiões prioritárias para desenvolver trabalhos de cooperação internacional: a China, a Indonésia e América Latina e Caribe, sendo ela a coordenadora desta última região, encarregada de estimular diferentes modos a aproximação entre Leiden e América Latina. Por sua vez, o presidente Arno Wehling aproveitou o ensejo para anunciar que já estão abertas as inscrições para o III Curso de Paleografia, que terá lugar no IHGB, entre os meses de agosto e outubro, sob a coordenação acadêmica do sócio e professor João Euripedes Flanklin Leal.

Nada mais havendo a tratar, Arno Wehling encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café no terraço do IHGB.

Frequência: assistentes

- Número de sócios presentes: 11
- Número de convidados: 25
- Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Tania Bessone, Dora Alcântara, Carlos Francisco Moura, Tasso Fragoso Pires, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Miranda Neto, Regina Wanderley, João Eurípedes Franklin Leal, José Arthur Rios, e Lucia Maria Guimarães

13ª SESSÃO DA CEPHAS DE 20 DE JULHO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada sem correção. Em seguida, foram chamados à Mesa os expositores convidados, Nireu Oliveira Cavalcanti e Augusto Ivan de Freitas Pinheiro, ambos especialistas reconhecidos no estudo do desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro, para exporem o tema Sessão Temática: *O Centro Histórico do Rio Colonial e Republicano*.

Inicialmente, falou o professor Nireu Cavalcanti – graduado em Arquitetura e Urbanismo, doutor de História, professor associado da UFF, devotado pesquisador e autor de inúmeros livros publicados –, abordando o tema desde a fundação da cidade na região do atual bairro da Urca, por Estácio de Sá; sua transferência, comandada por Mem de Sá, para o novo e definitivo sítio o Morro do Descanso, depois chamado Morro do Castelo. Analisando, em seguida, os problemas urbanísticos decorrentes dessa localidade e do crescimento do núcleo urbano; situando as questões pertinentes à ocupação do morro pelas ordens religiosas – a Companhia de Jesus e o Beneditinos no morro do Castelo, os Franciscanos, no morro de Santo Antônio –; o surgimento de logradouros dando acesso a esses núcleos religiosos e o alastramento da cidade na parte baixa, na várzea. Finalizando com a análise do desenvolvimento urbano do núcleo central da cidade nos séculos seguintes, refletindo sobre a importância política e econômica da cidade do Rio de Janeiro, destacando-a como uma das mais importantes do Brasil colonial.

Em seguida, falou o professor Augusto Ivan – graduado em Arquitetura e Urbanismo, pós-graduado em Planejamento Urbano, foi professor no Instituto Metodista Bennet e na PUC – RJ, e teve atuação destacada na co-

ordenação de projetos culturais em órgãos da Prefeitura do Rio de Janeiro, sendo atualmente Assessor Especial da Empresa Olímpica Municipal –, ressaltando a importância adquirida pela cidade a partir de 1808, quando se transformou na única sede de governo monárquico no continente americano e centralizou o poder administrativo do Estado imperial brasileiro; apontando o crescimento urbano e o desenvolvimento socioeconômico no período imperial. Centrando, por fim, a atenção nas transformações urbanas ocorridas no período republicano (1889-2015), a partir da análise dos planos diretores realizados e dos projetos de reforma urbana efetivados na cidade.

Comentários: Os sócios Maria de Lourdes Lyra, João Eurípedes Franklin Leal, Vera Cabana, Myriam Ribeiro, e os visitantes Pedro Geiger, Anderson e Paulo cumprimentaram os expositores pela excelência das análises apresentadas, levantando questões relevantes e animando o debate.

Por fim, nada mais havendo a tratar e, em razão da ausência do presidente que saiu para atender outro compromisso, a coordenadora encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 12

– Número de visitantes presentes: 24

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Antonio Izaias da Costa Abreu, Carlos Francisco Moura, Tasso Fragoso Pires, Miranda Neto, Regina Wanderley, João Eurípedes Franklin Leal, Marcos Guimarães Sanches, Vera Lucia Cabana de Andrade, Cybelle Moreira de Ipanema, José Arthur Rios e Maria de Lourdes Viana Lyra.

14ª SESSÃO DA CEPHAS DE 27 DE JULHO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada sem correção. Em seguida o convidado Rafael Freitas da Silva – Mestre em Comunicação e Cultura pela ECO|UFRJ, jornalista e radialista com atuação destacada na imprensa, como produtor de reportagens esportivas para a televisão, autor

de *O Rio antes do Rio*, seu livro de estreia – para apresentar o tema: *O rio antes do Rio – A cidade tupinambá*.

Após agradecer o convite e manifestar sua satisfação pela oportunidade de participar da sessão da CEPHAS/IHGB, instituição que guarda a maior parte da documentação necessária à pesquisa realizada, o expositor passou à apresentação do tema central do livro, que o livro discorre sobre os nativos dos Rio de Janeiro, ou seja, os “índios” e suas inúmeras aldeias que habitavam o território da atual metrópole carioca e todo o entorno da baía de Guanabara. Cujas pesquisas foram desenvolvidas através da revisita de obras dos franceses que aqui estiveram antes dos lusos, da busca de passagens reveladoras de obras jesuíticas, da leitura dos estudos contemporâneos sobre o tupi antigo, e do cruzamento das informações obtidas nas escavações arqueológicas e nas listas quinhentistas para remontar pelos menos em parte, como era essa “Cidade Tupinambá”, o que existia antes da fundação do Rio de Janeiro colonial. O que foi possível identificar a origem de alguns dos bairros da cidade, herdados de antigas aldeias indígenas e também desvendar personagens históricos desconhecidos, resultando numa nova leitura da sociedade nativa e do processo de ocupação do território, onde a cidade veio a se assentar.

Comentários: Os sócios Fernando Tasso, Lourdes Lyra, Arno Wehling e Melquiades Paiva cumprimentaram o expositor e teceram comentários elogiosos sobre a validade da pesquisa realizada e publicada em livro a ser lançado, após o término da sessão, no terraço do IHGB.

Em seguida foi chamada a Mesa a sócia Lúcia Maria Pascoal Guimarães, para apresentar o tema: “*Erudição e coautoria*”: *Rodolfo Garcia (1873-1949)*. Inicialmente, a professora explicitou tratar-se de uma análise sobre a trajetória intelectual de Rodolfo Augusto Amorim Garcia, sócio do IHGB e membro da Academia Brasileira de Letras. Passando, em seguida, à abordagem do tema, analisando o conjunto da produção historiográfica por ele deixada, seus eixos temáticos e a dedicação aos estudos de heurística, detendo-se no exame detalhado das edições por ele revistas e anotadas das obras de Varnhagen, em particular, a obra intitulada *História geral do Brasil*. Por fim, refletindo sobre a hipótese levantada no desenvolvimento da análise, ao perceber que Rodolfo Garcia, ao anotar, comentar, suprimir lacunas e corrigir o texto de Varnhagen, tornou-se coautor da obra do Visconde de Porto Seguro.

Comentários: Os sócios Lourdes Lyra e Arno Wehling, e o convidado Rafael Freitas felicitaram a professora pela relevância do trabalho de análise

realizado e ora apresentado, pela contribuição significativa aos estudos da Historiografia brasileira.

Na sequência, o presidente informou o público sobre a programação da reunião seguinte, na quarta-feira, 3 de agosto, e convidou os sócios para a cerimônia de posse do bispo de Petrópolis, Dom Gregório Paixão, a se realizar nesse mesmo dia, na sala da presidência, às 14:30h.

Por fim, nada mais havendo a tratar o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 15

– Número de visitantes presentes: 12

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Carlos Francisco Moura, Tasso Fragoso Pires, Miranda Neto, Lucia Maria Paschoal Guimarães, Marcos Guimarães Sanches, Vera Lucia Cabana de Andrade, Maria Beltrão, Melquíades Pinto Paiva, Maria Arair Pinto Paiva, Dora Alcântara, Cláudio Aguiar, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Antonio Celso Alves Pereira, José Arthur Rios e Maria de Lourdes Viana Lyra.

15ª SESSÃO DA CEPHAS DE 03 DE AGOSTO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada sem correção. O presidente convoca à Mesa o bispo da Diocese de Petrópolis, Dom Gregório Paixão, que acabara de ser empossado no gabinete da presidência como sócio honorário do IHGB, para apresentar o tema: *A catedral de Petrópolis. Santuário da memória da cidade Imperial.*

Após cumprimentar os membros da Mesa e o público presente, com especial menção aos amigos que vieram de Petrópolis, o novo sócio passou a falar sobre a epopeia que foi a construção da Catedral de Petrópolis, considerando-a como uma história verdadeiramente espetacular – iniciada com compra da Fazenda do Córrego Seco, para a construção de um palácio e uma igreja, pelo decreto imperial de 1843; a construção de uma pequena igreja provisória três anos depois, que funcionou até 1925, quando as fun-

ções religiosas passam a ser realizada na nova sede. Edificada ao longo de 90 anos, desde 1876 e tendo como patronos o Imperador Dom Pedro II e a Princesa Isabel, a vetusta igreja guarda tesouros artísticos ainda desconhecidos do grande público, finalmente colocados à luz do dia pela pesquisa do teólogo e historiador que ocupa, hoje, a função de bispo da Diocese onde foi construído o magnífico templo.

Comentários: A sócia Maria de Lourdes Lyra e o visitante Luís Severiano cumprimentaram o expositor pela excelência da apresentação que tanto interesse despertou. Tendo a sócia sugerido a inclusão de uma visita por ele guiada ao templo, no programa da CEPHAS, tradicionalmente realizada no dia ou na quarta-feira mais próxima ao aniversário do imperador Pedro II, sendo aceita plenamente pelo expositor e por todos os presentes.

Na sequência, o presidente chamou à Mesa a sócia Maria Luiza Penna, para – em nome do IHGB e pelo vínculo familiar – prestar a homenagem ao sócio, João Camilo de Oliveira Torres, pela passagem do centenário de seu nascimento. Após cumprimentar os membros da mesa e demais presentes, a expositora falou sobre o papel ocupado pelo homenageado na história intelectual brasileira, ressaltando a importância do seu pensamento e das reflexões referentes ao estudo da instituição monárquica e elaboradas ao longo da vida. Intitulando o tema: *João Camilo de Oliveira Torres. O homem interino e a monarquia*, centrou a atenção nos estudos que o autor realizou sobre: a Questão Imperial; a discussão sobre os meandros do fazer político brasileiro; o traçado relevante do Brasil do século XIX, estabelecendo comparações entre os regimes monárquico e republicano, apontando as semelhanças e dissimelhanças. Enfim, destacou o prêmio Joaquim Nabuco por ele recebido da ABL, em 1958, pela sua obra maior *A Democracia Coroada*, tendo recebido da escritora Raquel de Queiroz a apreciação de que o autor premiado associava “*a incorruptibilidade da sua paixão monárquica a uma compreensão clara e ampla do drama da democracia no Brasil*”.

Comentários: Os sócios Arno Wehling, Maria de Lourdes Lyra, Luís Felipe de Seixas Correa, Marcílio Marques, Maria Arair Paiva e os visitantes Luís Severiano e Bruno Antunes de Cerqueira saudaram a expositora pela pertinência da homenagem prestada ao historiador estudioso da instituição monárquica.

Por fim, o presidente lembrou que não haveria sessão nas duas semanas seguintes, em virtude da realização das Olimpíadas Rio/2016 e, nada mais havendo a tratar, encerrou a sessão convidando os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 15

– Número de visitantes presentes: 29

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Maria Luiza Penna Moreira, Marcílio Marques Moreira, Cybelle de Ipanema, João Eurípedes Franklin Leal, Fátima Argon, Tasso Fragoso Pires, Alberto Venâncio Filho, Miranda Neto, Melquíades Pinto Paiva, Maria Arair Pinto Paiva, Dora Alcântara, Cláudio Aguiar, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Antonio Izaias da Costa Abreu, e Maria de Lourdes Viana Lyra.

16ª SESSÃO DA CEPHAS DE 24 DE AGOSTO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior que foi aprovada sem correção. Em seguida o presidente convidou à Mesa o sócio Melquíades Pinto Paiva para apresentar o tema: *Origem, evolução e decadência da pesca de lagostas no Brasil*.

Após cumprimentar os presentes e dedicar a apresentação à memória do importante cientista brasileiro recentemente falecido, Antônio Aduato Fonteles-Filho, o expositor – utilizando o recurso da projeção de imagens e apoiado em dados resultantes dos trabalhos de pesquisa da equipe de cientistas do Ceará, do qual fez parte –, passou a explanar sobre a questão dos desmandos de gestão responsáveis pelo atual estado de sobrepesca dos estoques de lagostas do gênero *Panulirus White* no Brasil; que resultou no aumento da área de exploração e dos custos de captura, com reflexos diretos sobre a queda da produção e produtividade ao longo do período de 1955 a 2009.

Comentários: os sócios Arthur Rios, Maria de Lourdes Lyra, Miguel Monteiro, João Eurípedes Franklin e o visitante Pedro Geiger felicitaram o expositor pela profundidade do conhecimento e a excelência da análise apresentada, que despertou grande interesse e provocou animado debate.

Na sequência, após registrar a presença do sócio emérito correspondente da Bahia, Edvaldo Boaventura, em visita ao IHGB, o presidente convidou à Mesa o segundo expositor, o sócio correspondente português, Miguel Monteiro, para apresentar o tema *Das invasões holandesas do Brasil de 1624-1630 à Paz de Haia de 1661: o papel de Portugal*. Após agradecer o convite,

cumprimentar os presentes e expressar sua satisfação por falar mais uma vez na CEPHAS, o professor passou à exposição do tema. Abordando a questão por meio dos seguintes itens: Portugal e as consequências da União Dinástica; atitude da Holanda em relação ao Ultramar português; os holandeses no Brasil; causas e consequências da restauração de 1640; a luta contra os holandeses no Brasil até à sua capitulação; as negociações de paz.

Comentários: Os sócios Luís Felipe de Seixas Corrêa, Dora Alcântara, Edivaldo Boaventura e o visitante Pedro Geiger cumprimentaram o expositor levantando questões sobre o que que fora apresentado. Em seguida, o sócio Seixas Corrêa fez a divulgação do Seminário Brasil-Espanha promovido pela USP, Fundação Conselho-Espanha Brasil, Embaixada da Espanha no Brasil e o Consulado Geral da Espanha em São Paulo, no próximo dia 2 de setembro. Com o objetivo de oferecer por meio de conferências e mesas-redondas, uma visão detalhada da influência e a participação da Espanha na história brasileira. Dentre os expositores convidados, o sócio Seixas Corrêa, Antonio Terrasa Lozano, da Universidade de Évora, Ramon Villares, da Universidade de Santiago de Compostela, Marília Canovas, Ignácio Poveda, da USP, Carlos Ivan Simonsen Leal, da Fundação Getúlio Vargas, José Pérez Rial, do Hospital Samaritano, Amílcar D'Avila de Melo, José Carlos Brandi Aleixo e Vamireh Chacon da UnB, sendo os dois últimos também sócios do IHGB.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão convidando os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 18

– Número de visitantes presentes: 10

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Maria Beltrão, Miguel Monteiro, Cybelle de Ipanema, João Eurípedes Franklin Leal, Miranda Neto, Melquíades Pinto Paiva, Maria Arair Pinto Paiva, José Arthur Rios, Dora Alcântara, Carlos Francisco Moura, Vera Lucia Cabana de Andrade, Edivaldo Machado Boaventura, Miridan Britto Falci, Vasco Mariz, Regina Wanderley, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, e Maria de Lourdes Viana Lyra.

17ª SESSÃO DA CEPHAS DE 31 DE AGOSTO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Victorino Chermont de Miranda

Coordenação: Vera Lucia Cabana Andrade

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou todos os presentes e registrou a presença da Sra. Marena Isdebski Salles, viúva do historiador do Pará e sócio do IHGB – Vicente Salles. Em seguida, solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada sem correção. Na sequência, o presidente chamou à Mesa a convidada Lúcia Garcia, doutora em História e professora adjunta da Faculdade de Educação da UERJ, para apresentar o tema “História, política e sociabilidade no Brasil: a coleção de cardápios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”.

Após cumprimentar os presentes e manifestar sua satisfação de participar mais uma vez da CEPHAS, a autora do livro “*Para uma História da Belle Époque: a coleção de cardápios de Olavo Bilac*”, publicado pela Academia Brasileira de Letras e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e prefaciado por Alberto da Costa e Silva, informou que a comunicação em tela registra os resultados parciais da pesquisa que desenvolve atualmente na primorosa coleção de “*menus*” pertencentes ao Arquivo Histórico do IHGB. A expositora destacou a riqueza gráfica do acervo e discorreu sobre os critérios metodológicos de uma investigação que toma os impressos efêmeros como objeto de pesquisa, baseando-se em teóricos da História cultural, como Lucien Febvre e Carlo Ginzburgo. A abordagem desvelou aspectos da cultura política da época e das redes de sociabilidades estabelecidas em determinados contextos, por meio da interpretação dos “alimentos como símbolos sociais” e das análises da composição dos cardápios, além de expôr refinamento gastronômico da elite, a relação de convivas e o trânsito das autoridades políticas e dos vultos sociais nos banquetes.

Comentários: o presidente Victorino Chermont e os sócios Arthur Rios, Tasso Fragoso, Miranda Neto e Vera Cabana cumprimentaram a expositora pela profundidade e originalidade da análise apresentada, que despertou grande interesse.

Na sequência, após assumir a presidência da sessão, por motivo de força maior, que obrigou Victorino Chermont a se ausentar, Arthur Rios convidou à Mesa o sócio correspondente Carlos Francisco Moura, para apresentação do livro *Liceu Literário Português: Ensino e Cultura 1868-2016*. O pesquisador-autor agradeceu o convite e expressou sua satisfação em apresentar mais um trabalho na CEPHAS. O expositor, utilizando o recurso da projeção de imagens do livro, apresentou os principais itens do tema tratado: A fundação da associação literária, em 1868, e sua transformação em instituição de ensino gratuito. Neste, Carlos Moura assinala os seguintes aspectos: A era de Martins de Pinho, Conde de Alto Mearim; A era de José Rainho da Silva Carneiro; A comemoração do centenário (1868-1968); O Dr. Pizarro e a Ordem Camoniana; O Liceu e as artes: desenho, pintura, teatro, música; O Instituto

de Língua Portuguesa; Instituto Luso-Brasileiro de História; A Revista Confluência; Os Convênios com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e com a Universidade de Coimbra; encerrou sua apresentação destacando a atuação modernizadora do Dr. Antônio Gomes da Costa.

Comentários: Os sócios Vera Cabana, Miranda Neto e o convidado Paulo de Albuquerque Maranhão corroboraram os cumprimentos de Arthur Rios que destacou a excelência da pesquisa de recuperação da obra cultural da colônia portuguesa, produto do trabalho filantrópico e silencioso de comendadores e homens de comércio portugueses.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 7

– Número de visitantes presentes: 7

Relação dos sócios presentes: Victorino Chermont de Miranda, Carlos Francisco Moura, José Arthur Rios, Miranda Neto, Tasso Fragoso Pires, Antonio Izaias da Costa Abreu e Vera Lucia Cabana de Andrade.

18ª SESSÃO DA CEPHAS DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Victorino Chermont de Miranda

Coordenação: Lucia Maria Paschoal Guimarães

Os trabalhos foram abertos pelo vice-presidente do IHGB, Victorino Chermont de Miranda, que cumprimentou os presentes e solicitou à sub-coordenadora da CEPHAS a leitura da ata da sessão anterior, sendo a mesma aprovada sem correção. Em seguida, chamou à Mesa o convidado Roberto Schmidt de Almeida para expor a comunicação “As linhas de pesquisa da Geografia Física do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Roberto Schmidt de Almeida é doutor em Geografia pela UFRJ, fez carreira como geógrafo no IBGE, onde se dedicou a pesquisas de campo e de gabinete, cujos resultados estão consolidados em expressiva produção bibliográfica. É membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Roberto Schmidt de Almeida agradeceu o convite para se apresentar na CEPHAS e dirigiu uma saudação especial a Cybelle de Ipanema e a Pedro Pinchas Geiger, dois pioneiros no estudo da geografia no Rio de Janeiro, pre-

sentes na plateia. Acompanhado de exibição em powerpoint, o autor dividiu sua intervenção em duas partes: na primeira apresentou um esboço histórico dos estudos de Geociências na década de 1940. Abordou a fundação do IBGE e o desenvolvimento das linhas de pesquisa da Geografia Física nos anos iniciais desse órgão do governo. Apontou os principais geógrafos que na época se dedicavam ao campo da Geografia Física, seus mentores brasileiros e estrangeiros, detendo-se naqueles cujos focos de investigação recaíam sobre questões do meio ambiente. Examinou, também, as respectivas contribuições acadêmicas. Na segunda parte, depois de discorrer sobre o percurso da disciplina no Brasil, analisou as causas do divórcio entre a Geografia Humana e Econômica e a Física, que ocorreu nos anos 60 e 70, tanto no âmbito do IBGE, quanto nas Universidades.

Comentários: Cybelle de Ipanema e Pedro Pinchas Geiger agradeceram a deferência e teceram comentários a respeito do objeto da comunicação. Os sócios José Arthur Rios e Ismênia de Lima Martins cumprimentaram o expositor e levantaram questões pertinentes, que foram por ele devidamente respondidas.

Após essas intervenções, Victorino Chermont de Miranda convocou à Mesa a convidada Rogéria Moreira de Ipanema, para apresentar a comunicação “Trans-histórias, o dentro por fora nos foras de dentro: a Academia Imperial das Belas Artes e o debate da Escola Realista no Brasil (2016 - 200 anos da Escola de Belas Artes)”. Rogéria de Ipanema é doutora em História pela UFF; professora adjunta do Departamento de História e Teoria da Arte e do Programa de Pós-graduação em Artes Visuais da UFRJ. Membro de associações científicas nacionais e estrangeiras, e autora de diversas obras sobre a arte no Brasil oitocentista.

Rogéria de Ipanema agradeceu o convite e externou sua satisfação de voltar a se apresentar na CEPHAS, para tratar de tema sobre a história da Escola de Belas Artes, que neste ano completa o seu bicentenário. Com base em farto material iconográfico, Rogéria analisou um exemplo das trans-histórias que envolveram a Academia Imperial das Belas Artes no período do Segundo Reinado, em torno da difusão da escola Realista no Brasil, seus métodos e conceitos. O tema foi alvo dos periódicos no ano de 1876, a partir dos folhetins publicados na *Gazeta de Notícias* pelo pintor e fotógrafo Insley Pacheco e Julio Huelva, uns dos pseudônimos do arquiteto e conservador de museus Alfredo Camarate. A polêmica gerou defesas e contestações sobre as motivações e legitimidade do Realismo, tanto no campo teórico da pintura como na metodologia de seu ensino. Em meio a este duelo público de ideias, o jornalismo político-humorístico da *Revista Ilustrada*, como mais um mediador social a expandir os espaços de discussão, desenhava o cenário de confronto

entre os debatedores, assim como projetava os destinos da arte na Academia segundo a nova corrente.

Comentários: Os sócios Ismênia de Lima Martins, José Arthur Rios, Lucia Guimarães e Victorino Chermont de Miranda, bem como os convidados Olinio Gomes Coelho e Luís Severiano Soares Rodrigues cumprimentaram a expositora pela estimulante palestra e levantaram questões pertinentes, seguindo-se animado debate.

Sessão pinga-fogo: a Professora Doutora Luisa Iotti, da Universidade de Caxias do Sul, pediu a palavra para registrar o seu contentamento de visitar pela primeira vez a sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, convidada pela sócia Ismênia de Lima Martins. Assinalou, ainda, a grata satisfação de poder assistir a uma sessão da CEPHAS.

Nada mais havendo a tratar, Victorino Chermont de Miranda encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café no terraço do IHGB.

Frequência: assistentes

– Número de sócios presentes: 10

– Número de convidados: 17

– Relação dos sócios presentes: Victorino Chermont de Miranda, Carlos Francisco Moura, José Arthur Rios, Miranda Neto, Tasso Fragoso Pires, Cybelle Moreira de Ipanema, Cláudio Aguiar, Dora Alcântara, Maria Beltrão e Lucia Guimarães

19ª SESSÃO DA CEPHAS DE 21 DE SETEMBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Lucia Maria Paschoal Guimarães

Os trabalhos foram abertos pelo presidente do IHGB, Arno Wehling, que cumprimentou os presentes e solicitou à subcoordenadora da CEPHAS a leitura da ata da sessão anterior, sendo a mesma aprovada sem correção. Em seguida, chamou à Mesa o sócio Miranda Neto, para expor a comunicação “Vicente Salles e seu legado”.

Miranda Neto agradeceu o convite para se apresentar na CEPHAS e dirigiu uma saudação especial à Sra. Marena Isdebshi Salles, viúva de Vicente Sales, presente no auditório, pelo apoio que recebeu durante a pesquisa de-

envolvida sobre o seu esposo. Acompanhado de material iconográfico, exibido em powerpoint, o autor discorreu sobre a vida e a obra deixada por Vicente Salles, com quem conviveu pessoalmente. Vicente foi um dos maiores pesquisadores e difusores da história e da cultura amazônicas. Destacou-se pelos estudos da presença negra no Pará e deixou inúmeros livros e artigos além de pesquisas ainda inéditas em diversas áreas – história, antropologia, música, folclore, literatura, teatro. Foi sempre ativo militante em prol da luta do amazônida na preservação do ambiente e de sua identidade cultural tanto no folclore quanto na música e, sobretudo, do seu peculiar jeito de falar, viver e sobreviver.

Comentários: A convidada Marena Isdebshi Salles cumprimentou o expositor, frisando emocionada que a palestra retratara fielmente os principais aspectos da vida e da obra do intelectual amazônida. Ressaltou, ainda, que o legado das suas investigações é bem mais amplo do que se supõe e no momento reúne este material para futuras publicações. Miranda Neto agradeceu o comentário e indicou aos presentes que na sala da CEPHAS há uma exposição de algumas das obras que compõem a bibliografia deixada por Vicente Salles.

Após essas intervenções, Arno Wehling convocou à Mesa o sócio João Eurípedes Franklin Leal para apresentar a comunicação “A Rota Imperial da Estrada Real São Pedro de Alcântara”.

João Eurípedes agradeceu o convite e externou sua satisfação de voltar a se apresentar na CEPHAS, para tratar de tema sobre a história do seu estado natal, o Espírito Santo. Apoiado em farto material iconográfico, analisou a documentação disponível sobre a Estrada Real, mandada construir por d. João VI, com o propósito de estabelecer a ligação entre a então capitania do Espírito Santo e Ouro Preto, na região da minas. Discorreu, também, sobre o trabalho de campo desenvolvido para comprovar a existência desta via de comunicação e recuperar o seu traçado original, lembrando que a estrada foi construída entre 1714-1816 pelo governador da capitania do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim da Fonseca, por ordem do Príncipe Regente D. João ligando Ouro Preto a Vitória. Destacou que a Estrada utilizou antigos caminhos indígenas (Piabirus) para a definição de seu traçado. O expositor assinalou ainda que no século XVIII havia a preocupação de impedir o contato entre a capitania de Minas Gerais e a do Espírito Santo, para evitar o contrabando, política abandonada com a construção da Estrada Real.

Uma Estrada Real, lembrou o orador, destinava-se a atender aos viajantes, moradores e tropeiros, possuindo largura média de três metros, tendo

instalados pequenos quartéis numa distância de cerca de vinte quilômetros, destinados a vigilância do caminho.

Comentários: Os sócios José Arthur Rios, Almirante Senna Bitencourt e Miranda Neto, bem como os convidados Carlos Mendonça, Luís Severiano Soares Rodrigues e Paulo Albuquerque Maranhão cumprimentaram o expositor pela estimulante palestra e levantaram questões pertinentes, seguindo-se animado debate.

Sessão pinga-fogo: o convidado Paulo de Albuquerque Maranhão pediu a palavra para cumprimentar os palestrantes e lembrar o transcurso de algumas efemérides: dia 19 de agosto, dia do Historiador; dia 15 de agosto centenário da primeira utilização de tanques em combate, pelos ingleses, na Batalha de Somme. Assinalou, também, a sua participação em dois eventos: na mesa-redonda no Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, sobre a origem da fundação da cidade São Luís, quando defendeu a precedência portuguesa sobre a francesa; no Congresso Internacional de Genealogia e Heráldica, realizado em Glasgow, na Escócia em agosto passado; por fim, informou que haverá em novembro próximo, em Buenos Aires, evento relativo à Guerra da Tríplice Aliança.

Nada mais havendo a tratar, Arno Wehling encerrou a sessão e convidou os presentes tradicional café no terraço do IHGB, lembrando que na próxima semana.

Frequência: assistentes

– Número de sócios presentes: 16

– Número de convidados: 17

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Victorino Chermont de Miranda, Carlos Francisco Moura, Miridan Britto Falci, João Eurípedes Franklin Leal, José Arthur Rios, Miranda Neto, Tasso Fragozo Pires, Cybelle Moreira de Ipanema, Cláudio Aguiar, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Maria Arair Pinto Paiva, Melquíades Pinto Paiva, Marcos Guimarães Sanches, Maria Beltrão, Armando de Senna Bittencourt e Lucia Guimarães.

20ª SESSÃO DA CEPHAS DE 28 DE SETEMBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling.

Secretária *ad hoc*: Miridan Falci

O presidente abriu os trabalhos, na Sala Pedro Calmon, convidando para integrarem a Mesa o presidente do Pen Club do Brasil, Cláudio Aguiar, e a presidente da Academia Brasileira de Arte, Heloisa Aleixo Lustosa, representando as instituições copromotoras da presente sessão em homenagem ao centenário de nascimento do sócio Marcos Almir Madeira(1916/2016), antigo orador do Instituto. Após a leitura e aprovação da ata do dia 21 de setembro, elaborada por Lucia Guimarães, e lida pela secretária *ad hoc*, foi chamado José Arthur Rios como primeiro orador para lembrar, como colega de juventude, o homenageado.

José Arthur Rios destacou o conhecimento com Marcos Almir Madeira, em Niterói, onde foram colegas de liceu, e lembrou a sua produção em livro de memórias, crônicas e poemas. Caracterizou-o como um fino escritor, com alma de *conteur*, onde distingue, na sua descrição de Niterói, os cafês, as ruas, as esquinas, os jardins e a vida cotidiana de Niterói, além de possuir ensaio sobre Machado de Assis, Oliveira Viana, de quem foi seguidor, e Raul Pompéia. Seria, também, um verdadeiro humanista. Alma lírica e generosa relembra o apoio que deu ao escritor Antônio Carlos Villaça, abrigando-o no Pen Clube e até escolhendo um acompanhante para o mesmo. Elegante na fala e no traje, com o seu chapéu e sua bela indumentária, sucedeu a Lacombe na Academia Brasileira de Letras. Atuou como escritor e intelectual de renome junto ao IHGB, como orador exemplar e como presidente do Pen Clube do Brasil.

Em nome do Pen Clube, falou Claudio Aguiar, distinguindo a presença do homenageado em várias instituições: ABL, Pen, IHGB, ABA, chamando a atenção para sua trajetória como homem de letras e artes, ligado à sociabilidade e amizade. Revela as palavras de Madeira sobre Proust, identificando a fundação e o caráter do Pen Clube. Deu-se a todos e cultuava o saber e a amizade.

A seguir, Victorino Chermont de Miranda, representando a Academia Brasileira de Arte, destacou, em Madeira, a inteligência, o brilho da palavra, a solidez da cultura. Capaz de reunir e sistematizar e aplaudir todas as correntes literárias, de espírito fidalgo e acolhedor. Sendo entre nós o orador para isso eleito, notabilizou-se pela sensibilidade de suas orações, de espírito com grande intuição e criatividade. Victorino lembra o apadrinhamento de vários elementos de letras e artes chamados por Madeira para a Academia de Arte, tais como Celso Kelly, Heloisa Lustosa e muitos outros. Sua preocupação era a ocupação dos quadros institucionais por pessoas de nível intelectual, sociabilidade, conhecimento. Lembrou ainda a sua alegria de viver, interpretando-a como uma forma de arte. Estava sempre de bem consigo mesmo,

pois a vida para ele era uma festa. O *savoirfaire* pode caracterizá-lo e usando suas palavras, era um “Homem de Marca”, pela inteligência e fidalguia.

Na sequência, manifestou-se Heloisa Lustosa, agradecendo como presidente da Academia de Arte a oportunidade de estar presente nessa sessão e confirmando tudo o que os oradores disseram sobre Marcos Almir Madeira.

Pela família do homenageado, falou sua filha Maria Cristina Madeira. Agradecendo a homenagem a seu pai, distingue-o pela sua pluralidade na convivência e acolhe tudo o que os palestrantes proferiram. Lembra que, passados treze anos de sua morte, certamente teria dificuldades em viver com a política atual do país. Costumava dizer: sou velho, mas não estou envelhecido. A vida para mim começa todas as manhãs.

Encerrando os trabalhos, o presidente Arno Wehling agradeceu a participação das várias instituições que hoje compareceram ao convite de homenagem a Marcos Almir Madeira. Relembra a festividade dos 80 anos de Marcos no IHGB, em 1986, de que foi um dos que o saudaram. Madeira foi professor de Arno na Faculdade Nacional de Filosofia em 1966, de sociologia geral, e distinguiu as características de suas aulas, tais como a profundidade das interpretações, a sua intensa criação, o pouco sistematismo e a ênfase nos chamados quadros mentais e suas permanências. Era a época das análises das longas e curtas durações do espaço histórico e Marcos era entusiasta dessa interpretação dos momentos históricos. Lembra, ainda, da sua análise da dualidade comunidade x nacional, na interpretação do que seria a educação escolar e todas as dicotomias daí resultante. Marcos foi ardoroso seguidor do pensamento de Oliveira Viana e um verdadeiro humanista na abordagem da educação. Também o distinguiu no caráter de sociabilidade acadêmica no PEN com uma direção caracterizada pelo aprimoramento da convivência e tolerância. Marcos foi diretor do Arquivo do Estado, e ali realizou um excelente trabalho, como Raul Lima fazia no Arquivo Nacional. Foi também delegado do MEC, participando de um grupo de pesquisa nessa delegacia com ênfase em História e Fontes. Sociabilidade + Literatura + Educação o transformaram num “Homem de Marca”, nome defendido por ele para determinados homens nacionais. Suas obras, *Ensaio*, *Memórias*, *Fronteira sutil*, *Posições Vanguardistas e Ironia e outros temas* mostram o seu valor como esteta, excelente escritor, de ironia suave, espírito crítico, perspectiva do mundo, sua preocupação com o estilo e a forma, com a perspectiva do mundo, com a sociabilidade. Era também um homem de conversa. Admirava-o também na sua identificação com o IHGB. Conviveu na diretoria do IHGB entre 1966 e 2003, sempre transmitindo alegria e amizade. Arno lembra, ainda, a bondade e companheirismo da esposa Duília e agradece a presença de filhas e outros membros da família do homenageado. E encerra lembrando o lema da posse

de Marcos Almir Madeira em 1972 no PEN: “Pela convivência intelectual com todos os povos, acima de toda política, por uma política cultural acima da classe, da crença e da cor.”

Frequência:

– Número de sócios: 15

– Número de convidados: 20

– Relação de sócios presentes: Arno Wehling, Victorino Chermont de Miranda, Carlos Francisco Moura, José Arthur Rios, Miranda Neto, Tasso Fragoso Pires, Cybelle Moreira de Ipanema, Cláudio Aguiar, Miguel Frederico do Espírito Santo, Vera Lucia Cabana de Andrade, Maria Arair Pinto Paiva, Melquíades Pinto Paiva, Marcilio Marques Moreira, Armando de Senna Bittencourt e Miridan Britto Falci.

21ª SESSÃO DA CEPHAS DE 05 DE OUTUBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes e solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior, tendo sido aprovada pelos presentes. Foi então chamada à Mesa a convidada Luciene Pereira Carris Cardoso – mestre e doutora em História pela UERJ e pesquisadora visitante junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da PUC-Rio – para apresentar o tema *A rede de sociabilidades do Barão de Rio Branco e a defesa da soberania territorial brasileira*.

Centrando a análise na atuação do Barão do Rio Branco na solução do conflito territorial com a Argentina e com a Guiana Francesa – empreendimento que envolveu representantes de diversas legações diplomáticas no exterior e a colaboração de algumas personalidades brasileiras e europeias que pertenciam ao seu círculo de sociabilidades –, a expositora destacou a colaboração de dois conhecidos geógrafos franceses, Emile Levasseur e Élisée Reclus, no desenrolar de tais litígios, verificando a contribuição de tais estudiosos no desenrolar do litígio com a Argentina e na defesa dos interesses franceses na região disputada entre o Brasil e a Guiana Francesa. Explicitando que a pesquisa realizada na correspondência oficial localizada no Arquivo do Itamaraty, além de ressaltar o papel de Rio Branco no desenvolvimento das investigações científicas de tais intelectuais franceses, permitiu ampliar

a compreensão dos espaços de sociabilidades existentes no final do século XIX, bem como as articulações criadas com autores estrangeiros, identificando àqueles que contribuíram nas elaborações teóricas, assim como para a fundamentação das pesquisas de Rio Branco. No final da apresentação a professora ofertou à Biblioteca do IHGB o livro de sua autoria: *Intelectuais, militares, instituições na configuração das fronteiras brasileira (1883-1903)*, recém editado pela Ed. Alameda Casa Editorial.

Comentários: Os sócios Alberto Venâncio, Arno Wehling, Lúcia Guimarães e o visitante Luís Severiano cumprimentaram a expositora e levantaram questões interessantes sobre o tema das sociabilidades.

Em face da saída do presidente Arno Wehling, forçado a atender outro compromisso, a presidência da sessão foi ocupada pelo sócio Victorino Chermont de Miranda, que chamou à Mesa o convidado Túlio Ribeiro – graduado em Ciências Econômicas pela UFBA; pós-graduado em História, pelo IUPERJ; Mestre em História Social, pela USS; Doutorado em Ciência Política, pela UBV (Venezuela) – para apresentar o tema: *A política de estado sobre recursos do petróleo: o caso venezuelano*.

Após agradecer o convite e expressar sua satisfação pela honra de falar sobre suas pesquisas e estudos na CEPHAS/IHGB, o expositor passou à apresentação da análise sobre o processo da inserção do petróleo no capitalismo contemporâneo, abordando especialmente o caso da Venezuela, onde a indústria petrolífera é a maior em receita e em escala mundial de operação e, portanto, a de maior lucratividade. Ressaltando que a mesma marcou o início América Latina a partir da necessidade das nações desenvolvidas pelo principal insumo, o petróleo, para alimentar a acumulação de capital, cuja atividade deixava de constituir um fator econômico e passava a representar uma relação de poder. Narrando o processo histórico a partir do nascimento da “*region oil*”, na Pensilvânia (EUA); da extração do petróleo na Rússia, em Baku; na Pérsia; no México e na Venezuela. Por fim, detendo-se na análise da questão sobre a demanda externa do capitalismo por nações fornecedoras, mas com influência direta da política interna, ressaltando que a Venezuela como a maior reserva mundial do *crudo*, assume decisões políticas influenciada por essa renda. Demonstrando que, mais do que uma vertente, a nação passa a reverberar o embate político de grupos interessados em controlar um produto que mais significa poder do que dinheiro. Situação que permanece até o presente, e que tornou a Venezuela – antes um país despovoado e periférico – transformado em protagonista da geopolítica do petróleo, desde Juan Vicente Gomez, passando por Hugo Chávez, até Nicolás Maduro. No final, o expositor ofertou à Biblioteca do IHGB

o livro de sua autoria: *A política de estado sobre os recursos do petróleo: o caso venezuelano*, recém editado pela Editora Villares.

Comentários: Os sócios Dora Alcântara, Lourdes Lyra, Victorino Chermont, João Eurípedes Franklin Leal e o visitante Luís Severiano cumprimentaram o expositor felicitando-o pela clareza da abordagem precisa e baseada em dados técnicos de uma temática de inquestionável atualidade e necessitada de aprofundamento, levantando questões que acaloraram o debate entre os presentes.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 16

– Número de visitantes presentes: 20

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Victorino Chermont de Miranda, Regina Wanderley, Maria Beltrão, Carlos Francisco Moura, José Arthur Rios, Dora Alcântara, Miranda Neto, Tasso Fragoso Pires, Cybelle Moreira de Ipanema, Cláudio Aguiar, João Eurípedes Franklin Leal, Lucia Guimarães, Vera Lucia Cabana de Andrade, Guilherme Frota e Maria de Lourdes Viana Lyra.

22ª SESSÃO DA CEPHAS DE 09 DE NOVEMBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Maria de Lourdes Viana Lyra

A sessão temática foi realizada na sala Barão do Rio Branco e aberta pelo presidente, que saudou os presentes e solicitou à coordenadora a leitura da ata da sessão anterior, sendo a mesma aprovada sem reparos. Foi então chamado à Mesa o convidado Avelino Romero – historiador, músico e professor de História da Música na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Mestre em História Social do Brasil pela UFRJ (1995); Doutor em História Social pela UFF (2012); autor de *Música, sociedade e política: Alberto Nepomuceno e a República Musical do Rio de Janeiro*, livro publicado pela Editora da UFRJ em 2007; além de ter exercido o cargo de Coordenador-Geral de Ensino Médio do MEC entre 1999 e 2001, e parti-

cipado da fundação da Comissão de Educação Básica do Mercosul –, para apresentar o tema: *História e Música – Recital e conferência*.

Após cumprimentar os presentes e se dizer honrado pelo convite para mais uma vez se apresentar na CEPHAS/IHGB, o expositor passou à abordagem do tema. Inicialmente, comentando sobre os 30 anos de sua atividade de professor dedicado a investigar as aproximações entre Música e História, desenvolvendo trabalhos de pesquisa e apresentações públicas, em que são abordadas as trajetórias dos compositores e aspectos estéticos e históricos das obras. Em seguida, passou a apresentar ao vivo ao piano peças de Chopin, Alberto Nepomuceno e Heitor Villa-Lobos, acompanhadas de comentários sobre o papel do piano no romantismo musical, o significado de Nepomuceno para a consolidação da música de concerto no Brasil e as representações da cultura e sociedade brasileiras presentes no discurso musical de Villa-Lobos.

Comentários: Os sócios Arno Wehling, Lourdes Lyra, Miridan Falci, Vera Cabana, e os visitantes Paulo Albuquerque Maranhão e Rosana Lancellotti felicitaram o professor pela excelência da apresentação, ressaltando a sensibilidade e a maestria demonstrada na execução das peças musicais, além do domínio do conhecimento revelado sobre as conjunturas históricas correspondentes à trajetória dos compositores e ao momento de criação das composições.

Por fim, na Sessão Pinga-Fogo, inicialmente a coordenadora Lourdes Lyra registrou o falecimento da eminente historiadora, Célia Freire D'Aquino Fonseca – professora destacada nos quadros da UFPE, da UFRJ, da USP e saudosa mestra de muitos entre os presentes na sessão –, aos 91 anos, em finais de setembro último, na cidade de São Paulo. Em seguida, o presidente Arno Wehling comunicou o falecimento do professor Hildebrando Campes-trinni, ilustre presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul em 7/11.

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu ao professor pela colaboração e encerrou a sessão, convidando os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

- Número de sócios presentes: 10
- Número de visitantes presentes: 10
- Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Miridan Britto Falci, Carlos Francisco Moura, Miranda Neto, Marcos Sanches, Luiz Felipe de

Seixas Corrêa, Cybelle Moreira de Ipanema, Maria Arair Pinto Paiva , Vera Lucia Cabana de Andrade e Maria de Lourdes Viana Lyra.

23ª SESSÃO DA CEPHAS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Vera Lucia Cabana Andrade

A sessão foi aberta pelo presidente, que cumprimentou os presentes e solicitou à *coordenadora ad hoc da CEPHAS* para proceder à leitura da ata da sessão anterior, que foi aprovada com um pequeno adendo. Em seguida, chamou à Mesa a primeira convidada da tarde, Ana Carolina Delmas – Doutora em História Política pelo PPGH-UERJ – para apresentar a comunicação “*D. Isabel Maria de Bragança - regente de Portugal entre D. Pedro e D. Miguel*”.

A pós-doutoranda em história na UERJ agradeceu o convite, externou sua satisfação em se apresentar na CEPHAS/IHGB e apresentou as dificuldades metodológicas da pesquisa documental referente às seis Infantas com nomes repetidos e papéis destacados na política de casamentos das Cortes de Portugal e Espanha. Em sua análise, a regência de D. Isabel Maria, entre 1826 e 1828, pode ser considerada o ponto alto da história das infantas filhas de D. João VI e D. Carlota Joaquina. Seu papel no governo de Portugal, caracterizado pelo “*rigor na governança e na ordem*”, teve início com a morte do pai e foi marcado pelas disputas sucessórias entre D. Pedro e D. Miguel. Quarta filha do casal de soberanos, auxiliou D. João como secretária em suas funções políticas e, enquanto regente, buscou assegurar o trono para o irmão D. Pedro, segundo “*vontade do pai*”, tendo mais tarde, supostamente, se voltado para o irmão D. Miguel, apoiado pela Rainha Carlota Joaquina. Escolhida pelo próprio pai para assumir a Regência de Portugal, com o “*título de Constitucional*”, entregou relutante o comando do país a D. Miguel. Solteira até sua morte, a infanta mostrou uma postura distinta da mãe e das irmãs, alinhando-se com a do pai e do irmão mais velho, e participou ativamente dos acontecimentos políticos dos oitocentos.

Comentários: os sócios Fernando Tasso Fragoso, Edivaldo Boaventura, Vera Cabana e o presidente Arno Wehling cumprimentaram a expositora pela singularidade e profundidade da pesquisa sobre uma “*figura histórica controvertida e pouco estudada*”, nas palavras da própria autora.

Na sequência foi chamado à Mesa o sócio emérito, Edivaldo Machado Boaventura, para apresentar o tema: “*A volta de D. Clemente Silva Negra à Bahia*”. Após saudar os presentes e valendo-se de recursos da multimídia, o expositor esclareceu que a comunicação em tela trata da vida e sepultamento de D. Clemente, que nasceu em 17 de julho de 1903, em Schonar (Floresta Negra), na Alemanha, vindo para a Ordem Beneditina na Bahia, em 1922. Depois de ordenado, em 1982, empreendeu viagem de estudos sobre arte em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha. De volta ao Brasil, ensinou no Colégio de São Bento do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador. No Rio de Janeiro, trabalhou no Serviço do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1959, voltou a Salvador para instalar e dirigir o Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Após a aposentadoria, retornou ao Rio, vindo a falecer no Distrito de Tinguá, Município Engenheiro Paulo de Frontin, em 30 de julho de 1987, aos 84 anos. O Arquiabade Dom Emanuel d’Able do Amaral, do Mosteiro de São Bento da Bahia, acolhendo a solicitação de monges e amigos, trasladou a urna com os restos mortais de Dom Clemente do Rio de Janeiro para a Arquibadia de São Sebastião, no Mosteiro de São Bento da Bahia, em Salvador. Assinalando a contribuição de Dom Clemente, como sócio do IHGB, Dom Arquiabade Emanuel fez doação de obras para o acervo do Instituto, a saber: 1) *Catálogo dos Bispos/ Gerais/ Provinciais/ Abades e mais cargos da Ordem de São Bento do Brasil – 1582-1975*. Por D. José Hoyr Endrey, Monge de São Bento. Salvador, Bahia - MCMLXXVI, 2 volumes. 2) *Os dois escultores Frei Agostinho da Piedade e Frei Agostinho de Jesus e o arquiteto Frei Macário de São João*. Por Dom Clemente Maria da Silva-Negra, Monge Beneditino. Universidade Federal da Bahia, 1971. 3) *A Ordem de São Bento no Brasil quando província – 1582-1827*. Por D. José Hoyr Endrey, Monge de São Bento. s/data. 4) *Coleção de Livros do Tombo do Mosteiro de São Bento da Bahia*. Coordenação Geral Alicia Duhá Lose e Dom Gregório Paixão, OSB. Memorial de Arte, Salvador, 2016, 5 vol. que alcançam um período histórico de cerca de 400 anos, do século XVI ao XIX.

Comentários: os convidados Paulo Pereira e Luís Severiano Rodrigues e o sócio Fernando Tarso Fragozo cumprimentaram o expositor pela apresentação e abordagem do tema. O presidente Arno Wehling saudou o confrade, agradeceu a doação dos livros e lembrou que Dom Clemente, além de se notabilizar como “*arquivista-mor da Ordem Beneditina*”, foi um “*grande paleógrafo*”.

Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão, convidando os presentes para o tradicional café, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes: 7

– Número de visitantes presentes: 23

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Fernando Tasso Frago-
so Pires, Carlos Francisco Moura, Edivaldo Machado Boaventura, Miranda
Neto, Maria Arair Pinto Paiva e Vera Lucia Cabana de Andrade.

24ª SESSÃO DA CEPHAS DE 23 DE NOVEMBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Victorino Chermont de Miranda

Coordenação: Vera Lucia Cabana Andrade

A sessão foi aberta pelo presidente, que saudou os presentes e solicitou à *coordenadora ad hoc* da CEPHAS para proceder à leitura da ata da sessão anterior, que foi inteiramente aprovada. Em seguida, chamou à Mesa as sócias Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Tânia Bessone e Lucia Maria Paschoal Guimarães, para iniciarem a apresentação da Sessão Temática *Minerva Brasiliense*. Leituras.

Lucia Bastos agradeceu ao IHGB a oportunidade de apresentação e lançamento do livro. Sublinhou, como organizadora, que este foi um “projeto coletivo dos dois lados do Atlântico”, com abordagem multidisciplinar, por meio da confluência entre a literatura, a história política, cultural, das ciências, das ideias e a geografia. O produto cultural ora apresentado, permitiu o estudo compartilhado entre Brasil e Portugal, unindo professores da Uerj, PUC-Rio, UFGS e da Universidade de Coimbra, por meio do intercâmbio entre o Laboratório Redes de Poder e Relações Culturais da Uerj e o Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra, multiplicando as possibilidades de interpretação do objeto de análise: as páginas do *Minerva Brasiliense – Jornal de Letras, Ciências e Artes – Jornal de variedades dedicado à leitura e ao ensino do cidadão da época*.

Tânia Bessone acrescentou, aos agradecimentos ao IHGB, seus agradecimentos aos bolsistas de pós-graduação e aos alunos de IC, e, ao Editor da Contra Capa. Explicou que estabeleceu um tratamento metodológico da prosopografia, sendo possível criar um padrão de biografias coletivas, por meio dos perfis dos autores, editores, redatores e colaboradores, nominados nas seções do *Minerva Brasiliense*. Esse mapeamento permitiu detectar redes de sociabilidades culturais entre intelectuais do Brasil, de Portugal e da França.

Lucia Guimarães expressou seus agradecimentos ao IHGB pela acolhida do trabalho e passou à apresentação, como organizadora, dos capítulos e autores da Coletânea, que compreende nove capítulos de temas e abordagens distintas. O primeiro, de autoria de *Lucia Maria Bastos P. Neves* – “*Nas páginas de Minerva Brasiliense*” – traça um panorama do contexto histórico em que a publicação surgiu, detalha sua características, analisa o papel da História e da Política em seus artigos, comenta a circulação de ideias entre o *Minerva* e outras publicações de época, e, analisa as razões apontadas para sua extinção. *Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira* – “*Minerva Brasiliense: redatores, colaboradores, publicistas*” – faz o confronto de biografias dos principais colaboradores do *Minerva Brasiliense*. Elabora quadros de redes de intelectuais que evidenciam a existência de políticos dotados de boa cultura literária e de literatos que, mais tarde, se tornariam políticos. *Lucia Maria Paschoal Guimarães* – “*Minerva Brasiliense: narrativas de viagem, política e polêmica*” – se debruça sobre as narrativas de viagem, a política e a polêmica nas páginas da publicação. Chama a atenção para a originalidade da seleção dos relatos publicados, assinados por três brasileiros e um peruano, que considera tanto um reforço da intenção manifestada pelos redatores de valorizar as letras nacionais, quanto um traço que distingue esses textos dos demais do gênero que circulavam no Brasil de então, quase sempre assinados por europeus. *Luciene Pereira Carris Cardoso* – “*Minerva Brasiliense: geografia*” – volta-se para o estudo da Geografia e constata que, ao lado da História, essa área do conhecimento era considerada um saber estratégico por excelência, para a formação de uma consciência nacional: a exaltação das riquezas naturais do território brasileiro. *Alex Gonçalves Varela* – “*A divulgação do saber científico no Império do Brasil: a seção de Ciências do periódico Minerva Brasiliense*” – analisa que os textos escritos publicados por estudiosos preocupados em tornar públicas suas investigações, eram trabalhos densos, detalhados, que caracterizam a produção científica do país já no século XIX. *Maria Aparecida Ribeiro* – “*A narrativa e o teatro em Minerva Brasiliense: entre a marca nacional e o modelo francês*” – examina a nacionalidade literária brasileira e discute ainda o que há de “nacional” e de “importado” nas narrativas e textos dramáticos publicados pelo periódico. *Regina Zilberman* – “*Poesia lírica em Minerva Brasiliense*” – faz uma análise desse gênero bastante contemplado pelo periódico, onde figuram pelo menos vinte e cinco poetas nacionais, dentre eles: Joaquim Norberto, Teixeira e Sousa e Araújo Porto Alegre. *Manuel Ferro* – “*Da tuba canora às ressonâncias da harpa, címbalos, sistros e tambores: o canto épico e outros cantos nas páginas de Minerva Brasiliense*” – discute o papel desempenhado pelo poema épico, gênero literário por excelência para a expressão e afirmação dos traços de identidade das novas nações, centrando-se no caso específico

do contexto brasileiro. Antônio Pedro Pita – “Entre a “fadiga da construção” e o “orvalho do céu”. Notas para uma interpretação da estratégia doutrinária de *Minerva Brasiliense*” – no ensaio filosófico reflete sobre os limites e as possibilidades da revista como objeto do estudo interdisciplinar, cuja elaboração e publicação só foi possível em função do apoio concedido pelo CNPq. A expositora arremata a apresentação da coletânea destacando que a pesquisa “Entre a Política e as Letras: *Minerva Brasiliense* e seu lugar no mundo dos impressos no Brasil do Oitocentos” viabilizou o encontro dos pesquisadores dos dois lados do Atlântico nela envolvidos. Enfatiza que, o livro ora lançado “pretende ser o início de futuras indagações que possibilitem novos estudos e abordagens das publicações periódicas e do papel que exercem no tecido cultural, político e literário da realidade social de um país cujas contradições e ambiguidades continuam a manifestar-se”.

Agradecendo à contribuição das sócias, o presidente chamou à Mesa as convidadas Maria Aparecida Ribeiro – professora da Universidade de Coimbra, onde dirigiu o Instituto de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras; Luciene Carris – professora doutora em História Política pela Uerj e pesquisadora visitante no PPGHS da PUC-Rio; e o convidado Alex Varela – pós-doutor pelo Departamento de História da Uerj, para também apresentarem suas pesquisas.

Maria Aparecida Ribeiro inicialmente destacou o prazer que foi o trabalho em grupo. Discutiu a importância do conhecido manifesto “Da nacionalidade da literatura brasileira”, de Santiago Nunes Ribeiro, sublinhando seus acertos e equívocos. Apresentou, também, a análise de dois artigos de Joaquim Norberto de Sousa e Silva sobre a literatura brasileira.

Luciene Carris agradeceu às organizadoras a oportunidade do trabalho de pesquisa de aproximação da história com a geografia na *Minerva Brasiliense*. Analisou o discurso sobre o território, característico do pensamento geográfico do Estado Imperial, na seção de noticiário, extraindo informações sobre viajantes e nomes de acidentes geográficos, levantando questões relevantes ao pensamento pragmático geo-histórico, como demografia e astronomia.

Alex Varela também agradeceu às organizadoras a oportunidade de estudar a seção de ciências do *Minerva Brasiliense* como espaço de divulgação da produção dos homens especialistas da época. A análise dos textos ricos em informações exigiam conhecimentos prévios dos assuntos e o diálogo entre os pares. Os artigos sobre as notícias científicas e os relatos de viagens marcam a opção dos autores pelas teorias e métodos das ciências naturais modernas.

Comentários: Os sócios Maria Arair Pinto Paiva, Miranda Neto, Cybelle de Ipanema, Vera Cabana, a convidada Franci Darigo, e o presidente Victorino Chermont parabenizaram todos os apresentadores pelo trabalho de pesquisa multidisciplinar e pela riqueza dos temas e abordagens que compõe a coletânea.

Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão, agradecendo a presença de todos e convidando os presentes para o lançamento do livro “*Minerva Brasiliense. Leituras*”, no terraço do IHGB.

Frequência:

– Número de sócios presentes :13

– Número de visitantes presentes: 20

Relação de sócios presentes: Victorino Chermont de Miranda, Fernando Tasso Fragoso Pires, Carlos Francisco Moura, Miranda Neto, Maria Arair Pinto Paiva, Cybelle de Ipanema, Miridan Falci, Tania Maria Bessone, Douglas Apratto Tenório, Lucia Maria Guimarães, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Dora Alcântara, Antonio Celso Alves Pereira e Vera Lucia Cabana de Andrade.

25ª SESSÃO DA CEPHAS DE 07 DE DEZEMBRO DE 2016

Composição da Mesa dos Trabalhos:

Presidência: Arno Wehling

Coordenação: Lucia Maria Paschoal Guimarães

Os trabalhos foram abertos pelo presidente do IHGB, Arno Wehling, que cumprimentou os presentes, lembrou que esta seria a última sessão da Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas de 2016, e solicitou à subcoordenadora da CEPHAS para proceder à leitura da ata da sessão anterior, sendo a mesma aprovada sem correção. Em seguida, o presidente chamou para compor a Mesa os convidados da tarde, o prof. dr Joaquim Falcão e o Dr. José Ricardo Marques, passando a palavra ao primeiro, para expor a comunicação “O Supremo e a crise brasileira”

Joaquim Falcão é doutor em Educação pela Universidade de Genebra e professor titular da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro. Colabora regularmente em jornais do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Publicou, entre outros livros, *O Supremo*; *O Mensalão*. *Invasões*

Urbanas, A favor da democracia e Reforma eleitoral no Brasil: legislação, democracia e internet em debate.

O professor Falcão manifestou sua satisfação de se apresentar no Instituto Histórico e agradeceu particularmente ao sócio Victorino Chermont de Miranda, seu antigo colega do Colégio Santo Inácio, o convite para participar da sessão da CEPHAS. Pontuou que sua intervenção aborda tema atual e candente, uma vez naquele momento, em Brasília, o Supremo Tribunal Federal estaria reunido para julgar se o presidente do Senado deve ou não permanecer no cargo. Esclareceu que o seu trabalho explora aspectos levantados pelas seguintes fontes: a) *relatório anual Freedom in the World*, da *Freedom House*, órgão voltado para a defesa da democracia, dos direitos políticos e liberdades civis; b) resultados alcançados por dois projetos de investigação desenvolvidos na FGV: o projeto “História Oral do Supremo”, que reúne depoimentos de ministros e ex-ministros, material que dialoga com a história da instituição, assim como o “Banco de dados quantitativos”, montado por matemáticos e juristas, com estatísticas sobre as decisões da Suprema Corte. Joaquim Falcão dividiu a apresentação em três partes: na primeira discorreu a respeito do cenário nacional e internacional, sob a ótica da democracia, da liberdade, da cidadania e do constitucionalismo nos últimos dois séculos; na segunda teceu comentários sobre de que modo a atuação do Supremo Tribunal Federal insere o Brasil neste cenário. Finalmente, fez uma acurada análise das práticas/decisões do Supremo Tribunal Federal no contexto da atual crise política que o país atravessa. Após refletir sobre a distinção entre incerteza judicial e insegurança jurídica, indagou se o Supremo estaria garantindo a segurança institucional e concluiu a intervenção com a seguinte advertência: “Não se pode viver sem o Supremo, mas o Supremo está criando muito problema na democracia brasileira”.

Comentários: os convidados Pedro Pinchas Geiger, Paulo de Albuquerque Maranhão e Cecília Londres, bem como o sócio Arno Wehling cumprimentaram o expositor pela instigante apresentação e levantaram questões pertinentes, seguindo-se animado debate.

Na sequência, o presidente passou a palavra ao convidado José Ricardo Marques, para apresentar a comunicação “Arquivo Nacional – Novas Perspectivas”. José Ricardo Marques é bacharel em direito e pós-graduado em Ciências da Religião pela Universidade Estácio de Sá e em Ciência Política pela UPIS/Brasília. Atualmente, exerce as funções de diretor-geral do Arquivo Nacional e de Presidente do Conselho Nacional dos Arquivos (CONARQ).

José Ricardo externou a sua satisfação de participar da sessão CEPHAS, assinalando a importância do Instituto Histórico no panorama cultural brasileiro. Assinalou que o Arquivo Nacional é a maior instituição do gênero no Brasil, com acervos públicos e privados que contabilizam numericamente mais de 55 km de documentos textuais e mais de um milhão de fotografias, dentre outros suportes. Do ponto de vista qualitativo, a instituição é depositária de parte fundamental da memória do nosso país. Além da Lei Áurea e das constituições outorgadas desde o Império, o AN tem sob a sua guarda diversos outros fundos e coleções preciosas, que são objeto de constantes pesquisas por historiadores e demais investigadores e consulentes. A missão principal do órgão consiste na gestão, na preservação e no acesso aos documentos sob sua custódia. Neste sentido, cabe salientar que há diversas frentes de modernização em vigor, com a perspectiva de inovar as práticas institucionais já estabelecidas. Dentre elas, destaca-se a busca por novas parcerias com universidades e instituições de memória e cultura; maior presença do AN em Brasília, por meio de uma gestão mais unificada entre sua coordenação regional e a sede no Rio de Janeiro; o fortalecimento do AN como órgão central do SIGA; a transformação do AN em um equipamento (multi) cultural, com suas portas abertas à sociedade; a criação da I Semana Nacional de Arquivos, prevista para ter lugar em junho de 2017; a ampliação do acesso à informação, com a digitalização de novos acervos disponibilizados na internet; e o desenvolvimento de ações educativas voltadas para públicos variados. Finalmente, no que diz respeito ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), José Ricardo destacou seu empoderamento e o apoio à construção de arquivos municipais.

Ao final da exposição, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional.

Nada mais havendo a tratar, Arno Wehling encerrou a sessão e convidou os presentes para o tradicional café no terraço do IHGB, lembrando que na próxima semana, no dia 13 de dezembro, às 17 horas, haverá o lançamento do livro “Colégio Pedro II. Polo cultural da cidade do Rio de Janeiro”, de autoria da sócia Vera Cabana e da professora Beatriz Boclin.

Frequência: assistentes

– Número de sócios presentes: 15

– Número de convidados: 23

– Relação dos sócios presentes: Arno Wehling, Victorino Chermont de Miranda, Fernando Tasso Fragozo Pires, Carlos Francisco Moura, Miranda Neto, Cybelle de Ipanema, Carlos Wehrs, Pedro Geiger, Maria Cecília Lon-

dres, Guilherme Pereira das Neves, Dom João de Orleans e Bragança, João Eurípedes Franklin Leal, Cláudio Aguiar, Vera Lucia Cabana de Andrade e Lucia Maria Paschoal Guimarães.

III – INFORMES ADMINISTRATIVOS

III. 1 – Atos do Presidente

EDITAIS E PORTARIAS

Edital nº 01/16

Ficam convidados os associados eméritos, titulares e correspondentes brasileiros a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária no dia 24 de fevereiro, em primeira convocação às 13:00h, em segunda convocação às 15:00h, com o quorum previsto no art. 20º do Estatuto, com a seguinte ordem do dia: Revisão Estatutária. Alteração do Estatuto e Regimento. Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 02/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios honorários brasileiros em decorrência do falecimento do sócio Luiz Felipe Palmeira Lampreia. Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 03/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios eméritos em decorrência do falecimento do sócio Walter Fernando Piazza. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 04/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios correspondentes brasileiros em decorrência do falecimento do sócio Ático Frota Villas Boas da Mota. Rio de Janeiro, 04 de abril de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 05/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios eméritos em decorrência do falecimento do sócio Luiz de Castro Souza. Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 06/16

Ficam convidados os sócios eméritos, titulares e correspondentes brasileiros a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária no dia 24 de maio, em primeira convocação às 13:00h, em segunda convocação às 15:00h, com o quorum previsto no art. 20 do Estatuto, com a seguinte ordem do dia: Prestação de Contas 2015; Previsão Orçamentária 2016; Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 10 de maio de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 07/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios honorários brasileiros em decorrência do falecimento do sócio Jarbas Gonçalves Passarinho. Rio de Janeiro, 13 de junho de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 08/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios correspondentes estrangeiros em decorrência do falecimento do sócio Thomas Skidmore. Rio de Janeiro, 20 de junho de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 09/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios eméritos em decorrência do falecimento do sócio João Hermes Pereira de Araújo. Rio de Janeiro, 02 de julho de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 10/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios titulares em decorrência do falecimento do sócio Evaristo de Moraes Filho. Rio de Janeiro, 29 de julho de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 11/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios titulares em decorrência do falecimento do sócio Hélio Leoncio Martins. Rio de Janeiro, 03 de agosto de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 12/16

Ficam convidados todos os funcionários a se reunirem no dia 23 de agosto às 14:30h, para apreciação de Acordo Coletivo de Trabalho. Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 13/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios titulares em decorrência do falecimento do sócio Paulo Werneck da Cruz. Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Edital nº 14/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por determinação estatutária, declara aberta a vaga no quadro de sócios correspondentes brasileiros em decorrência do falecimento do sócio Hildebrando Campestrini. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Portaria nº 01/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acordo com o Estatuto do IHGB e o Regulamento que instituiu os Núcleos de Pesquisa do IHGB, RESOLVE: Criar o Núcleo e Laboratório de Arqueologia do IHGB, nos termos propostos pela sócia emérita Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão. O Núcleo e Laboratório de Arqueologia do IHGB funcionará na sala 204 do Edifício Pedro Calmon. Rio de Janeiro, 22 de junho de 2016. Arno Wehling, presidente.

Portaria nº 02/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Nomear para a Comissão da Revista os sócios: Lucia Maria Paschoal Guimarães, Eduardo Silva, Esther Caldas Bertoletti, Maria de Lourdes Viana Lyra e Mary Lucy Murray del Priore, cabendo à primeira o cargo de Diretora. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Portaria nº 03/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Nomear para o Conselho Editorial da Revista os sócios: Arno Wehling (presidente), Antonio Manuel Dias Farinha, Carlos Wehrs, José Murilo de Carvalho, Lucia Maria Bastos Pereira das Neves, Manuela Mendonça, Maria Beatriz Nizza da Silva e Vasco Mariz. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Portaria nº 04/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Nomear para o Conselho Consultivo da Revista os membros: Aniello Angelo Avella, Antonio Manuel Botelho Hespanha, Edivaldo Machado Boaventura, Fernando Camargo, Geraldo Mártires Coelho, Guilherme Pereira das Neves, José Marques, Junia Ferreira Furtado, Leslie Bethell, Luís Cláudio Villafañe, Marcus Joaquim de Carvalho, Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira, Mariano Cuesta Domingo, Miridan Britto Falcí, Nestor Goulart Filho, Renato Pinto Venâncio, Stuart Schwartz, Ulpiano Bezerra de Meneses e Victor Tau Anzoategui. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2016. Arno Wehling, presidente.

Portaria nº 05/16

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no uso de suas atribuições, RESOLVE: Designar para compor a Comissão Organizadora das Atividades Relativas ao Bicentenário da Independência do Brasil, sob a coordenação do primeiro: Arno Wehling, Armando de Senna Bittencourt, Cybelle Moreira de Ipanema, José Murilo de Carvalho, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Maria de Lourdes Viana

Lyra, Sergio Paulo Muniz Costa e Victorino Coutinho Chermont de Miranda.
Rio de Janeiro, 19 de outubro de 2016. Arno Wehling, presidente.

III. 2 – Relatórios Setoriais

ARQUIVO

Relatório de Atividades

Período 21 de outubro de 2015 a 21 de outubro 2016

Práticas Arquivísticas

As execuções das atividades arquivísticas permanecem presentes na rotina do Arquivo:

- Reorganização física do material existente no acervo;
- Catalogação dos documentos que foram reorganizados;
- Análise dos documentos manuscritos;
- Pesquisas para identificação e classificação da documentação;
- Acondicionamento da documentação em material próprio;
- Higienização e reparo dos documentos;
- Atendimento aos Consulentes;
- Levantamento estatístico da documentação consultada.

Para realização destas e demais tarefas contamos com o empenho de dois estagiários da APAR, que são de grande auxílio para execução e progresso das atividades.

Tratamento do Acervo

- Catalogação de Arquivos Privados

No mês de maio/2015 iniciou-se o projeto “Inventário Sumário de Arquivos Privados”, a fim de organizar-se a documentação referente aos Arquivos Privados que possuem pouco ou nenhum tratamento, este projeto teve continuidade no decorrer deste período. Para sua realização contamos com a contratação de dois estagiários de História da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), atualmente estamos com apenas um estagiário e até o presente momento inventariamos os seguintes arquivos:

Affonso Costa

Arthur Cezar Ferreira Reis

Eva Manuel Tórtima

Francisco Negrão de Lima

Levi Carneiro

Ruy Vieira da Cunha (em andamento)

- Organização dos documentos.

Reorganização física, acondicionamento e higienização dos Álbuns, Obras Raras e documentos da mapoteca. Além dos tratamentos citados, os documentos da Mapoteca sofreram alteração em sua notação arquivística, sendo substituída para uma notação mais adequada.

- Análise da documentação a catalogar

Juntamente com o diretor do Arquivo, professor Jaime Antunes, está em curso a etapa de análise e separação de documentos a catalogar acumulados durante grande período de tempo no Arquivo.

Esta etapa visa conhecer o material acumulado, verificar o que é passível de expurgo e, na separação identificar a qual Coleção/Fundo o documento pertencerá.

- Revisão dos Inventários

O Arquivo está procedendo à revisão e padronização dos Inventários dos Arquivos Privados já catalogados para sua publicação diretamente em nosso *site*.

- Cadastramento no sistema dos Documentos Navais

Este cadastramento está suspenso, pois a Marinha do Brasil está digitalizando este acervo para disponibilização no sistema de utilizado pela Marinha (AtoM) .

- Identificação de documentos em mau estado

Identificação e separação dos documentos em mau estado a fim de montar uma relação de prioridades para restauração.

- Identificação dos documentos transferidos

O Arquivo possui grande volume de documentos que com o passar dos anos foram transferidos fisicamente dentro do Arquivo ou para outros setores. O objetivo deste trabalho é, a partir de um instrumento (planilha), conseguir localizá-los rapidamente.

- Termo de Cooperação

O Instituto firmou junto ao Arquivo Nacional, Termo de Cooperação que visa ao auxílio do Arquivo Nacional na conservação e restauro de documentos.

Este Termo inclui também o empréstimo de *scanner* a fim de digitalizarmos as fichas catalográficas da Sala de leitura referentes aos Documentos Textuais e Iconografia para disponibilização deste material em nosso site.

Enriquecimento do acervo

Adquiridos por compra – FARP/ Leilão

Memorabilia Política

- Convite do governador do Rio de Janeiro, Engenheiro Leonel Brizola, para o ato comemorativo de sua posse – 1 página – ano 1983;

- Programa oficial da Inauguração de Brasília, 21/04/1960.

Capa com Brasão de armas do Brasil em dourado e fita verde e amarela e no interior os eventos dos dias 20 a 23 de abril de 1960;

- Selo com estampa do rosto em perfil de Getúlio Vargas (Getúlio Dornelles Vargas), com os dizeres: “Ele disse: trabalhador alista-te e vota no Partido Trabalhista Brasileiro”

- Programa do Banquete em homenagem a Getúlio Vargas (Getúlio Dornelles Vargas), presidente da República em 13/03/1940 em Porto Alegre.

O programa contém a programação musical, o cardápio e a relação dos membros da Comissão de Homenagens

- Discurso pronunciado pelo Dr. Luthero Vargas, na sessão de 02/10/1953 na Câmara dos Deputados

- Cédula do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB):

Frente:

Na moldura da cédula – acima a inscrição “Partido Trabalhista Brasileiro” e abaixo a inscrição “Paróquia do Sacramento”, nos cantos o numeral 5.

Na parte de cima, abaixo da moldura a inscrição “Getúlio Vargas” e na parte de baixo, acima da moldura “Candidato do Povo”.

Foto ao centro de Getúlio Vargas e nas laterais da foto a sigla do Partido – PTB.

À esquerda da foto na vertical, de um lado a frase “Ele Voltará” e à direita a frase “Para o Bem do Povo”.

Verso:

Na parte de cima, abaixo da moldura, a frase “O povo confia em Geraldo Moreira”. No centro desenhos de cinco casas representando uma rua e na parte de baixo acima da moldura a frase: “Casas para o trabalhador no Governo de Getúlio Vargas” e nos cantos o numeral 5.

- Panfletos de Propaganda Eleitoral:

Panfleto de Carlos Frias candidato a Vereador da União Democrática Nacional;

Panfleto de Jorge Jabour candidato a Deputado Federal da União Democrática Nacional;

Panfleto dos candidatos a Senador: Aducto Lucio Cardoso, suplente José Lessa Bastos e Euclides Figueiredo, suplente Mário Newton;

Panfleto com música “Pirata da Perna de Pau” e letra criticando Getúlio Vargas;

- Candidatura do Tenente-Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República:

- envelope das cédulas de votação – de um lado instruções de como votar e do outro a foto de Eduardo Gomes;

- panfleto com o nome dele e do Vice Odilon Duarte Braga;

- panfleto com foto e a inscrição: “Para Presidente pelo bem do Brasil Eduardo Gomes” (tam. 5cm x 4cm);

- panfleto com foto de Eduardo Gomes e uma senhora. Inscrição “Vote no Brigadeiro! Um continuador de nossas tradições” (tam. 5cm x 4cm);

- panfleto estilo selo com foto de Eduardo Gomes e a inscrição “Pela redenção do Brasil UDN – vote em Eduardo Gomes” (tam. 4cm x 3cm);

- Cartaz do candidato a Deputado Federal Abdias Nascimento em 1982.

- Cartaz com foto do candidato à direita e à esquerda o poema “*O sangue e a esperança*” – data: Rio, 14 de março de 1982.

- Abaixo a inscrição: Em Defesa da Família Negra

- Governador: Brizola

- Senador: Saturnino

- Deputado Federal: Abdias Nascimento

- Impresso na Secretaria do Movimento Negro do PDT

Efêmeras:

- Cardápio de almoço em homenagem ao General Lima Camara, pelos Clubes Carnavalescos e Federação Metropolitana das Sociedades Carnavalescas e Recreativas. 22/06/1947.

- Na frente imagem de Max La Liebre (do desenho “A Tartaruga e a Lebre”).

- Cardápio do banquete oferecido ao Exm^o. Sr. Visconde de Figueiredo, no salão de honra do Cassino Fluminense, por seus amigos.

- Monograma do Visconde de Figueiredo em alto relevo na cor dourada. 26/07/1888.

- Homenagem da “*Comissão Constructora da Avenida Central*” ao Engenheiro André Gustavo Paulo de Frontin.

A homenagem é composta por desenhos coloridos e iluminuras nas iniciais do nome e título de Paulo de Frontin, assinada por todos os participantes.

Autor: Theod. Braga. 17/09/1905.

- Fatura da Fundação de Ferro e Bronze Gandra, Soares & C^a, situada na Rua da Saúde nº 86, datada de 09/07/1896 em nome da Companhia Petropolitana;

- Cartão de visita

Na frente: Josué de Castro – Professor da Universidade do Brasil.

No verso a dedicatória manuscrita “Com beijos da Anna Maria – 25/03/1953”.

Doações / Comodatos:

- Doação de Franci Machado Darigo – Cópia do Termo de Batismo de Benjamin Constant Botelho de Magalhães datado de 26/03/1837;

Atendimentos

Pedidos de reprodução: 268 documentos.

Finalidade: Pesquisas acadêmicas, projetos editoriais e documentários, biografias, pesquisa de histórico familiar, reportagens.

Pedidos não atendidos: 123 pesquisas e solicitações de reproduções realizadas por *e-mail*.

Os pedidos não foram atendidos por desistência dos consulentes, por estarem os documentos em mau estado, por motivo de direitos autorais ou para preservação do acervo.

A Sala de Consulta totalizou 1.356 atendimentos, contabilizados conforme quadro a seguir:

Mês	Iconografia	Textuais	Microfilmes	Códices	CD/DVD
nov/15	6	89	---	5	2
dez/15	6	97	---	3	6
jan/16	---	---	---	---	---
fev/16	23	145	---	9	---
mar/16	2	216	---	4	---
abr/16	1	52	---	3	---
mai/16	2	103	---	11	---
jun/16	3	129	---	10	1
jul/16	16	212	---	14	6
ago/16	1	73	---	2	1

set/16	4	60	---	7	1
out/16	2	26	---	3	---
Total	66	1.202		71	17
Total Geral	1.356				

Participação em Exposições

O Arquivo participou das exposições internas do Instituto, disponibilizando documentos de seu acervo.

Visitas ao Arquivo

Neste período não houve visitas ao Arquivo.

Conclusão

O Arquivo tem como meta organizar, catalogar e proporcionar a recuperação dos documentos, a fim de otimizar e agilizar as consultas com eficiência para a satisfação dos clientes internos e externos.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2016.

Sônia Nascimento de Lima

Chefe do Arquivo

BIBLIOTECA

Relatório das atividades

Período de outubro de 2015 a outubro de 2016

1 – Atividades de rotina:

Agradecimentos, registro, catalogação e arranjo das publicações recebidas.

Higienização das publicações e encadernação, quando necessária.

Análise das publicações, com descarte das duplicatas.

Digitalização das publicações correntes.

Colocação no computador, com nova catalogação, do acervo antigo, que ainda se encontra em fichas datilografadas.

Atendimento a consultas internas e externas.

Estatística dos livros recebidos e do movimento da Sala de Leitura.

Colaboração no Noticiário do IHGB: “Algumas Pesquisas” e “Livros Recebidos”.

- Autorização para reprodução de documento.
- Atendimento aos consulentes na Sala de Leitura.
- Atendimento a pesquisas dos sócios do IHGB.
- Apoio às mostras do Museu do IHGB.
- Apoio técnico ao Portal do IHGB.
- 2 – Atividades desenvolvidas:
 - Restauração de livros raros: 03 v.
 - Encadernação corrente: 73 v.
- 3 – Enriquecimento do acervo:
 - Comodato Arno Wehling: 44 v.
 - Comodato: Victorino Coutinho Chermont de Miranda: 08 v.
 - Doações:
 - Marilda Correia Ciribelli: 34 v.
 - Melquíades Pinto Paiva: 145 v.
 - Cenilde Loch Vieira da Cunha: 40 v.
 - Pedro Henrique de Miranda Rosa: 23 v.
 - Marena Isdebski Salles: 13 v.
 - Compra (FARP) – 07 v.
 - Compra (Leilão) – 06 v.
- 4 – Automação do acervo:
 - Total de títulos disponíveis para consulta na Internet: 33.570 títulos
- 5 – Visitas à Biblioteca:
 - Prof. Dr. Samuel Barbosa, Prof. Dr. Airton Seelaender, Prof. Dr. Edson Fachin – Congressistas do Congresso Internacional Cem Anos do Código Civil (1916-2016).
 - Guillaume Pierre – Adido Cultural do Consulado da França no Rio de Janeiro.
- 6 – Mostras:
 - Congresso Internacional Cem Anos do Código Civil (1916-2016)
 - Seminário Belém 400 Anos
 - II Curso Ao Encontro da Memória: reflexões em torno de uma história comum
 - Seminário Varnhagen 200 Anos
 - Curso Missão Artística Francesa

7 – Empréstimo de obra rara da Biblioteca do IHGB (James Henderson, A history of Brazil), para a exposição “Leopoldina, a princesa da Independência, das Artes e da Ciência”, realizada no Museu de Arte do Rio – MAR, de 12 de julho de 2016 a 28 de março de 2017.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2016
Maura Macedo Corrêa e Castro
Chefe da Biblioteca

ICONOGRAFIA

Relatório de Atividades

21 de outubro de 2015 a 21 de outubro de 2016

Tratamento do Acervo

Continuidade do projeto “Organização do Acervo Iconográfico”, que visa organizar, inicialmente, o acervo iconográfico referente às atividades do IHGB: CEPHAS, Posses, Sessões Magnas, Seminários, Conferências, além de inaugurações de espaços internos do Instituto e demais eventos que tenham sido registrados fotograficamente. Durante o período foi identificada e organizada a Iconografia dos anos de 1972 a 1994.

Para a realização deste projeto contamos com a contratação de dois estagiários, em momentos distintos, das cadeiras de História e Arquivologia da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO).

Este projeto pretende ainda organizar, além da Iconografia referente às atividades do IHGB, a Iconografia adquirida por compra ou doações e a variada Cartofilia existente em nosso acervo. No momento este Projeto está suspenso.

Enriquecimento do acervo

Adquiridos por compra – FARP/ Leilão

- Álbum dos Pintores Brasileiros Famosos – Cícero Dias, Djanira, Di Cavalcanti, Enrico Bianco, Ismael Nery, Lasar Segall, Maria Leontina, Milton Dacosta, Portinari, Roberto Magalhães, Rego Monteiro, Vanda Pimentel, Visconti e Volpi – Texto de Mario Barata, publicado em co-edição pela Editora Fontana Ltda e a Livraria Cultura Ltda. – 23 páginas – ano 1975;

- Fotografia que retrata a visita do Cardeal Giovanni Baptista Montini, então Arcebispo de Milão e futuro Papa Paulo VI, ao Brasil a convite do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Visita à PUC/RJ por ocasião da inauguração do computador eletrônico.

Da esquerda para a direita vê-se – Reitor da PUC/RJ, padre Arthur Allonso; presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira; cardeal Montini e o diretor da Escola de Engenharia e Departamento de Informática, professor Hélio Drago.

De frente e ao fundo o governador do Estado da Guanabara, embaixador José Sette Câmara, à sua frente o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara que tem a seu lado esquerdo o reitor da Universidade do Brasil, Professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt. 13/06/1960.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 2016.

Sônia Nascimento de Lima

Chefe do Arquivo

HEMEROTECA

Relatório das atividades

Período de outubro de 2015 a outubro de 2016

A Hemeroteca segue com o propósito de promover o acesso, a recuperação, o armazenamento e preservação da informação que tem extensão ao atendimento virtual.

Atividades rotineiras

Catálogo e arranjo dos periódicos recebidos.

Higienização das publicações e encadernação.

Informação às pesquisas solicitadas pelos sócios do IHGB, pelos consulentes e por emails.

Agradecimento dos periódicos recebidos.

Continuidade do índice de assuntos e índice onomástico para fazerem parte da 2. ed. da obra *De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB*, do prof. Arno Wehling.

Elaboração do índice onomástico do livro Rio 450 anos.

Acervo

Base de artigos de periódicos: 9.863 itens.

Base das atas da R.IHGB: 14.599 itens.

Base de títulos de periódicos: 6.334 itens.

Fascículos de periódicos: 109.501 itens.

Foram consultados 340 periódicos.

Aquisição de periódicos:

Doação

Doação de 190 números da revista *Ciência e Cultura*, editada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

Compra

Ilustração Brasileira: Rio de Janeiro, 7 set. 1921 ; 15 nov. 1921

Intercambio

A permuta da *R.IHGB* com 131 instituições entre nacionais e estrangeiras encontra-se em dia.

Conservação e restauração do acervo:

Periódicos digitalizados

Pelo Brasil

O Bandeirante

Diário Fluminense – 2º sem. 1825

Diário Fluminense – 1º sem. 1826

Diário Fluminense – 2º sem. 1826

Restauração

Gazeta de Lisboa Occidental, 1750. Serviço feito pela restauradora Cleide Messi.

Encadernação

Foram encadernados 32 periódicos. Em alguns deles foram aproveitadas as capas originais. Serviço feito pela Moura Encadernação.

Mostras

400 anos de Belém

Exposição Clóvis Beviláqua

Digitalização

Foram reproduzidas 5127 imagens.

Equipe:

Auxiliar de Serviços Gerais – José Antônio de Salles Gusmão

Auxiliar de Biblioteca – Wantony Lencastre Lima

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2016.

Celia da Costa

Chefe da Hemeroteca

MAPOTECA

Relatório das atividades

Período de outubro de 2015 a outubro de 2016

A mapoteca durante o ano de 2016 teve o foco principal na revisão e digitalização dos mapas, organização e acondicionamento dos atlas que dará continuidade no ano seguinte.

Atendimento

Foram atendidos 91 solicitações de consulta.

Digitalização

Foram digitalizados 15 mapas:

Carta da Província de S. Paulo / pelo engenheiro E. Stevaux. São Paulo: J. Martin, 1883. 1 mapa: col. 84 x 120 cm.

Carta do Estado de Goiaz / organizada pelo agrimensor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo. [Rio de Janeiro]: 1902. 1 mapa: col. 95 x 63 cm.

Carta topográfica da Real Fazenda de Santa Cruz. [184-?]. 1 mapa col. 98 x 54 cm.

Demonstração da Ponta dos Búzios, e pescarias da costa de Cabo Frio, tirada por Eu' Mapa irregular, que a câmara da dita cidade mandou em ponto Largo à sua Majestade. [Rio de Janeiro, 17--?]. 1 mapa: col. ; 31 x 42 cm.

Esboço do Mapa do Estado da Bahia: com indicação dos trabalhos da Inspeção de Obras contras as secas / Ministério da Viação e Obras Públicas. [19--?]. 1 mapa: col. ; 74 x 50 cm.

Ilha do Governador. [19--?]. 1 mapa: col. 33 x 54 cm.

Mappa da Província do Espírito Santo / organizado na Inspectoria Geral das Terras e Colonização, pelos engenheiros C. Cintra e C. Rivierre e mandado imprimir pelo Ex. Snr. Cons. Thomaz José Coelho de Almeida. Rio de Janeiro: 1878. 1 mapa: col. 80 x 55 cm.

Mappa demonstrativo: do traço da Estrada que se projecta abrir desde a margem esquerda do Rio Parnahyba na Província do Maranhão até a direita do Rio Capim do Grão Pará. 1870. 1 mapa: col. ; 51 x 46 cm.

Mappa do Estado Bahia contendo a rêde geral da viação férrea. 1913.

Mappa do Rio Capim (Estado do Pará) / organizados pelos Drs. J. Huber e E. A. Goeldi, 1897-1898. 1897. 1 mapa: col. ; 38 x 31 cm.

Mappa geographico da Ilha de Joannes ou Marajó / por Antônio Luiz Pinto Montenegro. Rio de Janeiro: 1906. 1 mapa: col. 52 x 70 cm.

Parte da fronteira do Brasil com a Bolívia em Matto Grosso. [1903].

Planta da Cidade de Goyaz / levantado por H. Morize, Alípio Gama. Rio de Janeiro: [1940?].

Planta da medição da sesmaria patrimonial da cidade do Rio de Janeiro, executada em 1753-1755 e julgada por sentença / J. da Costa Ferreira. [Rio de Janeiro: Instituto Cartográfico Canabrava Barreiros], 1964. 1 mapa: col. 60 x 70 cm.

Províncias de Minas Geraes e do Espírito Santo: composto sobre os últimos mappas existentes e de acordo com as estatísticas e demarcações officaes. Rio de Janeiro: 1882. 1 mapa: col. 51 x 67 cm.

Encadernação

Foram encadernados 10 atlas. Em alguns deles foram aproveitadas as capas originais. Serviço feito pela Moura Encadernação.

Atlas classique et universel de géographie ancienne et moderne, composé pour l' instruction de la jeunesse et notamment pour lès ecoles militaires et lès lycées / par P. Lapie a S. M. l'Empereur et Roi. Paris: Picquet [géographe, graveur], 1812. 1 atlas: 39 mapas col. 33 x 25 cm. Coleção Tereza Cristina.

Atlas complet du précis de la géographie universelle de M. Malte-Brun dressé... par M. Lapie. Paris: François Buisson, 1812. 1 atlas (1 v.): 75 mapas col. ; 34 x 25 cm. Malte-Brun, M. 1755-1826. Coleção Tereza Cristina.

Atlas do Imperio do Brazil comprehendendo as respectivas divisões administrativas, ecclesiaticas, eleitoraes e judiciárias: dedicado a sua Majestade o Imperador o Senhor D. Pedro II, destinado á instrucção publica do Imperio, com especialidade á dos alumnos do Imperial Colégio de Pedro II. Rio de Janeiro: Lith. Instituto Philomathico 1868. Almeida, Candido Mendes de, 1818-1881.

Atlas do Imperio do Brazil / organizado segundo os dados officaes e existentes e gravado por Cláudio Lamellino de Carvalho . Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin 1885. 1 atlas: 28 mapas col. (1 dobrado): 48 cm. Coleção Manuel Barata.

Atlas do Imperio do Brazil / segundo os dados officaes existentes e outros docuemtos fornecidos pelo ex. sr. Cons. Barão Homem de Mello e tenente coronel de engenheiros Francisco Antonio Pimenta Bueno e pelos mesmos revisto organizado e gravado por Claudio Lomellino de Carvalho ; editado por Angelo Agostini e Paulo Robin. Rio de Janeiro: Lith. Paulo Robin 1882. 1 Atlas: 23 mapas col.: 37 cm.

Collectanea de mappas da cartographia paulista antiga abrangendo nove cartas, de 1612 a 1837, reproduzidas da colecção do Museu Paulista e acompanhadas de breves comentários por Affonso d'Escragnole Taunay. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1922. 1 atlas: (1 v.): 9 mapas ; 32 x 24 cm. Taunay, Affonso d'Escragnole.

Fleuves de l' Amérique du Sud 1877-1879 / par Le docteur Jules Crevaux...; missions du Ministère de l'Instruction Publique ; publié par la So-

ciété de Géographie. Paris [França]: Sociéte de Géographie, 1883. [80]f. de estampas: il., 40 mapas ; 29 x 32cm. Crevaux, Jules, 1847-1882.

[Itinerário de Raimundo José da Cunha Mattos desde o Rio de Janeiro até os confins da província de Goiás, com os do Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais]. Rio de Janeiro: Lith. De Vr. Larée, 1836-1838. 4 mapas ; 40 x 56 cm. Matos, Raimundo José da Cunha, 1776-1839. Coleção Manuel Barata.

Johnson's new illustrated family atlas, with descriptions, geographical, statistical and historical / compiled, drawn, and engraved under the supervision of J. H. Colton and A. J. Johnson. New York: Johnson and Browning (successores to J. H. Colton and Company, 1866).

Question des limites du Bresil et la Guyane Anglais. Paris [France]: du-courtioux et Huillard 1903. 1 atlas [2] p., [90]f. de estampas: mapas, fac-sims.: 59cm. Coleção Manuel Barata.

Exposições

400 anos de Belém.

Equipe:

Auxiliar de Serviços Gerais – José Antônio de Salles Gusmão

Auxiliar de Biblioteca – Wantony Lencastre Lima

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2016.

Celia da Costa

Chefe Interina da Mapoteca

MUSEU

Relatório das atividades

Período de outubro de 2015 a outubro de 2016

Atividades Gerais

Seguindo os parâmetros de trabalho já existentes e executados diariamente, buscou-se novos desafios para dinamizar as atividades do setor de museologia; fora traçado um planejamento anual em que se previram determinadas ações dinamizando a sequência mais lógica no trabalho com o acervo dentro de sua diversidade.

Desenvolveu-se planilha onde se buscou contemplar as tipologias diversas de acervo dentro de uma escala e por períodos de tempo, entretanto não foi possível seu desenvolvimento na totalidade por tratar-se de setor com atividades fora da Reserva Técnica, mas a planilha orientou de forma a não privilegiar tratamento de apenas um grupo do acervo.

O desenvolver das atividades museológicas em reserva foi diferenciado, pois forma adquiridas duas mapotecas para acomodação do acervo em têxteis, assim como foi adquirido, também, material para produção de embalagens apropriadas para acomodação de acervo de diversos materiais. O trabalho de catalogação continua sendo desenvolvido.

Fomos também contemplados com a compra de três novas vitrines para exposição permanente (uma para o museu propriamente dito e duas para a sala Barão do Rio Branco).

Enriquecimento do Acervo

O acervo museológico fora acrescentado em 20 peças provenientes de compras, doações e outras incorporações.

Compras

Alfinete de lapela de Propaganda política campanha de Janio Quadros – Mapa do Brasil entrecortado com vassoura e inscrição ao centro JÂNIO VEM AÍ

Bandeja em folha de flandres estampada com Efigies do Dr. Washington Luis e Dr Antonio Prado Júnior – Fabricação da Estamparia Leão – comemoração à Feira de Amostras de 1925 – Distrito Federal

Boton comemorativo das Olimpíadas Rio 2016

Boton comemorativo das Paraolimpíadas Rio 2016

Flâmula campanha eleitoral João Goulart – PTB em papel

Flâmula campanha eleitoral PSD/PTB Juscelino e Jango

Flâmula comemorativa ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional – Rio de Janeiro – 1955 (apresenta imagem do Cristo Redentor sobre cruz)

Flâmula comemorativa ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional – 1955

Flâmula comemorativa ao 4º Centenário de São Paulo – 1954

Flâmula comemorativa ao banquete de homenagem ao Almirante Ernani Amaral Peixoto – 21-3-1956

Flâmula de campanha eleitoral de Jânio Quadros – “ESSES PUNHOS QUE ERGUERAM SÃO PAULO ERGUERÃO O BRASIL”

Flâmula de propaganda eleitoral de Paulo Pimentel para o governo do estado- 1965

Flâmulas em miniatura da campanha eleitoral de Lott

Medalha comemorativa da visita do presidente uruguaio dr. Gabriel Terra ao Brasil – 1935

Prato raso Serviço apresentando ao centro Armas da República

Xícara comemorativa ao XXXVI Congresso Eucarístico Internacional – 1955.

Doações

Retrato (Pintura). Antonio Januzzi (1855-1949). Autor: Rosalbino Santoro (1863-1949)

Doador: Sr. Paulo Roberto Souza e Silva

Prato raso. Serviço Belarmino D’Athaíde. Campo branco, orla com faixa em tom de verde oliva; apresenta armas da família na orla (elmo encimado por folhas de acanto sobre listel onde se lê o nome)

Doador: Dr. Victorino Chermont de Miranda

Retrato (Pintura). João Carneiro da Silva (1781-1851), Barão de Ururai. Autor a identificar

Doadora: Maria da Conceição Beltrão

Medalha comemorativa aos 65 anos do Colégio Brasileiro de Genealogia nos 450 anos da cidade do Rio de Janeiro e centenário de nascimento de Carlos Grandmasson Rheingantz - 2015, outorgada ao IHGB em cerimônia festiva.

Empréstimos de acervo:

Algumas peças do acervo museológico saíram em empréstimo para exposições de grande repercussão no cenário cultural do Rio de Janeiro. Foram elas:

“Leopoldina, a princesa da independência, das artes e da ciência”

Peças emprestadas:

Prato e Lavanda do serviço “Viva a independência”

Prato do versinho

Prato do serviço do Duque de Palmela

“A Missão Artística Francesa no Brasil e seus discípulos”

Busto de Minerva, autoria de Auguste Taunay.

Digitalização de Acervo

A Editora FTD S/A solicitou a concessão da imagem do busto de Camões de autoria de Auguste Taunay para ilustrar livro didático de Artes.

Foram solicitadas imagens para compor a exposição *“Leopoldina, a princesa da independência, das artes e da ciência”*

Retrato D. Pedro I, autor José Leandro de Carvalho

Retrato D. Pedro II, menino, autor desconhecido

Alegoria ao nascimento de D. Maria da Glória, autor Manuel Dias de Oliveira

Aquarela Passagem de Afogados, autor Marins Leandro.

A Editora Cia. Das Letras solicitou imagem da *Roda dos Expostos* a fim de ilustrar a obra “*Machado*” de autoria de Silviano Santiago.

A Editora Artepádivilla solicitou a imagem dos *leques comemorativos à coroação de D. Pedro I e da Organização política do primeiro Império Brasileiro* para ilustrar a obra “*O Brasil na rota da China*” de autoria do sócio professor Júlio Bandeira

A editora Sextante, solicitou cessão de imagem do *retrato à óleo de José de Souza Breves*, para compor a obra “*101 Brasileiros que fizeram história*” de Jorge Caldeira.

Exposições e Mostras

No decorrer do ano social 2015/2016 foram montadas três exposições e uma mostra, tendo sido expostos acervos do arquivo, biblioteca, hemeroteca, mapoteca e museu, sempre que atendessem ao assunto abordado. Foram elas:

Exposição Belém 400 anos

Exposição do Centenário de criação do Primeiro Código Civil Brasileiro – Clóvis Beviláqua e o Código Civil

Exposição Varnhagen

Mostra para ilustrar o II Encontro de História – Brasil -Portugal

Visitação

Total de 195 visitantes ao museu

Total de visitantes em exposições e mostras 50 visitantes

A estatística acima foi feita pela contagem de assinaturas nos respectivos livros, porém não retratam a realidade, pois em eventos diversos, os convidados, por vezes, não registram sua passagem nos livros do museu e de exposições temporárias por já terem registrado suas presenças no livro de registro de eventos do IHGB.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 2016.

Magda Beatriz Vilela

Museóloga – 0391-I COREM 2ª Região

III. 3 – Publicações Recebidas

LIVROS RECEBIDOS

- ABI-ACKEL, Ibrahim. *A caminho do leste: história da primeira fase da Questão do Contestado entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo*. Brasília: Senado Federal, 2016. 221 p.
- AGUIAR, Cláudio et al. *PEN Clube do Brasil 80 anos: 1936-2016: literatura e liberdade de expressão*. Rio de Janeiro: PEN Clube, 2016. 215 p.
- ALBUQUERQUE, Samuel (Org.). *José Calasans e Sergipe*. São Cristóvão, SE: Ed. UFS, 2016. 196 p.
- ALBUQUERQUE, Samuel. *A carta da condessa: família, mulheres e educação no Brasil do século XIX*. São Cristóvão, SE: Ed. UFS, 2016. 164 p.
- ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva de; BRITO, Stella Regina Soares de; SANJAD, Thais Alessandra Bastos Caminha (Org.). *Azulejaria em Belém do Pará: inventário, arquitetura civil e religiosa, século XVIII ao XX*. Brasília: IPHAN, 2016. 344 p.
- ALMEIDA, Francisco Inácio de (Org.). *O último secretário: a luta de Sebastião Malina*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002. 319 p.
- ANCHIETA, José de. *Cartas inéditas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Documentação, 1989. 69 p.
- ARAÚJO, Denílson da Silva. *Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte: (1940-2006)*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. 350 p.
- ARAUJO, Emanuel; Schwarcz, Lilia Moritz; SILVA, Ruy Souza e. *Tornar-se escravo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2016. 176 p.
- BADARÓ, Murilo. *Bilac Pinto: o homem que salvou a República*. Prefácio Célio Borja. Rio de Janeiro: Gryphus, 2010. 292 p.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A desordem mundial: o espectro da total dominação: guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 643 p.
- BAPTISTA, Fernando. *Elisa Lynch: mulher do mundo e da guerra*. Apresentação Ricardo Vélez Rodriguez. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007. 550 p.
- BARATA, Carlos Eduardo; GASPAS, Claudia Braga. *A Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas na formação de Jardim Botânico, Horto, Gávea, Leblon, Ipanema, Lagoa e Fonte da Saudade*. 1. ed. Rio de Janeiro: Cassará, 2015. 280 p.

- BARRETO, Lima. *Cartas de um matuto e outros causos*. Organizador Rogério Nascimento. Campina Grande: EDUFCG, 2016. 244 p.
- BARROS, Lílíam Cristina da Silva; ADADE, Ana Maria (Org.). *Memórias do Instituto Carlos Gomes: 1895-1986*. Belém: Impr. Oficial do Estado, 2012. 234 p.
- BEZERRA, Antônio Carlos Marinho. *Careiro da Várzea: história, memórias e atualidades*. Manaus: Valer, 2016. 355 p.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Portugal). *Joaquim Heliodoro da Cunha Riva-ra: 1809-1879*. Lisboa: BNP, 2009. 74 p.
- BITTENCOURT SAMPAIO, Sérgio. *Música: velhos temas, novas leituras*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. 326 p.
- BOAVENTURA, Edivaldo M. *Viagens a caminho do saber*. Salvador: Quarteto, 2016. 214 p.
- BONA, Dominique. *Camille et Paul Claudel: la passion Claudel*. Paris: B. Grasset, 2006. 402 p.
- BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira. *Mordomia-mor da Casa Real: foros e ofícios, 1755-1910*. Lisboa: Tribuna da História, 2007. 2 v.
- BRAGA, Robério. *Academia Amazonense de Letras*. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 2009. 138 p.
- BRAGA, Robério. *Estudos de propaganda política*. Manaus: Reggo; Ed. Cultural da Amazônia, 2012. 334 p.
- BRAGA, Robério. *Euclides da Cunha no Amazonas*. Manaus: Valer, 2002. 209 p.
- BRAGA, Robério. *Manãos...Manaos...Manaus*. Manaus: Rizzo, 2013. 189 p.
- BRAGA, Robério. *Presidentes da Academia Amazonense de Letras: 1918-2006*. Manaus: Valer, 2007. 132 p.
- CALDEIRA, Jorge. *101 brasileiros que fizeram história*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016. 232 p.
- CAMPOS, Adriana Pereira et al. *A cidade à prova do tempo: vida cotidiana e relações de poder nos ambientes urbanos..* Vitória: GM Ed.; Paris: Université de Paris-Est, 2010. 328 p.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980. 176 p.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Diários da Presidência: 1995-1996*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v.1.

- CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *Intelectuais, militares, instituições na configuração das fronteiras brasileiras: (1883-1903)*. São Paulo: Alameda, 2016. 190 p.
- CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *Jesus, o Salvador, pedagogo inigualável: textos cristológicos escritos ao longo de sessenta anos de sacerdócio*. Viçosa, MG: Folha Arte Graf., 2016. 488 p.
- CASTRO, Elisiana Trilha. *Hier ruht in Gott: inventário de cemitérios de imigrantes alemães na região da Grande Florianópolis*. Blumenau: Nova Letra, 2008. 302 p.
- CASTRO, Fernando Pedreira de. *O padre José de Campos Lara S.J. no ambiente em que viveu (1733-1820)*. Comentários e notas de Marcelo Meira Amaral Bogaciovas. 2. ed. rev. e aum. Itu: Ottoni, 2016. 144 p.
- CATALOGO dos objectos que figuraram na exposição realizada no Salão do Theatro da Paz de 2 a 7 de dezembro de 1925 em homenagem ao centenário do nascimento do ex-Imperador, D. Pedro II. Belém: Instituto Histórico e Geographico do Pará, 1926. 35 p.
- CAVALCANTI, Irenilda R. B. R. M.; FERNANDES, Neusa; MARTINS, Roselene de Cássia Coelho. *Dicionário histórico do Vale do Paraíba fluminense*. Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016. 344 p.
- CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Rio de Janeiro: Centro histórico colonial: 1567-2015*. Rio de Janeiro: Andréa Jakobson Studio, 2016. 148 p.
- CHAVES, Gilmar (Org.). *Ceará de corpo e alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a terra da luz*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 381 p.
- CLEMENTE, Marcos Edilson de Araújo. *O cangaço: poder e cultura política no tempo de Lampião*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2015. 352 p.
- CORDEIRO, Fernanda de Almeida. *Manguezais aracaJuanos: convivendo com a devastação*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. 136 p.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura: Brasil, 1964-1985*. Rio de Janeiro: Record, 1998. 517 p.
- DAHL, Robert A. *A constituição norte-americana é democrática?*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: FGV, 2015. 192 p.
- DANTAS, San Tiago. *Escritos políticos: 1929-1945*. Organização e apresentação Pedro Dutra. São Paulo: Singular, 2016. 542 p.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias da gente brasileira: colônia*. São Paulo: Leya, 2016. v. 1.

- DINIZ, Clarissa; CARDOSO, Rafael (Org.). *Do Valongo à favela: imaginário e periferia*. Rio de Janeiro: Instituto Odeon, 2015. 224 p.
- DONATO, Hernani, *Colégio Visconde de Porto Seguro: ponte entre duas culturas: 1878-2003*. São Paulo: Melhoramentos, 2003. 288 p.
- DONATO, Hernâni. *Colégio Visconde de Porto Seguro: ponte entre duas culturas: 1878-2003*. São Paulo: Melhoramentos, 2003. 288 p.
- FALCÃO, Joaquim. *O Supremo: compreenda o poder, as razões e as consequências das decisões da mais alta corte do Judiciário no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015. 287 p.
- FARO, Luiz César; SINELLI, Mônica. *Roberto Simonsen: prelúdio à indústria*. [S.l.]: Insight, 2016. 303 p.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. 489.
- GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires: [1890-1930]*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 20216. 248 p.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982. 170 p.
- GAMA, Arthur Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982. 300 p.
- GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. 447 p.
- GOMES, Laurentino. *1808*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007. 419 p.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal; NEVES, Lucia Maria Bastos P. (Org.). *Minerva Brasiliense: leituras*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2016. 220 p.
- ITUASSU, Arthur. *O Brasil depois da Guerra Fria: como a democracia transformou o país na virada do século*. Rio de Janeiro: Apicuri: PUC-Rio, 2013. 158 p.
- LEAL VILLAMIZAR, Lina Maria. *Colombia frente al antisemitismo y la inmigración de judíos polacos y alemanes: 1933-1948*. Bogotá: Academia Colombiana de Historia, 2015. 167 p.
- LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: histórias*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2016. 354 p.
- LESSA, Renato. *Presidencialismo de animação e outros ensaios sobre a política brasileira: (1993-2006)*. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. 289 p.
- LICKS, Afonso. *Octavio, o civil dos 18 do Forte de Copacabana*. 1. ed. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2016. 143 p.

- LICKS, Afonso. *Octávio, o civil dos 18 do Forte de Copacabana*. 1. ed. Porto Alegre: Quattro Projetos, 2016. 143 p.
- LIMA JÚNIOR, Francisco A. de Carvalho. *História dos limites entre Sergipe e Bahia*. 2. ed. São Cristóvão, SE: Ed. UFS, 2015. 500 p.
- LIMA, Cândido Pinheiro Koren de. *Carneiros: de Ruy Capão de Portugal e do Nordeste e Sul do Brasil*. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 2015. 456 p.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). *Varnhagen: (1816-1878): diplomacia e pensamento estratégico*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 258 p.
- LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; COUTINHO, Maria do Carmo Strozzi (Org.). *Pedro Teixeira, a Amazônia e o Tratado de Madri*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 309 p.
- LUTHAR, Oto (Org.). *A terra e o seu entorno: uma história da Eslovênia*. Tradução Gilberto Vergne Sabóia. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015. 841 p.
- MAGALHÃES, Mário. *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 732 p.
- MARANHÃO, Ricardo; MATEOS, Simone Biehler (Org.). *100 anos de história e energia*. São Paulo: Andreato Comunicação e Cultura, 2012. 310 p.
- MARIZ, Celso. *Ibiapina: um apóstolo do Nordeste*. 3. ed. João Pessoa: Conselho Estadual de Cultura, 1997. 319 p.
- MARIZ, Vasco. *Retratos do Império: os Orléans, os Saxe-Coburgo e outras personalidades da época*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016. 256 p.
- MARTINS FILHO, Amílcar (Org.). *Livraria Mineira: catálogo da notável e preciosa mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2014. 415 p.
- MARTINS FILHO, Amílcar. *Livraria Mineira: catálogo da notável e preciosa Biblioteca Mineiriana do Instituto Cultural Amílcar Martins Filho, contendo mais de dez mil referências bibliográficas sobre a história e a cultura de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Rona Ed., 2014. 415 p.
- MARTINS, Franklin. *Quem foi que inventou o Brasil?: a música popular conta a história da República*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. 3 v.
- MASCARO, Cristiano. *Rio revelado*. Texto Pedro Afonso Vasquez. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015. 204 p.
- MATTOSO, José. *D. Afonso Henriques*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 2007. 432 p.
- MEDEIROS FILHO, Olavo de. *Ribeiras do Assu e Mossoró: notas para a sua história*. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2003. 200 p.

- MEIRA FILHO, Augusto. *Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história: 1816-1823*. Organização Márcio Meira. 2. ed. rev. e aum. Belém: M2P Arquitetura e Engenharia, 2015. 576 p.
- MEIRELES, Mário. *Efemérides maranhenses*. Organização Carlos Gaspar, Caroline Castro Licar. São Luís: Edições AML, 2016. 408 p.
- MEIRELES, Mário. *Mário Meireles com a palavra*. Organização Carlos Gaspar, Caroline Castro Licar. São Luís: Edições AML, 2016. 390 p.
- MEIRELES, Mário. *Correspondência*. Organização Carlos Gaspar, Caroline Castro Licar. São Luís: Edições AML, 2016. 248 p.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste: 1641-1669*. Rio de Janeiro: Capivara, 2015. 266 p.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste: 1641-1669*. Rio de Janeiro: Capivara, 2015. 266 p.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, Países Baixos e o Nordeste: 1641-1669*. Rio de Janeiro: Capivara, 2015. 266 p.
- MELLO, Isabele de Matos Pereira de. *Magistrados a serviço do rei: os ouvidores-gerais e a administração da justiça na comarca do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 299 p.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *História da Paraíba: lutas e resistência*. 10. ed. João Pessoa: A União, 2002. 280 p.
- MELO, Fernando. *João Dantas: uma biografia*. João Pessoa: Idéia, 2002. 192 p.
- MESQUITA, Cláudia. *Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009. 190 p.
- MORAES NETO, Geneton. *Os segredos dos presidentes*. São Paulo: Globo, 2005. 265 p.
- MORAES, Paulo Stuck. *Apontamentos biográficos dos governadores do Espírito Santo*. Vitória: Ed. do Autor, 2016. 143 p.
- MORAIS, Fernando. *Corações sujos: a história da Shindo Renmi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 349 p.
- MORAIS, Ione Rodrigues Diniz; DANTAS, Eugênia Maria (Org.). *Geo-geografias: cidade e região em tempos diversos*. Natal: EDUFRN, 2014. 227 p.
- MORGADO, Eliane Maria Oliveira (Org.). *Catálogo de jornais, revistas e boletins de Mato Grosso: 1847-1985*. Cuiabá: EdUFMT, 2011. 239 p.
- MOURA, Carlos Francisco. *Liceu Literário Português: ensino e cultura, 1868-2016*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 2016. 88 p.

- NASCIMENTO, José Anderson. *Cangaceiros, coiteiros e volantes*. São Paulo: Ícone, 1998. 285 p.
- NEVES, Getúlio Marcos Pereira. *Estudos de cultura espírito-santense II: de livros, leituras e leitores: (ensaios e crônicas)*. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2016. 216 p.
- NICOLAZZI, Fernando (Org.). *História e historiadores no Brasil: do fim do Império ao alvorecer da República: c.1870-1940*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 417 p.
- NONATO, Raimundo. *Os revoltosos em São Miguel: (1926)*. 3. ed. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 2009. 134 p.
- O DESAFIO de retratar o país: entrevistas com os presidentes do IBGE no período de 1985 a 2015. Organização, introduções e notas Nelson de Castro Senra, Silvia Maria Fonseca, Teresa Cristina Millions. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 480 p.
- PAMPLONA, Nelson V. *Família Nascentes*: Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2016. 234 p.
- PAZ, Renata Marinho. *As beatas de Padre Cícero: participação feminina no movimento sócio-religioso de Juazeiro do Norte*. Juazeiro do Norte: Edições IPESC/URCA, 1998. 119 p.
- PINTO, Margarida Rebelo. *Minha querida Inês*. 2. ed. Lisboa: Clube do Autor, 2014. 213 p.
- PIROLA, Ricardo. *Escravos e rebeldes nos tribunais do Império: uma história social da lei de 10 de junho de 1835*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 304 p.
- PRADO, Ivo do. *A capitania de Sergipe e suas ouvidorias*. 2. ed. São Cristóvão, SE: Ed. UFS, 2015. 558 p.
- PRESTES, Maria. *O meu companheiro: 40 anos ao lado de Luiz Carlos Prestes*. 3. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2012.
- QUEIROZ, Álvaro. *Notas para a história da Igreja nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2015. 351 p.
- RAMOS NÚÑEZ, Carlos. *Historia del derecho civil peruano siglos XIX y XX*, tomo VII: la dogmática en triunfo. Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú, 2011. 452 p.
- RAMOS, R. Antonio. *La independencia del Paraguay y el Imperio del Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 926 p.
- REINALDO, Telma Bonifácio dos Santos. *Resgate histórico do 24º Batalhão de Caçadores*. Imperatriz, MA: Ética, 2013. 64 p.

- RESENDE, Pâmela de Almeida. *Os vigilantes da ordem: a cooperação do DEOPS-SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia: [1975-1983]*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. 152 p.
- REZZUTTI, Paulo. *D. Pedro: a história não contada: o homem revelado por cartas e documentos*. São Paulo: Leya, 2015. 429 p.
- RIBEIRO JÚNIOR, José. *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1976. 210 p.
- RIBEIRO, Renilson Rosa. *O Brasil inventado pelo Visconde de Porto Seguro Francisco Adolfo de Varnhagen, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da ideia de Brasil-Colônia no Brasil-Imério: 1838-1860*. Cuiabá: Entrelinhas, 2015. 442 p.
- RODRÍGUEZ LARRETA, Enrique; GIUCCI, Guillermo. *Gilberto Freyre: uma biografia cultural: a formação de um intelectual brasileiro: 1900-1936*. Tradução Josely Vianna Baptista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 657 p.
- ROSENBAUER, Thomas; ROSENBAUER, Arne. *Teatro no Brasil: Os Artistas Unidos, fotografados por Stefan Rosenbauer*. Darmstadt Instituto Stefan Rosenbauer, 2016. 114 p.
- SALES, José Roberto. *A gripe espanhola nas estâncias hidrominerais de Cambuquira, Caxambu, Lambari e São Lourenço – MG: 1918-1919*. 1. ed. Varginha, MG: J. R. Sales, 2013. 182 p.
- SALLES, Marena Isdebski. *Arquivo vivo musical*. Brasília: Thesaurus, 2007. 142 p.
- SALLES, Marena Isdebski; SALLES, Vicente. *Marcos Salles: uma vida*. Brasília: Thesaurus, 2010. 319 p.
- SALLES, Vicente. *Maestro Gama Malcher: a figura humana e artística do compositor paraense*. Belém: Secult, 2005. 312 p.
- SALLES, Vicente. *Marxismo, socialismo e militantes excluídos: capítulos da história de Belém*. Belém: Paka-Tatu, 2001. 171 p.
- SALLES, Vicente. *Musica e músicos do Pará*. 3. ed. corr. Belém: Fundação Cultural do Estado do Pará, 2016. 607 p.
- SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. 2. ed. Belém: Paka-Tatu, 2015. 260 p.
- SANSÓN CORBO, Tomás. *Despertar en Petrópolis: Andrés Lamas y la influencia de Brasil em la historia de los Estados de la Cuenca del Plata en el siglo XIX*. Montevideo: Sicult Serpentes, 2015. 203 p.
- SANTIAGO, Silviano. *Machado: romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. 421 p.

- SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. *Tiradentes: monumentos preservados*. Fotografias Alex Salim. Tiradentes: Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes, 2015. 256 p.
- SANTOS, Marco; Fernandes, Neusa; COELHO, Olinio Gomes P. *Efemérides vassourenses*. Vassouras: Instituto Histórico e Geográfico de Vassouras, 2016. 172 p.
- SEMENOVITCH, Jorge Scévola de. *Corcovado: the conquest of God's mountain: the history of the railway and monument to Christ the Redeemer*. Foreword by Luiz Paulo Conde. New ed. rev. and updated. Rio de Janeiro: Lutécia, 2008. 160 p.
- SENRA, Nelson de Castro (Org.). *Teixeira de Freitas e a criação do IBGE: correspondência de um homem singular e plural*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 534 p.
- SILVA, Cesar Augusto Tovar. *Os jesuítas e o Rio de Janeiro: a saga dos jesuítas na construção da história do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2015. 151 p.
- SILVA, Flávio Túlio Ribeiro. *A política de estado sobre os recursos do petróleo: o caso venezuelano*. São Paulo: Pillares, 2016. 175 p.
- SILVA, Rafael Freitas da. *O Rio antes do Rio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Babilônia Cultura, 2015. 428 p.
- SILVA, Salvador Mata e. *A família Picanço em Niterói*. Niterói: Muiraquitã, 2016. 64 p.
- SIQUEIRA, Gustavo Silveira. *História do direito pelos movimentos sociais: cidadania, experiências e antropofagia jurídica nas estradas de ferro (Brasil, 1906)*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014. 190 p.
- SIQUEIRA, Gustavo Silveira; FONSECA, Ricardo Marcelo (Org.). *História do direito privado: olhares diacrônicos*. Belo Horizonte: Arraes, 2015. 249 p.
- SOBREIRA, J. G. *Curiosidades e factos notáveis do Ceará*. 1. ed. Rio de Janeiro: Typ. Desembargador Lima Drummond, 1921. 129 p.
- SOMBRA, Waldy. *A guerra dos panfletos: maloqueiros versus cafinfins: (Fortaleza, dezembro de 1911 e janeiro de 1912)*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, 1998. 235 p.
- SOUSA, Jorge Prata de; ANDRADE, Rômulo Garcia de (Org.). *Zona da Mata Mineira: escravos, família e liberdade*. Rio de Janeiro: Apucuri, 2012. 200 p.
- SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro (Org.). *Gênero*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. 119 p.

- STAMPA, Inez; RODRIGUES, Vicente (Org.). *Ditadura e transição democrática no Brasil: o golpe de Estado de 1964 e a (re)construção da democracia*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016. 380 p.
- TIGRE, Tite Borges. *Cerca viva*. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2015. 253 p.
- TORRES, Euclides. *Bento Manoel Ribeiro: o caudilho maldito*. 1. ed. Porto Alegre: Edigal, 2016. 312 p.
- VARELLA, Flávia; OLIVEIRA, Maria da Glória de; GONTIJO, Rebeca (Org.). *História e historiadores no Brasil: da América portuguesa ao Império do Brasil: c.1730-1860*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 262 p.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Memorial orgânico: (uma proposta para o Brasil em meados do século XIX)*. Com ensaios introdutórios de Arno Wehling. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 228 p.
- VASQUEZ, Pedro Karp. *O uso criativo de acervos fotográficos*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2016. 116 p.
- VELOSO, José Alberto Vivas. *Tremeu a Europa e o Brasil também: a história do terremoto/maremoto de Lisboa de 1755 que também afetou o Brasil, um país de poucos, mas significativos tremores de terra*. Lisboa: Chiado Ed., 2015. 412 p.
- VIANA, Willian Carboni; GABARSI, Francesco (Org.). *Ensaio da paisagem: olhares e valores desde a pré-história*. 1. ed. Rio de Janeiro: W. Carboni Viana, 2015. 183 p.
- VIDAL, Laurent (Org.). *Capitales rêvées, capitals abandonnées: considérations sur la mobilité des capitales dans les Amériques: (XVIIIe.-XXe. siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014. 286 p.
- VIDAL, Laurent (Org.). *Capitales rêvées, capitales abandonnées: considérations sur la mobilité des capitales dans les Amériques: (XVIIIe.-XXe. siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2014. 286 p.
- VIDAL, Laurent. *Ils ont rêvé d'un autre monde*. Paris: Flammarion, 2014. 393 p.
- VIDAL, Laurent. *Ils ont rêvé d'un autre monde*. Paris: Flammarion, 2014. 393 p.
- VILAÇA, Maria do Carmo; VILAÇA, Marcos Vinícios. *Saudades de Maracantônio: 2000-2015*. Prefácio de Alberto da Costa e Silva. São Paulo: CosacNaif, 2015. 76 p.
- VITORIA, Francisco de. *Relecciones: sobre os índios e o poder civil*. Organização e apresentação José Carlos Brandi Aleixo. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016. 234 p.
- VIVEIROS, Jerônimo de. *Escorço da história do açúcar no Maranhão; No tempo das eleições a cacetes: dois estudos históricos*. Textos pesquisados e organizados por Luiz de Mello. São Luiz: Ponto a Ponto, 2016. 206 p.

WERNECK, Eduardo César. *Marquês de Paraná*. Prefácio de Cândido Mendes de Almeida. Cruzeiro, SP: E. C. Werneck, 2015. 782 p.

PERIÓDICOS RECEBIDOS

A DEFESA NACIONAL: revista de assuntos militares e estudo de problemas brasileiros. Rio de Janeiro: Bibliex, ano 103, n. 828, 3. quad. 2015 ; ano 103, n. 829, 1. quad. 2016.

ACERVO. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 28, n.1, jan./jun. 2015; v. 28, n. 2, jul./dez. 2015.

ANAIS DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, v. 46, 2014.

ÂNGULO. Lorena : Centro Cultural Tereza d'Ávila, n. 140-144, jan./nov. 2015

ANUÁRIO. Rio de Janeiro: Academia de Letras do Estado do Rio de Janeiro, 1999 ; 2002.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: IBGE, v. 75, 2015.

ANUÁRIO DE ESTUDIOS AMERICANOS. Sevilla: Escuela de Estudios Hispano-Americanos, v. 72, no. 2, jul./dic. 2014 ; v. 72, no. 2, jul./dic. 2015 ; v. 73, no. 1, ene./jun. 2016.

BOLETIM DO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI. Ciências Naturais. Belém, v. 9, n. 3, set./dez. 2014.

BOLETIM DA REVISTA DO CLERO. Rio de Janeiro: Arquidiocese do Rio de Janeiro, ano 52, dez. 2015.

BOLETIM DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. Lisboa, ser. 131, 1-12, jan./dez. 2014.

BOLETÍN DE LA ACADEMIA CHILENA DE LA HISTORIA. Santiago: Academia Chilena de la Historia, año 79, v. 1-2, no. 122, ene./dic. 2013; año 80, no. 123, 2014.

BOLETÍN DE LA REAL ACADEMIA DE LA HISTORIA. Madrid, t. 211, cuad. 2, mayo/ago. 2015; cuad. 3, sep./dic. 2015.

BOLLETTINO DELLA SOCIETA' GEOGRAFICA ITALIANA. Roma: Società Geografica Italiana, ser. 13, v. 8, apr.-giug. 2015; ser. 13, v. 8, lugl.-set. 2015, ott.-dic. 2015.

GRÃO. [Rio de Janeiro]: Preservare, n. 1, 2014, n. 1-4, 2015.

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 28, n. 1-2, jan./dez. 2013; v. 29, n. 1, jan./jun. 2014; v. 29 n. 2, jul./dez. 2014.

CADERNOS DE FOTOGRAFIA BRASILEIRA. Grandes sertões: fotógrafos ou de como Canudos e seus expatriados habitantes passaram a protagonizar um dramático retrato do Brasil. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n. 1, dez. 2002.

CADERNOS DE POLÍTICA EXTERIOR. Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, ano 1, n. 1-2, 2015.

CADERNOS DO CHDD. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, ano 14, n. 26, 1. sem. 2015 ; ano 14, n. 27, 2. sem. 2015.

CARIOQUICE. Rio de Janeiro: Instituto Cultural Cravo Albin, ano 12, n. 46, jul./set. 2015; ano 12, n. 47, out./dez. 2015; n. 48, jan./mar. 2016; ano 13, n. 49, abr./jun. 2016.

CARTA MENSAL. Rio de Janeiro: Colégio Brasileiro de Genealogia, ano 28, n. 128-130, jul./out. 2015.

CARTA MENSAL. Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, n.724-727, jul./out. 2015; n. 729, dez. 2015; n. 730-735, jan.-junho 2016.

CIÊNCIA & TRÓPICO. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, v. 37, n. 1-2, 2013.

CORREIO DAS ARTES: suplemento literário de “A União”. João Pessoa: A União, ano 66, n. 5, jul. 2015.

DIREITO E DESENVOLVIMENTO. João Pessoa: Centro Universitário de João Pessoa, ano 3, n. 6, 2012; v. 6, n. 11, 2015.

ENCONTROS. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, n. 11, dez. 2008.

ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 29, n. 85, set./dez. 2015.

ESTUDOS FILOSÓFICOS. São João del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, n. 14, jan./jun. 2015.

ESTUDOS IBERO-AMERICANOS. Porto Alegre: PUCRS, Faculdades de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, v. 41, n. 1-2, jan./dez. 2015.

HISTÓRIA: questões e debates. Curitiba: APAH, Associação Paranaense de História, ano 13, n. 24, jan./jun. 1996.

HISTORIA PARAGUAYA . Anuario de la Academia Paraguaya de la Historia. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia, v. 55, 2015.

IDEIAS EM DESTAQUE. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, n. 46, jul./dez. 2015.

JORNAL DE LETRAS. Rio de Janeiro: Instituto Antares de Cultura, n. 200, abr., 2015; n. 206-208 out./nov. 2015; n. 210-211, fev. 2016; n. 213, maio 2016; n. 215-217, jul./set. 2016.

- MEMÓRIA CULT. Ouro Preto: [s.n.], ano 5-6, n° 14-16, set. 2015/fev. 2016.
- NAVIGATOR: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 11, n. 22, dez. 2015.
- O MOAGEIRO. Rio de Janeiro: Moinho Fluminense S.A., ano 9, n. 116-118, jan./mar. 1985; ano 10, n. 124, nov./dez. 1985.
- O PRELO. Niterói: Assessoria de Comunicação Social da Imprensa Oficial, ano 13, n. 41-42, jan./abr. 2016.
- PHOÏNIX. Rio de Janeiro: UFRJ. Laboratório de História Antiga, ano 11, 2005.
- POSTAIS. Brasília: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Departamento de Gestão Cultural, ano 3, n. 4-5, jan./dez. 2015.
- PUBLICAÇÕES AVULSAS DO MUSEU NACIONAL. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, n. 68, 1996.
- RC: Revista de Cultura. Macau: Instituto Cultural de Macau, n. 48, 2014; n. 50-51, 2015-2016..
- RENOVARTE. Rio de Janeiro: União Brasileira de Escritores do Rio de Janeiro, ano 8, n. 6, 2015.
- REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ. Fortaleza: Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico), v. 128-129. 2014-2015..
- REVISTA DA ACADEMIA CARIOCA DE LETRAS. Rio de Janeiro: Academia Carioca de Letras, Ed. Com. 450 anos da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro ; Ed. Com. 90 anos, 1926-2016.
- REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, ano 89, v. 60, jan./mar. 2012.
- REVISTA DO ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 9, 2015.
- REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, v. 151, 3. quad. 2015 ; v. 152, 1° quad. Ed. especial 2016.
- REVISTA DO IGHA. Manaus: Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, ano 1, jul./dez. 2014; ano 2, n. 5, jan./mar. 2015; 4. Fase, ano 2, n. 6, abr./jun. 2015.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, ano 21, n. 21, 2014.
- REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA. Salvador, v. 108, jan./dez. 2013.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE JABOATÃO. Jaboatão (PE): Instituto Histórico de Jaboatão, n. 6, out. 2015.

- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. Goiânia: Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, n. 24, 2º sem. 2013.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. Belo Horizonte: Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. 40, 2015.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA. Piracicaba: Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, n. 21, 2014.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, ano 121, v. 99, 2015.
- REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, v. 135, n.07/09, jul./set. 2015; v. 136, n. 01/03, jan./mar. 2016; v. 136, n. 04/06, abr./jun. 2016.
- REVISTA PILARES DA HISTÓRIA. Duque de Caxias (RJ): Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, Câmara Municipal de Duque de Caxias, ano 3, n. 3, dez. 2003; ano 3, n. 4, maio 2004.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, n. 69-71, 2013-2015.
- TEMAS DE HISTORIA ARGENTINA Y AMERICANA. Buenos Aires: Universidad Catolica Argentina, n. 22, jan./dez. 2014.

III. 4 - Estatísticas

Pesquisas realizadas na Sala de Leitura no período de novembro de 2015 a outubro de 2016.	
CONSULENTES:	1.330
LIVROS:	1.106
PERIÓDICOS	340
MAPAS:	15
MANUSCRITOS:	1.202
CÓDICICES:	71
ICONOGRAFIA:	66
MICROFILME:	0
CD e DVD:	17
Visitas ao Museu no ano de 2016	
VISITAS:	195
Acessos ao <i>site</i> no ano de 2016	
ACESSOS	269.369

IV – QUADRO SOCIAL

IV. 1 – Cadastro Social

A– POR CLASSES

Presidentes Honorários

1. Dom Juan Carlos de Bourbon, da Espanha	25–05–1983	Palácio de La Zarzuela – Madrid – Espanha
2. José Sarney	02–10–1985	Praça dos Três Poderes – Senado Federal Anexo I – 6º andar – 70165–900 – Brasília – DF
3. Fernando Collor de Mello	13–12–1991	Jornal Gazeta de Alagoas – Av. Aristeu de Andrade, 355 – Farol – 57051–090 – Maceió – AL – Fone: (82) 3218–7700
4. Fernando Henrique Cardoso	03–10–1999	Instituto Fernando Henrique Cardoso – Rua Formosa, 367 – 6o andar – Centro – 01049–000 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3359–5000
5. Jorge Sampaio	24–04–2000	Praça Afonso de Albuquerque – Palácio de Belém – 1300 – Lisboa – Portugal
6. Aníbal Cavaco Silva	07–03–2008	Palácio de Belém – Calçada da Ajuda, nº 11 – 1349022 – Lisboa – Portugal

Sócios Eméritos

01 – Beneméritos

1. Isa Adonias	04–09–1968	Rua Tonelero, 125/801 – Copacabana – 22030–000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2257–3304
----------------	------------	---

02 – Eméritos

2. Affonso Arinos de Mello Franco	19–05–1971	Praia de Botafogo, 130/801 – Botafogo – 22250–040 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2552–5922 – E-mail: arinos@attglobal.net
3. Affonso Celso Vilela de Carvalho	11–12–1974	Av. Celso Garcia, 564 – Palmas – 26650–000 – Paulo de Frontin – RJ – Fone: (24) 2471–2566/2468–1340 – E-mail:
4. Luís Henrique Dias Tavares	15–12–1975	Av. Princesa Leopoldina, 214/1003 – Edf. Serza Real – Graça – 40150–080 – Salvador – BA – Fone: (71) 3245–3524
5. Cybelle Moreira de Ipanema	15–12–1976	Rua Rui Vaz Pinto, 130/302 – Jardim Guanabara – Ilha do Governador Rio de Janeiro – RJ – 21931–390 – Fone: (21) 3393–3927
6. Claudio Moreira Bento	13–12–1978	Casa da Palmeira Imperial – Rua Florença, 266 – Jardim das Rosas – 27580–000 – Itatiaia – RJ Fone: (24) 3354–2988 – E-mail: bento1931@gmail.com

7. José Pedro Pinto Esposel	13-12-1978	Rua Comandante Miguelote Viana, 141 – Ica-raí – 24220-190 – Niterói – RJ – Fone: (21) 2711-8663
8. Guilherme de Andréa Frota	16-12-1981	Av. Rui Barbosa, 16/1802 – Flamengo – 22250-020 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2551-8717 – E-mail: guilhermeafrota@gmail.com
9. Vasco Mariz	27-10-1982	Av. Atlântica, 2150/1102 – Leme – 22021-001 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2255-9517 – E-mail: vasco.mariz@globo.com
10. Alberto Venancio Filho	17-08-1988	Praia de Botafogo, 132/401 – Botafogo – 22250-040 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2551-0159 – E-mail: avf@bpb.com.br
11. José Arthur Rios	29-03-1989	Travessa do Oriente, 83 – Santa Teresa – 20240-120 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2224-6765
12. Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão	20-09-1989	Rua Prudente de Moraes, 1179 – Cob. 01 – Ipanema – 22420-041 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2513-2691 – E-mail: mariabeltrao@globo.com
13. Edivaldo Machado Boaventura	29-09-1989	Rua Dr. José Carlos, 99/801 – Acupe de Brotas 40290-040 – Salvador – BA – Fone: (71) 3340-8505 – E-mail: edivaldoboaventura@terra.com.br – edivaldoboaventura@gmail.com
14. Carlos Wehrs	29-11-1989	Rua Senador Vergueiro, 154/1203 – Flamengo – 22230-001 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2551-6916
15. Antônio Gomes da Costa	29-04-1992	Av. Osvaldo Cruz, 121/902 – Flamengo – 22250-060 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2253-5351 / 9636-5328 – E-mail: gabinete@realgabinete.com.br

Sócios Titulares

1. Arno Wehling	15-12-1976	Rua Soares Cabral, 59/603 – Laranjeiras – 22240-070 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2553-5677 – E-mail: presidencia@ihgb.org.br
2. Waldir da Cunha	15-12-1976	Rua Belfort Roxo, 158/302 – Copacabana – 22020-010 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2541-5613/9826
3. Arnaldo Niskier	16-12-1981	Rua Prudente de Moraes, 765 – Cob. 02 – Ipanema – 22420-043 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2267-7655 – E-mail: aniskier@openlink.com.br
4. Evaldo José Cabral de Mello	28-10-1987	Rua Barão de Jaguaribe, 297/301 – Ipanema – 22421-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2247-2574

5. Eduardo Silva	17-08-1988	Rua Viúva Lacerda, 300/601 – Humaitá – 22261-050 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2539-5845 – E-mail: esilva@orb.gov.br
6. Marilda Corrêa Ciribelli	07-06-1989	Rua Lopes Trovão, 89/801 – Icaraí – 24220-070 – Niterói – RJ – Fone: (21) 2711-4305
7. Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	12-12-1990	Estr. Caetano Monteiro, 2835 – Rua B, 356 – Pendotiba – Niterói – RJ – 24310-030 – Fone: (21) 2617-6818 Rua Sergipe, 472 / 1206 – Funcionários 30130-170 – Belo Horizonte – MG – Fone: (31)3212-4504 – E-mail: fvinhosa@hotmail.com
8. João Maurício Ottoni Wanderley de Araújo Pinho	29-04-1992	Rua Pio Correia, 55 – Jardim Botânico – 22461-240 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2252-7059 – E-mail: jmap@jmap.com.br
9. Esther Caldas Bertoletti	16-12-1992	Rua das Laranjeiras, 147/204 – Laranjeiras – 22240-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2557-5604 / 2557-5625 – E-mail: estherbertoletti@hotmail.com
10. Victorino Coutinho Chermont de Miranda	16-12-1992	Rua Eurico Cruz, 47/1101 – Jardim Botânico – 22461-200 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2535-2273 – E-mail: victorino@vchermont.com.br
11. Luiz Felipe de Seixas Corrêa	09-06-1993	Rua Joaquim Nabuco, 81 / 301 – Copacabana – 22080-030 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2294-2106 2274-0564 (RJ) – E-mail: lfseixas-correa@gmail.com
12. Mirídan Britto Falci	09-06-1993	Rua Des. Alfredo Russel, 50/101 – Leblon – 22431-030 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2274-0302 – E-mail: bmiridan@yahoo.com.br
13. Helio Jaguaribe de Mattos	14-12-1994	Rua Fernando Magalhães, 45 – Jardim Botânico – 22460-210 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: 3205-4668 – E-mail: hjaguaribe@uol.com.br
14. Pedro Carlos da Silva Telles	14-12-1994	Rua Voluntários da Pátria, 181/201 – Botafogo 22270-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2538-0726
15. Marcos Guimarães Sanches	28-06-1995	Rua Magalhães Couto, 262/202 – Méier – 20735-180 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2592-9224 – E-mail: m.g.sanches@oi.com.br
16. José Murilo de Carvalho	29-11-1995	Rua Senador Vergueiro, 154/1004 – Flamengo 22230-001 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2551-2615 – E-mail: josemurilodecarvalho@gmail.com

17. Vera Lucia Bottrel Tostes	18-12-1996	Rua Francisco Otaviano, 23 – Bl. 2 – apto. 301 – Copacabana – 22080-040 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2287-9282 – (21) 2220-2328 (museu) – E-mail: veralbtostes@gmail.com
18. Cândido Antonio Mendes de Almeida	13-08-1997	Rua Paulo Cesar de Andrade, 70/302 – Laranjeiras – 22221-090 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2264-1725 Pç. XV de Novembro, 101/ sl. 26 – Centro – 20010-010 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2531-2310 – Fax: 2533-4782 – E-mail: cmendes@candidomendes.edu.br
19. Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança	16-12-1998	Rua David Campista, 50 – Humaitá – 22261-010 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (51) 3312-3900 / 8182-0133 – E-mail: tasbra@yahoo.it
20. Fernando Tasso Fragoso Pires	28-04-1999	Rua Arthur Araripe, 53/702 – Gávea – 22451-020 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2239-7491 – E-mail: fernandotasso@yahoo.com.br
21. Alberto Vasconcellos da Costa e Silva	21-08-2002	Rua das Laranjeiras, 322/401 – Laranjeiras – 22240-002 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2265-2002 – E-mail: acostaesilva@uol.com.br
22. Pedro Karp Vasquez	21-08-2002	Praia de Icaraí, 237/1302 – Bloco B – Icaraí – 24230-003 – Niterói – RJ – Fone: (21) 2714-1700 – E-mail: bambupvasquez@gmail.com
23. Maria de Lourdes Viana Lyra	19-11-2003	Rua das Acácias, 101/904 – Gávea – 22451-060 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2274-3436 – E-mail: lourdes.lyra@terra.com.br
24. Célio de Oliveira Borja	19-11-2003	Rua Bulhões de Carvalho, 527/801 – Copacabana – 22081-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2247-3287 – E-mail: cborjaadvogado@openlink.com.br
25. Armando de Senna Bittencourt	25-08-2004	Rua Alberto de Campos, 107/cob. 2 Ipanema – 22411-030 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2267-5965 – E-mail: bittencourt@dpdmmar.mil.br
26. Roberto Cavalcanti de Albuquerque	15-12-2004	Rua Paula Freitas, 104/405 – Copacabana – 22040-010 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2235-8742 / 8743 – E-mail: robcal@inae.org.br
27. Maria Cecília Londres Fonseca	15-12-2004	Av. Atlântica, 1572 – apto. 1201 – Copacabana – 22021-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2530-8390 – Cel.: 9232-8502 – E-mail: mclondres77@hotmail.com.br

28. Ondemar Ferreira Dias Junior	15-12-2004	Estrada Sarapuí, 3199 – Vila Santa Teresa – 26193-575 – Belford Roxo – RJ – Fone: (21) 3612-0267 / 2264-9806 – E-mail: jandiraneto-dias@terra.com.br
29. Lucia Maria Paschoal Guimaraes	28-09-2005	Rua Alm. Tamandaré, 38/301 – Flamengo – 22210-060 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2265-1610 – E-mail: luciamp@uol.com.br
30. Melquíades Pinto Paiva	28-09-2005	Rua Baronesa de Poconé, 71/701 – Lagoa – 22471-270 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2538-2498 – E-mail: mappaiva@uol.com.br
31. Mary Lucy Murray Del Priore	04-10-2006	Chácara do Ipê – Estr. do Grande Circuito, 35 – Parque do Imbuí – 25970-480 – Teresópolis – RJ – Fone: (21) 2641-9468 – E-mail: mary-delpriore@terra.com.br
32. Dora Monteiro e Silva de Alcântara	17-10-2007	Av. Epitácio Pessoa, 3400 apto. 1108 – Lagoa – 22471-001 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: 3586-3063 – E-mail: doralcantara@terra.com.br
33. Antonio Izaías da Costa Abreu	17-10-2007	Rua Barão do Flamengo, 3 apto 1101 – Flamengo – 22220-080 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 8890-7513 – E-mail: antonioizaías@tjrj.jus.br
34. Antônio Celso Alves Pereira	10-12-2008	Rua Marina Guimaraes, 197 – Barra da Tijuca – 22793-236 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: 3325-8685 / 3326-2928 – E-mail: acelsopereira@globo.com
35. Pedro Aranha Corrêa do Lago	17-10-2007	Rua Marquês de São Vicente, 458 – Gávea – 22451-040 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2239-4196 – E-mail: pclago@terra.com.br

Sócios Correspondentes Brasileiros

1. Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento	14-12-1983	Garvey Park Hotel – SHN – Qd. 2 – Bl. J – apto. 716 – 70702-300 – Brasília – DF – Fone: (61)3329-8516/3329-8400/3327-9064 – E-mail: vamirehchacon@gmail.com – diretoriapol@umb.br
2. Gabriel Augusto de Mello Bittencourt	02-10-1985	Rua Chapot Presvot, 214/801 – Praia do Canto – 29055-410 – Vitória – ES – Fone: (27) 3324-2586 – E-mail: gbittenc.vix@terra.com.br
3. Côn. José Geraldo Vidigal de Carvalho	29-07-1987	Praça do Rosário, 15 – 36570-000 – Viçosa – MG – Fone: (31) 3891-1144 – E-mail: vidigal@homenet.com.br
4. Alberto Martins da Silva	13-07-1988	SQN 205 – Bl. D – apto. 303 – 70843-040 – Brasília – DF – Fone: (61) 3347-4385
5. Nachman Falbel	29-04-1992	Rua Duarte da Costa, 166 – Lapa – 05080-100 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3834-6063

6. Helga Iracema Landgraf Piccolo	02-09-1992	Rua Prof. Idelfonso Gomes, 53 – 91900-130 – Porto Alegre – RS – Fone: (51) 3264-7207
7. Luiz Fernando Ribeiro Soutelo	02-09-1992	Rua Dep. Carvalho Dedo, 379/103 – Solopedo – 49025-070 – Aracajú – SE – Fone: (79) 3231-2318 / 3224-2127/3224-2128
8. Sonia Maria Demoner	02-09-1992	Av. Antonio Gil Veloso, 2350/604 – Praia da Costa – Vila Velha – ES – 29101-012 – Fone: (27) 3229-7106
9. Leonardo Dantas Silva	16-12-1992	Rua Marquês de Maricá, 73 – Torre – 50711-120 – Recife – PE – Fone: (81) 3227-4910
10. José Octávio de Arruda Mello	24-11-1993	Av. Senador Ruy Carneiro, 425 – 58032-100 – João Pessoa – PB – Fone: (83) 2247-7926
11. Maria Luiza Marcílio	08-06-1994	Rua Padre João Manuel, 774/142 – 01411-000 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3282-8550
12. Maria Beatriz Nizza da Silva	14-12-1994	Rua Fialho de Almeida, 26/3º – 1000 – Lisboa – Portugal – Fone: 351-21-4835019
13. Sonia Aparecida de Siqueira	14-12-1994	Praça Senador José Roberto Leite Penteado, 182 – Alto da Lapa – 05078-020 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3831-8019 – E-mail: gardel@uol.com.br
14. Cid José Teixeira Cavalcante	29-11-1995	Rua das Violetas, 85 – Pituba – 41810-080 – Salvador – BA – Fone: (71) 3452-1828
15. Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz Bandeira	18-12-1996	Reilinger Strabe, 19 – 68789 – St. Leon-Rot – Deutschland – CP 10096 – Fone: 49-62-27880534 – E-mail: lamb@ube.org.br
16. Ricardo Vélez Rodríguez	16-12-1998	Rua Luiz Lerco – Garden Catuai – Torre 1 – apto. 1203 – Terra Bonita – 86047-610 – Londrina – PR – Fone: (32) 3232-2878 / 3212-7994
17. José Mendonça Teles	28-04-1999	Rua SB, 11 – Qd. 6 – Lt. 7 – Portal do Sol I – 74884-597 – Goiânia – GO – Fone: (62) 3275-3268
18. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho	04-07-2001	Rua Pacífico dos Santos, 63/101 – Paissandu – 52010-030 – Recife – PE – Fone: (81) 3325-3557
19. Synesio Sampaio Goes Filho	04-07-2001	SMDB – Cj. 26 – Casa 8/9 – Lago Sul – 71680-260 – Brasília – DF – Fone: (61) 3367-1351
20. Elizabeth Madureira Siqueira	10-07-2002	Rua Quatro, 630 – Boa Esperança – 78068-724 – Cuiabá – MT – Fone: (65) 3627-6268 / 6247 – E-mail: emsiqueira@terra.com.br
21. Jayme Lustosa de Altavila	10-07-2002	Rua Oswaldo Sarmento, 63 / 201 – Edifício Lagoa Mar – Farol – 57051-510 – Maceió – AL – Fone: (82) 3221-6550 9902-8938 – E-mail: ihgal@hotmail.com
22. Léa Brígida Rocha de Alvarenga Rosa	10-07-2002	Av. Saturnino de Brito, 1001/502 – Praia do Canto – 29055-180 – Vitória – ES – Fone: (27) 3227-9886
23. Luis Alberto Cibils	10-07-2002	Av. 24 de outubro, 627/301 – 90040-150 – Porto Alegre – RS – Fone: (51)3222-8594/3228-2610

24. Marcio Augusto de Freitas Meira	27-08-2003	SQ SW ,103 – Bl. E – apto. 605 – 70670-309 – Brasília – DF – Fone: (61) 3316-2149/2151 – E-mail: marciomeira@minc.gov.br
25. Arno Alvarez Kern	19-11-2003	Rua Jaraguá, 414 / 902 – 90450-140 – Porto Alegre – RS – Fone: (51) 3320-3534 – E-mail: aakern@puccrs.br
26. Caio César Boschi	19-11-2003	Rua Ramalhete, 550/900 – Serra – 30210-500 – Belo Horizonte – MG – Fone: (31) 3319-4299 – E-mail: caioboshi@hotmail.com
27. Carlos Henrique Cardim	19-11-2003	SQS 213 – Bloco C – Apto. 302 – 70292-030 – Brasília – DF – Fone: (61) 2026-1461 – (61) 3217-1726 – E-mail: carlos.cardim@itamaraty.gov.br
28. Corcino Medeiros dos Santos	19-11-2003	Cond. Vivendas Friburgo – Módulo 1 – Casa 1 Sobradinho – 73074-013 – Brasília – DF – Fone: (61) 3485-0250
29. José Jobson de Andrade Arruda	25-08-2004	Al. Gabriel Monteiro da Silva, 1465 – apto. 81 – Jardim Paulistano – 01441-903 – São Paulo – SP Fone: (11) 3088-6365 – Fax: (11) 3081-9907 – E-mail: jarruda@fapesp.br
30. Márcia Elisa de Campos Graf	25-08-2004	Rua General Carneiro, 885 / 701 – Ed. Sorbonne – 80060-150 – Curitiba – PR – Fone: (41) 3242-9879
31. Agaciel da Silva Maia	15-12-2004	QL 6 – Conj. 7 – Casa 20 – Lago Sul – 71620-075 – Brasília – DF – Fone: (61) 3311-4001 Fax (61) 3321-4666
32. Douglas Apratto Tenório	28-09-2005	Rua Deputado José Lajes, 395 – Ponta Verde – 57035-330 – Maceió – AL – Fone: (82) 3327-9916 – Fax: (82) 3221-0402 – E-mail: douglasa-pratto2@hotmail.com
33. Nestor Goulart Reis Filho	28-09-2005	Rua Gaspar Lourenço, 138 – 04107-001 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3289-2167 / 3091-4556 – E-mail: ngreis@usp.br – lap@usp.br
34. Adilson Cezar	04-10-2006	Av. Jorge Zamur, 1212 – Parque Ibiti do Paço – 18086-050 – Sorocaba – SP – Fone: (15) 3328-4733 / 3228-7041 – E-mail: a.cesar08@terra.com.br
35. Pe. José Carlos Brandi Aleixo, Sj	04-10-2006	Centro Cultural – Av. L2 N – Q. 601 – B – 70830-010 – Brasília – DF – Fone: (61) 3224-9974 – Fax: (61) 3426-0400 / 3426-0401 E-mail: brandialeixo@ccbnet.org.br
36. Lília Katri Moritz Schwarcz	04-10-2006	Rua Salvador de Mendonça, 95 – Jardim Paulistano – 01450-040 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3031-6614 – E-mail: lilia.ms@uol.com.br
37. Marco Antônio de Oliveira Maciel	04-10-2006	SQS 314, BI E, apto. 104 – Asa Sul – 70383-050 – Brasília – DF – Fone: (61) 3311-5710 / 5719 – E-mail: marco.maciel@senador.gov.br
38. Geraldo Mártires Coelho	17-10-2007	Rua dos Periquis, 3145 – ap 801 – 66040-320 – Belém – PA – Fone: (91) 9995-7280 – E-mail: gmartirescoelho@gmail.com

39. Reinaldo José Carneiro Leão	10-12-2008	Rua Des. Célio de Castro Montenegro, 32 – ap 2501 – Ed. Solar de Palmeiras Monteiro – 52070-008 – Recife – PE – Fone: – E-mail: reinaldojcl@gmail.com
40. Armando Alexandre dos Santos	02-09-2009	Rua Alferes José Caetano, 855 – apto 192 A – 13400-120 – Piracicaba – SP – Fone: (19) 3433-3303 – E-mail: aasantos@uol.com.br
41. Eugênio Ferraz	02-09-2009	Av. Augusto de Lima, 270 – Centro – 30190-001 – Belo Horizonte – MG – Fone: (31) 3237-3401 – Fax: (31) 3237-3500 – E-mail: eugenio.ferraz@iof.mg.gov.br
42. Jali Meirinho	02-09-2009	Rua Presidente Coutinho, 349 – apto 1102 – Centro – 88015-230 – Florianópolis – SC – Fone: (48) 3222-6751 – E-mail: jalimeirinho@uol.com.br
43. Laura de Mello e Souza	02-09-2009	Al. Eugênio de Lima, 1475 – apto 41 – 01403-003 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3542-4241 – (11) 3885-6639 – E-mail: laurams@usp.br
44. Ângelo Oswaldo de Araújo Santos	15-12-2010	Rua Espírito Santo, 1594 / 401 – Lourdes – 30160-031 – Belo Horizonte – MG – Fone: (31) 3224-5273 – E-mail: secretariasgabinete@cultura.mg.gov.br
45. Fernando Lourenço Fernandes	15-12-2010	SQS 316 – Bloco C – apto. 201 – 70387-030 – Brasília – DF – Fone: (61) 3346-3869 – Fax: (61) 3345-4751 – E-mail: fernando-fl@uol.com.br
46. Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila Lins	15-12-2010	Av. Cabo Branco, 1206 – Bairro Cabo Branco – 58045-010 – João Pessoa – PB – Fone: (83) 3226-1012 – (83) 9921-3340 – E-mail: ggsal@terra.com.br
47. Maria Efigênia Lage de Resende	15-12-2010	Rua Pio Porto de Menezes, 115/304 – 30380-300 – Belo Horizonte – MG – Fone: (31) 3297-4237 – (31) 9977-8672 – E-mail: lagederesende@uol.com.br
48. Áurea da Paz Pinheiro	21-09-2011	Campus Universitário Ministro Petrônio Portella Bairro Ininga – 64049-550 – Teresina – PI – Fone: (86) 3215-5973 – E-mail: aureapazpinheiro@gmail.com
49. Ernani Costa Straube	21-09-2011	Avenida Paraná, 775 apto. 06 – Cabral – 80035-130 – Curitiba – PR – Fone: (41) 3252-4767 – E-mail: py5do@hotmail.com
50. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto	21-09-2011	SQN 213, Bloco B – apto. 306 – 70292-020 – Brasília – DF – Fone: (61) 9952-0356 – E-mail: doratioto@gmail.com.br
51. Getúlio Marcos Pereira Neves	21-09-2011	Rua João Joaquim da Mota, 324 apto. 704 – Praia da Costa – 29110-200 – Vila Velha – ES – Fone: (27) 3223-5476 / 3389-0412 – E-mail: gtneves@hotmail.com – gtneves@uol.com.br
52. Jorge dos Santos Caldeira Neto	21-09-2011	Rua General Jardim, 633 Conj. 52 – 01242-001 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3123-0110 – E-mail: caldeira@mameluco.com.br

53. Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes	21-09-2011	Rua Alagoas, 475 apto. 14A – Higienópolis – 01242-001 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3667-3131 – E-mail: utbm@uol.com.br
54. Augusto César Zeferino	12-12-2012	Caixa Postal 998 – 88010-970 – Florianópolis – SC – Fone: (48) 9982-0915 / 3304-0915 / 3222-5111 – E-mail: rasecac@brturbo.com.br – ihgsc@ihgsc.org.br
55. Luis Cláudio Villafañe G. Santos	12-12-2012	SHIS Q I 05 – Conjunto 16 – Casa 20 – 71615-160 – Brasília – DF – Fone: (61) 9667-5511 – E-mail: luis.villafane@itamaraty.gov.br
56. Roque de Barros Laraia	12-12-2012	Rua SHIS – QI 15 – conjunto 11 – casa 11 – Lago Sul – 71635-310 – Brasília – DF – Fone: – E-mail: rrlaraia@uol.com.br
57. Sérgio Paulo Muniz Costa	12-12-2012	Rua SHIS QI 09 – conjunto 08 – casa 23 – Lago Sul – 71625-080 – Lago Sul – Brasília – Fone: (61) 3963-2565 – E-mail: spmunizcosta@gmail.com
58. Íris Kantor	13-11-2013	Rua Lisboa, 403 – apto. 21 – 05413-000 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3062-0645 / 99602-2310 – E-mail: ikantor@usp.br
59. Juciene Ricarte Apolinário	13-11-2013	Rua Pedro Soares da Silva, 174 – Itararé – 58105-630 – Campina Grande – PB – Fone: (83) 8760-0516 / 3322-3607 – E-mail: jucieneufcg@gmail.com
60. Sérgio da Costa Franco	13-11-2013	Rua Getúlio Vargas, 1643 – 402 – Medianeira – 90150-005 – Porto Alegre – RS – Fone: (51) 3233-4973 – E-mail: scostafranco@hotmail.com
61. Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão	25-09-2014	Tivoli Forum – Av. Liberdade, 180 A – 10º andar – 1250-146 – Lisboa – PT – Fone: 351 9186-5910 / 351 213568367 – E-mail: goncalo.mourao@itamarati360.gov.br
62. Junia Ferreira Furtado	25-09-2014	Rua Antônio de Albuquerque, 1032 – apto. 41 – Lourdes – 30112-011 – Belo Horizonte – MG – Fone: (31) 3227-7616 – E-mail: junia@ufmg.br juniaff@gmail.com

Sócios Correspondentes Portugueses

1. Joaquim Veríssimo Serrão	16-08-1967	Rua Capitão Renato Batista, 81 – 3º Distrito – 1000 – Lisboa – Portugal – Fone: (351) 919 524616 – Casa dos Pinheiros / Salmeirim, lote 3 – 2000 – Santarém – Portugal –
2. Fernando Castelo-Branco	11-12-1978	Rua David de Souza, 14 – 2º – E – 1000 – Lisboa – Portugal
3. Mário Júlio Brito de Almeida Costa	27-10-1982	Av. Infante Santo, 15 – 7º. – 7 – 1300 – Lisboa – Portugal
4. Martim de Albuquerque	27-10-1982	Av. General Norton de Matos, Lote 6 – A 10º – E – 1495 – Lisboa – Portugal
5. Carlos da Costa Gomes Bessa	20-09-1989	Rua de Goa, 18 – 2º – Caxias – 2780 – Oeiras – Portugal – Fone 351-21-4432426

6. Pedro Mário Soares Martinez	02-05-1990	Rua de S. Bento, 26 – 1200-819 – Lisboa – Portugal – Fone: 351-21-3974280
7. António Manuel Dias Farinha	16-12-1992	Rua Carlos Calisto, 4 – 9º Dto – 1400-043 – Lisboa – Portugal – Fone: 351-21-3015653
8. António Pedro de Araujo Pires Vicente	24-11-1993	Av. João XXI, nº 4, 3º Esq. – 1000-301 – Lisboa – Portugal – Fone: 351-21-8049104
9. Eugenio Francisco dos Santos	14-12-1994	Rua Duque da Terceira, 381 – 4º Esq – 4000-537 – Porto – Portugal – Fone:
10. José Vitorino de Pina Martins	29-11-1995	Rua Marquês da Fronteira, 4, 1º Esq – 1070-295 – Lisboa – Portugal – Fone: 351-21-3875636
11. José Jorge da Costa Couto	13-08-1997	Av. Carolina Mochaelis, 34 r/c DTº – 2795049 – Linda-A-Velha – Portugal – Fone.: 351-96-6921660 – E-mail: jcouto@netcabo.pt
12. José Marques	13-08-1997	Rua António Marinho, 13 – 5º Esq. – 4700-361 – Braga – Portugal – Fone: 351-25-3261214 – E-mail: josemarques.braga@gmail.com
13. Pe. Henrique Pinto Rema, O.F.M.	05-07-2000	Travessa Arrochela, nº. 2, – 200-032 – Lisboa – Portugal – Fone: 351-21-3934772
14. Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos Fernandes	15-12-2004	Rua Teófilo Braga, 1 – 5º andar – 2685243 – Portela – Lisboa – Portugal – Fone: 351-219432249 – E-mail: manuela.mendonca@sapo.pt
15. Miguel Corrêa Monteiro	17-10-2007	Rua José Carlos da Maia, 123, r/c – 2775-214 – Parede – Portugal – Fone: 351-21-4571441 – E-mail: miguelscmonteiro@gmail.com
16. Américo da Costa Ramalho	2009	Rua António Nobre, 4, 1º – 3000-050 – Coimbra – PT – Fone: 23 9723-298 – E-mail: classic@ft.uc.pt
17. António Adriano de Ascensão Pires Ventura	2009	Travessa do Marçal, 12 – 7300-223 – Portalegre – PT – Fone: 24520-2487 – E-mail: piresventura@sapo.pt
18. Antonio Francisco Quintela	2009	Rua Cidade de Tete, 5 – 1800-128 – Lisboa – PT – E-mail: acq@civil.ist.utl.pt
19. Armando Alberto Martins	2009	Largo dos Santos, 1, 4º D – Alfornelos – 2700-662 – Amadora – PT – E-mail: armandoa.martins@clix.pt
20. Carlos José Margaça Veiga	2009	Rua Tiago Silva Santos, Lote 98 C – 1º C – 2625-261 – Póvoa – Sta Iria – PT – E-mail: cmargaca.veiga@netcabo.pt
21. Eurico Brandão de Ataíde Malafaia	2009	Rua Filipe Folque, 34, 1º Esq. – 1050-114 – Lisboa – PT
22. Francisco José Gingeira Santana	2009	Rua José Ricardo, 7, 5º Esq. – 1900 – Lisboa – PT
23. João Luís Serrão da Cunha Cardoso	2009	Rua Silva Porto, 16 – Funchalinho – 2825-048 – Caparica – PT – Fone: 21 2910-553 – E-mail: cardoso18@netvisao.pt
24. Luís Alberto Adão da Fonseca	2009	Rua do Revilão 521 – 4100-427 – Porto – PT
25. Luís António de Oliveira Ramos	2009	Rua António Ramalho, 135 – 4450 – Matosinhos – PT

26. Manuel Augusto Rodrigues	2009	Rua Luís de Camões, 55 – 1º – 3000-252 – Coimbra – PT – Fone: 23 9711-966 – E-mail: marodrigues@ci.uc.pt
27. Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos Reis	2009	Campo Grande, 54, 13º – 1700-093 – Lisboa – PT – E-mail: fatimareis@fl.ul.pt
28. Maria Helena da Cruz Coelho	2009	Urb. Quinta da Lomba, BI 14, 6º E – 3030-159 – Coimbra – PT – Fone: 23 9715-634 – E-mail: coelhomh@gmail.com
29. Maria Isabel Dias da Silva Rebelo Gonçalves	2009	Rua da Quinta das Conchas, 3, 2º A – 1750-402 – Lisboa – PT – Fone: 21 7590-005 – E-mail: i.gonsalves@hotmail.com
30. Maria José Azevedo Santos	2009	Rua Brigadeiro Correia Cardoso, 223 – 2º Esq – 3000-089 – Coimbra – PT – Fone: 23 9834-921 9820-987 – E-mail: mazevedo.santos@yahoo.com
31. Maria Leonor Ribeiro da Fonseca Calixto Machado de Souza	2009	Rua de São Joaquim, 6 – 3ºDt. – 1250-234 – Lisboa – PT
32. Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva Ventura	2009	Rua Pedro Alvares Cabral, 10, 5 Dtº – 2685-228 – Portela – PT – Fone: 21 9447-500 – E-mail: margaridagarceventura@gmail.com
33. Maria Paula Marçal Lourenço	2009	Quinta do Levante, C.C.I., 130 – 2925-346 – Azeitão – PT – E-mail: p.lourenco1961@hotmail.com
34. Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo Cruz	2009	Rua Conde de Sabugosa, 25, 3º Dt. – 1700-115 – Lisboa – PT – Fone: 21 8496-930 – E-mail: rosariothemudo@gmail.com

Sócios Correspondentes Estrangeiros

1. Manuel Ballesteros Graibrois	09-09-1958	Facultad de Antropologia y Etnologia de América – Ciudad Universitária – Madri – Espanha
2. Guillermo Morón	25-05-1988	Urb. Horizonte – Transversal 11 – Qta María Eugenia – Caracas – ZP 1070 – Estado Miranda Venezuela
3. Boris Nikolaievitch Komissarov	12-12-1990	Ul. Parachutnaia, 12 Kv. 715 – 197341 – Leningrado – Rússia
4. Bernardino Bravo Lira	02-09-1992	Casilla 13199 – Santiago – Chile
5. Aniello (Nello) Angelo Avella	02-09-1992	Via Giuseppe Verdi, 2 – 00040 Montecompatri – Roma – Itália – Fone: 39-06-94789019 – E-mail: nelloavella@ig.com.br
6. Haim Avni	02-09-1992	74 Tcheraikowsky St. – Jerusalém – Israel 92585
7. Alicia Elena Vidaurreta	16-12-1992	Humahuaca 4037 – 1192 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 54 1 4862-4871 / 4863-9823 – E-mail: avidaurreta@hotmail.com
8. Leslie Bethell	16-12-1992	Av. Aquarela do Brasil, 333 BI 1apto1302 – São Conrado – 22610-010 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: 44 (0) 1865 284463 – E-mail: leslie.bethell@sant.ox.ac.uca

9. Kenneth R. Maxwell	24-11-1993	David Rockefeller Center for Latin American Studies – Harvard University – 61 Kirkland Street – Cambridge – MA 02138 – USA – Fone.: (617) 496-4780
10. Stuart B. Schwartz	24-11-1993	Yale University – Po Box 208324 – New Haven – CT 06520 – USA – Fone: (203) 432-1375 – E-mail: schwartz@yale.edu
11. Claude Fouquet	08-06-1994	10, Rue Pérignon – 75007 – Paris – França
12. Daniel Restrepo Manrique	08-06-1994	Calle Claudio Coello, 123 piso 4 – 28006 Madrid – Espanha – Fone: (341) 581-5286 / 581-1832
13. Marianne L. Wiesebron	08-06-1994	Druivenlaan 6 – Westmalle – Bélgica –2390 – Fone: 32-3-311-6175
14. Ludwig Lauerhass, Jr.	13-08-1997	319 Dalkeith Avenue 90049 – Los Angeles – California – EUA – Fax: 1-310-206-6859
15. Richard Graham	13-08-1997	110 – Vuelta Sabio – Santa Fé – 87506 – Novo México – USA – Fone: (505) 989-3503 – Fax.: (505) 989-1817 – E-mail: slgrahan@trail.com
16. Christophe Wondji	16-12-1998	Coordonnateur des Projets D'Histoires – 1, Rue Miollis – 75732 – Paris, Cedex 15 – France – Fone: (331) 45.68.55.95
17. Horst Pietschmann	16-12-1998	Von-Melle – Park 6, 20146 – Hamburgo – Alemanha – Fone: (040) 4123-4841/4839 – E-mail: hs6al13@nuuol.rzr.uni.hamburg.de
18. Miguel León-Portilla	05-07-2000	Calle Alberto Samora, 131 – Caioacan – 04000 – México – Fone: (55-21) 509-5107
19. Joaquim Antero Romero de Magalhães	04-07-2001	Rua Machado de Castro, 247 – 2º Esq. – 3000 – Coimbra – Portugal – Fone: 351-3929571
20. Luis E. Gonzales Vales	04-07-2001	Academia Puertorriqueña de Historia – Apartada – 9021447 – San Juan de Puerto Rico – 00902 – 1447 – Fone: 1-787-7234481
21. Rafael Fernandes Heres	04-07-2001	Academia Venezolana de Historia – Palacio de las Academias – Av. Universidad – Bolsa a San Francisco – Caracas – 1010 – Venezuela – Fone.: 58-2-4839435 / 4844306
22. Sergio Martínez Baeza	04-07-2001	Calle Pedro Canisio, 1213 – ap. 161 – Vitacura – Santiago do Chile – Chile
23. Marcus Soares Albergaria de Noronha da Costa	10-07-2002	Palacio do Salvador – Largo do Salvador, 22 – 1100-462 – Lisboa – Portugal – Fone: 351-21-8866282 – E-mail: marcusdenoronha@sapo.pt
24. Rolf Nagel	10-07-2002	Heesenstrasse, 16-40549 – Düsseldorf – Alemanha – Fone: 211-501091 – E-mail: rama@ish.de
25. Alberto Gallo	19-11-2003	Via Re, 112 – 10146 – Torino – Itália – Fone: 39-011-720800 – E-mail: a.gallo@inrete.it
26. António Manuel Botelho Hespanha	19-11-2003	Rua Luís de Freitas Branco, 26 – 6º Esq., 1600-490 – Lisboa – Portugal – Fone: 351217594915 – E-mail: am.hespanha@mail.telepac.pt – amh@netcabo.pt – amhmeister@gmail.com
27. Antonio Salum-Flecha	19-11-2003	Élias Ayala 970 – Asunción – Paraguay Fone: 595-21-613227

28. Eddy Odiel Gerard Stols	19-11-2003	Herent, Tover Bergstraat 5-5, 3020 – Veltem-Beisem – Bélgica – Fone: 32 –16 489832 – E-mail: eddy.stols@art.kuleuven.ac.be
29. Berthold Zilly	25-08-2004	Spessartstr. 21 – 14197 – Berlim – Alemanha – Fone: 49-30-8224126
30. Lydia Magalhães Nunes Garner	25-08-2004	111 – East Sierra Circle – San Marcos – Texas – 78666 – USA – Fone: 512-245-3745
31. Lucien Provençal	28-09-2005	51, Rue Felix Cléry – Marvivo – La seyne-sur-mer, Var – 83.500 – França
32. Mary Karasch	28-09-2005	Oakland University – Departament of History – College of Arts and Sciences Rochester – Michigan – 48309-4483 – USA – Fone: (248) 370-3510
33. Jean Pierre Blay	04-10-2006	1 Rue Benjamin Raspail, 60100 – CREIL – FRANÇA – Fone: 344260653 – E-mail: blay,jean-pierre@wanadoo.fr
34. Andréa Mansuy-Diniz Silva	10-12-2008	Estrada Nacional 10, 676 – Estrelinha – Monte de Caparica – Lisboa – Portugal – 2825 – E-mail: andree.diniz.silva@wanadoo.fr
35. Nuno Álvares Pereira de Castro	10-12-2008	Rua Visconde de Pirajá, 605 – Cob Ipanema – 22410-003 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2274-4719
36. Carlos Francisco Moura	02-09-2009	Rua Prof. Manuel Ferreira, 171 / 202 – Gávea – 22451-030 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2294-6087 – E-mail: tebord2000@yahoo.com.br
37. Norio Kinshichi	21-09-2011	Musaschidai 1-40-10, Hidaka-shi, Saitama – Japan – Fone: 042-982-3652 – E-mail: kin7n@juno.ocn.ne.jp
38. Laurent Olivier Vidal	12-12-2012	26, rue du General Guillaumat – 17000 – La Rochelle – França – Fone: – E-mail: lvidal@univ-lr.fr
39. Roderick J. Barman	12-12-2012	4243 West 12th Avenue – Vancouver BC V6R 2 P8 – Canadá – Fone: 604-224-3983 – E-mail: rbarman@mail.ubc.ca
40. Mariano Cuesta Domingo	13-11-2013	C. PEZ VOLADOR, 24 – 28007 – Madrid – Fone: 91 574 88 22 394 57 91 630 611 904 – E-mail: m.cuestadomingo@yahoo.es
41. Minfen Zhang	13-11-2013	ROOM 1901, Block 10, nº 158 – Chang Chum Road – 200081 – Shanghai – China – Fone: 0086-13651916790 – E-mail: zhangminfen@hotmail.com – sofia@geosofia.com
42. Nuno Gonçalo Vieira Matias	13-11-2013	Rua do Arsenal – Edifício da Marinha – 1100-038 – Lisboa – PT – Fone: 211938458 – E-mail: academia.marinha@marinha.pt
43. Albert Fishlow	25-09-2014	Fone: – E-mail: al594@columbia.edir
44. Elisée Soumonni	25-09-2014	04 BP 0265 Cadjehoun – Cotonou (Benin) – E-mail: soumonni@hotmail.com

45. Silvano Peloso	25-09-2014	Via Palestro, 34 – 00185 – Roma – Itália – Fone: 39-0644360331 – End. Comercial: Universidade de Roma “La Sapienza” Dipartimento di Studi Europei, Americani e Interculturali – Facoltà di Lettere e Filosofia – P. le Aldo Moro, 5 – 00185 – Roma – Fone: 06 49913158 – Fax do Dep.: 06 491919 – E-mail: silvano.peloso@uniroma1.it
46. Wolf Grabendorff	25-09-2014	D-88214 Ravensburg – Ebertstrasse 13 – Fone: 49 (751) 359 16 96 – E-mail: wgrabendorff@web.de

Sócios Correspondentes Argentinos (convênio de 28.05.1968)

1. José M. Mariluz Urquijo	1968	Santa Fé 2982 (1425) – Argentina – Fone: 84-6371
2. Beatriz Bosh	1968	Larrea 1045 P. 4º Dto. A (1117) – Argentina – Fone: 822-6484
3. Edberto O. Acevedo	1968	Gral. Paz 255 (5501) Godoy Cruz – Madza – Argentina – Fone: 061-223533
4. Pedro S. Martinez	1968	Martinez de Rosas 578 (5500) – Madza – Argentina – Fone: 061-245958
5. Victor Tau Anzoategui	1970	(res.) Juncal 770 – 6o Piso – 1085 – Buenos Aires – Argentina – 5411-4311-8494 – (com.) Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho – Av. de Mayo 1480 – 1o Izq. 1085 – Buenos Aires – Argentina
6. Laurio H. Destefani	1971	Anchorena 1476 (1425) – Argentina – Fone: 84-4951
7. Hector H. Schenone	1978	Av. Quintana 494 (1014) – Argentina – Fone: 804-0278
8. Luíz Santiago Sanz	1978	Callao 1944 P. 6º Dto. A (1024) – Argentina – Fone: 804-2701
9. Daisy Ripodas Ardanaz	1982	Santa Fe 2982 (1425) – Argentina – Fone: 804-6371
10. Eduardo Martiré	1992	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – 54-11-4331-5147 / 4343-4416 / 4331-4633
11. Isidoro Ruiz Moreno	1992	Callao 1382 (1023) – Argentina – Fone: 42-7865
12. Ezequiel Vallo	1992	Montevideo 1875 – (1021) – Argentina – Fone: 815-6991 / 773-5825
13. Felix Luna	1993	Reconquista 745 1º cuerpo, P. – 1º Dto. C (1003) – Argentina – Fone: 311-4575
14. Natalio Rafael Botana	1996	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343-4416 y 331-5147
15. Enrique Zuleta Alvarez	1996	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343-4416 y 331-5147 – Fax: (54-14) 331-4633
16. Rodolfo Adelio Raffino	1996	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343-4416 y 331-5147 – Fax: (54-14) 331-4633

17. Nilda Gulielmi	1996	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone.: 343–4416 y 331–5147 – Fax.: (54–14) 331–4633
18. Olga Fernández Latour de Botas	1996	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone.: 343–441 y 6331–5147 – Fax.: (54–14) 331–4633
19. María Amalia Duarte	1998	Spiro 950 (1846) – Adrogué – Argentina – Fone: 264–5315
20. Armando Raul Bazan	1998	Av. V. del Valle 512 (4700) – Catamarca – Argentina – Fone: 0833–22282
21. Miguel Angel De Marco	1998	Urquiza 1184 (2000) – Rosario – Argentina – Fone: 04163257 / 256256 / 305866
22. Ernesto J. A. Maeder	1998	Catamarca 449 (3500) – Chaco – Argentina – Fone: 0722–24565 / 583–3972
23. Roberto Cortes Conde	1998	Ob. Terrero 1532 (1642) – S. Isidoro – Argentina – Fone: 747–4025 / 742–2661
24. Nestor Tomas Auza	1998	Madero 490 (1638) – Vicente Lopez – Argentina – Fone: 791–6502
25. Cesar A. Garcia Belsunce	1998	Ocampo 2506 P 8º Dto. 20 (1425) – Argentina – Fone: 801–0870
26. Ramon Gutierrez	1998	Bolivia 82 (3500) – Chaco – Argentina – Fone: 0722–29294 / 826–0959
27. Dardo Perez Guilhou	1998	Esfta. Drummond (5507) – Lujan de Cuyo – Madaza. – Argentina – Fone: 061–249016
28. Hernán Asdrúbal Silva	1999	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343–4416 y 331–5147
29. Carlos A. Mayo	1999	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343–4416 y 331–5147
30. José Eduardo de Cara	1999	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343–4416 y 331–5147 – Fax: (54–14) 331–4633
31. Samuel Amaral	1999	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343–4416 y 331–5147 – Fax: (54–14) 331–4633
32. Félix Weinberg	1999	Pasaje Delfino, 352 – 8000 – Bahía Blanca – Argentina
33. Fernando Barba	2004	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343–4416 y 331–5147 – Fax: (54–14) 331–4633
34. Carlos Páez de la Tore	2004	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343–4416 y 331–5147 – Fax: (54–14) 331–4633
35. Marcelo Montserrat	2004	Balcarce 139 – 1064 – Buenos Aires – Argentina – Fone: 343–4416 y 331–5147 – Fax: (54–14) 331–4633

Sócios Correspondentes Espanhóis (convênio de 24.05.1996)

1. Miguel Batllori Y Munne S. J.	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429–6552
----------------------------------	------	---

2.	Gonzalo Menendez-Pidal Y Goyri	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
3.	Pedro Lain Entralgo	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
4.	Fernando Chueca Goitia	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
5.	Luis Diez Del Corral Y Pedruzo	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
6.	Antonio Domingues Ortiz	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
7.	Carlos Seco Serrano	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
8.	Juan Vernet Gines	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
9.	José Filgueira Valverde	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
10.	Miguel Artola Gallego	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
11.	Manuel Fernandez Alvarez	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
12.	Vicente Palacio Atard	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
13.	Eloy Benito Ruano	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
14.	Antonio Lopez Gomes	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
15.	Joaquin Vallve Bermejo	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
16.	Jose Alcala-Zamora Y Queipo de Llano	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
17.	Jose Manuel Pita Andrade	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
18.	Jose Maria Blazquez Martinez	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
19.	Felipe Ruiz Martin	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
20.	Carmen Iglesias Cano	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
21.	Miguel Angel Ladero Quesada	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
22.	Jose Angel Sanchez Asiain	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
23.	Faustino Menendez Pidal de Navascues	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
24.	Luis Suarez Fernandez	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
25.	Rafael Lapesa Melgar	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552

26. Fernando de La Granja Santa Maria	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
27. Martín Almagro Gorbea	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
28. Alvaro Galmés de Fuentes	1996	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
29. Pe. Quintín Aldea Vaquero	1997	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
30. Manuel Alvar	1999	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552
31. Luis Miguel Enciso Recio	1999	Real Academia de La História – C. Leon, 21 – Madrid – España – 28014 – Fone: (341) 429-6552

Sócios Correspondentes Uruguaios (convênio de agosto/1996)

1. Fabián Melogno Vélez	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – José Agustín Iturríaga – 3376 – Montevideo
2. Ivho Acuña	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
3. Juan José de Arteaga	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
4. Luis Victor Anastasia	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
5. Alvaro Mones	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
6. Angel Corrales Elhordoy	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
7. José E. Etcheverry Stirling	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
8. Marta Canessa de Sanguinetti	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
9. José Joaquín Figueira	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
10. Daniel Hugo Martins	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay

11. Walter Gulla	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
12. Victor H. Lamónaca	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
13. Luis A. Musso Ambrosi	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
14. Ernesto Puiggros	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
15. Carlos Ranguís	1996	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
16. Augusto Soiza Larrosa	2000	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
17. Susana Monreal	2000	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
18. Fernando Chebataroff	2001	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
19. Oscar Padrón Favre	2001	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
20. Suzana Rodríguez Varese	2001	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
21. Ernesto Daragnés	2002	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
22. Fernando Mañé Garzón	2002	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
23. Alberto Del Pino	2003	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
24. Beatriz Torrendell	2003	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay

25. Carlos Sagrera	2003	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
26. Héctor Patiño Gardone	2006	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
27. Carlos Paulino Etchechuri	2011	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
28. Ernesto Castellano Christy	2011	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
29. Héctor Rovera Di Landro	2011	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
30. Raúl Iturria	2011	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
31. Alfredo Koncke	2014	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
32. Enrique Burbaquis	2014	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay
33. Walter Rela	2014	Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay – Conveccion 1366 3. ER.P – Casilla de Correo 10.999 – 11100 – Montevideo – Uruguay

Sócios Correspondentes Paraguaiois (convênio de agosto/2010)

1. Juan Bautista Rivarola Paoli	1992	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552
2. Manuel Peña Villamil	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552
3. Jerónimo Irala Burgos	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552
4. Julia Velilla	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552
5. Carlos Heyn	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552

6. Lorenzo Livieres Banks	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
7. Margarita Duran	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
8. Ricardo Caballero Aquino	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
9. Milda Rivarola	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
10. Ricardo Scavone Yegros	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
11. Margarita Prieto Yegros	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
12. Gustavo Laterza Rivarola	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
13. José Luis Salas	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
14. Luis G. Benítez	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
15. Mario Pastore	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
16. María G. Monte de López Moreira	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
17. Alfredo Boccia Romañach	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
18. Bartomeu Meliá	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
19. Luis Szarán	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
20. Mabel Causarano	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
21. Ignacio Telesca	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552
22. Carlos Alberto Mazó	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595-21) 202552

23. Jaime Grau	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552
24. Ricardo Pavetti	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552
25. José Zanardini	2010	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552
26. Beatriz González de Bosio	2016	Academia Paraguaya de la Historia – Avda. Artigas y Andrés Barbero – Assunción – Paraguay – Fone: (595–21) 202552

Sócios Correspondentes Colombianos (convênio de 18 de Junho de 2012)

1. Camilo Riaño Castro	2012	Calle 10 nº 8–95 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
2. Diego Uribe Vargas	2012	Carrera 7ª nº 35–33 – apto. 501 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
3. Eduardo Santa	2012	Calle 125 nº 56–67 – Barrio Niza–Córdoba – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: eduardo-santa@hotmail.com
4. Otto Morales Benítez	2012	Transversal 5 nº 57–42 – Bogotá, D.C. Colômbia Fone: – E-mail: donotto@etb.net.co
5. Antonio Cacia Prada	2012	Calle 115 nº 9 A 30 apto. 501 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: acacuaprada@hotmail.com
6. Jorge Arias de Greiff	2012	Calle 39 nº 15–69 – Bogotá, D.C. Colômbia Fone: – E-mail:
7. Gonzalo Correal Urrego	2012	Calle 125 nº 50–28 Int. 19 – Conjunto Alcante – Barrio Batán – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: gocerreal@etb.net.co
8. Jaime Posada	2012	Transversal 5 nº 86–50 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
9. Enrique Gaviria Liévano	2012	Carrera 4 nº 74–36 – apto. 402 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: enriquegaviria@yahoo.com
10. Alberto Corradine Angulo	2012	Carrera 16ª nº 48–55 – Barrio Palermo – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: corangulo@hotmail.com
11. Jorge Morales Gómez	2012	Calle 69 nº 7–51 – apto. 201 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: jorgemoralesgomez@hotmail.com
12. Luis C. Mantilla Ruiz O.F.M.	2012	Calle 16 nº 7–35 – Convento de San Francisco – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: franciscobgta@hotmail.com
13. Fernando Restrepo Uribe	2012	Carrera 7 nº 87–80 – apto. 302 – [antes del 87–20] – Edifício Monteverde – Bogotá, D.C. Colômbia Fone: – E-mail: frestrepo@telmex.net.co

14. Javier Ocampo López	2012	Diagonal 41 nº 15A 78 – Barrio La María – Tunja – Boyacá – Fone: – E-mail: javierocampo11@yahoo.es
15. Fernando Mayorga García	2012	Carrera 19 nº 82–42 apto. 302 – Ed. Abedul – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: fmayorga@urosario.edu.co
16. José Roberto Ibáñez Sánchez	2012	Avenida 116 nº 11–50 – apto. 503 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: acahistoria@hotmail.com
17. José Agustín Blanco Barros	2012	Carrera 61 Bis nº 97–40 – Bogotá, D.C. Colômbia Fone: – E-mail:
18. Carlos José Reyes Posada	2012	Carrera 7ª nº 83–36 – apto. 501 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: fareyes@cable.net.co
19. Luis Horacio López Domínguez	2012	Transversal 20 nº 94 A–49 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: luishlpz@googlemail.com
20. Antonio José Rivadeneira Vargas	2012	Calle 106 nº 18 A 09 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
21. Fernando Barriga del Diestro	2012	Calle 24D nº 43 A 20 – apto. 401 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: bibliotecaacademia@etbnet.co
22. Teresa Morales de Gómez	2012	Carrera 4 nº 79–25 – apto. 503 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: moralesteresa6@gmail.com
23. Carlos Sanclemente Orbegoso	2012	Carrera 8 nº 84–32 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
24. Pilar Jaramillo de Zuleta	2012	Carrera 13 nº 27–98 – Torre B – apto. 1301 – Edifício Bavária – Centro Internacional – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
25. Adolfo de Francisco Zea	2012	Carrera 17 nº 137–09 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: adolfodef28@gmail.com
26. Roberto Pineda Camacho	2012	Carrera 17 nº 105–29 – Interior 103 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: robertopinedacamacho@yahoo.com
27. Adelaida Sourdis Nájera	2012	Calle 108 nº 13–64 – apto. 402 – Edifício Paula María – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: adelaidasourdis@yahoo.com
28. Napoléon Peralta Barrera	2012	Carrera 15 nº 127–B–33 – apto. 804 Torre 2 – Parque Central – Barrio Carolina – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: naperalta25@yahoo.com
29. María Clara Guillén de Iriarte	2012	Calle 70ª nº 7–36 – apto. 203 – Edifício LUBI – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: guillendei@cable.net.co
30. Efraín Sánchez Cabra	2012	Calle 10 nº 8–95 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
31. Juan Camilo Rodríguez Gómez	2012	Calle 144 nº 12–61 – casa 27 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: juanc.rodriguez@uexternado.edu.co

32. Gentil Almario Vieda	2012	Calle 115 nº 9 B 40 – apto. 301 – Edifício La Buena Esperanza – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: gentilalmario@hotmail.com
33. Eduardo Durán Gómez	2012	Carrera 1 Este nº 78–44 – apto. 101 – Edifício Cerros 78 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: eduardodurangomez@yahoo.com
34. Fernán González González S. J.	2012	Colegio San Bartolomé La Merced – Carrera 5 nº 34–00 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: fergon39@hotmail.com
35. Benjamín Ardila Duarte	2012	Calle 84 nº 9–51 – apto. 301 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: benjaminardiladuarte@hotmail.com
36. Rodrigo Llano Isaza	2012	Calle 10 nº 8–95 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail:
37. Roger Pita Pico	2012	Calle 160 nº 64–11 – Int. 3 – apto. 303 – Bogotá, D.C. Colômbia – Fone: – E-mail: rogpico@hotmail.com

Sócios Honorários Brasileiros

1. Ibrahim Abi–Ackel	25–05–1983	Rua Curitiba, 2427/301 – Lourdes – 30170–122 – Belo Horizonte – MG – Fone: (31) 3337–1479 – 3337–8454
2. Antônio Henrique Cunha Bueno	13–07–1988	Rua Libero Badaró, 293/13º. and. – conj. A Centro 01009–907 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3105–7121
3. Celina Vargas do Amaral Peixoto	17–08–1988	Av Vieira Souto, 324 – apto 301 – Ipanema – 22420–000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone:
4. Marcos Castrioto de Azambuja	05–09–1990	Praia do Flamengo, 392/2º and. – Flamengo – 22210–030 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2551–1613 / 2553–2454 – E-mail:
5. Sérgio Paulo Rouanet	24–11–1993	Av. Afrânio de Melo Franco, 393 – ap. 203 – Leblon – 22430–060 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: 2274–2875 – E-mail: rouanet@uol.com.br
6. Alexandre Miranda Delgado	28–06–1995	Rua Carvalho Alvim, 87/204 – Tijuca – 20510–100 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2208–6214
7. Antonio Candido de Melo e Souza	13–08–1997	Al. Joaquim Eugênio de Lima, 1196/apt. 5 Jardim Paulista – 01403–002 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3887–6194 – E-mail:
8. Antonio Ferreira Paim	13–08–1997	Rua Dr. Elias, 456 – apto. 41–B – Alto da Lapa – 05083–030 – São Paulo – SP – Fone: (11) 2371–5007 – E-mail:
9. Celso Lafer	13–08–1997	Av. Brigadeiro Faria Lima, 1306/10º. Centro – 01451–914 – São Paulo – SP – Fone:
10. Fernando Henrique Cardoso	13–08–1997	Instituto Fernando Henrique Cardoso – Rua Formosa, 367 – 6º andar – Centro – 01049–000 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3359–5000 – E-mail: maria.olivia.barreto@ifhc.org.br
11. José Roberto Teixeira Leite	13–08–1997	Rua Angatuba, 618 – Pacaembu – 01247–000 – São Paulo – SP – Fone: (11) 3873–4095 – E-mail: jrleite@uol.com.br

12. Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça	13-08-1997	Av. Atlântica, 1230 / 601 – Copacabana – 22021-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 3974-2538 E-mail:
13. Roberto DaMatta	13-08-1997	Estrada de Itaipu – Alameda 3 – casa 33 – Jardim Ubá – Itaipu – 24350-370 – Niterói – RJ – Fone: (21) 3709-1925 – E-mail:
14. Tarcísio Meirelles Padilha	13-08-1997	Rua Sá Ferreira, 188/704 – Copacabana – 22071-100 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2521-1102 E-mail:
15. Francisco Correa Weffort	16-12-1998	Av. Epiácio Pessoa, 2800/403 – Lagoa – 22471-403 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2267-6628 / 2513-2058 – E-mail: fcweffort@uol.com.br
16. Isabel Lustosa	17-10-2007	Rua Fonte da Saudade, 265 – ap 302 Lagoa – 22471-210 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2537-3097(FCRB) – E-mail: isabellustosa@uol.com.br
17. D. João de Orléans e Bragança	10-12-2008	Rua Fresca, 4 – Centro Histórico de Paraty – 23970-000 – Paraty – RJ – Fone: (24) 3371-6143 – E-mail: principedomjoão@gmail.com
18. Kenneth Henry Lionel Light	10-12-2008	Rua da Imperatriz, 65 – ap 502 – Centro – 25685-320 – Petrópolis – RJ – Fone: (24) 2242-58931 – E-mail: light.kenneth@gmail.com
19. Luiz Cláudio Aguiar	10-12-2008	Praia do Flamengo, 82 – ap 1101 – Flamengo – 22210-030 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: 2556-4626 – E-mail: luizclaudioaguiar@uol.com.br
20. Carlos Eduardo de Almeida Barata	02-09-2009	Rua Prudente de Moraes, 321 – 101 – Ipanema – 22720-041 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2247-2858 – 3813-8793 – E-mail: caubarat@globo.com
21. Jaime Antunes da Silva	02-09-2009	Rua Siqueira Campos, 142 – 502 – Copacabana 22031-070 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2179-1313 – E-mail: jaimeantunes@arquivonacional.gov.br
22. José Almino de Alencar e Silva Neto	02-09-2009	Rua São Clemente, 134 – Botafogo – 22260-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 3289-4601 – E-mail: almino@rb.gov.br
23. Marcus Antonio Monteiro Nogueira	02-09-2009	Rua Alayde de Souza Belém, 16 – Centro – 26540-110 – Nilópolis – RJ – Fone: (21) 7142-0255 – E-mail: marcusmonteiro@yahoo.com.br
24. Maurício Vicente Ferreira Junior	02-09-2009	Av. Pres. Castelo Branco, 401 casa 36 – Retiro – 25680-351 – Petrópolis – RJ – Fone: (24) 2245-8539 – E-mail: mauricio.ferreira@museus.gov.br
25. Paulo Knauss de Mendonça	02-09-2009	Av. Rui Barbosa, 422 apto. 61 – Flamengo – 22250-020 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2551-4838 – (21) 9998-2307 – E-mail: pk-nauss@uol.com.br
26. Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade	02-09-2009	Rua Barão de Mesquita, 200 / 501 – Tijuca – 20540-003 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 3298-2537 – (21) 99618-5074 – E-mail: veracabana@yahoo.com.br

27. Pe. Jesus Hortal Sánchez, S.J.	15-12-2010	Rua Benjamin Constant, 213 – Centro – 25610-130 – Petrópolis – RJ – Fone: (24) 2224-4069 – E-mail: hortal@puc-rio.br
28. Marcílio Marques Moreira	15-12-2010	Rua da Candelária, 9 Gr. 1006 – Centro – 20091-020 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2518-4065 / 2518-4063 / (21) 8106-6495 – E-mail: marcilio_mmoreira@yahoo.com.br – conjuntura-econtexto@yahoo.com.br
29. Carlos Lessa	21-09-2011	Rua Tobias do Amaral, 92 – Cosme Velho – 22241-310 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21)
30. Guilherme Paulo Castagnoli P. das Neves	21-09-2011	Rua Pinheiro Guimarães, 149 – casa 149 – Botafogo – 22281-080 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2286-5110 – E-mail: neves.gp@gmail.com
31. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira	21-09-2011	Rua Fernando Mendes, 19 / 70 – Copacabana – 22021-030 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2256-6900 – E-mail: myriam.ribeiro.oliveira@gmail.com
32. João Eurípedes Franklin Leal	12-12-2012	Rua Maria Quitéria, 137/302 – Ipanema – 22410-040 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2247-7965 – 9983-2134 – E-mail: j.frankinleal@hotmail.com
33. Júlio Bandeira Marques Ferreira	12-12-2012	Travessa Maria Amélia, 14 – 22061-070 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) – E-mail: bandeira.julio@terra.com.br
34. Manoel José de Miranda Neto	12-12-2012	Rua Constante Ramos, 13 / 901 – Copacabana – 22410-001 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2267-9638 – E-mail: miramazon@globomail.com
35. Tânia Maria Bessone Tavares da Cruz Ferreira	12-12-2012	Rua Fonte da Saudade, 247/104 – Lagoa – 22471-210 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2527-9017 – E-mail: bessone@uol.com.br
36. Cícero Sandroni	13-11-2013	Rua Itamonte, 58 – Cosme Velho – 22241-260 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2205-2906 – E-mail: cicero@academia.org.br
37. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves	13-11-2013	Rua Pinheiro Guimarães, 149 – casa 149 – Botafogo – 22281-080 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2286-5110 – E-mail: ib@uol.com.br ibastos@uerj.br
38. Regina Maria Martins Pereira Wanderley	13-11-2013	Rua Pompeu Loureiro, 51 cob. 02 – Copacabana – 22061-000 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2257-3766 / 98108-6284 – E-mail: rmpw@uol.com.br
39. Dom Orani João Tempesta	24-09-2014	Rua Benjamin Constant, 23 – 6º andar – Glória – 20241-150 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) – E-mail: gabinetearcebispo@arquidiocese.org.br
40. Maria Arair Pinto Paiva	24-09-2014	Rua Baronesa de Poconé, 71 / 701 – Lagoa – 22471-270 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2538-2498 – E-mail: mappapaiva@uol.com.br
41. Dom Gregório Paixão	30-09-2015	Rua São Pedro de Alcântara, 12 – Centro – 25685-300 – Petrópolis – RJ – Fone: (24) 2231-5212 – E-mail: dg-osb@hotmail.com

42. Ismênia de Lima Martins	30-09-2015	Rua General Rondon, 184 – casa – 24360-100 – Niterói – RJ – Fone: (21) 2714-9062 – E-mail: ismeniadelimamartins@gmail.com
43. João Paulo dos Reis Velloso	30-09-2015	Rua Sete de Setembro, 71 – 8º andar – Centro – 20050-005 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2212-5200 / 2212-5214 – E-mail: inae@inae.org.br
44. Maria Luiza Penna Moreira	30-09-2015	Av. Henrique Dumont, 15 / 301 – Ipanema – 22410-060 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2294-0548 / 5612 – E-mail: mlpennam@uol.com.br

Sócios Honorários Estrangeiros

1. Daisaku Ikeda	25-08-2004	Rua Miguel Fernandes, 229 – Méier – 20780-060 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2501-2336 – E-mail: ccrj@rio.com.br
2. Maria João Espírito Santo Bustorff Silva	02-09-2009	Av. D. Afonso Henriques, 3 – B – 2765-531 – Estoril – Portugal – Fone: 351-21-350-1262 – E-mail: irneves@best.pt – Sec.: ccaetano@gesbr.com.br
3. António José Emauz de Almeida Lima	15-12-2010	AICEP – Av. 5 de outubro, 101 – 050-051 – Lisboa – PT – Fone: (351) 213946109 – 3946214 – E-mail: antonio.almeidalima@mne.pt
4. José Manoel Durão Barroso	25-09-2014	Fone: – E-mail:

Sócios Institucionais

1. José Ricardo Marques	2016	Diretor do Arquivo Nacional – Rua Praça da República, 173 – Centro – 20211-350 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2179-1313
2. Renato Lessa	2016	Presidente da Fundação Biblioteca Nacional – Av. Rio Branco, 219/4o and. – Centro – 20040-008 – Rio de Janeiro – RJ – Fone: (21) 2220-2057
3. Kátia Bogéa	2016	Presidente do IPHAN – Asa Sul 713 / 913 Lote B – 5º andar – Edifício Sede do IPHAN – 70390-135 – Brasília – DF – Fone: (61) 2024-5515
4. Marcelo Mattos Araújo	2016	Presidente do IBRAM – SBN Qd. 2 Edf. Central – 2º and. – 70040-504 – Brasília – DF – Fone: (61) 2024-4002 – E-mail: angelo.oswaldo@museu.gov.br
5. Maria de Fátima de Moraes Argon	2016	Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis – Praça da Liberdade, 247 – Casa de Cláudio de Souza – Centro – 25685-050 – Petrópolis – RJ – Fone: (24) 2237-1770

B - POR ORDEM ALFABÉTICA

- ABI-ACKEL, Ibrahim - Honorário brasileiro – Pág. 283
 ABREU, Antônio Izaías da Costa - Titular – Pág. 265
 ACEVEDO, Edberto O. - Correspondente argentino – Pág. 274
 ACUNA, Ivho - Correspondente uruguaio – Pág. 277
 ADONIAS, Isa - Benemerita – Pág. 261
 AGUIAR, Luiz Cláudio - Honorário Brasileiro – Pág. 284
 ALBUQUERQUE, Martim de - Correspondente português – Pág. 269
 ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de - Titular – Pág. 264
 ALCÂNTARA, Dora Monteiro e Silva de - Titular – Pág. 265
 ALEIXO, José Carlos Brandi - Correspondente brasileiro – Pág. 267
 ALMEIDA, Cândido Antonio Mendes de - Titular – Pág. 264
 ALTAVILA, Jayme Lustosa de - Correspondente brasileiro – Pág. 266
 ALVAREZ, D. Manuel Fernandez - Correspondente espanhol – Pág. 276
 ALVAR, Manuel - Correspondente espanhol – Pág. 277
 ALVES, Antônio Celso Pereira - Honorário Brasileiro – Pág. 265
 AMARAL, Samuel - Correspondente argentino – Pág. 275
 AMBROSI, Luis A. Musso - Correspondente uruguaio – Pág. 278
 ANASTASIA, Luis Victor - Correspondente uruguaio – Pág. 277
 ANDRADE, D. Jose Manuel Pita - Correspondente espanhol – Pág. 276
 ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz - Honorária brasileira – Pág. 284
 ANGULO, Alberto Corradine - Correspondente colombiano – Pág. 281
 APOLINÁRIO, Juciene Ricarte - Correspondente brasileiro – Pág. 269
 ARAÚJO, Marcelo Mattos - Institucional – Pág. 286
 ARAÚJO SANTOS, Angelo Oswaldo de - Correspondente brasileiro – Pág. 268
 ARGON, Maria de Fátima de Moraes - Institucional – Pág. 286
 ARRUDA, José Jobson de Andrade - Correspondente brasileiro – Pág. 267
 ARTEAGA, Juan José - Correspondente uruguaio – Pág. 277
 ASIAIN, D. Jose Angel Sanchez - Correspondente espanhol – Pág. 276
 ATARD, D. Vicente Palacio - Correspondente espanhol – Pág. 276
 AUZA, Néstor Tomás - Correspondente argentino – Pág. 275
 AVELLA, Aniello (Nello) Angelo - Correspondente estrangeiro – Pág. 271
 AVNI, Haim - Correspondente estrangeiro – Pág. 271
 AZAMBUJA, Marcos Castrioto de - Honorário brasileiro – Pág. 283
 BAEZA, Sergio Martínez - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 BANDEIRA, Luiz Alberto Dias Lima de Vianna Moniz - Correspondente brasileiro – Pág. 266
 BARATA, Carlos Eduardo de Almeida - Honorário brasileiro – Pág. 284
 BARBA, Fernando E. - Correspondente argentino – Pág. 275
 BARMAN, Roderick J. - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
 BARRERA, Napoléon Peralta - Correspondente colombiano – Pág. 282
 BARRROS, José Agustín Blanco - Correspondente colombiano – Pág. 282
 BARROSO, José Manoel Durão - Honorário Estrangeiro – Pág. 286
 BASTOS, Lucia Maria Pereira das Neves - Honorária brasileira – Pág. 285
 BAZÁN, Armando Raúl - Correspondente argentino – Pág. 275
 BELSUNCE, Cesar A. Garcia - Correspondente argentino – Pág. 275
 BELTRÃO, Maria da Conceição de Moraes Coutinho - Emérita – Pág. 262
 BENÍTEZ, Luis G. - Correspondente paraguaio – Pág. 280
 BENÍTEZ, Otto Morales - Correspondente colombiano – Pág. 281
 BENTO, Claudio Moreira - Emérito – Pág. 261
 BERMEJO, D. Joaquin Vallve - Correspondente espanhol – Pág. 276
 BERTOLETTI, Esther Caldas - Titular – Pág. 263
 BESSA, Carlos da Costa Gomes - Correspondente português – Pág. 269
 BETHELL, Leslie - Correspondente estrangeiro – Pág. 271
 BITTENCOURT, Armando de Senna - Titular – Pág. 264
 BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello - Correspondente brasileiro – Pág. 265
 BLAY, Jean Pierre - Correspondente estrangeiro – Pág. 273

BOAVENTURA, Edivaldo Machado - Emérito – Pág. 262
BOCCIA ROMANACH, Alfredo - Correspondente paraguaio - Pág. 280
BOGÉA, Kátia - Institucional – Pág. 286
BORJA, Célio de Oliveira - Titular – Pág. 264
BOSCHI, Caio César - Correspondente brasileiro – Pág. 267
BOSH, Beatriz - Correspondente argentina – Pág. 274
BOSIO, Beatriz González de - Correspondente paraguaia - Pág. 281
BOTANA, Natalio Rafael - Correspondente argentino – Pág. 274
BOTAS, Olga Fernández Latour de - Correspondente argentina – Pág. 275
BOURBON, D. Juan Carlos de - Presidente Honorário – Pág. 261
BRAGANÇA, D. Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e - Titular – Pág. 264
BUENO, Antônio Henrique Cunha - Honorário brasileiro – Pág. 283
BURBAQUIS, Enrique - Correspondentes Uruguaios – Pág. 279
BUSTORFF SILVA, Maria João Espírito Santo - Honorária Estrangeira – Pág. 286
CABALLERO AQUINO, Ricardo - Correspondente paraguaio – Pág. 280
CABRA, Efrain Sánchez - Correspondente colombiano – Pág. 282
CAMACHO, Roberto Pineda - Correspondente colombiano – Pág. 282
CANO, D^a Carmen Iglesias - Correspondente espanhola – Pág. 276
CARA, José Eduardo de - Correspondente argentino – Pág. 275
CARDIM, Carlos Henrique - Correspondente brasileiro – Pág. 267
CARDOSO, Fernando Henrique - Honorário brasileiro – Pág. 261, 283
CARDOSO, João Luís Serrão da Cunha - Correspondente português – Pág. 270
CARVALHO, Affonso Celso Vilela de - Emérito – Pág. 261
CARVALHO, José Geraldo Vidigal de (Cônego) - Correspondente brasileiro – Pág. 265
CARVALHO, José Murilo de - Titular – Pág. 263
CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de - Correspondente brasileiro – Pág. 266
CASTELO-BRANCO, Fernando - Correspondente português – Pág. 269
CASTRO, Camilo Riaño - Correspondente colombiano – Pág. 281
CASTRO, Nuno Alvares Pereira de - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
CAUSARANO, Mabel - Correspondente paraguaio – Pág. 280
CAVALCANTE, Cid José Teixeira - Correspondente brasileiro – Pág. 266
CEZAR, Adilson - Correspondente brasileiro – Pág. 267
CHEBATAROFF, Fernando - Correspondente uruguaio – Pág. 278
CHRISTY, Ernesto Castellano - Correspondente uruguaio – Pág. 279
CIBILS, Luís Alberto - Correspondente brasileiro – Pág. 266
CIRIBELLI, Marilda Corrêa - Titular – Pág. 263
COELHO, Geraldo Mártires - Correspondente brasileiro – Pág. 267
COELHO, Maria Helena da Cruz - Correspondente português – Pág. 271
CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas - Titular – Pág. 263
CORTÉS CONDE, Roberto - Correspondente argentino – Pág. 275
COSTA, Antônio Gomes da - Emérito – Pág. 262
COSTA, Marcus Soares de Albergaria de Noronha da - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida - Correspondente português – Pág. 269
COUTO, José Jorge da Costa - Correspondente português – Pág. 270
CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata Azevedo - Correspondente português – Pág. 271
CUNHA, Waldir da - Titular – Pág. 262
DAMATTA, Roberto - Honorário brasileiro – Pág. 284
DARAGNÉS, Ernesto - Correspondente uruguaio – Pág. 278
DELGADO, Alexandre Miranda - Honorário brasileiro – Pág. 283
DEL PINO, Alberto - Correspondente uruguaio – Pág. 278
DEL PRIORE, Mary Lucy Murray - Titular – Pág. 265
DEMONER, Sonia Maria - Correspondente brasileira – Pág. 266
DESTEFANI, Laurio H. - Correspondente argentino – Pág. 274
DIAS JR., Ondemar Ferreira - Titular – Pág. 265
DIESTRO, Fernando Barriga del - Correspondente colombiano – Pág. 282
DOMINGO, Mariano Cuesta - Correspondente estrangeiro – Pág. 273

- DOMÍNGUEZ, Luis Horacio López - Correspondente colombiano – Pág. 282
 DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva - Correspondente brasileiro – Pág. 268
 DUARTE, Benjamín Ardila - Correspondente colombiano – Pág. 283
 DUARTE, María Amalia - Correspondente argentina – Pág. 275
 DURÁN, Margarita - Correspondente paraguaio - Pág. 280
 ELHORDOY, Angel Corrales - Correspondente uruguaio – Pág. 277
 ENTRALGO, Pedro Lain - Correspondente espanhol – Pág. 276
 ESPOSEL, José Pedro Pinto - Titular – Pág. 262
 ETCHECHURI, Carlos Paulino - Correspondente uruguaio – Pág. 279
 FALBEL, Nachman - Correspondente brasileiro – Pág. 265
 FALCI, Miridan Britto - Titular – Pág. 263
 FARINHA, Antônio Manuel Dias - Correspondente português – Pág. 270
 FAVRE, Oscar Padrón - Correspondente uruguaio – Pág. 278
 FERNANDES, Fernando Lourenço - Correspondente brasileiro – Pág. 268
 FERNANDES, Manuela Rosa Coelho Mendonça de Matos - Correspondente português – Pág. 270
 FERNANDEZ, D. Luis Suarez - Correspondente espanhol – Pág. 276
 FERRAZ, Eugênio - Correspondente brasileiro – Pág. 268
 FERREIRA JR, Mauricio Vicente - Honorário brasileiro – Pág. 284
 FERREIRA, Júlio Bandeira Marques - Honorário brasileiro – Pág. 285
 FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz - Honorária brasileira – Pág. 285
 FIGUEIRA, José Joaquín - Correspondente uruguaio – Pág. 277
 FISHLOW, Albert - Correspondente Estrangeiro – Pág. 273
 FONSECA, Luís Alberto Adão da - Correspondente português – Pág. 270
 FONSECA, Maria Cecilia Londres - Titular – Pág. 264
 FOUQUET, Claude - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 FRANCO, Affonso Arinos de Mello - Emérito – Pág. 261
 FRANCO, Sérgio da Costa - Correspondente brasileiro – Pág. 269
 FROTA, Guilherme de Andréa - Emérito – Pág. 262
 FUENTES, Alvaro Galmés de - Correspondente espanhol – Pág. 277
 FURTADO, Junia Ferreira - Correspondente brasileira – Pág. 269
 GALLEG0, D. Miguel Artola - Correspondente espanhol – Pág. 276
 GALLO, Alberto - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 GARCÍA, Fernando Mayorga - Correspondente colombiano – Pág. 282
 GARDONE, Héctor Patiño - Correspondente uruguaio – Pág. 279
 GARNER, Lydia Magalhães Nunes - Correspondente estrangeira – Pág. 273
 GINES, D. Juan Vernet - Correspondente espanhol – Pág. 276
 GOES FILHO, Synesio Sampaio - Correspondente brasileiro – Pág. 266
 GOITIA, Fernando Chueca - Correspondente espanhol – Pág. 276
 GÓMEZ, Antonio Lopes - Correspondente espanhol – Pág. 276
 GÓMEZ, Eduardo Durán - Correspondente colombiano – Pág. 283
 GÓMEZ, Jorge Morales - Correspondente colombiano – Pág. 281
 GÓMEZ, Juan Camilo Rodríguez - Correspondente colombiano – Pág. 282
 GÓMEZ, Teresa Morales de - Correspondente colombiana – Pág. 282
 GONÇALVES, Maria Isabel Dias da Silva Rebelo - Correspondente português – Pág. 271
 GONZÁLEZ, Fernán González S.J. - Correspondente colombiano – Pág. 283
 GORBEA, Martín Almagro - Correspondente espanhol – Pág. 277
 GOYRI, Gonzalo Menendez-Pidal Y - Correspondente espanhol – Pág. 276
 GRABENDORFF, Wolf - Correspondente estrangeiro – Pág. 274
 GRAF, Márcia Elisa de Campos - Correspondente brasileira – Pág. 267
 GRAHAM, Richard - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 GRAIBROIS, Manuel Ballesteros - Correspondente estrangeiro – Pág. 271
 GRAU, Jaime - Correspondente paraguaio – Pág. 281
 GREIFF, Jorge Arias - Correspondente colombiano – Pág. 281
 GUIGLIELMI, Nilda - Correspondente argentina – Pág. 275
 GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal - Titular – Pág. 265
 GULLA, Walter - Correspondente uruguaio – Pág. 278

GUTIÉRREZ, Ramón - Correspondente argentino – Pág. 275
 HERES, Rafael Fernandes - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 HESPAHHA, Antonio Manuel Botelho - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 HEYN, Carlos - Correspondente paraguaio - Pág. 279
 HORTAL SÁNCHEZ, Pe. Jesus - Honorário brasileiro – Pág. 285
 IKEDA, Daisaku - Honorário estrangeiro – Pág. 286
 IPANEMA, Cybelle Moreira de - Emérita – Pág. 261
 IRALA BURGOS, Jerônimo - Corresponde paraguaio – Pág. 279
 IRIARTE, María Clara Guillén - Correspondente colombiano – Pág. 282
 ISAZA, Rodrigo Llano - Correspondente colombiano – Pág. 283
 ITURRIA, Raúl - Correspondente Uruguaio – Pág. 279
 KANTOR, Iris - Correspondente brasileira – Pág. 269
 KARASCH, Mary - Correspondente estrangeira – Pág. 273
 KERN, Arno Alvarez - Correspondente brasileiro – Pág. 267
 KINSHICHI, Norio - Corresponde estrangeiro – Pág. 273
 KOMISSAROV, Boris Nikolaievitch - Correspondente estrangeiro – Pág. 271
 KONCKE, Alfredo - Correspondentes Uruguaios – Pág. 279
 LAFER, Celso - Honorário brasileiro – Pág. 283
 LAGO, Pedro Aranha Corrêa do - Titular – Pág. 265
 LAMÓNACA, Victor H. - Correspondente uruguaio – Pág. 278
 LARAIÁ, Roque de Barros - Correspondente brasileiro – Pág. 269
 LARROSA, Augusto Soiza - Correspondente uruguaio – Pág. 278
 LATERZA RIVALORA, Gustavo - Correspondente paraguaio - Pág. 280
 LAUERHASS JR, Ludwig - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 LEAL, João Eurípedes Franklin - Honorário brasileiro – Pág. 285
 LEÃO, Reinaldo José Carneiro - Correspondente Brasileiro – Pág. 268
 LEITE, José Roberto Teixeira - Honorário brasileiro – Pág. 283
 LEÓN-PORTILLA, Miguel - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 LESSA, Carlos - Honorário brasileiro – Pág. 285
 LESSA, Renato - Institucional – Pág. 286
 LIÉVANO, Enrique Gaviria - Correspondente colombiano – Pág. 281
 LIGHT, Kenneth Henry Lionel - Honorário Brasileiro – Pág. 284
 LIMA, Antônio José Emazu de Almeida - Honorário Estrangeiro – Pág. 286
 LINS, Guilherme Gomes da Silveira D'Ávila - Correspondente brasileiro – Pág. 268
 LIRA, Bernardino Bravo - Correspondente estrangeiro – Pág. 271
 LIVIERES BANKS, Lorenzo - Correspondente paraguaio - Pág. 280
 LLANO, D. Jose Alcalá-Zamora Y Queipo de - Correspondente espanhol – Pág. 276
 LÓPEZ, Javier Ocampo - Correspondente colombiano – Pág. 282
 LOURENÇO, Maria Paula Marçal - Correspondente português – Pág. 271
 LUNA, Félix - Correspondente argentino – Pág. 274
 LUSTOSA, Isabel - Honorária brasileira – Pág. 284
 LYRA, Maria de Lourdes Viana - Titular – Pág. 264
 MACIEL, Marco Antônio de Oliveira - Correspondente brasileiro – Pág. 267
 MAEDER, Ernesto, J. A. - Correspondente argentino – Pág. 275
 MAGALHÃES, Joaquim Antero Romero de - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 MAIA, Agaciel da Silva - Correspondente brasileiro – Pág. 267
 MALAFAIA, Eurico Brandão de Ataíde - Correspondente português – Pág. 270
 MANÉ GARZÓN, Fernando - Correspondente uruguaio – Pág. 278
 MANRIQUE, Daniel Restrepo - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 MARCÍLIO, Maria Luiza - Correspondente brasileira – Pág. 266
 MARCO, Miguel Angel de - Correspondente argentino – Pág. 275
 MARILUZ URQUIJO, José M. - Correspondente argentino – Pág. 274
 MARIZ, Vasco - Emérito – Pág. 262
 MARQUES, José - Correspondente português – Pág. 270
 MARQUES, José Ricardo - Institucional – Pág. 286
 MARTINEZ C., Pedro S. - Correspondente argentino – Pág. 274

- MARTINEZ, D. Jose Maria Blazquez - Correspondente espanhol – Pág. 276
- MARTINEZ, Pedro Mário Soares - Correspondente português – Pág. 270
- MARTIN, Felipe Ruiz, - Correspondente espanhol – Pág. 276
- MARTINS, Armando Alberto – Correspondente Português – Pág. 270
- MARTINS, Daniel Hugo - Correspondente uruguaio – Pág. 277
- MARTINS, Ismênia Lima - Honorária brasileira – Pág. 286
- MARTINS, José Victorino de Pina - Correspondente português – Pág. 270
- MARTINS, Nuno Gonçalo Vieira - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
- MARTIRÉ, Eduardo - Correspondente argentino – Pág. 274
- MATTOS, Helio Jaguaribe de - Titular – Pág. 263
- MAXWELL, Kenneth R. - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
- MAYO, Carlos A. - Correspondente argentino – Pág. 275
- MAZÓ, Carlos Alberto - Correspondente paraguaio - Pág. 280
- MEIRA, Marcio Augusto de Freitas - Correspondente brasileiro – Pág. 267
- MEIRINHO, Jali – Correspondente brasileiro – Pág. 268
- MELGAR, Rafael Lapesa - Correspondente espanhol – Pág. 276
- MELIÁ, Bartomeu - Correspondente paraguaio - Pág. 280
- MELLO, Evaldo José Cabral de - Titular – Pág. 262
- MELLO, Fernando Collor de - Presidente Honorário – Pág. 261
- MELLO, José Octávio de Arruda - Correspondente brasileiro – Pág. 266
- MELO E SOUZA, Antonio Candido de - Honorário brasileiro – Pág. 283
- MENDONÇA, Paulo Knauss de - Honorário brasileiro – Pág. 284
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra - Correspondente brasileiro – Pág. 269
- MIRANDA NETO, Manoel José de - Honorário brasileiro – Pág. 285
- MIRANDA, Victorino Coutinho Chermont de - Titular – Pág. 263
- MONES, Álvaro - Correspondente uruguaio – Pág. 277
- MONREAL, Susana - Correspondente uruguaia – Pág. 278
- MONTE DE LÓPEZ MOREIRA, Maria G. - Correspondente paraguaio - Pág 280
- MONTEIRO, Miguel Maria Santos Corrêa - Correspondente português – Pág. 270
- MONTERRAT, Marcelo - Correspondente argentino – Pág. 275
- MOREIRA, Marcilio Marques - Honorário brasileiro – Pág. 285
- MOREIRA, Maria Luiza Penna - Honorária brasileira – Pág. 286
- MORÓN, Guillermo - Correspondente estrangeiro – Pág. 271
- MOURA, Carlos Francisco - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
- MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello - Correspondente Brasileiro – Pág. 269
- MUNIZ COSTA, Sérgio Paulo - Correspondente brasileiro – Pág. 269
- MUNNE S. J., Miguel Battlori Y - Correspondente espanhol – Pág. 275
- NAGEL, Rolf - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
- NÁJERA, Adelaida Sourdis - Correspondente colombiano – Pág. 282
- NASCIMENTO, Vamireh Chacon de Albuquerque - Correspondente brasileiro – Pág. 265
- NAVASCUES, D. Faustino Menendez Pidal de - Correspondente espanhol – Pág. 276
- NETO, Jorge dos Santos Caldeira - Correspondente brasileiro – Pág. 268
- NEVES, Getúlio Marcos Pereira - Corresponde brasileiro - Pág. 268
- NEVES, Guilherme Paulo Castagnoli Pereira das - Honorário brasileiro - Pág. 285
- NISKIER, Arnaldo - Titular – Pág. 262
- NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro - Honorário brasileiro – Pág. 284
- OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de - Honorária brasileira – Pág. 285
- ORBEGOSO, Carlos Sanclemente - Correspondente colombiano – Pág. 282
- ORLÉANS E BRAGANÇA, D. João de - Honorário Brasileiro – Pág. 284
- ORTIZ, Antonio Dominguez - Correspondente espanhol – Pág. 276
- PADILHA, Tarcísio Meirelles - Honorário brasileiro – Pág. 284
- PAIM, Antonio Ferreira - Honorário brasileiro – Pág. 283
- PAIVA, Maria Arair Pinto - Honorária brasileira – Pág. 285
- PAIVA, Melquíades Pinto - Honorário brasileiro – Pág. 265
- PAIXÃO, Dom Gregório - Honorário brasileiro – Pág. 285
- PAOLI, Juan Bautista Rivarola - Correspondente paraguaio – Pág. 279

PASTORE, Mario - Correspondente paraguaio – Pág. 280
PAVETTI, Ricardo - Correspondente paraguaio – Pág. 281
PEDRUZO, Luiz Diez Del Corral Y - Correspondente espanhol – Pág. 276
PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral - Honorária brasileira – Pág. 283
PELOSO, Silvano - Correspondente Estrangeiro – Pág. 274
PENÁ VILLAMIL, Manuel - Correspondente paraguaio – Pág. 279
PEREIRA, Antonio Celso Alves - Titular – Pág. 265
PERÉZ GUILHOU, Dardo - Correspondente argentino – Pág. 275
PICCOLO, Helga Iracema Landgraf - Correspondente brasileira – Pág. 266
PICO, Roger Pita - Correspondente colombiano – Pág. 283
PIETSCHMANN, Horst - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
PINHEIRO, Áurea da Paz Pinheiro - Correspondente brasileira – Pág. 268
PINHO, João Maurício Ottoni Wanderley de Araújo - Titular – Pág. 263
PIRES, Fernando Tasso Fragoso - Titular – Pág. 264
POSADA, Carlos José Reyes - Correspondente colombiano – Pág. 282
POSADA, Jaime - Correspondente colombiano – Pág. 281
PRADA, Antonio Cacua - Correspondente colombiano – Pág. 281
PRIETO YEGROS, Margarida - Correspondente paraguaio – Pág. 280
PROVENÇAL, Lucien - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
PUIGGROS, Ernesto - Correspondente uruguaio – Pág. 278
QUESADA, D. Miguel Angel Ladero - Correspondente espanhol – Pág. 276
QUINTELA, Antônio Francisco de Carvalho - Correspondente português – Pág. 270
RAFFINO, Rodolfo Adelio - Correspondente argentino – Pág. 274
RAMALHO, Américo da Costa - Correspondente português – Pág. 270
RAMOS, Luís António de Oliveira - Correspondente português – Pág. 270
RANGUÍS, Carlos - Correspondente uruguaio – Pág. 278
RECIO, Luis Miguel Enciso - Correspondente espanhol – Pág. 277
REIS FILHO, Nestor Goulart - Correspondente brasileiro – Pág. 267
REIS, Maria de Fátima Marques Dias Antunes dos - Correspondente português – Pág. 271
RELA, Walter - Correspondentes Uruguaios – Pág. 279
REMA, Henrique Pinto O. F. M. (Pe) - Correspondente português – Pág. 270
RESENDE, Maria Efigênia Lage de - Correspondente Brasileira – Pág. 268
RIOS, José Arthur - Emérito – Pág. 262
RÍPODAS ARDANAZ, Daisy - Correspondente argentina – Pág. 274
RIVAROLA, Milda - Correspondente paraguaio – Pág. 280
RODRIGUES, Manuel Augusto - Correspondente português – Pág. 271
RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez - Correspondente brasileiro – Pág. 266
ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga - Correspondente brasileira – Pág. 266
ROUANET, Sérgio Paulo - Honorário brasileiro – Pág. 283
ROVERA, Héctor - Correspondente uruguaio – Pág. 279
RUANO, D. Eloy Benito - Correspondente espanhol – Pág. 276
RUIZ, Luis C. Mantilla O.F.M. - Correspondente colombiano – Pág. 281
RUIZ MORENO, Isidoro - Correspondente argentino – Pág. 274
SAGRERA, Carlos - Correspondente uruguaio – Pág. 279
SALAS, José Luis - Correspondente paraguaio – Pág. 280
SALUM-FLECHA, Antonio - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
SAMPAIO, Jorge - Presidente Honorário – Pág. 261
SANCHES, Marcos Guimaraes - Titular – Pág. 263
SÁNCHEZ, José Roberto Ibáñez - Correspondente colombiano – Pág. 282
SANDRONI, Cícero - Honorário brasileiro – Pág. 285
SANGUINETTI, Marta Canessa de - Correspondente uruguaia – Pág. 277
SANTA, Eduardo - Correspondente colombiano – Pág. 281
SANTA MARIA, Fernando de La Granja - Correspondente espanhol – Pág. 277
SANTANA, Francisco José Gingeira - Correspondente português – Pág. 270
SANTOS, Armando Alexandre dos - Correspondente brasileiro – Pág. 268
SANTOS, Corcino Medeiros dos - Correspondente brasileiro – Pág. 267

- SANTOS, Eugênio Francisco dos - Correspondente português – Pág. 270
 SANTOS, Luis Cláudio Villafañe Gomes - Correspondente brasileiro – Pág. 269
 SANTOS, Maria José Azevedo - Correspondente português – Pág. 271
 SANZ, Luis Santiago - Correspondente argentino – Pág. 274
 SARNEY, José - Presidente honorário – Pág. 261
 SCAVONE YEGROS, Ricardo - Correspondente paraguaio - Pág. 280
 SCHENONE, Héctor H. - Correspondente argentino – Pág. 274
 SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz - Correspondente brasileira – Pág. 267
 SCHWARTZ, Stuart B. - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 SERRANO, D. Carlos Seco - Correspondente espanhol – Pág. 276
 SERRÃO, Joaquim Veríssimo - Correspondente português – Pág. 269
 SILVA, Alberto Martins da - Correspondente brasileiro – Pág. 265
 SILVA, Alberto Vasconcellos da Costa e - Titular – Pág. 264
 SILVA, Andrée Mansuy-Diniz - Correspondente Estrangeiro – Pág. 273
 SILVA, Anibal Cavaco - Presidente Honorário – Pág. 261
 SILVA, Eduardo - Titular – Pág. 263
 SILVA, Hernán Asdrúbal - Correspondente argentino – Pág. 275
 SILVA, Jaime Antunes da - Honorário brasileiro – Pág. 284
 SILVA, Leonardo Dantas - Correspondente brasileiro – Pág. 266
 SILVA, Maria Beatriz Nizza da - Correspondente brasileira – Pág. 266
 SILVA NETO, José Almino de Alencar e - Honorário brasileiro – Pág. 284
 SIQUEIRA, Elizabeth Madureira - Correspondente brasileira – Pág. 266
 SIQUEIRA, Sonia Aparecida de - Correspondente brasileira – Pág. 266
 SOUMONNI, Elisée - Correspondente Estrangeiro – Pág. 273
 SOUSA, Maria Leonor Ribeiro da Fonseca Calixto Machado de – Correspondente português – Pág. 271
 SOUTELO, Luiz Fernando Ribeiro - Correspondente brasileiro – Pág. 266
 SOUZA, Laura de Mello e - Correspondente brasileira – Pág. 268
 STIRLING, José E. Etcheverry - Correspondente uruguaio – Pág. 277
 STOLS, Eddy Odriel Gerard - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
 STRAUBE, Ernani Costa - Correspondente brasileiro – Pág. 268
 SZARÁN, Luis - Correspondente paraguaio – Pág. 280
 TAU ANZOATEGUI, Victor - Correspondente argentino – Pág. 274
 TAVARES, Luís Henrique Dias - Emérito – Pág. 261
 TELESÇA, Ignacio - Correspondente paraguaio - Pág. 280
 TELES, José Mendonça - Correspondente brasileiro – Pág. 266
 TELLES, Pedro Carlos da Silva - Titular – Pág. 263
 TEMPESTA, Dom Orani - Honorário Brasileiro – Pág. 285
 TENÓRIO, Douglas Apratto - Correspondente brasileiro – Pág. 267
 TORRE, Carlos Páez de la - Correspondente argentino – Pág. 275
 TORRENDELL, Beatriz - Correspondente uruguaia – Pág. 278
 TOSTES, Vera Lucia Bottrel - Titular – Pág. 264
 URIBE, Fernando Restrepo - Corresponde colombiano – Pág. 281
 URREGO, Gonzalo Correal - Correspondente colombiano – Pág. 281
 VALLES, Luis E. Gonzales - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
 VALLO, Ezequiel - Correspondente argentino – Pág. 274
 VALVERDE, José Filgueira - Correspondente espanhol – Pág. 276
 VAQUERO, Quintín Aldea (Pe.) - Correspondente espanhol – Pág. 277
 VARESE, Suzana Rodríguez - Correspondente uruguaia – Pág. 278
 VARGAS, Antonio José Rivadeneira - Correspondente colombiano – Pág. 282
 VARGAS, Diego Uribe - Correspondente colombiano – Pág. 281
 VASQUEZ, Pedro Karp - Titular – Pág. 264
 VEIGA, Carlos José Margaça - Correspondente português – Pág. 270
 VÉLEZ, Fabián Melogno - Correspondente uruguaia – Pág. 277
 VELLILLA, Julia - Correspondente paraguaio – Pág. 279
 VELLOSO, João Paulo dos Reis - Honorário brasileiro – Pág. 286
 VENANCIO FILHO, Alberto - Emérito – Pág. 262

VENTURA, António Adriano de Ascensão Pires – Correspondente português – Pág. 270
VENTURA, Maria Margarida Ribeiro Garcez da Silva - Correspondente português – Pág. 271
VICENTE, António Pedro de Araujo Pires - Correspondente português – Pág. 270
VIDAL, Laurent Olivier - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
VIDAURRETA, Alicia Elena - Correspondente estrangeira – Pág. 271
VIEDA, Gentil Almario - Correspondente colombiano – Pág. 283
VILAÇA, Marcos Vinícios Rodrigues - Honorário brasileiro – Pág. 284
VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira - Titular – Pág. 263
WANDERLEY, Regina Maria Martins Pereira - Honorária brasileira – Pág. 285
WEFFORT, Francisco Correa - Honorário brasileiro – Pág. 284
WEHLING, Arno - Titular – Pág. 262
WEHRS, Carlos - Emérito – Pág. 262
WEINBERG, Félix - Correspondente argentino – Pág. 275
WIESEBRON, Marianne L. - Correspondente estrangeira – Pág. 272
WONDJI, Christophe - Correspondente estrangeiro – Pág. 272
ZANARDINI, José - Correspondente paraguaio – Pág. 281
ZEA, Adolfo de Francisco - Correspondente colombiano – Pág. 282
ZEFERINO, Augusto César - Correspondente brasileiro – Pág. 269
ZHANG, Minfen - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
ZILLY, Berthold - Correspondente estrangeiro – Pág. 273
ZULETA ÁLVAREZ, Enrique - Correspondente argentino – Pág. 274
ZULETA, Pilar Jaramillo - Correspondente colombiano – Pág. 282

C - PRESIDENTES E ENDEREÇOS DOS INSTITUTOS HISTÓRICOS ESTADUAIS

(sócios correspondentes brasileiros enquanto na direção dos respectivos institutos)

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE ALAGOAS

Jayme Lustosa de Altavila
Rua João Pessoa, 382 - 57020-970 - Maceió – AL
E-mail: ihgal@ihgal.org.br

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS

Antonio José Souto Loureiro
Rua Bernardo Ramos, 117/131 - Centro - 69005-310 - Manaus – AM
E-mail: tloureiro@netium.com.br

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA

Eduardo de Moraes
Av. Sete de Setembro, 94/A - 40060-001 - Salvador – BA
E-mail: presidencia@ighb.org.br

INSTITUTO DO CEARÁ

Ednilo Soares
Rua Barão do Rio Branco, 1594 - 60025-061 - Fortaleza – CE
E-mail: ednilo@7setembro.com.br
ednilo@fa7.edu.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO DISTRITO FEDERAL

Affonso Heliodoro dos Santos
SEP/Sul EQ 703/903 - Conj. C - 70390-039 - Brasília – DF
E-mail: ihgdfederal@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO ESPÍRITO SANTO

Getúlio Marcos Pereira Neves
 Av. República, 374 - Parque Moscoso - 29020-620 - Vitória – ES
 E-mail: gtneves@hotmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS

Geraldo Coelho Vaz
 Rua 82, nº. 455 - Centro - 74083-010 - Goiânia – GO
 E-mail: ihgg@ihgg.org.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO MARANHÃO

Euges Silva de Lima
 Rua Santa Rita, 230 - Edf. Prof. Antonio Lopes - 2º. and - 65015-430 - São Luiz – MA
 E-mail: ihgmma@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

João Carlos Vicente Ferreira
 Rua Barão de Melgaço, 3869 - Centro - 78005-500 - Cuiabá – MT
 E-mail: joaocarlosvicenteferreira@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL

Paulo Eduardo Cabral
 Av. Calógeras, 3000 - 79002-004 - Campo Grande – MS
 E-mail: ihgms@ihgms.org.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

Wagner Colombarolli
 Rua Guajajaras, 1268 - Sobreloja - 30180-101 - Belo Horizonte – MG
 E-mail: ihgmg@ihgmg.org.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Anaíza Vergolino
 Rua D'Aveiro, 62 - Cidade Irmã - 66020-610 - Belém – PA
 E-mail: genylton@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PARAIBANO

Joaquim Osterne Carneiro
 Rua Barão do Abiaí, 64 - 58013-080 - João Pessoa - PB
 E-mail: joacarneiro@hotmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ

Ernani Costa Straube
 Rua José Loureiro, 43 - Centro - 80010-000 - Curitiba – PR
 E-mail: ihgpr1900@hotmail.com

INSTITUTO ARQUEOLÓGICO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO

José Luiz Mota Menezes
 Rua do Hospício, 130 - Boa Vista - 50060-080 - Recife - PE
 E-mail: jltmenez@truenet.com.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO PIAUIENSE

Antonio Fonseca dos S. Neto
Av. Miguel Rosa, 3300 - Sul-Centro - 64001-490 - Teresina - PI
E-mail: fnetopf@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO DE JANEIRO

Neusa Fernandes
Av. Augusto Severo, 8/12º. Andar - Glória - 20021-040 - Rio de Janeiro - RJ
E-mail: ihgrj@ihgrj.org.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Valério Alfredo Mesquita
Rua da Conceição, 622 - 59025-270 - Natal - RN
E-mail: ihgrn1902@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Miguel Frederico do Espírito Santo
Rua Riachuelo, 1317 - 3o andar. - Centro - 90010-271 - Porto Alegre - RS
E-mail: miguel.f@terra.com.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE RONDÔNIA

Yêdda Pinheiro Borzarcov
Rua Portugal, nº. 2298 - Ipase Novo - Pedrinhas - 78900-000 - Porto Velho - RO
E-mail: arypinheiro1@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA

Augusto César Zeferino
Casa José Boiteux - Av. Hercílio Luz, 523 - Centro - 88020-000 - Florianópolis - SC
E-mail: rasecac@gmail.com

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO

Nelly Martins Ferreira Candeias
Rua Benjamim Constant, 158 - 01005-000 - São Paulo - SP
E-mail: nellycandeias@uol.com.br
adm@ihgsp.org.br

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Samuel Barros de Albuquerque
Rua Itabaianinha, 41 - 49010-190 - Aracajú - SE
E-mail: samuel@ihgse.org.br

IV. 2 – Movimentação do quadro social até 31 de dezembro de 2016**FALECIMENTOS**

Luiz de Castro Souza, benemérito
João Hermes Pereira de Araújo, emérito
Walter Fernando Piazza, emérito
Evaristo de Moraes Filho, titular
Hélio Leôncio Martins, titular
Paulo Werneck, titular
Jarbas Passarinho, honorário brasileiro
Luiz Felipe Lampreia, honorário brasileiro
Ático Frota Vilas-Boas da Mota, correspondente brasileiro
Hildebrando Campestrini, correspondente brasileiro
Fernando Guedes, correspondente português
Thomas Skidmore, correspondente estrangeiro
Washington Ashwell, correspondente paraguaio

IV. 3 – Vagas existentes no quadro social em 31/12/2016

Emérito	–	5
Titulares	–	5
Correspondentes brasileiros	–	8
Correspondentes estrangeiros	–	5
Honorários brasileiros	–	6
Honorários estrangeiros	–	16



ANUÁRIO DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Endereço para correspondência:
Anuário do IHGB/IHGB
E-mail: presidencia@ihgb.org.br



ANUÁRIO DO
INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

2016

